

ANAIIS

ISBN 978-65-85729-01-7

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA: DESAFIOS
PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021 | Curso de Serviço Social – Universidade Federal do Piauí



Anais

**IX Jornada Científica de
Serviço Social**

Serviço Social no contexto da pandemia:
desafios para a formação e o trabalho

2021. Todos os direitos desta edição reservados ao comitê organizador. A reprodução integral ou parcial do texto poderá ser feita mediante a autorização dos organizadores e consentimento de seus respectivos autores.

"Os conteúdos dos artigos publicados são de total responsabilidade dos autores e autoras."

Expediente

Editor / Coordenador da Edição:

Edson Rodrigues Cavalcante

Arte da Capa

Ana Kelma Gallas

Editores

Ana Elizabeth de Oliveira Vieira Santos

Formatação dos artigos

Ana Elizabeth de Oliveira Vieira Santos

TI Publicações OMP Books

Eliezyo Silva

Design Editorial

Edson Rodrigues Cavalcante

Revisão do volume

Ana Kelma Gallas

Conselho Editorial

Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Iracilda Alves Braga

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Lucia da Silva Vilarinho

Reia Silvia Rios Magalhães

Rosilene Marques Sobrinho de França

Solange Maria Teixeira

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532 IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

Anais: IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL: Serviço Social no contexto da pandemia: desafios para a formação e o trabalho / PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; TEIXEIRA, Solange Maria. (Orgs.). Teresina: Editora Lestu, 2021.

407 p.; *online*.

ISBN: 978-65-85729-01-7

DOI: 10.51205/lestu.978-65-85729-01-7

1. Serviço Social. 2. Estado. 3. Sociedade. 4. Jornada Científica. 5. Pandemia. 6. Evento
I. Organizadora (es). II. Título. III. Localidade.

CDD: 360.

Índices para catálogos sistemáticos:
Serviço Social: Estado: Sociedade.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Sofia Laurentino Barbosa Pereira (Coordenadora Geral)

Profa. Dra. Solange Maria Teixeira

Profa. Dra. Iracilda Alves Braga

Profa. Dra. Lucia Cristina dos Santos Rosa

Profa. Dra. Lucia da Silva Vilarinho

Profa. Dra. Reia Silvia Rios Magalhães

Profa. Dra. Rosilene Marques Sobrinho de França

COMITÊ CIENTÍFICO

Profa. Dra. Lucia da Silva Vilarinho (Coordenadora)

Profa. Dra. Lucia Cristina dos Santos Rosa

Profa. Dra. Reia Silvia Rios Magalhães

Profa. Dra. Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Profa. Dra. Solange Maria Teixeira

PARECERISTAS *Ad Hoc*

Elaine Ferreira do Nascimento

Ellayne Karoline Bezerra da Silva

Guiomar de Oliveira Passos

Iolanda Carvalho Fontenele

Iracilda Alves Braga

Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger

Lila Cristina Xavier Luz

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Lucia da Silva Vilarinho

Maria Dalva Macedo Ferreira

Maria do Rosário de Fátima e Silva

Masilene Rocha Viana

Reia Silvia Rios Magalhães

Rita de Cassia Cronemberger Sobral

Rosilene Marques Sobrinho de França

Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Solange Maria Teixeira

Simone de Jesus Guimarães

Teresa Cristina Moura Costa

Thaís de Andrade Alves Guimarães

APRESENTAÇÃO

A pandemia do novo coronavírus, decretada pela Organização Mundial de Saúde no início do ano de 2020, impactou diversas esferas da sociedade, com graves repercussões sanitárias, sociais, políticas, econômicas e de saúde mental. Foi diante desse cenário que ocorreu a IX Jornada Científica de Serviço Social, em 27 a 28 de maio de 2021, que elegeu como tema central “**Serviço Social no contexto da pandemia: desafios para a formação e o trabalho**”. Em decorrência da suspensão das atividades presenciais na Universidade Federal do Piauí, pela necessidade de resguardar a saúde da comunidade universitária e mitigar a transmissão da Covid-19, a programação do evento foi desenvolvida de forma remota, com o apoio das tecnologias digitais de informação e comunicação, com transmissão *online* através do *Youtube* e do *Google Meet*.

A nona edição da Jornada Científica de Serviço Social teve como objetivo divulgar trabalhos de pesquisa, produção bibliográfica/estudo teórico e experiências de docentes, discentes e de profissionais do Serviço Social, oportunizando a troca de saberes e difundindo os conhecimentos produzidos na academia para além de seus espaços institucionais.

A programação do evento foi desenvolvida através de: I) Conferência de Abertura, com tema “Serviço Social no contexto da pandemia: desafios ao trabalho e formação profissional”; II) duas mesas redondas, que versaram sobre os desafios para o Serviço Social no campo da assistência social e da saúde; III) sessão solene de encerramento, em comemoração aos 45 anos do curso de Serviço Social da UFPI; IV) apresentação de trabalhos científicos na modalidade de comunicação oral; V) lançamento de livros e e-books; VI) dez minicursos; VII) atividades culturais.

Para tal, contou com a participação de pesquisadores(as), profissionais e palestrantes de reconhecimento regional, nacional e internacional no campo do Serviço Social e das Políticas Públicas, tais como: Profa. Dra. Yolanda Guerra (UFRJ), Profa. Dra. Carmelita Yazbek (PUC-SP), Profa. Dra. Raquel Soares (UFPE), Profa. Dra. Marina Castro (UFJF), Profa. Jucimeire Silveira (PUC-PR), Profa. Dra. Rosilene Marques (UFPI), Profa. Dra. Simone Guimarães (UFPI), Profa. Dra. Rosário Silva (UFPI), Profa. D’alva Macedo (UFPI), dentre outras. Assim, o evento proporcionou articulações entre

docentes, pesquisadores, discentes da graduação e pós-graduação, profissionais de distintas instituições e regiões.

A IX Jornada Científica de Serviço Social, que não recebeu nenhum tipo de financiamento e teve gratuidade de inscrições, surpreendeu com a grande demanda de interessados e contou com quase 500 pessoas inscritas. Dessa forma, só foi possível realizar o evento graças aos esforços da comissão organizadora e dos(as) monitores(as), integrando um coletivo de docentes e discentes da graduação em Serviço Social e da pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI.

O Comitê Científico da IX Jornada recebeu 81 trabalhos, que foram encaminhados a pareceristas ad hoc, sendo 66 aprovados e apresentados na modalidade comunicação oral. A maioria dos(as) autores(as) eram do Piauí, mas também tinham trabalhos de outros estados e regiões.

O evento elegeu como eixos de temáticos para os trabalhos científicos: I- Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais; II- Formação Profissional: ensino, Pesquisa, extensão e gestão acadêmica no contexto pandêmico; III- Trabalho profissional do assistente social no contexto da pandemia da COVID-19; IV- Democracia, Controle Social e Gestão Pública; V- Direitos Humanos, cidadania e desigualdades sociais (Cultura, Sociedade, Identidades, Questões de Gênero, raça, Etnia e Geração, Questões Agrária, Urbana e Ambiental); VI- Manifestações da Questão Social na pandemia da COVID-19, Estado, Sociedade Civil e os desafios para o Serviço Social. A maior concentração de trabalhos se deu no eixo V, seguido do eixo temático I e VI.

Os resumos expandidos aprovados na IX Jornada Científica de Serviço Social estão disponíveis nesses anais, na busca de socializar os estudos e experiências produzidas. Espera-se, portanto, contribuir com o debate e com o acúmulo de conhecimentos científicos na área do Serviço Social e das Ciências Sociais de forma geral.

Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Coordenadora Geral da IX Jornada Científica de Serviço Social
Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí
Doutora em Políticas Públicas - UFPI

SUMÁRIO

EIXO 1 - Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais

1	A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS JAQUELINE NUNES DE ALMEIDA LUANNE MARIA DA COSTA MARTINS LAYARA ARAÚJO CABRAL	19
2	A INFÂNCIA EM JOGO: a defesa dos direitos das crianças frente a liberdade de expressão que há na internet BRUNA BIANCA RABELO DOS REIS SELMA MARIA SILVA DE OLIVEIRA BRANDÃO	25
3	A LEI Nº 13.935/2019 E SUA IMPORTÂNCIA PARA ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA POLIANA DE OLIVEIRA CARVALHO HIANA DE LIMA MELO	31
4	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL THAYSA FERNANDA RAMALHO NERY DE OLIVEIRA ANTONIA AMANDA LOPES FRAZÃO CARVALHO	37
5	A QUESTÃO SOCIAL ABORDADA PELA IGREJA NA ENCÍCLICA PAPAL RERUM NOVARUM AMANDA SOARES MELO	43
6	A REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL DE TERESINA (PI) JAQUELINE NUNES DE ALMEIDA IRACILDA ALVES BRAGA	47
7	FAMÍLIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: tendências, limites e possibilidades LAISLA SHIRLEY RODRIGUES MARANHÃO	53
8	IDOSOS NAS ILPI's E OS IMPACTOS DO COVID-19 SOB UMA DEMARCAÇÃO DE COR CAROLINA DE OLIVEIRA GOMES MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA	59
9	O DESMONTE DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL: sob a ótica da reforma psiquiátrica AMANDA CUPERTINO ALMEIDA	65
10	OS EFEITOS DE UM SISTEMA DUAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE: reflexões acerca o modelo adotado pelas instituições previdência social WELITÁ MICAELÉ SILVA PESSOA	71

- 11** **PERCURSO HISTÓRICO E CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** 77
FRANCISCO RAFAEL DE CASTRO CHAVES
PAULA RAQUEL DA SILVA JALES
- 12** **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ANTIRRACISMO: um debate emergencial** 83
TERESA CRISTINA MOURA COSTA
LARA DANUTA DA SILVA AMARAL GOMES
- 13** **POLÍTICAS PÚBLICAS À PRIMEIRA INFÂNCIA: o caminho para a promoção de direitos** 87
KARLA KALIANE DE MOURA SOUSA
- 14** **RACISMO E RACISMO INSTITUCIONAL COM FOCO NA SAÚDE MENTAL** 91
LÚCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA
MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RODRIGUES
- 15** **SERVIÇO SOCIAL E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: uma análise da realidade teresinense** 97
CARLA GABRIELA NOBRE DA SILVEIRA
SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA
- 16** **SERVIÇO SOCIAL E ATENÇÃO BÁSICA: uma análise da experiência de estágio no NASF** 103
MARCELA SOARES DE ARAÚJO
- 17** **SUAS TERESINA: construção dos direitos sociais, ações e estratégias da gestão municipal** 109
LORAINÉ MARIA DA ROCHA CAVALCANTE
IRACILDA ALVES BRAGA

EIXO 2 - Formação profissional: ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica no contexto pandêmico

- 18** **AÇÃO EXTENSIONISTA EMERGENCIAL CONVIVÊNCIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: um relato de experiência sobre as visitas remotas** 115
IOLANDA CARVALHO FONTENELE
LUÉCIA LAINE MUNIZ DE SOUSA
- 19** **ASPECTOS SOCIAIS E O ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA: aproximações com a realidade dos estudantes do Instituto Federal do Piauí-IFPI** 121
SAMARA CRISTINA SILVA PEREIRA
AMANDA MARQUES DE OLIVEIRA GOMES
- 20** **EDUCAÇÃO POPULAR NA PÓS-GRADUAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: áreas de serviço social e educação** 127
FRANCIELE LOURENÇO ALVES
ALINE MARIA BATISTÁ MACHADO
FRANCISCA FERREIRA DE SOUZA PEDROZA

- 21** **ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL E PANDEMIA:**
reflexão sobre a formação profissional
CAROLINE DOS SANTOS DE SANT'ANNA
MARINA DA CRUZ SILVA 133
- 22** **FORMAÇÃO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL:** resultados da iniciação científica
DAFNE DIAS LAGES MONTEIRO
SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA 139
- 23** **MEMORICÍDIO RACIAL NO CURRÍCULO FORMATIVO EM SERVIÇO SOCIAL:** avanços necessários
JAMILE SANTOS BRITO
ANGELA ERNESTINA CARDOSO DE BRITO 145
- 24** **O SERVIÇO SOCIAL NO PET INTEGRAÇÃO:** um relato de experiência
AMANDA SOARES MELO
ANA MARIA CUNHA IÊDON 151
- 25** **TRANSVERSALIDADE ÉTNICO RACIAL NO CURRÍCULO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**
GABRIELA PEREIRA BARBOSA 157

EIXO 3 - Trabalho profissional do assistente social no contexto da pandemia da COVID-19

- 26** **A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS(A) ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE PANDEMIA**
JULIANA VERAS DE SOUSA 165
- 27** **A INTERVENÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO HOSPITALAR FRENTE AOS CASOS DE ABANDONO DE IDOSOS**
MIRLAINE DE MATOS SILVA
RICARDO WILLIAM GUIMARÃES MACHADO 169
- 28** **O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE:** orientações às gestantes e puérperas
LARISSA BRENDA DA COSTA MOURA
FRANCISCO RAFAEL DE CASTRO CHAVES
ANA KARLA BATISTA BEZERRA ZANELLA 173
- 29** **REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO HOSPITALAR EM TEMPOS DE PANDEMIA**
ANA KELY DA SILVA BRAGA
DÉBORA BEATRIZ DA ROCHA LIMA
LUCIA DA SILVA VILARINHO 179
- 30** **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** o trabalho do assistente social no hospital de campanha padre Pedro Balzi
FRANCISCA BRUNA PEREIRA LUSTOSA MAZULLO
MARIA BEATRIZ COSTA DIAS
TACIANA BASTOS CHAVES 185

31 **SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE PANDEMIA:** relato de experiência em um hospital universitário
ANA PAULA DE LIMA SILVA
MARIA NAYANA CARVALHO TAVARES
NATALIA BRAGA DE SOUZA 191

32 **SERVIÇO SOCIAL NOS CUIDADOS PALIATIVOS:** relato de experiência no enfrentamento ao covid-19
SIMONE DA FONSECA SANGHI
IZABEL HARTMANN BUSS
JULIETA CARRICONDE FRIPP 197

EIXO 4 - Democracia, Controle Social e Gestão Pública

33 **A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS ULTRANEOLIBERAIS E REACIONÁRIOS**
NAYRANA KELLY DE SOUSA ARAÚJO 203

34 **AMAZÔNIA BRASILEIRA E DESENVOLVIMENTISMO:** o papel da região na divisão territorial do trabalho
MARIA GABRIELA DE ANDRADE DE SENA
LUCAS WELLINGTON DA SILVA SILVA 207

35 **PET-SAÚDE E CONTROLE SOCIAL:** um relato de experiência de uma estudante de serviço social da UFPI na prática do pet-saúde interprofissionalidade no Conselho de Saúde de Teresina-PI
DALILA PEREIRA MACHADO 213

36 **REFLEXÕES SOBRE O GERENCIALISMO E SUA INCORPORAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
MARIA MARYLLYA DE BRITO CUNHA BARROS
TEREZA LORRANNA MOREIRA ROLIM
TERESA CRISTINA MOURA COSTA 219

37 **UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE O ARTIGO “TEORIA DEMOCRÁTICA E DELIBERAÇÃO PÚBLICA” DE LEONARDO AVRITZER**
BRENNNA GALTIERREZ FORTES PESSOA 225

EIXO 5 - Direitos Humanos, cidadania e desigualdades sociais (Cultura, Sociedade, Identidades, Questões de Gênero, raça, Etnia e Geração, Questões Agrária, Urbana e Ambiental)

38 **A INCLUSÃO DO CONTEÚDO SOBRE QUESTÃO ÉTNICO RACIAL, DE GÊNERO E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A ABEPSS:** um levantamento documental
MAGALI DA SILVA ALMEIDA
LULIANE SILVA DOS SANTOS
MILENA KELLY SILVA LIMA 233

- 39** **A LEI MARIA DA PENHA E OS HOMENS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER** 239
GIOVANNA DE ABREU ARAÚJO
MARIANA CAVALCANTI BRAZ BERGER
- 40** **A RENOVAÇÃO DA LEI DE COTAS COMO FATOR PRIMORDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL** 245
KAIO FELIPE DOS SANTOS
- 41** **AS LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO ÀS MÃES TRABALHADORAS:**
uma análise sobre sua efetividade no nordeste brasileiro 251
POLIANA DE OLIVEIRA CARVALHO
JOZEYANA DE SOUSA CARVALHO
MARIA GUILMARA VERAS PEDROSA
- 42** **DESIGUALDADES RACIAIS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19** 257
WENDELL GOMES DA ROCHA
THAINÁ OLIVEIRA SANTANA
FRANCISCO EDUARDO DE OLIVEIRA CUNHA
- 43** **ENCARCERAMENTO JUVENIL:** seletividade penal, racismo e criminalização da pobreza 263
ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA
LUANNE MARIA DA COSTA MARTINS
- 44** **FEIRA UFPI:** potencializando o trabalho das mulheres agricultoras durante a pandemia 269
LILA CRISTINA XAVIER LUZ
BEATRIZ DA SILVA LUSTOSA
KARLA KARINE FERNANDES LIMA
- 45** **IDOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA** 275
JULYANA BORGES AMORIM DE MORAIS
- 46** **MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI:** raça, gênero, classe social e sexualidades 279
LUCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA
CLAUDILENE DE SOUSA ROCHA
- 47** **O DEBATE DA QUESTÃO ÉTNICO RACIAL E DE GÊNERO NO CONJUNTO CFESS-CRESS:** análise dos relatórios dos encontros deliberativos 285
MAGALI DA SILVA ALMEIDA
MAÍSIS SANTOS DO ROSÁRIO
TIAGO COUTINHO MOREIRA
- 48** **O PAPEL DO TRABALHADOR RURAL NO PROCESSO DE GERAÇÃO (E TRANSFERÊNCIA) DE RIQUEZAS NO CERRADO PIAUIENSE** 291
RICARDO NUNES DE OLIVEIRA
SÉRGIO GONÇALVES DOS SANTOS JÚNIOR
FRANCISCO EDUARDO DE OLIVEIRA CUNHA

- 49** **O TRABALHO INFANTIL E SUA PERSISTÊNCIA NA CENA CONTEMPORANEA: um olhar sobre a legitimação pela sociedade brasileira** 297
SARAH CASTRO DA SILVA GOMES
RICARDO WILLIAM GUIMARÃES MACHADO
- 50** **PRECARIEDADE DO ACESSO À ÁGUA EM BREVES MARAJÓ-PA: idosas marajoaras e seus desafios cotidianos** 301
ELIZANDRA GOMES DE LIMA
- 51** **PRODUÇÃO DE CUIDADO FAMILIAR NA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL E AS IMPLICAÇÕES DE CLASSE SOCIAL** 307
LUCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA
LAYARA ARAÚJO CABRAL
- 52** **PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MARINHEIRO NA PANDEMIA: reflexão para o serviço social** 313
MÁRCIA REGINA GALVÃO DE ALMEIDA
ELAINE MARIA DO NASCIMENTO
- 53** **RELEVÂNCIA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA MULHER IDOSA NA CIDADE TIMON-MA** 319
KLEDILZA MACEDO DE MESQUITA SOUSA
SAMYA YASMIN SOUSA SILVA
TAILAN DE SOUSA SANTOS
- 54** **SAÚDE MENTAL E GÊNERO: as perspectivas da produção de cuidado familiar no processo de desinstitucionalização** 325
ANA PAULA FARIAS DE OLIVEIRA
LÚCIA CRISTINA SANTOS ROSA
- 55** **UM ESTUDO REFLEXIVO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E AS RELAÇÕES DE PODER NA SOCIEDADE** 331
GEÓRGIA VIEIRA DE SOUSA

EIXO 6 - Manifestações da Questão Social na pandemia da COVID-19, Estado, Sociedade Civil e os desafios para o Serviço Social

- 56** **A CAPITAL PROTEGE O CAPITAL: análise da proteção social no distrito federal em tempos de pandemia** 339
Anna Júlia Medeiros Lopes Garcia
Anna Clara Soares de Oliveira
Tháís Kristosch Imperatori
- 57** **A PSICOLOGIA SOCIAL COMO ESTRATÉGIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NO SERVIÇO SOCIAL** 345
NATALI REIS DOS SANTOS
ISABELA COSTA SILVA

58	ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: segmentos vulnerabilizados e o auxílio emergencial GABRIELA DE SOUSA ALVES GAMELEIRA IOLANDA CARVALHO FONTENELE LUÍS FERNANDO SILVA MARQUES	351
59	FAMÍLIA MONOPARENTAL CHEFIADA POR MULHERES: o caso de mães de filhos com deficiência JULIANA OLIVEIRA DE CARVALHO REBECA FREITAS SPITTLE RICARDO WILLIAM GUIMARÃES MACHADO	357
60	O FEMINICÍDIO NO PIAUÍ EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19: o que os dados revelam? ESTELYTA HANNA GUEDES RODRIGUES MORAIS CIRLENE APARECIDA HILÁRIO DA SILVA OLIVEIRA	363
61	O PIOR CEGO É O QUE NÃO QUER VER: o debate sobre população em situação de rua no serviço social SARA PIFANO DOS SANTOS RICARDO WILLIAM GUIMARÃES MACHADO	369
62	O/A PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS EM SAÚDE MENTAL: relato de experiência ADRIELI DE SOUSA LIMA IZABEL HERIKA GOMES MATIAS CRONEMBERGER SÂMIA LUIZA COELHO DA SILVA	375
63	PANDEMIA E EXCLUSÃO SOCIAL: algumas reflexões sobre a realidade brasileira SAMARA CRISTINA SILVA PEREIRA	381
64	PROTEÇÃO SOCIAL E COVID-19: desafios para a segurança de sobrevivência MARIA EDUARDA LOPES DE JESUS MACÊDO REBECA LOIOLA VIEIRA THAÍS KRISTOSCH IMPERATORI	387
65	SERVIÇO SOCIAL E A RETOMADA AO CONSERVADORISMO LUCAS VIANA DOS SANTOS RICARDO WILLIAM GUIMARÃES MACHADO	393
	SOBRE AS ORGNIZADORAS	401



1

EIXO

**SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL
E POLÍTICAS PÚBLICAS**

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

JAQUELINE NUNES DE ALMEIDA¹
LUANNE MARIA DA COSTA MARTINS²
LAYARA ARAÚJO CABRAL³

INTRODUÇÃO

O Estado democrático foi uma das grandes conquistas da humanidade que visa a democracia como uma forma de organização e governo em que seja reconhecida a igualdade de todos os seres humanos, em direitos e dignidade, assegurando-se a todos o cumprimento de suas necessidades, bem como a possibilidade de influir na tomada de decisões sobre questões de interesse comum. Desse modo, os governos verdadeiramente democráticos enfrentam diretamente a questão social⁴ e suas expressões. Parafraseando Potyara, as políticas sociais como uma medida de erradicação de uma das expressões da questão social – o pauperismo - é essencial para a consolidação de direitos, especialmente na realidade brasileira. Isso posto, o projeto neoliberal, insere-se na realidade brasileira como uma contrarreforma, que sofreu influências internacionais, com o intuito de promover o crescimento da economia e atenuar os efeitos da inflação, resultando na desarticulação do poder dos sindicatos, ocasionando o desmonte de diversos direitos conquistados.

¹ Acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

² Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Voluntária de Iniciação Científica da UFPI desenvolvendo a pesquisa “Encarceramento Juvenil e as expressões da questão social que afeta os jovens no estado do Piauí”. Departamento de Serviço Social - DSS. E-mail: luannemaria18@gmail.com.

³ Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Bolsista de Iniciação Científica da UFPI desenvolvendo a pesquisa: “Família no processo de desinstitucionalização em saúde mental no Brasil e no Piauí: dimensões de classe, gênero e etnias”. E-mail: layyara@hotmail.com.

⁴ Sendo a questão social entendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (Iamamoto, 2015, p. 27).

A questão social apresenta múltiplas faces, dentre as mais perversas têm-se a desigualdade econômica, política, social e cultural. Assim, o processo neoliberal fez desencadear o agravamento dessas expressões que “aliada à retração do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria” (IAMAMOTO, 1998, p. 87).

Nesse sentido, faz-se urgente o alargamento dos estudos acerca da relevância das políticas sociais para a materialização dos direitos sociais, porém sem o intuito de esgotá-los. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos do neoliberalismo na efetivação dos direitos. Os objetivos específicos pretendem: a) compreender como o Estado mínimo reflete na consolidação das políticas sociais; b) evidenciar o debate quanto à “nova questão social”; c) identificar como as investidas neoliberais têm afetado o trabalho do assistente social.

Palavras-chaves: Políticas sociais. Questão social. Serviço social.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para a concretização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, do tipo qualitativa de caráter exploratório. Consistiu na análise coletiva das obras abordadas na disciplina de questão social, as quais fundamentaram o estudo acerca desse tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Obteve-se por meio das análises que nesse contexto neoliberal de desarticulação de direitos, o profissional do Serviço Social, como trabalhador assalariado, tem um papel de grande importância na resolução das diversas expressões da questão social, na qual esta se apresenta de forma significativa no âmbito da saúde, trabalho, habitação popular, pobreza e entre outros. Todavia, a atuação dos assistentes sociais na realidade concreta não deve ser confundida com a responsabilidade do Estado de promover direitos. Essencialmente, o processo de trabalho do assistente social dá-se por meio de uma ação conjunta e delimitada, pois ele é convocado a “[...] desempenhar sua profissão em um processo de trabalho coletivo, organizado dentro de

condições sociais dadas, cujo produto, em suas dimensões materiais e sociais é fruto do trabalho combinado ou cooperativo [...]” (IAMAMOTO, 1998, p.107). Diante disso, o assistente social tem novas exigências que necessitam de atualizações constantes frente aos cenários sociais contemporâneos.

Em virtude da proposta neoliberal que reduz a atuação do Estado a apenas duas funções: promover um maior desempenho para o mercado e fornecer serviços que o mercado não está disposto. Resultando em uma ação menos reguladora do Estado, atribuindo a este um encargo submetido somente aos interesses políticos e econômicos, desresponsabilizando o Estado do dever de assegurar direitos individuais como também organizá-los e torná-los realidade. Nesse sentido, Rosanvallon e Castel entendem que há uma “nova questão social”, resultado “[...] de uma ruptura com a antiga “questão social” que emergiu no século XIX, dentro dessa lógica de pensamento, concluem que o Estado deve responder de forma inovadora, sendo para isso necessário ir além das “ultrapassadas” formas de regulação social [...]”. Dessa forma, entra em discussão o “terceiro setor” com a tarefa de responder às novas demandas da questão social. No entanto, não se pode afirmar que há uma “nova questão social” pois de acordo com Pastorini (2010, p.49), “a procurada novidade, pensada como acontecimento que marca um ponto de ruptura com o suposto velho ordenamento social capitalista, não se faz presente na realidade contemporânea”.

O assistente social “trabalha com políticas sociais, de corte público ou privado e não resta dúvida ser essa uma determinação fundamental na constituição da profissão” (IAMAMOTO, 2015, p.58), esse compreende a realidade na sua totalidade e atua no âmbito de mediações entre as classes e o Estado, na defesa de direitos previstos na Constituição e na legislação vigente, visa também fortalecer a participação dos cidadãos nos processos democráticos e muni-los de informações. Essas políticas sociais definem-se como:

[...] desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Isso posto, destaca-se a importância das políticas sociais como respostas institucionais às múltiplas expressões da questão social, objeto de trabalho do assistente social. O Estado tem fundamental importância na criação e na efetivação de políticas públicas e políticas sociais,

ambas necessárias para amenizar as desigualdades que afetam grande parte da população brasileira, pois segundo o artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição”. Sendo assim, para a concretização destes direitos é necessário a intervenção pública por meio das políticas sociais, no entanto, a drástica redução do Estado na minimização dos gastos públicos afeta excepcionalmente na distribuição dessas políticas.

Segundo o estudo divulgado em 2018 pela Oxfam Brasil, “o país estagnou em relação à redução das desigualdades” contribuindo para o crescimento do índice de pobreza. O Governo Lula (2003 - 2011) deu enfoque para as políticas sociais e aliou o desenvolvimento econômico ao social o que não se configura nos atuais governos, com reformas que fragilizam os direitos, através de cortes nos gastos sociais. Oxfam Brasil, “o país estagnou em relação à redução das desigualdades” contribuindo para o crescimento do índice de pobreza. O Governo Lula (2003 - 2011) deu enfoque para as políticas sociais e aliou o desenvolvimento econômico ao social o que não se configura nos atuais governos, com reformas que fragilizam os direitos, através de cortes nos gastos sociais.

CONCLUSÕES

Em suma, frente aos estudos realizados acerca desta temática, percebe-se que os desmontes iniciados nos períodos neoliberais e freados no neodesenvolvimentismo retornam de forma mais agravada sobre as classes subalternas, visto que, o Estado capitalista centraliza-se na área econômica em detrimento da área social. Tendo em vista o crescimento vertiginoso da pobreza, constata-se que esses governos pautados na ideologia neoliberal não estão comprometidos em atenuar as diversas expressões da questão social. Diante da análise da realidade brasileira conclui-se que tais reformas não são efetivas, sendo urgente a ampliação de políticas sociais como forma de garantia de direitos, de enfrentamento e de revolução.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.p.51 a 62.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 106-172 e p. 195-208.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998. P.27-42.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara. **A questão social e as transformações das políticas sociais**. Ser Social.

Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, n. 6, 2000, p. 119-132.

Redução da desigualdade no Brasil é interrompida pela primeira vez em 15 anos. OXFAM Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/reducao-da-desigualdade-no-brasil-e-interrompida-pela-vez-primeira-em-15-anos>. Acesso em: 30 nov. 2018.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A INFÂNCIA EM JOGO: a defesa dos direitos das crianças frente a liberdade de expressão que há na internet

BRUNA BIANCA RABELO DOS REIS¹
SELMA MARIA SILVA DE OLIVEIRA BRANDÃO²

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de estudo analisar o cumprimento ou a violação dos direitos das crianças diante da liberdade de expressão que há na internet no Brasil. Este estudo aborda sobre o contexto histórico da infância e o processo de luta pelos direitos das crianças, como também destaca a importância do ECA e da CFB na manutenção da infância. Além disso, analisa o acesso das crianças a internet, e a mídia social que mais cresce no meio infantil, o aplicativo *TikTok*. Destacando a posição e as ações interventivas da família e dos movimentos sociais, como também de algumas medidas de restrições que são subjugadas pelas empresas digitais, na defesa dos direitos das crianças.

Todos os indivíduos estão sujeitos a praticarem os exercícios para a liberdade, estes, porém, devem exercê-la através do respeito às leis, as formalidades, às condições, e às restrições ou penalidades, tendo em vista a necessidade da construção constante da democracia no meio social. Neste sentido, este artigo tem como objetivos: analisar a legislação vigente do Brasil, que normatizam e orientam os direitos das crianças, averiguando se estes estão sendo garantidos ou violados diante dessa liberdade de expressão que há no mundo digital; observar se as medidas

¹ Graduanda em Serviço Social pela UFMA. E-mail: bruna.bianca@discente.ufma.br.

² Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da UFMA. E-mail: selma.maria@ufma.br.

de restrição funcionam efetivamente, como também destacar qual deve ser o posicionamento da família e do Estado na defesa dos direitos das crianças no meio digital.

Palavras-chaves: Crianças. Defesa. Direitos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido no método qualitativo, através da pesquisa de cunho problemático, utilizando os métodos bibliográfico e documental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo da história a infância foi criando voz, e passou a ser vista como uma categoria de extrema importância para o bom desenvolvimento e desempenho da sociedade. Assim, a socialização das crianças passou a ser prioritária e ao mesmo tempo preocupante, prioritária quanto a formação de indivíduos meramente humanos, preocupante quanto a ação de determinados agentes socializadores, que agem e pensam de maneira moralmente incorreta. (PINTO; SARMENTO, 1997)

A internet, por “permitir o livre acesso de todos”, é vista como uma terra sem lei, justamente por compreender de forma errônea o que seria liberdade de expressão. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Priberam, liberdade é o “direito de proceder conforme nos pareça, contanto que esse direito não vá contra o direito de outrem; condição do homem ou da nação que goza de liberdade; conjunto das ideias liberais ou dos direitos garantidos ao cidadão”. (PRIBERAM, 2020).

Sendo que diante dessa liberdade de expressão, segundo o Caderno de Debate da Classificação Indicativa, o público que mais tem os seus direitos acometidos é o infantil, que por sua vez, também é aquele que tem mais acesso à rede. Cerca de 89% da população na faixa etária de 9 a 17 anos no Brasil, tem um acesso livre a internet. Assim, sendo a internet um espaço de livre acesso cultural, por que não há neste a manutenção do respeito ao outro? Diante de toda a essa liberdade de expressão que há na internet, por que ainda não foram levantadas políticas públicas na defesa dos direitos das crianças?

Segundo a pesquisa online TIC Kids Brasil 2018 cerca de 24,3 milhões de crianças e adolescentes brasileiras tem acesso à internet, representando 86% da população entre 9 e 17 anos no Brasil. O acesso à internet se concentra na seguinte medida: 52% da população de 10 anos; 64% aos 11; 63% aos 12, 68% aos 13 anos; 77% aos 14; 73% aos 15; 71% aos 16 anos.

O público mais conectado à internet é o público infantil. E de acordo com esta pesquisa (TIC Kids Brasil), 8 em cada 10 crianças no país tem acesso a vídeos, programas, filmes e séries online, somando a 83% da população brasileira dessa faixa etária. Além disso, 77% fazem o uso da internet para acessar aplicativos de mensagens, 60% usam para fazerem downloads de jogos sem conexão direta com a internet, 55% acessam a internet para jogar jogos online e 82% usam para ouvir música. (Agência Brasil, 2020). Sendo o público infantil aquele que mais se conecta a internet, e tendo em vista o conteúdo de postagens de textos, vídeos e imagens que em sua maioria apresentam conteúdos impróprios, até onde então deve ir tamanha liberdade de expressão que há no mundo virtual?

O *TikTok* é um aplicativo de mídia social de origem chinesa, que permite aos usuários criar e compartilhar vídeos curtos de até 60 segundos. Para possuir cadastro no aplicativo, o usuário precisa ter idade mínima de 13 anos e ter uma autorização parental, por ser esse um aplicativo que necessariamente não produz conteúdo para um público infantil.

Grande parte dos vídeos que são produzidos e compartilhados no *TikTok*, possuem conteúdos impróprios. Muitas das músicas que são reproduzidas no aplicativo, e que compõem grande parte dos vídeos, possuem letras obscenas e palavras de insulto, além das danças que são compostas por coreografias sexualizadas, ou até mesmo a reprodução de videoclipes com conteúdo de cunho sexual e que fazem apologia ao uso de drogas ilícitas (CANALTECH, 2020).

Segundo a Constituição Federal Brasileira, os principais agentes a defender a criança e a sua infância, são a família, a sociedade e o Estado:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1988, ART 227, p. 132).

Sendo assim, conforme a Constituição, toda criança tem direito a proteção especial e a todas as possibilidades e oportunidades para ter um crescimento saudável, tanto psicologicamente, intelectualmente e fisicamente, sendo dever da família, do Estado e da sociedade civil priorizar os direitos das crianças.

Então, quais os limites devem ser estabelecidos pelos pais/responsáveis ao permitir o acesso das crianças a internet? E não somente a família e o Estado, mas também a atuação dos movimentos sociais, foi e é de extrema importância na defesa e na execução dos direitos das crianças. Os movimentos sociais, surgiram no processo de redemocratização da sociedade brasileira em meados dos anos 80. Estes foram uma ferramenta de grande eficácia para a promulgação e permanência dos direitos do cidadão, como também um instrumento insubstituível para conquistar o acesso à cidadania no Brasil, pois foi através dos movimentos sociais que se originaram os fóruns, espaço não institucionalizados de participação social.

CONCLUSÕES

Tendo em vista a legislação vigente do país que normatizam e orientam a defesa dos direitos das crianças, partindo da análise da garantia ou da violação destes direitos, diante da liberdade de expressão que há na internet, como também a apuração do funcionamento ou não das medidas de restrição para menores no meio virtual, e o posicionamento da família, do Estado e dos movimentos sociais na proteção da infância, compreendemos que a defesa aos direitos das crianças não se estende apenas ao mundo real, mas também ao mundo digital. Seja em um espaço físico ou online, de modo algum podem ser violados o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal Brasileira.

A pena criminal para um indivíduo ou empresa que violar os direitos das crianças pela internet podem ser de 3 meses a 1 ano de detenção, bem como, dependendo da gravidade do fato; 1 ano a 3 anos de reclusão e multa. As postagens e publicações são vistas como crime quando vários direitos são violados, como o direito à identidade, à intimidade, à privacidade, à imagem, à honra e a vida privada. (JUSBRASIL, 2020).

A família tem o dever de impor-se a toda e qualquer anulação e violação dos direitos da criança no mundo virtual. Deve concentrar a sua ação interventiva na supervisão, no monitoramento, determinando restrições de tempo limite para uso, quais sites podem ser acessados, a que tipo de conteúdo podem ter acesso, com quais pessoas podem manter comunicação.

Diante da liberdade de expressão que há na internet, vemos, lemos e ouvimos todo o tipo de conteúdo, o que torna imprescindível, o posicionamento e a ação interventiva da família e dos

movimentos sociais diante da violação dos direitos das crianças frente a liberdade de expressão que há na internet.

Portanto, a solução não está na proibição total do acesso das crianças (entre 7 e 12 anos) a internet. Para tanto, deve haver um maior investimento nas medidas de proteção de privacidade e nos mecanismos de segurança, como também o monitoramento e o cuidado por parte da família, tutores e responsáveis pela criança em buscar conhecer a que tipo de conteúdo a criança está tendo acesso. Compreendendo, que a internet não deve ser encarada apenas como uma ameaça, mas também como um mecanismo social que produz progresso.

REFERÊNCIAS

ADJUNTO. Diogo. **ECA 30 anos: o que pensam os movimentos sociais e adolescentes?**. 2020 Conselho Federal de Serviço Social. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1731> >. Acesso: 19 abril 2021.

ALVES. Isabel. Lista: conheça 7 projetos educacionais do Brasil. 2018. Observatório do Terceiro Setor. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/lista-conheca-7-projetos-educacionais-do-brasil/> Acessado em: 10 abril 2021.

ALVES. Júlio Henrique de Macêdo. **A evolução das definições de família, suas novas configurações e o preconceito**. 2014. N° 53.. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Direito. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN. 2014. Disponível em: < <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://monografias.ufrn.br:8080/js-pui/handle/123456789/892&ved=2ahUKewjavYiyIIwAhX1HrkGHVgKCRgQFjAAegQIBhAC&usg=AOvVaw2FVBJNSJlqLeCXl8KzSrd1> >. Acesso em: 16 abril 2021.

AZEVEDO, Jefferson Cabral; MIRANDA, Fabiana Aguiar de; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros. Reflexões acerca das estruturas psíquicas e a prática do Cyberbullying no contexto da escola. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 247-265, 2012. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1453/1448>. Acesso em: 20 abril de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). 5 de outubro de 1988. Destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COSTA. Felipe. CORTELLINI. Isabel. Liberdade de expressão em tempos de internet. 2018. **Migalhas**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/constituicao-na-escola/287487/liberdade-de-expressao-em-tempos-de-internet>. Acesso em: 10 abril 2021.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A LEI Nº 13.935/2019 E SUA IMPORTÂNCIA PARA ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

POLIANA DE OLIVEIRA CARVALHO¹
HIANA DE LIMA MELO²

INTRODUÇÃO

O estudo que se dedica a Lei nº 13.935/2019 e sua Importância para Assistentes Sociais na Educação Básica Pública tem como problema norteador a busca de identificar qual a relevância da lei e da atuação profissional de Assistentes Sociais na rede pública de ensino básico brasileira, justificando-se no anseio de que a lei é de vasta magnitude para os profissionais em formação e os já em exercício, pois se trata de mais um campo ocupacional, com respaldo legal, conquistado no longo da trajetória da profissão e também se concretizará em uma resposta de melhoria dos serviços para a sociedade, principalmente os usuários da política de educação pública, além de seu conhecimento e socialização ser necessária para a nutrição política e teórica da categoria. Apesar do debate do serviço social na educação não se tratar de uma abordagem nova dentro da categoria, tendo em vista registros de diálogos e documentos datados desde a década de 1940 como expressa Amaro (2017), situando o serviço social nas escolas do Rio Grande do Sul, ou um pouco mais tarde com a brochura “Serviço Social na Educação”, publicada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2001, este estudo se volta a citada lei, esta que acompanha o serviço social já reconceituado, diferente daquele que Amaro (2017) expressa

¹Mestre em Políticas Públicas pela UFPI; Doutoranda em Políticas Públicas pela UFPI; Assistente Social da Prefeitura de Teresina-PI; Professora da Faculdade CHRISFAPI; e-mail: polianacarvalho10@hotmail.com.

²Bacharelada do VII período do curso de Serviço Social da Christus Faculdade do Piauí - CHRISFAPI; e-mail: hiana-melo@hotmail.com.

presente no estado sulista, moralista e pragmático. Deste modo, o estudo objetiva primariamente compreender a contribuição da atuação profissional de Assistentes Sociais na educação básica pública e a importância da lei nº 13.935/2019 para a introdução destes profissionais neste espaço. Como secundários: Ilustrar a conjuntura do processo de aprovação da lei 13.935/2019 e sua repercussão dentro das categorias profissionais; sistematizar o trabalho desempenhado por estes profissionais seguido do possível impacto nestas instituições; e identificar a importância da lei 13.935/2019 para a introdução de assistentes sociais e psicólogos nas escolas de educação básica pública.

Palavras-chave: Educação. Serviço Social. Cidadania. Política de Educação.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa é bibliográfica e tem classificação, segundo seus objetivos, exploratória, ao passo de ser uma pesquisa que “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009. p. 35). Para mais, seu método é dialético e a abordagem qualitativa, haja vista não ser a preocupação central deste ensaio realizar levantamentos de natureza numérica, mas sim um “aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização [...]” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009. p. 31).

Ademais, a pesquisa fez uso de materiais bibliográficos que abordam a temática produzida em anteriores vezes, tal como Manual de orientação para implementação da lei, estruturado pelo CFESS e Conselho Federal de Psicologia (CFP), pesquisas em plataformas digitais de instituições representativas, livros, artigos científicos produzidos por profissionais e/ou estudantes do serviço social em bases de dados eletrônicas, como Scientific Electronic library Online (SCIELO).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As políticas sociais, de modo geral, têm sua constituição ligada à ascensão da sociedade burguesa, isto é, é específica do modo capitalista de produção e reprodução a partir do reconhecimento da questão social. Diversos autores apontam a demarcação histórica das políticas sociais e, segundo Pereira (1998) ao falar-se em política social alude-se

àquelas modernas funções do Estado capitalista – imbricado à sociedade – de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais categorizados como direitos de cidadania [...] a qual foi depois da II Guerra Mundial distanciando-se dos parâmetros do laissez-faire e do legado das velhas leis contra a pobreza (PEREIRA, 1998, p. 60).

Com isto, nota-se que além de ser uma criação da sociedade capitalista, sua execução também lhe diz respeito, sob respaldo da Constituição Federal de 1988. Esta alusão tem ligação direta com a conjuntura do processo de aprovação da lei nº 13.935/19, haja vista desde os anos 1990, com a chegada das ideias neoliberalista no Brasil, não somente esta política vem sofrendo cortes de investimentos com a Contrarreforma do sistema de proteção social brasileira de orientação liberal pelo Estado brasileiro (MARTINS, 2011). Em 2019, no governo de Jair Bolsonaro, estava o projeto de lei 3688/2000, a atual lei 13.935, na tentativa de ser aprovado após quase 20 anos de apresentação, que passando pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados, foi vetado integralmente pelo presidente do país, alegando que o projeto criava despesas obrigatórias, sem informar de onde viria à fonte de custeio. No entanto, o Congresso Nacional derrubou o veto, de número 37/2019, em 27 de novembro de 2019 e a lei foi aprovada. Com a anuência da lei, muitos poderiam se perguntar: como o serviço social pode contribuir para a educação? É simples, basta conhecer a orientação da ação profissional. A presença do assistente social no ambiente escolar é de grande importância para que seja garantido um acesso a tal política de modo qualitativo, assumindo o compromisso efetivo com a cidadania dos sujeitos ali inseridos, haja vista este ser um profissional que formula, gesta e executa políticas públicas. Além disso, pode agir

para a garantia da qualidade dos serviços aos (às) estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do (a) adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos; Atuar no processo de ingresso, regresso, permanência e sucesso dos/as estudantes na escola; Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola [...] (CFP; CFSS, 2020. p. 31).

Deste modo, a importância da lei 13.935/2019 está no fato de ela instituir na tipificação de regra às escolas de educação básica pública a ter assistentes sociais (e psicólogos) em seu rol de profissionais para compor a equipe multidisciplinar e assim colaborar com o desenvolvimento educacional dos educandos, como expresso no manual de orientações elaborado pelo CFESS e CFP e demais entidades representativas:

Nossa perspectiva é que a partir de uma concepção de educação coerente com o nosso projeto ético-político profissional, haja o reconhecimento das particularidades do

trabalho da (o) assistente social e da (o) psicóloga (o) na referida política pública e na equipe multiprofissional, na medida em que, tais profissionais possam contribuir frente ao contexto político e ideológico do capitalismo contemporâneo (CFP; CFESS, 2020, p. 15).

Portanto, nota-se que as duas categorias contempladas pela lei federal possuem orientação profissional para o mesmo sentido, apesar de terem intervenções diferentes tendo em vista o objeto profissional de cada, o que na prática, nas instituições que possuem ambos os profissionais, é transformado em ganho para os usuários, tendo em vista a articulação interdisciplinar na ação profissional, garantindo a pluralidade defendida pelo serviço social.

CONCLUSÕES

Portanto, ao analisar o trabalho desempenhado por assistentes sociais na educação, obteve-se que estes são peças fundamentais, pois podem identificar expressões da questão social que para muitos estão ocultas, graças a sua formação investigativa e crítica. Conclui-se que suas contribuições vão além do imaginário conservador social, estando em prontidão para analisar, investigar e intervir com equipes multidisciplinares em problemas que os alunos possuem ou podem adquirir nas possíveis relações conflituosas do ambiente escolar ou doméstico, atuando na prevenção ou intervenção do manifestado. A lei se torna um marco histórico por se tratar de uma norma legal para a inserção deste profissional no âmbito escolar que, apesar da atual conjuntura neoliberal, conquistou este reconhecimento, mas que não se finda aqui. Assim, espera-se que este estudo colabore com o esforço de demonstrar a significância da lei para o reconhecimento do serviço social e do seu trabalho, em especial na educação, e também como possível material que auxilie e embase os grupos profissionais no processo de implementação da legislação. Agora, como dito, a resistência não é cabal, é necessário lutar por a integral implementação da lei, enfrentando o atual cenário de Contrarreforma constante dos direitos sociais já conquistados pela classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

AMARO, S. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios**. Petrópolis: RJ. Vozes, 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. **A (o) psicólogo e A (o) assistente social na rede pública de educação:** orientações para regulamentação da lei 13.935, de 2019. 1. Ed. Brasília: CFP, 2020.

CFESS. **Serviço Social na Educação.** Conselho Federal de Serviço Social-CFESS. Brasília: DF. Setembro, 2001. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao. (2001). pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. [organizadoras]. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARTINS, V. O modelo de Proteção Social Brasileiro: Notas para a compreensão do desenvolvimento da Seguridade Social. **Rev. Bras. De Políticas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 137-158, jan./jun. 2011.

PEREIRA, P. A. Tendências e perspectivas do Sistema de Proteção Social Contemporâneo. *In: Seminário de Políticas Sociais: Desafios Contemporâneos.* Campinas.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

THAYSA FERNANDA RAMALHO NERY DE OLIVEIRA¹
ANTONIA AMANDA LOPES FRAZÃO CARVALHO²

INTRODUÇÃO

Sabe-se que, desde os primórdios, a assistência social era uma política negligenciada pelo Estado brasileiro. As pessoas que não possuíam condições de manter sua subsistência ficavam à mercê das instituições religiosas e das pessoas caridosas. E mesmo após o Estado responsabilizar-se por tal política, a mesma era utilizada como moeda de troca para favores políticos.

Com isso, Alves (2011) explicita que na trajetória da assistência social, esta permanece secundarizada, isto é, trabalha-se com essa política em uma perspectiva complementar às demais. As ações pensadas no âmbito da política de assistência eram embasadas em achismos de cunho emergencial, ou seja, não havia a estruturação de estudos e pesquisas para a realização das intervenções almejadas.

No entanto, no ano de 1988, com a criação da nova Constituição Federal, a política de assistência social ganha uma nova conformação. A partir desse momento, a assistência social ganha o status de política pública, sendo direito do cidadão e dever do Estado. Ela está inserida no âmbito da seguridade social, na qual faz parte a previdência e a saúde (BRASIL, 1988).

Sendo assim, com o advento da Constituição Federal de 1988, é possível perceber a importância que a participação social adquire nesse momento. No texto constitucional, a

¹Assistente Social e Pós-graduanda em Família e Políticas Públicas – Centro Universitário Santo Agostinho – Teresina-PI, e-mail: thaysa-kaka@hotmail.com.

²Assistente Social na Prefeitura de Teresina-PI e Pós-graduanda em Família e Políticas Públicas – Centro Universitário Santo Agostinho – Teresina-PI, e-mail: amandafraza0130119@gmail.com.

participação social é colocada como diretriz para a execução da política de assistência social. Isso mostra o reconhecimento da relevância da participação dos cidadãos nos processos decisórios, tendo em vista que só é possível construir intervenções eficazes e eficientes a partir do conhecimento das reais demandas advindas da sociedade (FLORES, 2016).

Destarte, em meados dos anos de 2004, se consolida a Política Nacional de Assistência Social, conformando-se uma política social transversal que tem a primazia de atravessar as outras políticas sociais, e tem na intersetorialidade uma estratégia de trabalho com as famílias, tendo em vista a consolidação de uma estratégia de gestão democratizada, articulação dos setores, das políticas, e a ainda o compartilhamento de responsabilidades.

Dessa forma, há uma necessidade constante de estabelecer e fortalecer, conforme Pfeifer (2009), as redes de política social, em destaque a “Rede Formal de serviços sociais, formadas pelas instituições públicas, privadas e terceiro setor” (PFEIFER, 2009. p. 02). Tais redes emergem em prol do suprimento das necessidades básicas e garantia dos mínimos sociais que vão além da garantia da alimentação e se estende aos “cuidados relativos com a saúde, educação, habitação, alimentação, trabalho e renda, assim como necessidades específicas de crianças, portadores de deficiências, idosos, entre outros segmentos” (PFEIFER, 2009. P. 02).

Dito isso, esse trabalho tem o objetivo discutir o papel da participação social no âmbito da política de assistência social a fim de que os avanços alcançados ao longo da história continuem, pois se percebe que, a partir do envolvimento dos indivíduos nas tomadas de decisões, os governantes conseguem construir estratégias satisfatórias para o atendimento das demandas. Entretanto, objetiva-se, também, discutir os desafios que permeiam essa participação e como estes podem ser superados.

Palavras-chaves: Assistência Social. Participação Social. Desafios.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para a realização da pesquisa foi o dialético crítico, que segundo Minayo (1994) é um método que permite analisar o fenômeno social na sua totalidade, compreendendo suas contradições e sua relação com os sujeitos sociais. O uso de tal método

permite captar o objeto de estudo de forma crítica e reflexiva, a fim de compreendê-lo e, se possível, de apontar saídas para o mesmo.

De acordo com o método usado, este trabalho foi realizado via pesquisa bibliográfica e documental, ou seja, a partir de escritos já publicados, que permite o pesquisador conhecer a temática que irá ser estudada mais a fundo. E fundamentado, também, em documentos, tais como legislações que contribuíram para a construção do conhecimento almejado (GIL, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante essa revisão bibliográfica, constata-se o protagonismo que o controle social exercido pela sociedade por meio da participação em conselhos, conferências e fóruns exerce no fortalecimento da política pública de Assistência Social como uma política pública, que objetiva garantir os mínimos necessários a população alvo ofertando também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas, dando autonomia à população. Assim, é possível que ela se estabeleça, de fato, como um direito de cidadania e de responsabilidade estatal, ultrapassando os ditames da fragmentação das ações, de atendimento residual e de baixo grau de responsabilização governamental ditados historicamente.

Ressalta-se a necessidade de que espaços de controle estejam em consonância com os das demais políticas públicas, visando à garantia dos direitos sociais em sua plenitude para que se possa concretizar o que se tem legislado, através da utilização dos recursos públicos.

Apesar da institucionalização desses espaços de participação social o que ocorre, na realidade, é o distanciamento dos usuários da política de assistência social em relação aos espaços decisórios. É necessário destacar que ainda existem muitos entraves. O primeiro deles diz respeito à cultura brasileira, ou melhor, a cultura governamental brasileira que por muito tempo impossibilitou que a população pudesse ter vez e voz nas tomadas de decisões (PAIVA; ROCHA, CARRARO, 2010).

Outro desafio é a falta de condições concretas e subjetivas para a participação do público atendido pela assistência social. São cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, que muitas vezes desconhecem a própria política, e participam dos espaços de participação social somente para efeito de quórum quantitativo.

E, isso tem sido enaltecido e conformado, na conjuntura atual de contrarreforma do Estado, marcada pelo neoliberalismo, que reforça a insuficiência do Estado e incapacidade de executar as políticas em primazia, promovendo o repasse de suas responsabilidades para a sociedade civil, esvaziando politicamente os espaços de participação social.

Dessa forma, analisa-se que as políticas públicas amplas e efetivas são consolidadas por meio de uma rede de políticas sociais, marcadas pela transversalidade e intersetorialidade, tratando-se de produtos de movimentos sociais, e não de concessões que o Estado fez por livre vontade para garantir o bem estar da sociedade.

Para tentar superar esses desafios faz-se necessário, primeiramente, romper com a cultura de subalternidade da política de assistência social possibilitando que esta seja encarada como política pública e dever do Estado. Segundamente, é preciso promover o protagonismo dos usuários dessa política, elevando-os à categoria de sujeito de direitos, proporcionando capacitação para uma participação eficaz que rompa com as ações consensuais a fim de promover espaços de debates e discussões. E por fim, é preciso que seja realizada uma ampla divulgação, nos diversos espaços sociocupacionais, acerca da importância dos espaços institucionais de participação social e como eles possibilitam o protagonismo dos sujeitos, como também propicia aperfeiçoamentos na construção e execução da política de assistência social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Assistência Social: história, análise crítica e avaliação**. Curitiba: Juruá, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Política Nacional da Assistência Social- PNAS**. Brasília: Senado Federal, 2004. Disponível:
em:http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 02 de maio de 2021.

FLORES, Ana Paula Pereira. **Participação social : uma realidade nos processos de gestão da Política de Assistência Social em municípios do Rio Grande do Sul?**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Escola de Humanidades / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. 179 p. Porto Alegre, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 13 n. 2 p. 250-259 jul./dez. 2010.

PFEIFER, Mariana. Notas Acerca das Redes de Políticas Sociais. In: **ANAIS**. 1º Simpósio sobre Famílias: Políticas de Atendimento, 2009, Tubarão. Anais do 1º Simpósio sobre Famílias: Políticas de Atendimento. Tubarão: UNISUL, 2009.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A QUESTÃO SOCIAL ABORDADA PELA IGREJA NA ENCÍCLICA PAPAL *RERUM NOVARUM*

AMANDA SOARES MELO¹

INTRODUÇÃO

As transformações das relações de trabalho, com o advento da Revolução Industrial, trazem mudanças estruturais na sociedade que migra para as cidades e a sobrevivência dos operários passa a estar relacionada com o trabalho realizado, que passa a ser pago como mercadoria. O cenário leva, portanto, a um agravamento da pobreza.

Netto (2001) aponta que, no capitalismo, o pauperismo está relacionado com a dinâmica da própria produção de riquezas. Desta forma, observaremos a situação da classe trabalhadora ao final do século XIX e a orientação dada pela Igreja Católica de modo a manter a sua ideologia e estabelecendo-se favorável à ordem dominante em ascensão.

Palavras-chaves: Questão Social. Igreja Católica. Operários.

MATERIAIS E MÉTODOS

A análise metodológica se trata de uma pesquisa bibliográfica, fomentada durante a disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I.

Para a compreensão da temática que envolve a gênese do Serviço Social participei de aula expositiva, realizei estudo dirigido e resumo da Encíclica *Rerum Novarum*. Ademais, para a

¹ Discente de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Integrante voluntária do Programa de Educação Tutorial PET Integração/UFPI. E-mail: amandamelo@ufpi.edu.br.

compreensão mais aprofundada, foi feito fichamento de trechos de obras relevantes para a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Papa Leão XIII orienta, na Encíclica *Rerum Novarum*, que a Igreja deve intervir junto ao conflito de interesses entre as classes que se apresentam na sociedade, de modo a “precisar com exatidão os direitos e os deveres que devem ao mesmo tempo reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho”. (LEÃO XIII, 1891)

Desta forma, a Igreja afirma que não há forma de atender à questão social, senão por intermédio da religião, já que o princípios de seus ensinamentos estão em regular a harmonia da vida e costumes de cada um melhorando a vida das classes empobrecidas. Prega que o homem deve aceitar sua condição pacientemente, pois Deus quem estabeleceu as nossas diferenças e desigualdades com o propósito de haver funções diversas na vida social. Orienta o operário a não ser ocioso sob prerrogativa de se acometido flagelos oriundo de seus pecados. Afirma que há uma necessidade de haver as classes, pois “não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital” (idem), por isso seria um erro crer que as classes sejam inimigas. Complementa que a Igreja deve fazer a reconciliação entre os ricos e os pobres através de deveres mútuos para a obtenção desta justiça. (idem)

Ao operário está estipulado que ele: realize o trabalho ao qual ele se propôs; não prejudicar seu patrão, nem agir com violência; mantenha-se distante dos pensamentos comunistas e socialistas. Com relação aos patrões prescreve-se a concepção de interesses espirituais para salvar a sua alma, para tanto: não deve escravizar seu operário e tratá-lo com dignidade; ter interesses espirituais para si e para quem emprega pelo bem da sua alma; garantir a satisfação do operário para que ele não seja levado por solicitações de ordem alheia aos preceitos da Igreja; não impor um trabalho para além da capacidade do trabalhador; pagar um salário justo.

Estipula que ordens religiosas devam ser protegidas pelo Estado, pois o Papa Leão XIII (1891) entende que a religião é o fundamento das leis sociais. Por fim, atesta que a solução definitiva para a questão social emergente é a caridade, de modo que governantes, patrões,

Igreja, instituições tomem a tarefa humanitária que lhes pertence com a missão de velar pelo bem público.

Para delimitar qualquer aproximação com a ideologia socialista, Castro (2011) enfatiza que a Encíclica *Rerum Novarum* trata a propriedade privada como direito natural dado por Deus e que é o estímulo e gratificação para o operário dar sentido ao seu trabalho. Observamos, portanto, que:

A Igreja conta com um discurso doutrinário centralizado (romano ou vaticano) que elabora diretrizes gerais de compreensão dos problemas, estabelecendo normas genéricas para o exercício da fé católica. (idem, p.51)

Esta encíclica inovadora em conteúdo e polêmica em suas orientações estabeleceu-se como um marco incentivador das Ações Sociais da Igreja e ampliação internacional de atividades caritativas que em um contexto mais amplo constitui a gênese do Serviço Social. Quarenta anos depois, com o Papa Pio XI, há uma rememoração desta carta. Na ocasião, com a Encíclica *Quadragesimo Anno*, que além de ressaltar a importância da comemoração, enaltece os resultados das ações construídas em todo o mundo e articuladas com a ordem cristã.

CONCLUSÕES

Podemos concluir que a Encíclica *Rerum Novarum* demonstra, pela primeira vez, a importância de atuar frente à questão social em nome do bem comum e da moral e combate ao pauperismo estabelecido pela dinâmica capitalista.

Critica a falta de humanização de alguns capitalistas, de modo que a exploração não é feita pelo capitalismo, e sim por algumas pessoas que necessitam de humanização, porém não critica a propriedade privada, que é visto como divino e não pode ser questionado. Há o reconhecimento da desigualdade, no entanto é estabelecido que não se trata de algo ruim, seria, portanto, um fator de superação e de cada um tem um importante papel na sociedade, desta forma as classes sociais são naturais.

A única força capaz de acabar com a luta de classes é a doutrina católica pregando uma harmonia em que o operário faça seu trabalho sem prejudicar o capital. Mensagem da encíclica é reforçar o poder da burguesia e acumulação de riquezas sem questionar a contradição inerente ao capitalismo.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011

LEÃO XIII. **Carta Encíclica *Rerum Novarum***. Vaticano: 1891. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html Acesso em: 26 jun. 2021.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**. Brasília, DF, Ano 2, n. 3, p. 41-49, jan/jun.2001.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL DE TERESINA (PI)

JAQUELINE NUNES DE ALMEIDA¹
IRACILDA ALVES BRAGA²

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa de iniciação científica no âmbito da Universidade Federal do Piauí, com plano de trabalho intitulado “A Rede Socioassistencial de proteção social básica e especial de Teresina (PI)”. O estudo dessa temática se faz relevante, visto que, as redes na política social adquiriram uma grande importância nos últimos tempos, principalmente quando se trata dos governos neoliberais, ao passo que, possibilitam a divisão das responsabilidades sociais do Estado, em setores, tais como: o mercado, no caso de quem pode pagar pelos serviços, a família e, por fim, o Estado, reduzido nas suas ações. Além disso, elas facilitam a organização, a interação e a cooperação entre as entidades públicas, privadas e não governamentais. Neste sentido, afirma Pfeifer (2009):

As medidas reformistas submetem as políticas sociais à focalização nos setores mais carentes; descentralização da gestão para as esferas estaduais e locais, abrindo para as organizações não-governamentais e para o setor privado; e privatização, com transferência da produção de bens e serviços para o mercado. (PFEIFER, 2009, p. 4).

¹ Aluna do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Voluntária de Iniciação Científica da UFPI desenvolvendo a pesquisa: “O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA-PI: desafios à sua implementação em tempos de desmonte da Seguridade Social” e membro do GEPSS/UFPI (Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social). E-mail: jaquenunes200@gmail.com.

² Professora da Universidade Federal do Piauí, vinculada ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e líder do GEPSS/UFPI (Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social). Orientadora de iniciação científica e coordenadora da pesquisa: “O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA-PI: desafios à sua implementação em tempos de desmonte da Seguridade Social”. E-mail: iracildabraga@ufpi.edu.br

Assim sendo, os serviços são transferidos para órgãos não governamentais e para as famílias, na qual buscam maneiras de sobressair da situação de vulnerabilidade. No entanto, muitos dos serviços não satisfazem as necessidades nos níveis informais (famílias) de prestação, como a saúde, a assistência, a educação entre outros, mas sim, pelas entidades governamentais, pois possuem a formalidade e que devem prestar os mínimos sociais para a sociedade. Para tanto, segundo Carneiro (2009) existe a necessidade do reconhecimento dos territórios para haver o tratamento adequado das demandas, possibilitando uma real e eficiente análise da realidade brasileira. Para isso, a PNAS ganha êxito na inserção e articulação das redes, reconhecendo as desigualdades socioterritoriais, a fim de garantir maior efetivação da política, contando com a movimentação dos setores e segmentos que a constituem.

Nesta perspectiva, a rede socioassistencial deve estar articulada e direcionada para a ampliação e consolidação da cidadania, buscando a democracia, na partilha social, na política e da riqueza socialmente produzida.

Sobre isso (CFESS, 1994, p.3) afirma ainda a defesa da “universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”, assim sendo, o objetivo das redes é promover a integração das políticas sociais, além da articulação das instituições e órgãos que desenvolvem atividades e ações, possibilitando o desenvolvimento intersetorial. Quando as demandas de serviços nos órgãos públicos, como os CRAS e CREAS, são ultrapassadas, devem ser encaminhadas para outro segmento que integram a rede para o atendimento das demandas territoriais.

O objetivo deste trabalho foi de conhecer a Rede socioassistencial do município e as configurações da oferta dos serviços, tendo como referência a legislação, o Cadastro Nacional de Entidades Socioassistenciais – CNEAS e o Registro no Conselho Municipal de Teresina – CMAS. Enquanto os objetivos específicos foram: verificar a configuração da Rede Socioassistencial de Teresina considerando o CNEAS e o registro do CMAS e verificar as configurações da oferta de serviços de Assistência Social pela Rede, tendo como referência as parcerias firmadas.

Palavras-chaves: Rede socioassistencial. Política de Assistência Social. Oferta de serviços.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa apresentada é do tipo qualitativo e as atividades realizadas para sua construção foram: estudos de grupo, oficinas de alinhamento e de construção dos instrumentais de coleta de dados como forma de instrumentalização técnica, que permite o desenvolvimento da pesquisa, ou seja, documental e bibliográfica. Foi realizado orientações para sistematização e análise dos dados e informações. É válido ressaltar que, por ser esta uma pesquisa que não envolve abordagem direta a seres humanos, não se aplicam a esta os preceitos das Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que versa sobre os cuidados éticos na pesquisa com seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os objetivos, foi realizada uma busca de informações e dados para entender a configuração da Rede Socioassistencial de Teresina. Os dados coletados foram retirados do Censo Suas (2019) dos relatórios de gestão da SEMCASPI (2017-2019), do CNEAS, CMAS dentre outros, prestando o detalhamento das informações do trabalho. Assim, temos que:

A gestão municipal articula-se com a rede privada e com entidades não governamentais para responder as demandas. A proteção social básica e especial tem seus serviços ofertados nos CRAS e CREAS, por responsabilidade municipal, mas também, nos Centros de Convivência e unidades de Acolhimento Institucional privada e etc. Contudo, a rede conta com o apoio de entidades que estão dentro dos critérios. Algumas recebem o atestado para atuar gratuitamente, mas, devem seguir os parâmetros da gestão. Para tanto, a rede divide-se em direta e indireta, gestão municipal e órgãos não-governamentais, respectivamente, que articulam-se com a SEMCASPI. Contudo, algumas organizações da rede indireta, tiveram sua inscrição cancelada, assim, impossibilitada de prestar os serviços. Enquanto na rede direta, alguns serviços ou Centros são desativados por não atenderem aos critérios.

Contudo, são realizados na rede, 105 (cento e cinco) serviços, sendo 78 (setenta e oito) vinculados à PSB e 27 (vinte e sete) serviços vinculados à PSE. Na PSB, os 78 (setenta e oito) serviços, são realizados nos 19 (dezenove) CRAS, divididos entres as 4 (quatro) zonas do município, como: leste, norte, sul e sudeste, bem como nos Centros de Convivência.

Enquanto aos serviços da PSE, estão divididos quanto às complexidades: média e alta. Os 27 (vinte e sete) serviços são realizados nos CREAS, Centros de Convivência, Centro Pop, Centros Dia e Instituições de Acolhimento. Além da oferta na rede privada e das parcerias firmadas para que haja uma maior absorção das demandas, a PSE de média complexidade, conta com: um total de 4 (quatro) CREAS, além dos Centros de Convivência das entidades parceiras, 2 (dois) Centros de Convivência, 1 (um) Centro Pop que atende todas as áreas da cidade, 8 (oito) Centros Dia, 14 (quatorze) Instituições de Acolhimento, 2 (duas) unidades de Acolhimento da Família Acolhedora, que forma os serviços da PSE de Alta Complexidade. Enquanto a rede privada, os serviços são prestados em 19 entidades, onde algumas delas fazem parte do sistema de parceria com a rede pública. Um total de 25 (vinte e cinco) possui atestado de gratuidade. Quanto ao tipo de inscrição, constatou-se que 18 (dezoito) delas, são exclusivas da Assistência Social, 6 (seis) prestam serviços fora da sede. Um total de 13 (treze) instituições não são preponderantes da Assistência Social.

Para fins de conclusão, tem-se que durante a realização do estudo foi necessária à compreensão da PNAS e da Rede Socioassistencial, bem como, se articulam na sociedade. Visto que, são ferramentas de enfrentamento das expressões da questão social, que amenizam o sofrimento das famílias, perante essas expressões. A consolidação dessa política exige o enfrentamento dos desafios e não somente da criação de Leis, mas de sua efetivação. De acordo com a PNAS, os serviços da rede, devem oferecer atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos com direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Destarte, o trabalho buscou esclarecer a dinâmica do trabalho em rede, seu movimento e atuação no município entendendo que esta, possibilita a articulação da gestão pública com as demais entidades. Ademais, entende-se que a rede do município ainda possui limitações, mas que, sua articulação com os demais, busca uma atuação para que os serviços atendam democraticamente toda sua população.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Mauricéia Lígia Neves da Costa. **A estratégia do trabalho em rede no SUAS/CRAS – Teresina – PI: uma experiência em movimento.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

BRASIL. **Censo SUAS 2019.** Brasília: MDS, 2019.

CFESS. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993. Com alterações das resoluções CFESS nº 290/94 e 293/94. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1994.

PFEIFER, Mariana. **Notas Acerca das Redes de Políticas Sociais**. In: 1º Simpósio sobre Famílias: Políticas de Atendimento, 2009, Tubarão. Anais do 1º Simpósio sobre Famílias: Políticas de Atendimento. Tubarão: UNISUL, 2009.

Prefeitura Municipal de Teresina, SEMCASPI. **RELAÇÃO DA REDE PRIVADA DO SUAS NO MUNICÍPIO DE TERESINA**, 2020.

Prefeitura Municipal de Teresina, SEMCASPI. **Relatório de Gestão 2017-2019**. Teresina, 2019.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



FAMÍLIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: tendências, limites e possibilidades

LAISLA SHIRLEY RODRIGUES MARANHÃO¹

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa qual o lugar da família nas políticas públicas, e para tanto é necessário partir do ponto de entendimento dos seus conceitos, quais as suas funções e como ela tem sido abordada historicamente (BRUSCHINI, 1993).

Considera-se, a partir de Mioto (2010), que o terreno é articulado de diferentes tendências, limites e possibilidades para se caracterizar família, partindo da necessidade de dissolver sua aparência de naturalidade, percebendo-a como criação humana mutável e heterogênea.

É preciso analisar as várias funções consideradas próprias ao grupo familiar e de que maneira foi pensada a família no Brasil, pois ao longo do processo histórico da humanidade, através de suas mais diversas configurações, a família sempre desempenhou papel significativo na proteção social.

Na contemporaneidade, sobre a família incidem várias atribuições num contexto de redução das responsabilidades do Estado. Há um reconhecimento legal da importância da família e a expectativa desta prover a proteção social de seus membros (CRONEMBERGER, 2013).

¹ Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2014). Mestre em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí - UFPI (2018).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir o objetivo desse estudo foi realizada uma pesquisa de natureza descritiva e explicativa, alcançado através de metodologias típicas de pesquisas do tipo bibliográfica, que “é aquela realizada em livros, revistas, jornais, etc. Ela é básica para qualquer tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma” (CARLOS, 2011, p. 36). Foi realizada uma revisão a partir da literatura de autores que contribuem para analisar o lugar da família nas políticas públicas, levando em consideração o terreno articulado de diferentes tendências, limites e possibilidades, com ênfase numa pesquisa qualitativa, ou seja, em dimensões da realidade que não podem ser quantificadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tanto no nível do senso comum quanto da própria reflexão científica, houve uma tendência de “naturalização da família” (BRUSCHINI, 1993, p. 50), ou seja, identificação do grupo conjugal como forma básica e elementar de toda família e a percepção do parentesco e divisão de papéis como fenômenos naturais. Essa análise criou obstáculos de difícil transposição, pois grupo conjugal, rede de parentesco, unidade doméstica/residencial podem se apresentar como instituições bastante diferentes de acordo com cada sociedade e momento histórico.

É preciso dissolver sua aparência de naturalidade, percebendo-a como criação humana mutável, podendo assumir configurações diversificadas em sociedades ou grupos sociais heterogêneos. O exame de como as diferentes disciplinas define a família indica “a multiplicidade de dimensões contidas nesse grupo social e mostra como o que se entende por família pode variar conforme a dimensão enfatizada” (BRUSCHINI, 1993, p. 54).

Bruschini (1993) apresenta as diversas definições de família: para literatura sociológica, a família é uma agente socializadora. Para os marxistas, a família protege as propriedades dos indivíduos. Já para a antropologia, família é lugar privilegiado para divisão sexual do trabalho e separação da vida social em esfera pública (masculino) e esfera privada ou doméstica (feminino). No campo da psicologia, não se pode mais analisar as relações familiares sem levar em conta o nível psicológico das relações sociais e seu padrão emocional. Os diferentes pontos de vista de família descritas expressam-se com maior clareza quando se analisam as várias funções

consideradas próprias ao grupo familiar, cada uma com ênfase na corrente de pensamento focalizada

No Brasil Colonial, na sociedade agrária e escravocrata, a família patriarcal caracterizou-se pela importância central do núcleo conjugal e da autoridade masculina, na figura do chefe ou “coronel”, dono de poder econômico e mando político. A mulher foi descrita como esposa dócil, submissa, numa estrutura opressiva e sexualmente assimétrica (FREYRE, 1963 *apud* BRUSCHINI, 1993, p. 67-68).

Com o advento da urbanização, início da industrialização, há uma passagem da família extensa para o modelo conjugal, assim, a família perde suas funções econômicas e políticas, com atribuições específicas de procriação e disciplina sexual. Apesar da valorização da independência da mulher, não houve nesse período alterações nos papéis de gênero e na estrutura tradicional da família: a educação da mulher voltava-se para o casamento, para a vida doméstica e familiar e para melhor instruir os filhos (BRUSCHINI, 1993).

Segundo Bruschini (1993), apenas na década de 70, quando as mulheres priorizam o trabalho remunerado como o caminho da libertação, o feminismo atingiu um grande impasse: o trabalho fora de casa, da independência econômica e da negação das referências domésticas e familiares que foram a marca da condição feminina. Nota-se muito mais uma reivindicação para transformar o modelo patriarcal e opressivo de família do que propriamente decretar o seu fim.

A riqueza e a diversidade da literatura esboçada revelam que os contornos do conceito de família ainda estão longe de ser bem definidos. Segundo Mioto (2010), ao longo do processo histórico da humanidade em diferentes sociedades e períodos sócio-históricos, através de suas mais diversas configurações, a família sempre desempenhou papel significativo na proteção social. São formas mais ou menos institucionalizadas, que as sociedades produzem para proteger parte ou conjunto de seus membros das adversidades da vida natural e social (GIOVANNI, 1998 *apud* MIOTO, 2010, p.51);

Com as transformações ocorridas no mundo capitalista a partir dos anos de 1970, o que provocou a crise do “*Welfare State*”, o papel da família passa a ser revigorado junto com a possibilidade do mercado e da sociedade civil nessa provisão, à medida que cresce a ideia da impossibilidade e inoperância do Estado como provedor de bem-estar. Segundo Mioto (2010, p.51), no Brasil, onde o Estado de bem-estar social não foi efetivado plenamente, a família

sempre ocupou esse papel central. Exerce papel de “amortecedor das crises do país, especialmente após os anos de 1980”. Nesse sentido, as famílias sempre viabilizaram a reprodução social através da lógica da solidariedade e de práticas dos grupos domésticos, mesmo com baixos salários e inconstância dos serviços públicos.

O reconhecimento legal da importância da família e a expectativa desta prover a proteção social de seus membros vão gerar a implantação de vários programas que apostam na centralidade das ações na família. Autores como Mioto (2010) vêm mostrando que o reconhecimento legal e a implementação destes programas não significam rupturas com práticas assistencialistas, que ao longo de décadas, penalizaram e responsabilizaram a família pelos problemas vivenciados.

Para Cronemberger (2013) esse debate vem sendo potencializado à medida que a família também passa a ocupar um lugar central enquanto destinatário das políticas públicas. O projeto protetivo do Estado, presente na Política de Saúde e de Assistência Social, “convive e está entrelaçado com o projeto familista, à medida que a proteção oferecida busca sempre contrapartidas que aumentam as responsabilidades familiares, sobrecarregando as famílias vulneráveis” (CRONEMBERGER, 2013, p. 6), pois o Brasil está mais próximo do modelo de pluralismo de bem-estar, do mix público/privado na proteção social, do que do modelo de proteção estatal/pública.

Para a autora é necessário fortalecer a família como um sujeito de direitos, conforme já destacado por Mioto (2010), pois a família não é apenas um espaço de cuidados, mas também um espaço a ser cuidado. “A família tem importante papel na estruturação da sociedade em seus aspectos políticos e econômicos, além da capacidade de produção de subjetividade” (CRONEMBERGER, 2013, p.9), mas a dimensão sociofamiliar da matriz de estruturação de políticas públicas não deve culpabilizar a família pelo fracasso em proteger seus dependentes.

CONCLUSÕES

A partir desse trabalho foi possível apreender que a não-naturalidade e a mutabilidade são características da família e têm sido desvendadas pelos estudos juntamente com a diversidade dos conceitos, disciplinas de família abordada. A família sempre desempenhou papel significativo da proteção social, mas o debate da família como sujeito de referência na política

social, tem sido traçado principalmente a partir dos anos 1980 e se faz de forma bastante tensionada, com duas grandes tendências nesse processo de incorporação: “familista” e “protetiva”. É possível perceber que, no Brasil, a partir do avanço das reformas neoliberais, há a responsabilização da família favorecida pelo recuo do Estado no provimento social, pela defesa de um regime de bem-estar plural que envolve o *mix* público/privado na provisão social. É preciso romper com a política de culpabilização da família pelo fracasso em proteger seus dependentes e fortalecer as ações de garantia dos direitos.

REFERÊNCIAS

- BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane, orgs. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993. Pt 1:teorias críticas: família e violência contra crianças e adolescentes; item c :p.49-79.
- CRONEMBERGER, Izebel Herika Gomes Matias. **A centralidade da família na Política de Assistência Social e o Trabalho Social com Famílias no CRAS e CREAS em Teresina-PI**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Piauí, 2013, 159f.
- COSTA, Marco Antônio F. da. **Projeto de Pesquisa: entenda e faça**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011
- MIOTO, R. C. T. A família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências. In: MOURA, M. M. D. **Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010a, p. 51-60.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



IDOSOS NAS ILPI'S E OS IMPACTOS DO COVID-19 SOB UMA DEMARCAÇÃO DE COR

CAROLINA DE OLIVEIRA GOMES¹
MARCELA MARY JOSÉ DA SILVA²

INTRODUÇÃO

O presente artigo é o resultado das reflexões, discussões e ações do Grupo de Trabalho de Envelhecimento Populacional – GTENPO, que desenvolve ações de pesquisa, extensão e ensino a partir do Centro de Artes, Humanidade e Letras-CAHL. O projeto de pesquisa “Os riscos de ser velho em cachoeira em tempos de pandemia: de invisíveis a “grupo de risco”; tem por objetivo observar o trato dado aos “sujeitos de direito” com mais de 60 anos no processo de pandemia do Coronavírus COVID 19. Meu plano de trabalho cujo título “Idosos nas ILPI’S e os impactos do covid-19 sob uma demarcação de cor” tem por objetivos específicos compreender que embora os idosos tenham ganhado visibilidade enquanto “grupo de risco” e essa faixa etária esteja dominando o número de óbitos, o que se sabe deles nesse processo e no pós-pandemia?

As discussões sobre a estigmatização dos velhos no contexto da pandemia, que junto a isso foram demarcados em dois grupos: os idosos residentes das instituições de longa permanência e os idosos negros moradores do recôncavo baiano. Analisando que a percepção da velhice vem mudando durante os anos, existem ainda, no imaginário social estigmas que contribuem para a perda da identidade social dos velhos: a vulnerabilidade, a dependência, a fragilidade são exemplos desses estigmas sociais.

¹Graduanda do curso de Serviço Social do CAHL, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. caroldeoligomes@gmail.com.

²Doutora em Serviço Social (UFRJ). Docente do Centro de Artes, Humanidades e Letras -CAHL da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB.

A política de institucionalização do idoso gera conseqüentemente a privação de uma identidade social e cultural além a privação meio social. Relacionando com a medida protetiva de combate ao coronavírus que se dá pela não visitaçã de familiares pelo distanciamento social, mesmo em um ambiente em que as práticas sociais é um fator importante para a melhor condição de vida dos idosos, o distanciamento social dos profissionais que trabalham nesses ambientes para com os idosos afeta ainda mais no bem-estar dos idosos.

Tendo em vista a questão racial com suas múltiplas determinações, propagado nas diferentes práticas sociais, que foi naturalizado tornando-se imperceptível nos diversos espaços sociais e nas suas diferentes faces. Os idosos negros possuem baixa renda, escolarização, vivendo em arranjos domiciliares em que a maioria se tornou provedor dela. Para a população idosa negra o racismo é o cerne de todas as questões ligadas ao direito à saúde, à assistência, à educação.

Palavras-chaves: Idosos, ILPI'S, Negros.

MATERIAIS E MÉTODOS

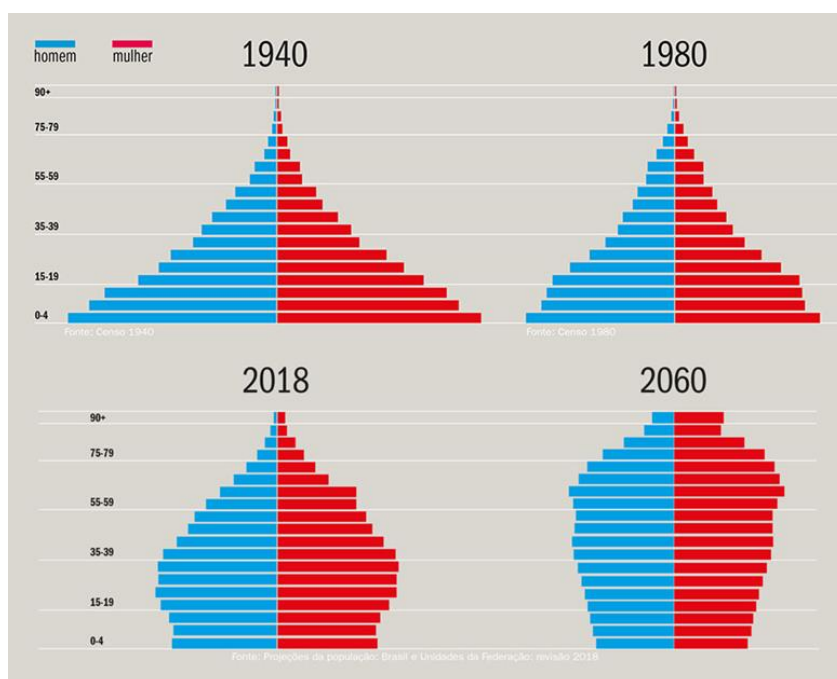
O presente Plano de Trabalho vai se debruçar sobre duas dimensões de trato dado ao envelhecimento na cidade de Cachoeira via duas instituições que se auto-organizam por dimensões diferentes. Uma dessas dimensões é de ordem cultural. A cultura, segundo, Marx só pode ser compreendida a partir das relações concretas de produção da subsistência dos homens e mulheres. É por isso que instituições culturais, intelectuais ou legais só podem ser entendidas a partir da relação entre as trocas econômicas num determinado tempo e lugar. instituição é uma ILPI, única na cidade e não pública.

É preciso compreender essa prática do modo de proteção capitalista que designa papeis sociais na história com prazos de validade. O nível de desproteção ao momento etário que a sociedade desigual denomina velhice constrói um muro entre os que tem e os que não tem mais de 60. Para dar conta dessas indagações a teoria social crítica nos permitirá estabelecer a ponte entre os sujeitos e a experiência coletiva de envelhecer colocando como eixo da discussão o lugar social atribuído aqueles que não podem mais gerar mais valia e veem o seu valor social além de depreciado, estigmatizado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados obtidos o que se pôde perceber é que o processo de envelhecimento e velhice se manifestou como uma questão urgente, em que se exige debates e pesquisas sobre o assunto, sejam eles no âmbito acadêmico e ou civil, uma vez que a sociedade precisa estar preparada para atender as reais necessidades que os idosos demandam, visando na contribuição de um melhor enfrentamento dessa expressão da questão social. Silva (2008) afirma que a caracterização da velhice como uma etapa da vida diferenciada se deu no período de transição do século XIX para o XX, determinada por uma série de mudanças nos quais hábitos, práticas e costumes passaram a ser objetos de estudo de uma área especializada, a Gerontologia.

Dados apontados pela Projeção da População, do IBGE atualizada em 2018, a população idosa tende a aumentar nas próximas décadas, as pesquisas revelaram que e 2043 um quarto da população terá 60 anos ou mais. O gráfico abaixo exemplifica o fenômeno conhecido como “índice de envelhecimento” em que pode ser observado o estreitamento da base da pirâmide (crianças e jovens) e o alargamento do corpo (adultos) e do topo (idosos). Em números percentuais a conclusão é de que a relação de porcentagem entre idosos e jovens é de 43,19%, em 2018, para 173,47%, em 2060.



Fonte: Projeção da População, do IBGE/ 2018.

A percepção da velhice vem mudando ao longo dos anos em consequência disso existe alguns fatores que condicionam a velhice e de como a população idosa tem sua vida estabelecida. Algumas concepções estigmatizantes sob as quais são remetidas aos idosos, como traz Lins de Barros (2004) uma construção do idoso a partir da decadência, fragilidade e atributos que construam no imaginário situação de vulnerabilidade. O que se pode observar na construção do estigma social é a perda da identidade social.

O racismo entendido como atos de exclusão, violência, discriminação baseados em um conceito pré-estabelecido para um grupo étnico, está diretamente ligado com a ciência e o surgimento de teorias para explicar a humanidade. Com suas múltiplas determinações, propagado nas diferentes práticas sociais, foi naturalizado tornando-se imperceptível nos diversos espaços sociais e nas suas diferentes faces. Os idosos negros possuem baixa renda, escolarização, vivendo em arranjos domiciliares em que a maioria se tornou provedor da mesma. Para a população idosa negra o racismo é o cerne de todas as questões ligadas ao direito à saúde, à assistência, à educação.

Como também, o nível de desproteção ao momento etário que a sociedade desigual denomina velhice constrói um muro entre os que tem e os que não tem mais de 60. Ao longo da vida desses velhos em que encara de perto o abandono familiar ou social, coloca esses sujeitos em situação de invisibilidade e vulnerabilidade e visto que no momento de acolhimento aos ILPI's enxergam naquele espaço um lar.

Tendo em vista esses dados, mostra-se que é necessário políticas públicas voltadas para esses dois recortes da sociedade, políticas essas que afetam diretamente toda estrutura social, pois teriam que reorganizar uma prática que foi naturalizada em todos os segmentos da sociedade que é o racismo, e também a desconstrução em torno das Instituições de Longa Permanência – ILPI's. Os marcadores legais como o Estatuto do Idoso, Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) tem em sua base a perspectiva de ser acessível aos direitos necessários para o bem-viver, mas no mundo concreto essa realidade é construída por meios em que o sistema capitalista das relações sociais não garante que essas políticas assistenciais sejam concebidas por direito.

CONCLUSÕES

Em vista dos argumentos apresentados o contexto da pandemia tem exigido das estruturas públicas conhecimentos sobre como se adequar às novas medidas para a manutenção do bem-viver social, sendo os velhos a peça-chave do alvo da falta de conhecimento como também da falta de assistência e preparo nas políticas públicas. Falar sobre os velhos no contexto de pandemia é também focalizar e entender de onde são esses velhos e de qual grupo social ele faz parte, neste projeto, visamos a compreensão dos idosos negros e moradores das ILPI's. O que se pode observar, é que o racismo estrutural está impregnado com suas práticas raciais excludentes e discriminatórias em todos os segmentos da sociedade e não seria diferente em uma Instituição, que a priori, tinha uma concepção filantrópica e carrega na sua história toda uma carga de estigmas como: pobreza, abandono, rejeição.

REFERÊNCIAS

- Andrade, M. (2011). Estigma e Velhice: ensaios sobre a manipulação da idade deteriorada. **Revista Kairós** : Gerontologia, 14(1), 79-97. doi:<https://doi.org/10.23925/2176-901X.2011v14i1p79-97>
- COSTA, M.C.N.S.; MERCADANTE, E.F. O Idoso residente em ILPI (Instituição de Longa Permanência do Idoso) e o que isso representa para o sujeito idoso. **Revista Kairós** Gerontologia,16(2), 209-222. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP.
- IBGE. **CENSO DEMOGRÁFICO 2000**: Características da população e dos domicílios - resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo2000.shtm. Acesso em: 30 de jan. 2021.
- MACHADO, Carla Jorge et al. Estimativas de impacto da COVID-19 na mortalidade de idosos institucionalizados no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3437-3444, Sept. 2020. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903437&lng=en&nrm=iso. access on 07 Jan. 2021. Epub Aug 28, 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.14552020>.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



O DESMONTE DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL: sob a ótica da reforma psiquiátrica

AMANDA CUPERTINO ALMEIDA ¹

INTRODUÇÃO

O referido estudo tem o objetivo de analisar as ações do Estado Brasileiro em esvaziar a lei nº10.216, fruto do movimento de Reforma Sanitária brasileiro, através de notas, portarias e alterações orçamentárias, caracterizando novo direcionamento desta política. O tema surge da experiência de estágio em Serviço Social, em que a estudante atuou na enfermagem psiquiátrica de um Hospital Universitário. Faz-se necessário compreender a importância da Luta Antimanicomial, suas conquistas para que pessoas em sofrimento psíquico sejam consideradas sujeitos do cuidado. Bem como, entender como as disputas de projetos antagônicos na sociedade brasileira na área da Saúde causando efeitos deletérios ao SUS, consequentemente influenciando na Política Nacional de Saúde Mental. Essa pesquisa busca examinar como as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental alteram o seu sentido, quando refletimos sob a perspectiva Reforma Psiquiátrica brasileira. Verificando como as alterações normativas impactam nos serviços de Saúde Mental.

Palavras-chaves: Política De Saúde Mental. Reforma Psiquiátrica. Contrarreforma.

¹ Estudante de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, interessa-se nas temáticas: políticas de saúde, raça e gênero. Atualmente integra a linha de pesquisa "O Serviço Social e as relações étnico-racial e de gênero", que pertence ao NEPGREG.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa consiste em uma pesquisa bibliográfica e análise documental de caráter qualitativo, explorando a realidade social de forma a compreender a diversidade da vida coletiva e individual. Com a revisão de materiais como artigos científicos disponíveis na principal Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), e documentos oficiais do governo federal como leis e portarias referidos à temática. O método utilizado nessa pesquisa será o materialismo histórico-dialético pertencente à teoria social elaborado por Karl Marx segundo a qual o modo de produção da vida material determina o conjunto da vida social, política e espiritual. É um método de compreensão da realidade que não pode ser entendida de forma isolada, e sim a partir das relações entre as dimensões culturais, políticas e econômicas (GIL, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das lutas do Movimento de Reforma Psiquiátrica, em 2001, a lei federal nº 10.216 que regulamenta os direitos de pessoas com transtornos mentais que compõe o Sistema Único de Saúde, reafirma a importância da desinstitucionalização dos leitos em hospitais psiquiátricos, criação dos serviços substitutivos, entre outros. Resultado da organização da sociedade civil em prol de seus direitos, mas, que não foi o suficiente para desaparecimento dos manicômios. Através da portaria nº 3.088/2011 é instituída a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A portaria nº 131 de 26 de janeiro de 2012 inclui as Comunidades Terapêuticas para o recebimento de custeio pelo Governo Federal para os Serviços de Atenção em Regime Residencial voltados para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, participando da Rede de Atenção Psicossocial. É clara a retomada da perspectiva manicomial, os serviços prestados nessas instituições obedecem a moral religiosa, a redução de danos é ignorada nesse contexto, sem equipe técnica qualificada para atender os usuários adequadamente. Ainda na mesma temática em 2016 a Portaria nº 1.482 coloca as CTs como estabelecimento de saúde, tornando oficial sua participação no SUS. A refilantropização com

estratégia do neoliberalismo para responsabilizar a sociedade civil, pode estabelecer nexos com a ênfase nas Comunidades Terapêuticas pelo Estado, discorre Bravo (2009, p.100):

A proposta de Política de Saúde construída na década de 80 tem sido desconstruída. A Saúde fica vinculada ao mercado enfatizando-se as parcerias com a sociedade civil, responsabilizando a mesma para assumir os custos da crise. A refilantropização é uma de suas manifestações com a utilização de agentes comunitários e cuidadores para realizar atividades profissionais, com o objetivo de reduzir custos.

A adoção do ideário neoliberal coloca o ajuste fiscal como a “galinha dos ovos de ouro” com a contenção de gastos na área social, exemplo disso é a Emenda Constitucional nº 95 de 2016 que congela gastos por 20 anos, há transferência de responsabilidades pelo Estado à sociedade civil, serviços de “qualidade” no setor privado para os que podem pagar, e aqueles que dependem do serviço público estão sujeitos a iniciativas na saúde mental como as comunidades terapêuticas (instituições de acolhimento de pessoas com abusivo de álcool e outras drogas, geralmente tem caráter filantrópico), elas vinculam-se historicamente na assistência de pessoas com transtornos mentais, e recebem também o financiamento do Estado.

Ainda sobre a intencional contra reforma do Estado, em 2017 a Portaria do Ministério da Saúde nº 3.588 inclui os hospitais psiquiátricos na RAPS de forma central aumentando os recursos do Governo Federal em relação a diárias nos manicômios; incentivo do aumento de leitos psiquiátricos nos hospitais gerais, chegando a 20% o que estimula a internação, sentido contrário do pregado na Reforma Psiquiátrica; a ambulatorização do cuidado, com as equipes especializadas, causando atendimentos pontuais pondo em risco o vínculo entre profissionais e usuários; e os estímulos financeiros as Comunidades Terapêuticas, aumentando a vagas de 4.000 a para 20.000, sendo que custa mais caro sustentar as comunidades do que o CAPS AD ((ALVES; ROSA, 2019).

A Nota técnica nº 11\2019 dispõe sobre as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental, suas orientações trazem retrocessos como: internação de crianças e adolescentes em hospitais psiquiátricos, infringindo o Estatuto da Criança e do Adolescente; defesa eletroconvulsoterapia - ECT como o melhor tratamento a partir da compra de instrumentos; o protagonismo dos hospitais psiquiátricos na Rede de Atenção Psicossocial; restrição dos ambulatorios especializados, fragilização as propostas terapêuticas e a equipe multidisciplinar; o reconhecimento da importância das comunidades terapêuticas para o tratamento de pessoas

em modo SPA; os CAPS não são mais considerados serviços substitutivos, para o Ministério da Saúde não há intenção de fechamento de qualquer instituição; e o serviço residencial terapêutico é modificado passando a atender também aqueles com transtornos mentais graves, moradores de rua e egressos de unidades prisionais sobrecarregando o serviço, pois, sabemos que cresce exponencialmente devido a condução da antiga Política Nacional de Saúde Mental.

CONCLUSÕES

Em virtude dos dados apresentados aqui, concluimos que a Política Nacional de Saúde Mental participa do amplo processo de contrarreforma do Estado, que solapa as políticas sociais de modo geral, enquanto, beneficia o mercado ao se desresponsabilizar no provimento de serviços públicos de qualidade. A lógica do consumo e da filantropia impera nessa conjuntura. O intencional desmonte dessa política causa efeitos deletérios à classe trabalhadora, pois sucateia o que muitas vezes é a única alternativa para os tratamentos dos transtornos mentais. Chamo atenção, ao Serviço Social que atua nesse setor, o quanto é importante estar voltado para essa realidade, à saúde mental ainda é um tema pouco explorado pela profissão.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, AE et al. (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 88-110.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 07 de maio de 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 07 de maio de 2021.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002*. Estabelece as diferentes modalidades de Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acesso em: 07 de maio de 2021.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 131, de 26 de janeiro de 2012*. Institui incentivo financeiro de custeio destinado aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal para apoio ao custeio de Serviços de Atenção em Regime Residencial, incluídas as Comunidades Terapêuticas, voltados para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0131_26_01_2012.html Acesso em: 07 de maio de 2021.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 1.482, de 25 de outubro de 2016*. Inclui na Tabela de Tipos de Estabelecimentos de Saúde do Cadastro Nacional de 108 Estabelecimentos de Saúde - CNES o tipo 83 - Polo de Prevenção de Doenças e Agravos de Promoção da Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2016/prt1482_25_10_2016.html . Acesso em: 07 de maio de 2021.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017*. Altera as Portarias de Consolidação nº 3/GM/MS e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, dá outras providências e inclui procedimentos de Tratamento em Psiquiatria na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html . 07 de maio de 2021.

_____. Ministério da Saúde. *Nota Técnica de n.º 11/2019, de 04 de fevereiro de 2019*. Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Disponível em: <http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf> . Acesso em: 07 de maio 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas. 6. ed. SA, 2008.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



OS EFEITOS DE UM SISTEMA DUAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE: reflexões acerca o modelo adotado pelas instituições previdência social

WELITA MICAEL SILVA PESSOA¹

INTRODUÇÃO

O modelo de construção do sistema público de saúde brasileiro é moldado através de lutas, sendo o movimento da reforma sanitária nos anos 1970-1980 um marco importante. O advento da Constituição Federal de 1988 trouxe uma grande conquista para a sociedade brasileira através da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Um período que se contrapôs ao modelo de assistência à saúde que vigorava no país anterior a esses avanços já citados. Esse modelo de assistência anterior a década de 70 possuía características excludentes para uma grande maioria da população no que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde. Nesse sentido, é possível afirmar que com o regime militar o que se teve foi um enfraquecimento das ações em saúde no setor público, as quais ficaram restritas as campanhas.

Por outro lado, nota-se nesse mesmo período um grande favorecimento direcionado ao setor privado que possibilitou aberturas principalmente no que tange ao setor hospitalocêntrico. Esse estudo justifica-se pela importância de conhecer como era a oferta dos serviços de saúde, no que tange ao modelo assistencial, no âmbito das instituições previdenciárias, sendo necessário se refletir que nesse período a Saúde possuía uma forte ênfase de mercantilização, e que atualmente vemos as consequências desse fato com as empresas que prestam os serviços

¹Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, e-mail: welitamicaele64@gmail.com.

de plano de saúde. Nesse contexto, o presente estudo visa apresentar algumas reflexões referente ao modelo de assistência à saúde foi implementado pelo sistema previdenciário no Brasil a partir da década de 60, no período do regime militar.

Esse estudo tem como objetivo geral **analisar a trajetória do modelo de assistência à saúde**, que era ofertado pelo sistema previdenciário até o regime militar. E como objetivos específicos: conhecer o contexto do modelo de assistência à saúde desse período; apresentar reflexões acerca da implantação desse modelo assistencial; compreender os interesses envolvidos na adoção desse tipo de modelo assistencial e refletir as disputas entre o sistema público e setor privado na atualidade.

Palavras-chave: Modelo de assistência à saúde. Previdência Social. SUS.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa, com o procedimento bibliográfico. Severino (2007) comenta que a pesquisa bibliográfica “é aquela que se realiza a partir de registro disponível, decorrente de pesquisa anterior, em documentos impressos”. Enquanto Gil (2003) concebe a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científico”. O uso da abordagem qualitativa porque está permite investigar e conhecer o tema a partir do que os autores e seus pares comentam na literatura. Esse tipo de abordagem qualitativa de caráter exploratório, na visão de Richardson (2012) é apontado como “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

Já Minayo (2001) afirma que esse tipo de pesquisa consegue responder perguntas particulares, que não podem ser quantificadas, de modo a garantir a subjetividade. Nesse sentido, utilizou-se da leitura de artigos, procurados na *Scientific Electronic Library On-line* (SCIELO) é uma base de dados de referências para artigos publicados em mais de 1.000 periódicos de acesso aberto, no qual foram selecionados e analisados os artigos que discutiam o tema, o período busca ocorreu entre os dias 26 de abril ao dia 4 de maio de 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, os serviços de saúde eram em sua grande maioria incorporados pelas instituições do sistema previdenciário. Em 1923, a Criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAP's) delineiam os primeiros traços do Estado direcionado para os trabalhadores urbanos na consolidação da aposentadoria no país. Segundo Mariana Batich (2004) “A ordem de criação deste tipo de instituição previdenciária sempre foi determinada pela capacidade de mobilização e reivindicação dos trabalhadores por melhores condições de trabalho”.

Nesse sentido, a previdência social no Brasil constrói-se a partir do movimento de reivindicação da classe dos trabalhadores, ainda que marcada por um modelo fortemente excludente. Já em 1932 houve a extinção das Cap's, e a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's), que mostrou um novo parâmetro para o sistema previdenciário, por meio da prestação de uma assistência médica estabelecida pelos serviços dos próprios IAP's, os quais eram restritos apenas para algumas categorias de trabalhadores.

Os serviços de saúde eram taxados de insuficientes e precários, haja vista que tanto os trabalhadores que possuíam acesso pela via da previdência quanto para a outra parte da população brasileira, careciam dos mesmos. Nesse contexto, surgem os serviços ofertados pelo setor privado e comprados pelas instituições previdenciárias. Em 1964 se instaura o regime militar e os Institutos de Aposentadoria (IAP's) são unificados no ano de 1965 com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social-INPS e em 1977 tem origem o Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social- SINPAS.

A conjuntura de saúde no Brasil se define através do modelo assistencial hospitalocêntrico, como forte estímulo do setor privado que, nesse período já detinha de uma ampla abertura, de forma privilegiada no qual se estabelecia como o maior licitador de serviços dispondo de recursos com alta densidade tecnológica. A carência acontecia assim “[...] a saúde pública ficava a cargo do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e era coisa para poucos — estima-se que em torno de 45% da população brasileira era atendida pelo governo em meados dos anos 80” (BRASIL, 2014). Nesse sentido, fica evidente a carência da Saúde Pública para a população brasileira.

Dessa forma, o modelo de assistência à saúde no Brasil foi construído através de disputas entre setor público com pouco investimento, fragilizado e privado com grande abertura de

mercado, possuindo grandes vantagens repercutindo reflexos dessa dualidade na atualidade. A Constituição Federal de 1988 presenteia a sociedade brasileira com a criação de um sistema público de saúde, o SUS, fundamentado em princípios de caráter universal, com base na equidade, integralidade de acesso aos serviços. Na atualidade o setor privado consolidou seu espaço de mercado através dos chamados planos de saúde, ancorados por extensa rede de serviços de cobertura nacional, que oferecem a venda/compra destes serviços, bem como complementar alguns serviços do SUS, que envolve maior custo e não são ofertados pelo SUS.

Dessa forma, conforme a análise dos autores mencionados descreve-se que existiu uma dualidade entre o setor privado e o setor público, e que no qual o regime político autoritário deixou a saúde pública ainda mais escassa ocasionando na negação do acesso a saúde por uma grande parte da população. Contudo, o modelo de assistência à saúde no Brasil, foi marcado por períodos, por um lado as instituições previdenciárias tiveram em investir no setor privado, através do modelo assistencial adotado, mas que por outro lado, identifica que a Saúde Pública foi esquecida. Nesse aspecto, o SUS trouxe muitos avanços, porém ainda instável por conta de ameaças do modelo neoliberal, que impediu o SUS de ser totalmente consolidado segundo sua organização na década de 80 e 90.

CONCLUSÕES

Com este trabalho, conclui-se que na década de 60 as instituições previdenciárias foram as responsáveis por ofertar aos trabalhadores um modelo de assistência à saúde, ainda que de forma fragmentada. Nesse mesmo período o setor privado cresceu em termos de serviços de saúde, beneficiado por contar com maior uma melhor tecnologia e a escassez de recursos para a saúde pública. É possível observar a dualidade entre o setor público e o setor privado, no período de 1960-1980, cenário esse que foi alterado somente com as bases voltadas para a saúde, contidas na Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal: em discussão. **Antes do SUS, saúde era para poucos**. Brasília, DF: Senado Federal. Ano 5 - nº 19 - fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/saude/contexto/antes-do-sus-saude-era-para-poucos>. Acesso em 07 de maio de 2021.

BATICH, Mariana. Previdência do trabalhador: uma trajetória inesperada. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 3, p. 33-40, 2004.

GIL, Antônio Carlos, 1946-**Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MENICUCCI, TMG. A constituição do mix privado/público na assistência à saúde. In: *Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil: atores, processos e trajetória* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 57-102. ISBN 978-85-7541-356-2.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry,**Pesquisa social: métodos e técnicas** / Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augustode Souza Peres ... (et al.). -. 3. ed. - 14. reimpr. - São Paulo Atlas, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



PERCURSO HISTÓRICO E CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FRANCISCO RAFAEL DE CASTRO CHAVES¹
PAULA RAQUEL DA SILVA JALES²

INTRODUÇÃO

Observando a relevância em se tratar do tema, o presente trabalho busca refletir sobre o percurso histórico e a consolidação da política de assistência social no Brasil. A reflexão apresenta sua trajetória desde a associação à caridade, à filantropia e à benemerência (MESTRINER, 2008) e sua consolidação enquanto política pública, incluída na seguridade social, dando-lhe caráter de direito (BRASIL, 1988).

Palavras-chaves: Política Pública. Política de Assistência Social. Direito social.

MATERIAIS E MÉTODOS

Adota-se como metodologia a pesquisa de natureza qualitativa com os delineamentos de recursos bibliográficos (fontes que já tiveram tratamento analítico) e documentais (fontes que não tiveram tratamento analítico) (RICHARDSON, 2010).

¹ Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: frafacastro@hotmail.com.

² Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: paularaquel.12@gmail.com.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A trajetória da assistência social no Brasil se inicia no período Imperial, por intermédio das ações assistencialistas e repressivas direcionadas aos órfãos, inválidos, enfermos, delinquentes e alienados (MESTRINER, 2008). Conforme Mestriner (2008), na primeira república (1889-1930), experimentou-se a filantropia higiênica de assistência, prevenção e segregação.

A constituição de um sistema de proteção social iniciou-se em 1930, decorrente das transformações socioeconômicas e do setor industrial que emergiu no país (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). Neste período as instituições apresentavam à filantropia disciplinadora que se caracterizava por enquadrar os indivíduos nas normas técnicas e no disciplinamento em um acentuado discurso liberal moralizante afirmando os benefícios sociais exclusivamente ao trabalhador vinculado a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT (MESTRINER, 2008).

A criação da Legião Brasileira de Assistência - LBA, em 1940, instituiu fortes características de tutela, favor e clientelismo em uma nítida parceria entre Estado e sociedade (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). Esta organização foi marcada pelas ações diretas das primeiras damas de prefeitos, governadores e presidentes, impedindo que à assistência social caminhasse na direção de política pública para garantia de direitos sociais (SPOSATI, 2008). Entre 1946 a 1964, prevaleceu à filantropia partilhada profissionalizante com atuação de instituições criadas pelo Estado e empresariado³, onde efetuou-se uma complexificação da burocracia e expressiva certificação da filantropia (MESTRINER, 2008).

No período ditatorial (1964-1985), intensificou-se a emergência da política nacional-desenvolvimentista, projeto que dificultou e silenciou a Proposta Nacional de Assistência Social cujo objetivo era incentivar o dever do Estado para com as políticas públicas de proteção social (SPOSATI, 2008). Com a redemocratização do país, entre os anos de 1988 e 1999, ganhou espaço na política social a filantropia democratizada através da expansão dos conselhos setoriais, organizações não governamentais, organizações civis, centro de defesa de direitos e fundações empresariais⁴ (MESTRINER, 2008).

³ Principais instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem, Serviço Social do Comércio, Serviço Social da Indústria e movimentos comunitários (MESTRINER, 2008).

⁴ Organizações que foram reguladas pelo Estado através da Constituição Federal de 1988 e de outras legislações como Lei do Voluntariado de 1998, alterada em 2016, Lei de Filantropia de 1998, alterada em 2009 e Lei das Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público e Termo de Parceria de 1999, alterada em 2019.

A regulamentação da assistência social ocorreu somente na Constituição Federal de 1988, dando-lhe o caráter de política pública da seguridade social, a ser prestada a quem dela necessitar. Outra referência importante foi a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei 8.742/1993). Sua aprovação confirmou o reconhecimento da assistência social como política pública, direito do cidadão e responsabilidade estatal. Isto significa que o Estado brasileiro deverá provê os mínimos sociais, realizado através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento da população solicitante.

No entanto, nos anos de 1990, com o fortalecimento do neoliberalismo no Estado brasileiro, a assistência social foi sendo descaracterizada enquanto política pública de proteção social, ao reatualizar as concepções de ajuda, favor e voluntarismo (MESTRINER, 2008). Resultado disso foi a implementação da Medida Provisória n. 813 de 1995, que instituiu o Programa Comunidade Solidária, programa que “caracterizou-se por grande apelo simbólico, com ênfase em ações pontuais, focalizadas em ‘bolsões de pobreza’, direcionadas apenas aos indigentes, aos mais pobres entre os pobres” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 36). Contudo, nos anos 2000, nos governos de Lula (2003- 2011) e Dilma (2011-2016), mesmo com a ascensão da burguesia interna industrial e manutenção do modelo econômico capital flexível, mundializado e neoliberal, ocorreu uma ampliação de políticas sociais e de programas sociais garantindo direitos a classe trabalhadora (JALES; TEIXEIRA, 2019).

Aduz dizer que, a partir de 2004, a política de assistência social caminhou em sua consolidação, isso deveu-se à aprovação da nova Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e da Norma Operacional Básica que instituiu o Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS em 2005, descentralizando-a. Com essas novas regulamentações, tal política pública passou a garantir três tipos de seguranças: sobrevivência, acolhida e vivência familiar. A primeira, refere-se à garantia de uma renda monetária mínima que assegure a sobrevivência, assim, “deve operar como um mecanismo de equidade no apoio ao cidadão, à família, para desenvolver condições de superar e enfrentar o cotidiano com dignidade” (SPOSATI, 2007, p. 454).

A segunda, tem relação à garantia de provisões básicas como de alimentação, vestuário e abrigo. Nisso, supõe construir a possibilidade de cobertura às várias vulnerabilidades em que podem se encontrar os indivíduos (invalidez, deficiência, velhice, maternidade, morte, acidente, violência, dentre outras) (SPOSATI, 2007). A terceira e última, diz respeito a não aceitação da situação de reclusão, infere “políticas de incentivo e de criação de recursos, como centros de

convivência onde as pessoas com situações comuns ou diversificadas possam criar laços, encontrar saídas para sua situação de vida e resguardo para os riscos que têm pela frente” (SPOSATI, 2007, p. 454).

A política de assistência social avançou com a atualização da LOAS (Lei 12.435/2011) estabelecendo princípios, diretrizes, organização e gestão, bem como a proteção social garantida por meio de benefícios, serviços, programas e projetos executados pelo Estado. E também com a nova Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2012) e a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 33 (2012), que disciplina a gestão pública da política de assistência social no país, passando a ser exercida de forma sistematizada pelos entes da federação brasileira (BRASIL, 2012).

Entretanto, a partir de 2016, houve significativos retrocessos no campo das políticas sociais, por intermédio de emendas constitucionais, leis, decretos e medidas provisórias do Governo Michel Temer (2016-2018). Entre as supressões destaque-se a Emenda Constitucional nº 95/2016 que diz respeito ao teto dos gastos públicos, a Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 287 que altera o sistema de seguridade social (Reforma da Previdência Social), a nova Lei Trabalhista e, decretos e medidas provisórias que restringem os gastos públicos e limitam o acesso a benefícios e serviços sociais à classe trabalhadora (JALES; TEIXEIRA, 2019).

CONCLUSÕES

Diante da reflexão exposta, conclui-se que a trajetória da assistência social é marcada por um extenso período de nítida associação à caridade, à filantropia e à benemerência. Sua construção e consolidação, ao longo do tempo, é atravessada por avanços, retrocessos, lutas e resistências. Certamente, conquistas foram sendo alcançadas possibilitando maior compreensão, efetivação e materialização desta política pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 23 abril. 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional básica (NOB/SUAS)**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica do serviço social, v.2).

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 32-65.

JALES, Paula Raquel da Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. Estado neoliberal vs projeto democratizante: implicações na Política de Assistência Social brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 11, n. 1, p.101-114, jan. 2019.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção e desproteção social na perspectiva dos direitos socioassistenciais. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 6., 2007, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Conselho Nacional de Assistência Social, 2007. p. 17-22.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ANTIRRACISMO: um debate emergencial

TERESA CRISTINA MOURA COSTA¹
LARA DANUTA DA SILVA AMARAL GOMES²

INTRODUÇÃO

O racismo pode ser entendido de forma estrutural e estruturante da sociedade, em especial no que se trata do Brasil e suas questões sociais, econômicas, políticas e jurídicas. Aqui, o país contou com um modelo de produção escravocrata, baseado na ideologia de superioridade entre raças que perdurou por centenas de anos, sendo o último país a abolir a escravidão. É nesse sentido, que se entende a raça como um aspecto importantíssimo no debate das condições socioeconômicas da população brasileira, tendo em vista que a maior parcela pobre da população no Brasil é preta ou parda e conseqüentemente é quem mais necessita e utiliza da Política de Assistência Social.

A Política de Assistência Social é organizada pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS que conta com diversos serviços, dentre eles o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que oferece assistência para pessoas em situação de vulnerabilidade, tendo em vista fortalecer os vínculos entre família e comunidade e trabalha com várias expressões da questão social, sendo uma delas o racismo. Para tanto, não é necessário apenas que este serviço não seja racista, como bem indica a legislação, é necessário que ele conte com instrumentos de enfrentamento ao racismo, para assim avançar de forma concreta no enfrentamento às desigualdades sociais.

¹ Doutora em Serviço Social, Universidade Federal do Piauí, Departamento de Serviço Social/CCHL. Email: tcmcosta@ufpi.edu.br

² Acadêmica de Serviço Social, Universidade Federal do Piauí. Email: laraduttamp@hotmail.com

Para tanto, justifica-se a escolha da temática tendo em vista que a política de Assistência Social, com suas legislações e normativas, trazem respaldo para o enfrentamento das desigualdades sociais, mas parte-se do pressuposto de que isso só é possível se na sua concepção a análise dessas desigualdades estiverem em consonância com as particularidades do capitalismo brasileiro e o seu processo de formação sócio-histórica, que tem no racismo uma de suas bases estruturantes. Além disso, compreende-se que a política social possui um limite na sociedade capitalista e, embora expresse a possibilidade de alargamento de direitos para a classe trabalhadora, não consegue alterar a estrutura geradora de desigualdades, fundada nos processos de exploração de uma classe sobre a outra.

Dessa forma, o trabalho em cena visa discutir de que forma a Política de Assistência Social inclui o debate racial na sua agenda e a necessidade emergencial da inclusão do antirracismo.

Palavras-chave: Antirracismo, Raça, Política de Assistência Social.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para responder o problema proposto na pesquisa é o materialismo histórico-dialético de Marx. É através da dialética que se busca compreender os fatos e dados, fazendo uma relação entre a teoria e a realidade em questão. Para Netto (2011), Marx não fez o conhecimento de forma superficial, mas sim, criticamente, dessa forma buscar-se-á analisar o material teórico referente ao tema e os dados coletados. Através da dialética entende-se que os fatos sociais não podem ser entendidos quando analisados separadamente, isto é, este método irá fornecer base para uma interpretação totalizante e dinâmica da realidade (GIL,2008).

Além disso, no que se refere aos procedimentos operacionais a serem adotados na pesquisa, far-se-á uso da pesquisa bibliográfica, esta se dá a partir de materiais já elaborados, essencialmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008), apossando das produções de autores sobre as categorias estudadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O debate acerca do enfrentamento ao racismo ainda é recente na Política de Assistência Social, muito embora ela possua no seu rol de funções o conhecimento das necessidades e

violações de direitos do o público atendido e a defesa de direitos dos diferentes segmentos populacionais.

A realidade da população negra no Brasil, pode ser constatada nas informações presentes no documento Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2019, no que diz respeito a ocupação da população no Brasil, a parcela negra, composta por pretos e pardos, são a maioria entre trabalhadores desocupados, somando 64,2%, ou subutilizados (66,1%). Ainda, no que diz respeito a informalidade, também é a população negra que mais sofre, pessoas brancas em condições informais de trabalho somam 34,6%, já pretos e pardos 47,3%. Referente a educação, de acordo com a pesquisa, a taxa de analfabetismo entre a população negra é de 9,1%, superior à da população branca, de 3,9% e o percentual de jovens negros fora da escola chega a 19%, enquanto a de jovens brancos é de 12,5%.

Ademais, O Boletim “Mulheres no SUAS” /2018 produzido pelo Departamento de Gestão do SUAS/SNAS a partir de dados divulgados pelo IPEA/2011 revela que o público majoritário atendido pela assistência social é constituído por mulheres negras.

De acordo com a Cartilha SUAS sem Racismo (BRASIL, 2018, p.8) entre as quase 14 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), o principal programa de transferência de renda do Brasil, 90% dos responsáveis familiares são mulheres e 75%, entre elas, são mulheres negras.

Percebe-se que o racismo se expressa nos diferentes âmbitos da vida, implicando diretamente nas relações sociais e consequente na formulação e implementação das políticas públicas, que acabam por apresentar limites no que tange ao reconhecimento das demandas das pessoas negras como também na adoção de uma posição antirracista na sua concepção e ação.

Posto isto, percebe-se a emergência do debate racial para a construção, elaboração e implementação da Política de Assistência Social, que possui diversos aparatos para o enfrentamento das desigualdades, contudo precisa incluir o antirracismo como suporte para suas ações, já que a raça é aspecto condicionante das condições de vida da população brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.

BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

FERNADES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5 ed. . São Paulo : Globo, 2008.

GONZALES, Lélia. *RACISMOS E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA*. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar do Negro*. Coleção 2 pontos; V. 3. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982

IBGE. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf . Acesso em 25 Abr. 2021.

IBGE. *Conheça o Brasil – População COR OU RAÇA*. Disponível in <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> . Acesso em 24 Abr. 2021.

IPEA; FBSP. *Atlas da Violência 2017*. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em 24 Abr. 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo*. 2º ed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares/ OR Editor Produtor, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *SUAS SEM RACISMO – Promoção da igualdade racial no Sistema Único de Assistência Social*. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/Plone/central-de-conteudo/publicacoes>. Acesso em 25 Abr. 2021.

MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global Ed., 1983.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

3º SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO- PENESB- RJ, 2003, Rio de Janeiro. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia [...]*. [s. l.; s. n.], 2003.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



POLÍTICAS PÚBLICAS À PRIMEIRA INFÂNCIA: o caminho para a promoção de direitos¹

KARLA KALIANE DE MOURA SOUSA¹

INTRODUÇÃO

O trabalho analisa a Proteção Social voltada à população da primeira infância, ou seja, às crianças com idade entre zero a seis anos, especialmente as que estão submetidas à situação de vulnerabilidade social com vistas a apreender a dimensão conceitual, legal e normativa e a sua articulação com a intervenção empreendida no âmbito das políticas sociais voltadas a esse segmento de população. A análise busca dar centralidade a relação que abrange a temática do Estado, dos direitos sociais e de suas implicações para as políticas de Educação, Assistência Social e Saúde voltadas à Primeira Infância, em um cenário de fragilização da dimensão universal das políticas sociais, bem como diante da necessidade de afirmação do Sistema brasileiro de Proteção Social em face do agravamento da desigualdade estrutural em um contexto de retrocessos em relação ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente onde a “judicialização da questão social se sobressai em detrimento da efetividade do Sistema de Garantia de Direito da Criança e Adolescentes” (FÁVERO; PINI; SILVA, 2020, p. 17-18).

Palavras-chaves: Criança. Política Social. Proteção Social.

MATERIAIS E MÉTODOS

¹ Esse trabalho é produto financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), código de financiamento 001.

¹ Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, na Linha de Cultura, Identidade e Processos Sociais, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Bolsista CAPES. Graduada em Serviço Social. Brasil. ORCID: 0000-0003-0138-896X. E-mail: kalianemouras@hotmail.com.

Com vistas a atingir o objetivo proposto foi realizado inicialmente a revisão bibliográfica de estudos que tratavam sobre a Criança e o Adolescente, a Família e a Proteção Social, o Trabalho em Rede e o Direito à Convivência Familiar e Comunitária, com o objetivo de construir um referencial teórico capaz de subsidiar a análise dos dados e permitir uma maior compreensão da realidade, levando em consideração seu contexto histórico e suas contradições. Em um segundo momento, foram analisadas as principais legislações voltadas para este segmento geracional com vistas a apreender as relações que existem entre as leis e normas e como elas são executadas no cotidiano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É indispensável que todas as ações, programas e políticas públicas bem como a legislação vigente seja guiada pela perspectiva da garantia de direitos como elemento de primeira ordem. Além disso, é imprescindível que essas variáveis se integrem no sentido de desenvolver táticas efetivas no que tange a realização adequada dos direitos da primeira infância, perpassando as concepções contraditórias que permeiam o aparato legal em virtude de o mesmo está enraizado na lógica de dominação e controle social.

CONCLUSÕES

A infância é marcada por heterogeneidades, entre elas a de classe. Nessa perspectiva, o enfrentamento das disparidades sociais que assolam uma parcela significativa desse segmento geracional exige ações governamentais para melhoria da qualidade de assistência prestada a essa população, através de ações intersetoriais, sendo fundamental a articulação com as diferentes políticas sociais. É indispensável construir um movimento contínuo em defesa da cidadania que seja capaz de resistir à dinâmica excludente do capitalismo de forma que os diversos profissionais e gestores inseridos nos espaços sócio ocupacionais das políticas públicas construam o seu fazer profissional marcado pela defesa da cidadania e da democracia diante do cenário vigente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF 4. BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 01 abril. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei 13 257, de 08 de março 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm> Acesso em: 14 de mar. 2020.

FARINELLI, C.C.; PIERINI, A.J. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. **O Social em Questão**. Ano XIX – n. 35, p. 63-86, 2016.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



RACISMO E RACISMO INSTITUCIONAL COM FOCO NA SAÚDE MENTAL

LÚCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA¹
MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA RODRIGUES²

INTRODUÇÃO

Historicamente, as manifestações do transtorno mental ficaram restritas à área da saúde, sobretudo a partir da conformação dos hospitais psiquiátricos, modelo manicomial, constituído no Brasil a partir de 1852, quando é criado o Hospício Pedro II no Rio de Janeiro, modelo de atenção que disseminou-se pelo Brasil, tomando-se central na assistência em saúde mental, pela presunção da periculosidade e incapacidade da pessoa com transtorno mental, um segmento que foi homogeneizado. A partir do processo de redemocratização, sobretudo final dos anos de 1970 essa forma de cuidar é denunciada pela violação de direitos humanos, a partir da luta dos trabalhadores em saúde, que lutavam por melhores condições de trabalho, e assim, passam a dar visibilidade para as péssimas condições assistenciais.

Contudo, apesar da universalidade do SUS, vários estudos vêm mostrando o quão o acesso a serviços de saúde mental é desigual, e como os pobres configuram-se como usuários majoritários do SUS. Contudo, são os pobres, não brancos que se configuram como usuários de destaque do SUS e conseqüentemente dos serviços de saúde mental. E como conquista histórica do movimento negro, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) instituída em 2009, passou a colocar como imperativo os marcadores étnico racial para identificar os agravos em saúde relacionados aos marcadores étnico-raciais.

¹ Docente em Serviço Social formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente atua no Departamento de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. E-mail: <luciarosa@ufpi.edu.com

² Discente de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: <conceicao-silva98@outlook.com

Em vista disso, esse artigo vislumbra discutir questões em torno dos marcadores étnico-racial e suas implicações na saúde mental da população negra. Possui como objetivo específico apresentar um debate a respeito do racismo e racismo institucional como um determinante social em saúde e sua manifestação na Saúde Mental. As discussões e os resultados apresentados no presente trabalho fazem parte da pesquisa intitulada “Produção de cuidado familiar na desinstitucionalização em saúde mental e a questão étnico-racial” como parte do projeto geral “Família no processo de desinstitucionalização em saúde mental no Brasil e no Piauí”, coordenado pela Professora Dra. Lucia Cristina dos Santos Rosa, no Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Piauí (UFPI). No entanto, focalizou-se somente na questão étnico-racial na saúde mental.

Palavras-chaves: Racismo. Racismo institucional. População negra.

MATERIAIS E MÉTODOS

Tratou-se de um estudo baseado em revisão de literatura, de caráter explanatório. Onde foi levantado dado secundário a partir de bases de dados virtuais, como Biblioteca Virtual em Saúde, Scielo e Biblioteca Digital de Dissertações e Teses – BDDT, com a finalidade de levantar e analisar artigos e pesquisas que focaram nas manifestações étnico-raciais na Política de Saúde Mental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As relações étnico-raciais no Brasil, um país periférico e com um passado escravocrata, são complexas e são marcadas por intensas desigualdades, tais como por desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais. Desse modo, analisando a literatura brasileira, identifica-se que as desigualdades sociais e econômicas no país são marcadas por uma profunda racialidade. Nesse sentido, os indicadores sociais revelam que a população não branca, isto é, as populações afrodescendentes se encontram em situações de vulnerabilidades. Essas situações podem ser em razão da própria formação social no Brasil, que apresenta como marca histórica o escravismo e também pela sustentação de um sistema estrutural de desigualdades que ainda é

marcante na sociedade brasileira e atravessa as políticas sociais que desconsideraram a questão racial.

Nessa perspectiva, o próprio Estado fomentou racismo para explorar, submeter e oprimir homens, mulheres e crianças, primeiro os aqui residentes (população indígena) depois os advindos do continente africano e seus descendentes. O pensamento hegemônico que sustentavam e justificavam as desigualdades raciais e opressões as populações negras e mestiças tinham um fundo biológico, baseada em teorias da degenerescência, ocorrendo sobre essas as opressões advindos da classe dominante, sendo ainda sustentados por esses e pelo Estado por meio das relações de poder, conforme Fonseca (2018). Diante disso, infere-se que a organização da sociedade brasileira foi estruturada por uma ideologia, tornando-se juntamente com o racismo institucional reconhecido como determinantes sociais em saúde pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

Desse modo, o racismo como uma construção social se espalhou pela sociedade brasileira, tornando-se estrutural, evidenciando-se conforme Passos (2018) na sociabilidade, na naturalização das desigualdades e na violência como elementos da vida social contemporânea. Tal fato refletindo-se nos diversos âmbitos da vida das pessoas negras no país, interferindo na saúde mental, no acesso a bens, serviços e assistência de qualidade, pois segundo o Ministério da Saúde (2016):

A saúde e o adoecimento estão relacionados a uma série de fatores socioeconômicos e culturais que afetam a integridade física e psicológica, individual e coletiva. As condições históricas de inserção social, somadas às condições de moradia, renda, saúde, localização geográfica e autoconceito positivo ou negativo são elementos que determinam o acesso a bens e serviços também de saúde (BRASIL, 2016, p. 14).

Como visto, além do racismo estar presente nas relações de poder está também presente nas instituições. E, desse modo, como determinante na produção de sofrimento mental e de transtorno mental, decorrentes de atos discriminatórios a Política de Saúde Mental possui como dever ético-político encarar tal questão e, nessa perspectiva, Rosa (2014) considera que as identidades étnico-raciais necessitam ser expostas em Saúde Mental, como uma forma de enfrentar as desigualdades sociais na distribuição dos agravos em saúde bem como do sofrimento mental.

Nesse sentido, os diferentes segmentos negros se organizaram em movimentos sociais para dar visibilidade à situação do negro na sociedade brasileira e mostrar os impactos do racismo estrutural, inclusive mostrar as diferentes manifestações na saúde mental, a exemplo do consumo de álcool e outras drogas, que acomete sobremodo esse grupo. Outro acontecimento é a respeito das medidas criadas pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) criado pelo Ministério da Saúde em 2009 (2013), que pauta sobre a questão étnico-racial nas políticas públicas de saúde.

As medidas consideram importante discutir o racismo na saúde e na Saúde Mental. Logo, essas ações são necessárias já que segundo Santos e Prado (2020) o racismo atua no campo do sensível, produzindo sofrimento psíquico, limitando possibilidades de produção dos modos de existência.

CONCLUSÕES

Considerando todas essas discussões, as relações étnico-raciais no Brasil foram historicamente invisibilizados e as constantes práticas contra negros e negras deixaram marcas terríveis para essa população, como as vulnerabilidades vivenciadas por esses. Nessa seara, são várias as questões que se refletem sobre o adoecimento da população negra, mas o racismo e o racismo institucional embora reconhecidos como um dos determinantes sociais, ainda paira silenciado.

Portanto, conclui-se que houve avanços da visibilidade da questão com a PNSIPN, inclusive como resultado da luta pela democratização da saúde como conquista do movimento negro, que a articula com as iniquidades sociais com a saúde mental para a construção de estratégias para responder à necessária visibilidade e particularidade do adoecimento da população negra. E mais ainda que o racismo, as desigualdades raciais, o racismo institucional, a discriminação são marcadores presentes nas relações sociais e nos dispositivos de cuidados e que há um esquivamento de discussões sobre as questões étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. **Temática Saúde da População Negra**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS/Ministério da Saúde**. Brasília, 2013.

FONSECA, Ingrid Cristine. **Institucionalização e racismo: relato e análise da experiência de vida de ex-internos de hospital psiquiátrico**. TCC (Graduação) – Curso de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Paulo. Santos, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/49819>>. Acesso em: 05 maio 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia. “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Argum.**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-22, set./dez. 2018.

ROSA, L. C. dos S. A descoloração do cotidiano assistencial: Dimensões étnico-raciais em saúde mental. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 9–28, 2015.

SANTOS, K. Y; PRADO, G.A.S. Por uma rede de saúde mental negra. In: Laura Lanari, Kwame Yonatan Poli dos Santos (orgs.). **Saúde mental, relações raciais e Covid – 19**. São Paulo: 2020. p.31-49.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



SERVIÇO SOCIAL E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: uma análise da realidade teresinense

CARLA GABRIELA NOBRE DA SILVEIRA¹
SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA²

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão visa apresentar os resultados parciais de uma pesquisa de iniciação científica em andamento desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Piauí, que possui como plano de trabalho “Serviço social na saúde mental em Teresina: Uma análise histórica a partir do estágio supervisionado”. Tem como objetivo geral realizar uma análise histórica sobre a atuação do assistente social na saúde mental em Teresina, a partir de uma análise de documentos produzidos durante o estágio supervisionado do curso de serviço social da UFPI, no período de 1976 a 2019.

Esse trabalho apresenta os resultados referentes ao primeiro semestre da pesquisa, em que foram analisados documentos da década de 2010 a 2019. Tem como foco a discussão sobre as expressões da questão social que são o objeto de atuação do assistente social e se manifestam de diferentes formas nos serviços de saúde mental, relacionadas ao estigma e preconceito que atingem as pessoas com transtornos mentais e suas famílias, assim como a violação de direitos humanos, falta de acesso a serviços básicos, entre outros.

¹ Aluna do curso de Serviço Social da UFPI. Voluntária de iniciação científica da UFPI, desenvolvendo a pesquisa: “Serviço social na saúde mental em Teresina: uma análise a partir do estágio supervisionado”.

² Professora da UFPI, vinculada ao departamento de serviço social e ao Programa de pós-graduação em políticas públicas.

Palavras-chaves: Serviço social, Saúde mental, Questão social.

MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo com Minayo (2001), metodologia se define como sendo o caminho do pensamento e da prática exercida em uma abordagem. O estudo em questão é de caráter bibliográfico e documental, com abordagem quanti-qualitativa. Os dados utilizados são de fonte secundária, tratando-se de documentos produzidos por discentes do curso de bacharelado em Serviço Social da UFPI que realizaram estágio supervisionado obrigatório na saúde mental, tais como: relatórios, análises institucionais, projetos de intervenção, produzidos por um total de 74 estagiários. Foram lidos 112 documentos das instituições: Hospital Areolino de Abreu, Hospital-Dia Dr. Wilson Freitas, Maternidade Dona Evangelina Rosa, CAPSi Dr. Martinelli Cavalca, Caps II Leste, NASF- Núcleo Ampliado de Saúde da Família, CAPS II Sul, CAPS III Sul, Consultório na Rua, CATI- Casa de Acolhimento Transitório Infante-juvenil e CAPSi Dr. Alexandre Nogueira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objeto de atuação do Serviço Social é a questão social e suas expressões que na saúde mental se manifestam a partir do estigma e preconceito que historicamente permeiam a pessoa com transtorno mental, ao ser considerada perigosa, incapaz e sem direito de exercer sua cidadania. São essas manifestações da questão social, que tem no seu cerne as desigualdades inerentes da sociedade capitalista, que vão se apresentar enquanto demanda concreta no cotidiano de trabalho do assistente social nos diversos espaços em que se insere.

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p.27).

Nessa direção, o quadro a seguir apresenta as expressões da questão social identificadas nas instituições de assistência a saúde mental, no período de 2010 a 2019, com base nos documentos analisados de estágio:

QUADRO 1- Expressões da questão social mais frequentes nas instituições de assistência a saúde mental de Teresina-PI

Instituição	EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL MAIS FREQUENTES
Hospital Dia Dr. Wilson Freitas	Pobreza, desigualdade social e preconceito.
Hospital Areolino De Abreu	Baixa renda, pouca escolaridade, conflitos familiares, dificuldades de prover a medicação e alimentação, violência e preconceito
Hospital do Mocambinho	Pobreza, desigualdades sociais, vulnerabilidade social, risco social, desemprego, violência física e/ou psicológica, as desigualdades sociais, trabalho precário, rupturas de vínculo e desamparo.
Maternidade Dona Evangelina Rosa	Baixa renda, pouca escolaridade, analfabetas ou semianalfabetas, desempregadas, ou com empregos precarizados, rupturas de vínculos familiares, uso de drogas ilícitas.
CAPSi DR. Martinelli Cavalca	Desigualdade social, vulnerabilidade física e social, preconceito, marginalização, violência em suas diversas formas, conflitos familiares, uso de drogas, dependência química, moradia precária, falta de alimentação, isolamento, depressão, agressividade e exclusão escolar.
CAPSi DR. Alexandre Nogueira	Pobreza, a vulnerabilidade social, desemprego, adolescentes consumidores de álcool e/ ou outras drogas, a falta de recursos para o uso do transporte público, pouca escolaridade e fragilidade dos vínculos familiares,
CAPSi II Leste	Vulnerabilidade, exclusão social, desemprego e violência em suas diversas formas.
CAPSi II Sul	Pobreza, preconceito, vulnerabilidade social, política, cultural e econômica; pessoas em situação de rua, vulnerabilidade social, pouca escolaridade, estigmatização, abandono, a dificuldade de acesso à educação e ao trabalho e moradia precária.
CAPSi III Sul	Vulnerabilidade social, exclusão do mercado de trabalho, preconceito.

CAPS II Sudeste	Preconceito, violência em suas diversas formas, conflitos familiares, pouca escolaridade, isolamento social, uso de álcool e outras drogas, conflitos familiares, analfabetismo e baixa higiene.
Consultório na Rua	Pobreza, desemprego, violência, desemprego, falta de moradia, rompimento ou fragilidade dos vínculos familiares, transtornos mentais e o uso abusivo de álcool e outras drogas,
Núcleo Ampliado de Saúde Da Família- Nasf -Sul	Desemprego, vulnerabilidade econômica, vínculos sociais rompidos, moradia precária, falta de alimentação, violência, uso de álcool e outras drogas e também com baixo nível de escolaridade e condições precárias de emprego.
Casa De Acolhimento Transitório Infante-Juvenil- CATI	Preconceito, exclusão social, conflitos familiares, dificuldades econômicas e negação de direitos.

Fonte: Sistematização da autora com base em documentos do estágio supervisionado em Serviço Social da UFPI

Os documentos revelam que, mesmo analisando instituições diferentes, as expressões da questão social se assemelham. De acordo com Pereira e Guimarães (2015, p.95), “na saúde mental, as expressões da questão social vão se colocar muito além da questão da “loucura”, mas em tudo que permeia a vida desse sujeito com transtorno mental que trás consigo uma série de direitos violados, historicamente”.

O desemprego é um ponto que sempre se repete. Isso é oriundo do sistema capitalista que considera os “loucos” improdutivos e os descartam do processo de produção e acumulação de mais-valia. Ademais, essa questão ocorre também por conta de outro fator que está intimamente ligado ao estigma ou ao preconceito. Tendo em vista que historicamente e culturalmente esses sujeitos são considerados incapazes, perigosos, desprovidos de habilidades e até mesmo os remontam a periculosidade.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE, aponta que na população brasileira até o quarto trimestre de 2020 haviam 76.258 mil pessoas fora da força de trabalho. Isso aponta que o desemprego é um problema mundial e nacional, sendo ainda mais forte e recorrente nas pessoas que sofrem com transtornos mentais, seguido de estigmas e preconceitos.

A questão da baixa escolaridade também foi um ponto observado nos documentos em diversas instituições, o que tem relação com o estigma e preconceito dentro do ambiente escolar

e na sociedade em geral, o que impede ainda mais a entrada dessas pessoas portadoras de transtornos mentais no mercado de trabalho.

Como consequência, verificou-se a partir da análise documental que nessas instituições há prevalência de usuários pertencentes a famílias monoparentais femininas, tendo em vista que, muitas vezes, quem assume a responsabilidade de prover a casa é a mãe ou alguma figura feminina, o que ocasiona uma sobrecarga da mulher, pois essa, além de arcar com o papel de cuidadora, também mantém a casa financeiramente.

Essas problemáticas assinalam que, aliado ao sofrimento psíquico agudo e persistente, esses sujeitos e seu núcleo familiar tem sofrimentos objetivos e subjetivos relacionados também com a questão da pobreza, baixa escolaridade, moradia precária, violência e etc; demandando uma atenção que vai além da assistência em saúde mental (PEREIRA; GUIMARÃES).

CONCLUSÕES

Nessa etapa parcial pode-se mapear quais instituições foram analisadas e os espaços que concentram assistentes sociais. Por conseguinte, pode-se observar as principais expressões da questão social que atravessam a vida das pessoas com transtornos mentais que demandam assistência em saúde mental em Teresina, deixando evidente a necessidade do trabalho do assistente social na busca de respostas na perspectiva do fortalecimento da cidadania desses sujeitos e suas famílias.

Por fim, destaca-se a relevância da participação na iniciação científica para formação profissional de qualidade, que ultrapassa a sala de aula e reforça a importância do tripé ensino, pesquisa e extensão. Além disso, possibilita a abertura do olhar para a pesquisa enquanto campo de atuação profissional.

REFERÊNCIAS

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: editora vozes, 2001; Cap-1.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; Guimarães, Simone de Jesus. As expressões da questão social na saúde mental: Uma análise nos 4 Capss II de Teresina- PI. Santa Cruz do Sul: Barbarói, 2015; p. 82-98.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IBGE. Instituto brasileiro de geografia e estatística explica o desemprego. Disponível em:< Desemprego | IBGE >. acesso em: 17 de março de 2021.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



SERVIÇO SOCIAL E ATENÇÃO BÁSICA: uma análise da experiência de estágio no NASF¹

MARCELA SOARES DE ARAÚJO¹

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo relatar e discutir sobre a atuação do Serviço Social na Atenção Básica, a partir de uma análise da experiência do estágio supervisionado no Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF Sul, de Teresina-PI. Destaca-se a princípio que o NASF é campo de atuação profissional do Serviço Social desde o seu início, através da portaria GM nº 154, de 24 de janeiro de 2008, que além de outras delimitações, aborda sobre a equipe multiprofissional, na qual, os assistentes sociais fazem parte; onde estes profissionais desenvolvem ações como forma de atender as inúmeras demandas de diversas áreas ligadas a saúde que são postas no cotidiano.

Palavras-chaves: Política de saúde. Nasf. Processo de trabalho.

MATERIAIS E MÉTODOS

Metodologicamente, realiza-se uma breve exploração histórica da Política de Saúde, buscando explicar sobre a Política de Atenção Básica para que posteriormente possa ser discutido sobre a experiência adquirida no estágio no NASF Sul, quais são os seus frutos e como isso vai impactar na formação profissional. A realização dessa análise foi feita através de

¹ Texto revisado, e sintetizado, tendo por referência o artigo publicado pela autora no “Simpósio Internacional Estado, Sociedade e Políticas Públicas”, em 2020.

² Discente do curso de Serviço Social – UFPI/ e-mail: marcelasoares997@gmail.com.

observações críticas e reflexivas no próprio cotidiano das UBS e nas atividades desenvolvidas nas demais áreas da comunidade, como também na produção de documentos e relatórios sobre o NASF e suas ações produzidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Política de saúde faz parte do tripé da seguridade social juntamente com a política de assistência e previdência. Entretanto, para que se chegasse a essas condições a história da saúde pública no Brasil passou por significativas mudanças ao longo de sua trajetória. O sistema público de saúde brasileiro, no período anterior a Constituição Federal de 1988, prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à previdência social, de forma que grande porcentagem da população não era coberta por esse seguro, recebendo atendimentos apenas de entidades filantrópicas. A saúde não era reconhecida como um direito do cidadão e estava destinada apenas para aqueles que contribuía.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, estritamente em seus artigos 6º e 196º que reconhece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, “[..] garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988). A idealização desse novo sistema de saúde diz respeito a uma nova concepção que entende a saúde não mais como seguro social e nem de ações voltadas para a caridade e filantropia, mas como um papel do Estado de garantir acesso a esse direito.

O SUS tem sua formalização no posterior artigo 198º da CF/88 que declara que as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada, hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes: descentralização, atendimento integral e participação da comunidade; e nas Leis nº 8.080 e nº 8.142, ambas de 1990.

A partir do momento que a saúde se torna um direito, ganha-se também uma nova forma, o conceito se expande e deixa de representar apenas um quadro clínico de ausência de doenças, fazendo com que os esforços e políticas que estavam voltados apenas para o tratamento de enfermidades abranjam novas vertentes; vinculando-se também com as políticas sociais e econômicas passando a ser entendida como um processo integral de promoção, prevenção e reabilitação de doenças.

Em meio a essas constantes mudanças surge a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) através da portaria 2.488, de 21 outubro de 2011 que vai aprovar “[..] a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).” (BRASIL,2011).

Em seu eixo a Atenção Básica cuida das pessoas ao invés de tratar apenas de doenças ou condições específicas e tem a saúde da família como uma das principais estratégias para a sua sistematização e reorganização partindo das indicações pressupostas no Sistema Único de Saúde (SUS).

A Estratégia Saúde da Família (ESF) se iniciou com o Programa Saúde da Família (PSF), projetado pelo ministério da saúde em 1994 e vai atuar como um componente base para ações intersetoriais, em decorrência do contato próximo dos profissionais com a população, o que vai favorecer ainda mais o conhecimento da realidade.

A saúde torna-se campo de trabalho do assistente social a partir da resolução nº 218, de 06 de março de 1997. E no NASF foi a partir da portaria GM nº154, de 24 de janeiro de 2008, ou seja, desde sua instituição. Dentro desse contexto, ressalta-se aqui a importância dos assistentes sociais frente a política de saúde em especial na atenção básica, estes devem realizar ações visem a emancipação e autonomia dos usuários na busca pelos seus direitos.

Segundo os parâmetros para atuação do assistente social na saúde, as ações que predominam no atendimento direto a população são as ações socioassistenciais, as ações de articulação interdisciplinar e as ações socioeducativas. Essas ações não ocorrem de forma isolada, mas integram o processo coletivo do trabalho em saúde, sendo complementares e indissociáveis. (CFESS, 2010)

No NASF Sul a assistente social em seu cotidiano busca responder as expressões da questão social, desenvolvendo ações, seguindo os princípios e diretrizes do SUS. Os usuários que são atendidos se encontram, muitas vezes, com seus vínculos sociais rompidos, enfrentam problemas de moradias precarizadas, vulnerabilidade econômica e falta de alimentação adequada, muitos são usuários de substâncias psicoativas, tem baixa escolaridade e encontram-se em situações de violência. pois muitos deles não tem uma alimentação de qualidade ou não tem. A maioria dessas situações é advinda das condições precárias de trabalho ofertadas e até mesmo desemprego.

O processo de trabalho está voltado para a realização de encaminhamentos, repasses de informações, articulação intersetorial com outras políticas, como a de educação e assistência social, que venham a provocar impactos na saúde da população; Além disso, sua atuação está pautada em medidas atualizadas e dinâmicas que buscam se esquivar da imediatividade do cotidiano. Realiza-se orientações com os usuários e demais integrantes da AB e planeja atividades a serem desenvolvidas no campo; desenvolve as ações do programa de controle de tabagismo e do programa saúde na escola, elaborar processos de solicitação de procedimento de média e alta complexidade como a realização de laqueadura.

Em seu cotidiano, utiliza-se de diversos instrumentais e procedimentos, alguns deles são: estudos sociais e pesquisas, palestras, rodas de conversa, atendimentos individuais e coletivos, visitas domiciliares e institucionais, salas de espera, encaminhamentos, acompanhamento familiar e relatórios, rodas de terapia comunitária; buscando, sempre que possível o trabalho em rede, juntamente com os profissionais da própria equipe, visando sempre a garantia de direitos dos usuários e o bem-estar dos mesmos.

CONCLUSÕES

No NASF Sul foi possível analisar o processo de trabalho da assistente social, as condições de trabalho e dificuldades, as demandas que chegam, ver como funciona o trabalho em rede, ter contato com outros profissionais e outras instituições e com os usuários dos serviços e principalmente identificar e problematizar as inúmeras expressões da questão social que são encontradas no cotidiano. Outra questão relevante a análise diz respeito aos contrastantes desmontes que a política de saúde vem sofrendo na contemporaneidade, destaca-se da portaria nº 2.979, de novembro de 2019 que trata sobre o novo financiamento da Atenção Primária à Saúde e também a nota técnica nº 3/2020- DESF/SAPS/MS onde se determina que os gestores municipais e estaduais vão dispor de autonomia para manter ou não os NASFs. Por fim, compreende-se que as políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade e redução das desigualdades sociais, entretanto a política de saúde assim como as demais necessita de maior ampliação de acesso e qualidade na oferta de seus serviços, pois apesar dos seus significativos avanços ainda encontra adversidades como subfinanciamento e má gestão em todas as esferas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____, Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília: CFESS, 2010.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



SUAS TERESINA: construção dos direitos sociais, ações e estratégias da gestão municipal

LORAINÉ MARIA DA ROCHA CAVALCANTE¹
IRACILDA ALVES BRAGA²

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o processo histórico de construção do Sistema Único de Assistência Social em Teresina-PI. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica, com uma revisão de literatura baseadas em artigos e livros produzidos por autores piauienses para embasar os raciocínios teóricos. Tem como objetivo apresentar as ações e estratégias da gestão municipal do SUAS em Teresina, tendo a SEMCASPI como órgão responsável.

O processo de estruturação, criação e implantação do SUAS foi bastante complexo, começando pela constituição de 1988 que trouxe direitos sociais e universalistas nunca vistos, logo após vem a homologação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, para reafirmar e garantir os direitos sociais relativos a Assistência Social e por fim a criação do Sistema Único de Assistência Social, por meio da Lei nº 12.435/2011 que alterou a LOAS.

Palavras-chaves: SUAS. Gestão municipal. Assistência Social.

¹ Discente do Curso de Serviço Social (UFPI); aluna bolsista de iniciação científica – projeto “O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA-PI: desafios à sua implementação em tempos de desmonte da Seguridade Social” e membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS), e-mail: lorainecavalcante13@ufpi.edu.br.

² Professora da Universidade Federal do Piauí, vinculada ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e líder do GEPSS/UFPI (Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social). Orientadora de iniciação científica e coordenadora da pesquisa: “O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TERESINA-PI: desafios à sua implementação em tempos de desmonte da Seguridade Social”. E-mail: iracildabraga@ufpi.edu.br.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo proposto apresenta os resultados parciais do Plano de Trabalho PIBIC que propõe o estudo das ações e estratégias de gestão do SUAS no município de Teresina-PI, tendo como órgão gestor a SEMCASPI (Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Integradas). A pesquisa é do tipo qualitativo e as atividades realizadas para sua construção foram: estudos de grupo, oficinas de alinhamento e de construção dos instrumentais de coleta de dados como forma de instrumentalização técnica: revisão documental e bibliográfica. Foi realizado orientações para sistematização e análise dos dados e informações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguridade social no Brasil é formada pela assistência social, saúde e previdência, e a lei 8.742/93 mais conhecida como LOAS (Lei orgânica da assistência social) é a lei que ampara a proteção social em todo o território nacional.

A gestão em rede tem como objetivo aumentar e melhorar os serviços, trazendo uma capilaridade por todo o território Brasileiro. A PNAS (Política Nacional de Assistência Social) instaurada em 2004, traz como principal determinação, que a coordenação e a execução dos serviços socioassistenciais ficam a cargo dos estados e dos municípios, fazendo com que haja uma descentralização da execução destes.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos os aportes financeiros na área da assistência social devem ser realizados com recursos do orçamento da seguridade social conforme previsto no art. 195, além de outras fontes previstas no art. 204. Prevê ainda o financiamento tripartite de responsabilidade das três esferas de governo.

No âmbito do SUAS, é por meio de um sistema chamado SUASWeb, que a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) garante o repasse regular e automático dos recursos do FNAS para os Fundos de Assistência Social dos estados e municípios.

No atual contexto, a gestão do SUAS de Teresina faz o uso de TIC's (Tecnologia da Informação e Comunicação) visando facilitar e superar os desafios nas práticas do cotidiano do atendimento diário e ampliar o acesso aos direitos do cidadão. Surge então o SIMAPP (Sistema

de Monitoramento e Acompanhamento de Políticas Públicas) que possibilita o acompanhamento da efetivação das ações de todas as secretarias municipais.

Em Teresina a gestão e o monitoramento dos sistemas vinculados ao Governo Federal são feitos pela CGDI (Coordenação de Gestão da Informação e Dados) diretamente subordinados a SEMCASPI, além disso a CGDI administra o Blog SUAS Teresina e o Sistema de Gestão de Benefícios Eventuais (SIGBE).

O Blog SUAS Teresina foi apresentado em novembro de 2018, e é basicamente onde se encontram as ações, planos, notas técnicas e instrumentos, elaborados a partir da análise dos dados da vigilância e do monitoramento do SUAS em Teresina. O Blog SUAS Teresina pode ser acessado no endereço: <https://gsuasthe.files.wordpress.com>.

Um dos avanços da gestão do SUAS em Teresina foi a implantação em 2015, da Mesa de Gestão e Negociação (ação inclusa na NOB RH) para discutir questões que dizem respeito aos processos de trabalho no SUAS. As competências da Mesa de Teresina são: acompanhar a implementação da NOB RH SUAS, discutir propostas que melhoram as condições de trabalho e desempenho dos servidores, acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS e acompanhar a execução das ações voltadas à gestão do trabalho no âmbito SUAS e propor a criação de Comissões Temáticas Temporárias com o objetivo de orientar e aprofundar temas específicos, mediante a participação de convidados e assessorias técnicas.

CONCLUSÕES

O estudo identificou ainda, que na capital piauiense existem 42 entidades socioassistenciais cadastradas no CNEAS, 19 CRAS e 4 CREAS. Quanto ao aporte financeiro das entidades municipais da rede socioassistencial do município de Teresina, os recursos advêm do FNAS ou de fundos privados, por meio de metas baseados no plano plurianual, na lei orçamentária anual e na lei de diretrizes orçamentárias. Em Teresina, a gestão da Assistência Social passou e passa por muitas dificuldades de aporte financeiro, mas, também conta com avanços, como o uso de tecnologias para melhorar a gestão do Sistema Único de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Iracilda Alves; MOURA, Marfisa Martins Mota de; CARNEIRO, Mauricéia Ligia Neves da Costa (org.). **A política de assistência social no contexto Teresinense: gestão e boas práticas**. 2. ed. Teresina: Edufpi, 2020.

Acesso à Informação – Blog da Rede SUAS. Mds.gov.br. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/sistemas/consultas-publicas/>>. Acesso em: 6 Mar. 2021

Mds.gov.br. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php>>. Acesso em: 6 Mar. 2021.

Ministério do Desenvolvimento Social. Mds.gov.br. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/cneas/publico/xhtml/consultapublica/pesquisar.jsf>>. Acesso em: 6 Mar. 2021.

L8742, Planalto.gov.br, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>, acesso em: 6 Mar. 2021.

PEREIRA, K. Y de Lima.; TEIXEIRA, S. M. Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social - Networks and intersectorality in social policies: reflections on their concept on Social assistance policy. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 12, n. 1, p. 114 - 127, 18 jul. 2013.

MEDEIROS, Juliana, **O cofinanciamento das políticas de assistência social - Blog do GESUAS**, Blog do GESUAS, disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/cofinanciamento-assistencia-social/#:~:text=%C3%89%20atrav%C3%A9s%20de%20um%20sistema,de%20Assist%C3%Aancia%20Social%20dos%20Estados%2C>>, acesso em: 6 Mar. 2021.

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. BRASIL, Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (**LOAS**). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.



EIXO

2

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão
Acadêmica no contexto pandêmico**

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



AÇÃO EXTENSIONISTA EMERGENCIAL CONVIVÊNCIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: um relato de experiência sobre as visitas remotas

IOLANDA CARVALHO FONTENELE¹
LUÉCIA LAINE MUNIZ DE SOUSA²

INTRODUÇÃO

A gravidade da pandemia da COVID-19 (doença do novo coronavírus) trouxe grandes desafios, com impactos econômicos, sociais e políticos. A crise sanitária atingiu a todos e, de modo especial, às pessoas idosas. Além da doença em si, há o problema do isolamento físico uma vez que pode também trazer consequências mais sérias para os/as idosos/as, como a solidão, abandono, sofrimento psíquico, dentre outras.

Nesse sentido, o Projeto de Extensão PTIA na Comunidade³ pretende contribuir neste contexto pandêmico, por meio das Ações Extensionistas Emergenciais voltadas para pessoas idosas, no âmbito da Política de Assistência Social em Teresina-PI, objetivando o enfrentamento da pandemia da COVID-19. Estas Ações estão fundamentadas na Política Nacional de Assistência

¹ Professora do Departamento de Serviço Social (DSS), da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em 2007. Coordenadora do Projeto de Extensão PTIA na Comunidade e das Ações Extensionistas Emergenciais.

² Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

³ O Projeto de Extensão PTIA na Comunidade é parte do Programa de Extensão Universitária para pessoas idosas – PTIA/UFPI, ambos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PREXC/UFPI e vinculados ao Departamento de Serviço Social/UFPI. Considerando a pandemia da COVID-19 e a medida de isolamento físico, suas atividades tiveram que ser repensadas e em função dessa exigência surgiram as Ações Extensionistas Emergenciais.

Social - PNAS (2005), no Estatuto do Idoso (2003), bem como nas contribuições de Fontenele (2020) e Freire (1996).

Essas Ações constituem duas modalidades: Telefonema Acolhedor realizada em parceria com CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas/SEMCAPI; e Convivências, para Instituições de Longa Permanência (ILP's) que acolhem pessoas idosas em Teresina.

Este trabalho aborda especificamente a Ação Convivências - Visitas Remotas, cuja finalidade é o favorecimento da troca de experiências neste contexto de pandemia da COVID-19, contribuindo de um lado para o fortalecimento de vínculos comunitários e para a interação entre discentes/docentes da UFPI e pessoas idosas das ILP's, tendo em vista as medidas de isolamento físico e, de outro, colaborar no processo de formação profissional de acadêmicos/as do Curso de Serviço Social/DSS/UFPI e outras Instituições de Ensino Superior (IES). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é relatar as experiências das Visitas Remotas, destacando sua metodologia e resultados.

Palavras-chave: Convivência. Pessoas idosas. Isolamento físico/COVID-19.

MATERIAIS E MÉTODOS

O público-alvo da Ação Extensionista Emergencial Convivências -Visitas Remotas são pessoas idosas atendidas por Organizações que prestam serviço de acolhimento institucional, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009). Os/as idosos/as acolhidos/as nessas Instituições de Longa Permanência (ILP), em geral, são pessoas que não tem condições de serem cuidadas por si mesmas, pela família ou por terceiros, “[...]com 60 anos ou mais, independentes e/ou com diversos graus de dependência [...]” (BRASIL, 2009, p. 45). O Serviço de Acolhimento Institucional deve “[...] favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local [...]” (BRASIL, 2009, p. 44).

As primeiras Visitas Remotas aconteceram no Abrigo São Lucas⁴, quinzenalmente, durante 30 (trinta) minutos, através da plataforma *Google Meet*. É importante registrar que as atividades foram desenvolvidas pelos discentes, bem como a produção de todo material educativo, com apoio de técnicos da ILP e docentes da UFPI⁵. A estrutura das Visitas incluiu uma abertura (com acolhimento); o desenvolvimento de uma atividade, observando a finalidade e a metodologia propostas; e o encerramento que abrangeu mensagens e agradecimentos dos técnicos da ILP e da coordenação da Ação Extensionista. Todos esses momentos apresentaram caráter lúdico, poético, musical, alegre e coloquial, priorizando a arte, a cultura e o humor.

Para a realização das Visitas, utilizou-se metodologias ativas, viabilizando uma aprendizagem baseada na interação, em trocas pautadas na ética, na estética, na alegria e na esperança (FREIRE, 1996), priorizando o envolvimento e a participação das pessoas idosas, tornando-as protagonistas. Portanto, a metodologia das Visitas Remotas foi baseada, por um lado na valorização e na necessidade da participação ativa da pessoa idosa, conforme a condição de cada pessoa, e por outro no desenvolvimento de atividades que tenham um caráter lúdico, priorizando a expressão artística, cultural (FONTENELE, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A luta histórica pelo direito de acesso à educação vem sendo travada por grupos de movimentos negros desde o passado. No período escravocrata o Estado vetava a participação dos negros na escola, pois consideravam que o conhecimento era uma forma de resistência. Passados 133 anos da abolição da escravidão, o processo escravista no Brasil não apagou as marcas históricas incluindo o acesso à educação, deixando uma marca de desigualdade social, discriminação racial e racismo na sociedade brasileira na qual a realidade está longe de ser superada social e culturalmente.

⁴ O Abrigo São Lucas é uma Fundação filantrópica, sem fins lucrativos, Instituição de Longa Permanência que presta serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas, homens e mulheres, independentes e com diversos graus de dependência. São 60 pessoas idosas ao todo acolhidas, em situação de vulnerabilidade social. Disponível em: <<https://voluntariadobb.v2v.net/pt-BR/enter>>. A Ação Extensionista pretende diversificar as experiências em outros abrigos para pessoas idosas em Teresina. Nesse sentido, presentemente, o foco não é mais o São Lucas, mas sim outras ILP's, cujo trabalho encontra-se em fase de articulação e planejamento.

⁵ A equipe da Ação Extensionista era composta de duas docentes do DSS/ UFPI, dois discentes do Curso de Serviço Social/UFPI e um aluno do ensino médio, da Unidade Escolar Maria Modestina Bezerra, além da direção e técnicos da Instituição. O planejamento da atividade, bem como sua avaliação, ocorreu em reuniões quinzenais da equipe, sob a coordenação de docentes e técnicos de referência da ILP.

O ambiente universitário, por sua vez, foi historicamente constituído como um espaço masculino e branco, surgindo grandes embates políticos e sociais para a criação e efetivação das cotas na graduação. A inserção de discentes negras (os) nestes espaços requer destes a busca por atividades que lhe proporcionem um maior aprendizado, somando-se a permanência destes nas universidades. A pesquisa, no cerne das cátedras acadêmicas apresenta-se como um ambiente apropriado para o aprendizado intelectual e profissional e para a redução da evasão universitária.

A produção de conhecimento dominante, rotula um status para as demais produções, que nega todo o conhecimento não-europeu, vinculando-se a um sistema escravocrata, colonial e eurocêntrico. Ao propor um questionamento dos modelos epistemológicos dominantes, nos colocamos no exercício de descolonização dos saberes. Para Vassalo (2018) “descolonizar significa a (re) construção histórica que propõe uma nova alternativa emancipatória, se opondo a uma perspectiva eurocêntrica dominante”. Reconstruir a história ressignifica, no âmbito social e político, o conceito de raça no Brasil, sendo estas ações, “necessárias para um processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira, não somente na educação básica, mas também nos cursos superiores” (VASSALO, 2018, p. 38).

Historicamente, a população negra depara-se com uma morte social, denominada epistemicídio fruto de um processo colonizador que anula e invisibiliza toda produção de conhecimento que é realizado pelos não-brancos e põe em destaque toda produção de conhecimento eurocêntrico e brancocêntrico. (VASSALO, 2018)

Identificar os impasses que o Serviço Social tem em realizar uma teoria crítica no seu currículo, talvez seja um pouco audaz, no entanto é necessário para que novas formulações acerca da temática racial sejam elaboradas com intuito de compor a literatura do debate racial e dos sistemas discriminatórios que não se reduzem somente a dimensão de classe, disseminando no meio profissional este pensamento.

Outrossim, ressaltamos que a formação profissional deve considerar o direito de Ser e estar da população negra resguardando os saberes e memórias das pessoas afrodescendentes que não devem ser esquecidas. Para isso a interlocução entre ensino, pesquisa e extensão tem um papel fundamental no processo educativo-formativo, no que tange a transversalidade das diversas formas de opressão como elementos de estudo dos componentes curriculares do curso de serviço social. (OLIVEIRA, 2017).

CONCLUSÕES

As Visitas Remotas foram muito positivas para toda a equipe envolvida, bem como para os/as idosos/as. Trouxeram animação, trocas intergeracionais, valorização da cultura, das trajetórias de vida, da memória afetiva, de modo especial a participação das pessoas idosas. Além disso, foi um momento rico de aprendizado para os profissionais e os discentes, no sentido de aprofundarem conhecimento sobre a realidade das pessoas idosas, os desafios postos no tocante às questões metodológicas e aos processos de trabalho.

Destaca-se a importância da parceria UFPI/PREXC/DSS e a PNAS/Teresina, especificamente as ILP's para pessoas idosas, tendo em vista o enfrentamento da COVID-19, com ações voltadas para os segmentos da população em situação de pobreza e vulnerabilidade, uma vez que são estes que mais sofrem com os impactos e as consequências da pandemia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília: MDS, 2005.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009.

_____. **Estatuto do Idoso, Lei nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Brasília: Senado Federal, 2003.

FONTENELE, I. C. **Ações Extensionistas Emergenciais de enfrentamento da Covid-19, voltadas para pessoas idosas no âmbito da política de assistência social: percursos analíticos operacionais**. Teresina: UFPI, 2020. (texto mimeografado)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática Educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOLDMAN, S. N. **Velhice e exclusão digital: uma “nova questão social”?** In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007. Anais. São Luís: UFMA, 2007. CD-ROM.

VASCONCELOS, E.M.; WECK, M. **Desafios e recomendações para a realização de atividades de ajuda mútua on-line no campo da Saúde Mental**. Rio de Janeiro: Projeto Transversões ESS-UFRJ, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-aHs4-LMeQU_tSKhzCRZr9JDxrXs7d9d/view. Acesso em: 19 de set. 2020.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



ASPECTOS SOCIAIS E O ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA: aproximações com a realidade dos estudantes do Instituto Federal do Piauí-IFPI

SAMARA CRISTINA SILVA PEREIRA¹
AMANDA MARQUES DE OLIVEIRA GOMES²

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o resultado do levantamento realizado pelo Serviço Social do IFPI sobre aspectos da realidade social dos estudantes, nos primeiros meses da Pandemia da COVID 19, quando foi adotado o ensino remoto por mediação tecnológica como alternativa às atividades educacionais paralisadas no início da pandemia. Tem como objetivo evidenciar algumas dificuldades identificadas no momento da adoção do ensino remoto, dentre as quais as de: renda, cumprimento dos protocolos de segurança, de acesso às tecnologias e à conectividade.

A Pandemia causada pelo novo Coronavírus – COVID 19 foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde em 30 de janeiro de 2020, levando a instituição a declarar o mundo em Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (OPAS, 2020). A rápida propagação do novo vírus afetou a sociedade em diversas dimensões, colocando-a em situação de calamidade, repercutindo na saúde, no emprego e renda, na educação, na integridade física e

¹ Assistente Social do IFPI, Especialista em Educação Profissional integrada à EJA – IFPI, Mestre em Políticas Públicas PPGPP- UFPI. Gestora da Fundação Wall Ferraz/Prefeitura Municipal de Teresina entre Janeiro de 2013 a março de 2020. E-mail: samaracefetpi@gmail.com.

² Assistente Social do IFPI, Mestre em Políticas Públicas PPGPP-UFPI. E-mail:amanda@ifpi.edu.br.

psicológica, dentre outros, particularmente pela necessidade de isolamento social como uma das principais medidas de proteção e prevenção à propagação da doença.

No campo da educação, segundo mapeamento realizado pela UNESCO (2020), mais de 1,5 bilhões de estudantes foram afetados pela paralisação das aulas e fechamento temporário de escolas e universidades em 191 países. Nas diferentes nações, como o Brasil, as desigualdades quanto às condições de usufruto do direito à educação se colocam como um grande desafio.

Os estudantes brasileiros têm sido penalizados, seja pela dificuldade de acesso aos recursos necessários ao acompanhamento de atividades educacionais e às formas modernas de comunicação e informação, quanto pelo descaso do poder público em resolver essa problemática, a exemplo do veto presidencial ao Projeto de Lei n. 3.744 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021) que visa facilitar a aquisição de equipamentos e internet para estudantes da educação básica pública durante o fechamento das escolas por causa da COVID 19.

Palavras-chaves: Pandemia. Estudantes. Serviço Social.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com enfoque na realidade dos estudantes das escolas públicas brasileiras, o levantamento entre os estudantes do IFPI foi realizado pelo serviço social com base nas prerrogativas profissionais que prevê a realização de pesquisa sobre a realidade social dos usuários, de forma orientar o planejamento da prática e a busca de alternativas às demandas (BRASIL, 1993). Adotou-se também revisão de literatura, que orienta a análise dos dados e informações obtidas.

Neste trabalho apresentam-se os resultados obtidos entre os estudantes do campus Teresina Central. A construção do questionário deu-se por iniciativa de uma assistente social do IFPI campus de Parnaíba, sendo posteriormente revisado e adaptado pelas demais profissionais do IFPI com vistas à aplicação em todos os *campi* do estado do Piauí. Em Teresina, a aplicação contou com a participação das três assistentes sociais do campus, em que cada uma ficou responsável pela aplicação junto a um grupo de estudantes, divididos entre Ensino Técnico integrado ao Médio; Ensino Técnico Concomitante/Subsequente e Ensino Superior.

A participação dos estudantes foi voluntária e a aplicação deu-se por um período determinado, através da socialização do Formulário Eletrônico (Google Forms) nas plataformas do IFPI e nos grupos de WhatsApp em que estes participam. Destaque a atenção à proteção dos dados e sigilo quanto à identificação dos respondentes. Após a aplicação, procedeu-se à consolidação e análise das informações, conforme segue.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação do formulário ocorreu no período 11 a 22 de maio de 2020 e contou com a adesão de 415 estudantes do campus, o que representa 10% dos aproximadamente 4 mil estudantes que a instituição possui. Destes, a maior participação foi entre aqueles do ensino superior, que totalizaram 186 respondentes, entre estudantes do Ensino Técnico integrado ao Médio 98 estudantes e dos Cursos Técnicos Concomitante/Subsequente foram 128 estudantes.

Entre os estudantes, 180 apontaram a dificuldade de renda como uma das principais durante a pandemia. Essa é uma realidade de milhões de brasileiros. No início da pandemia, o país contava com 37,3 milhões de pessoas na informalidade, sem direitos como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego. Pessoas que após a paralisação das atividades produtivas em decorrência do Vírus, tiveram sua renda comprometida, evidenciando a necessidade urgente da ampliação das políticas de proteção social (COSTA, 2000).

A ausência de um ambiente adequado para estudar em casa foi citado por 128 estudantes. A maior parte dos estudantes de camadas populares enfrentam essa dificuldade, haja vista as condições inadequadas de habitabilidade de que dispõem. Dados da PNAD 2019 apontam que um dos problemas com a população brasileira convive é a inadequação domiciliar, marcada por “adensamento domiciliar excessivo, definido como uma situação em que o domicílio tem mais de três moradores para cada cômodo utilizado como dormitório” (IBGE, 2019, p. 63).

A dificuldade em administrar o tempo para a realização das atividades educacionais foi apontada por 120 estudantes, especialmente dentro de uma rotina alterada, onde o espaço doméstico é o lócus de todas as atividades. A realização dos estudos numa modalidade para a qual os estudantes não foram preparados e num contexto em que eles passaram a realizar todas as suas atividades em um único espaço tem sido apontada por estudiosos da educação com um

grande desafio, que requer a adoção de estratégias para sua superação, como estimular contato com professores, desenhar uma rotina em família e planejar intervalos (GIFE, 2020).

Quanto às condições para desenvolvimento dos estudos durante a pandemia, 109 estudantes informaram que passam por situações de sofrimento psicológico. A saúde mental tem sido bastante afetada durante a pandemia e chama a atenção para a necessidade de políticas públicas voltada a essa problemática. Além disso, 91 estudantes informaram que sofrem com conflitos familiares e 46 estudantes com a fragilidade dos vínculos familiares. A família é o espaço de socialização primário e a principal referência de afeto, acolhimento e suporte para qualquer pessoa. Assim, as dificuldades e a fragilização no núcleo familiar é um problema que afeta os estudos, e que tende a se agravar no contexto da pandemia, o que exige um olhar diferenciado para as relações familiares tensionadas e fragilizadas nesse contexto.

Quanto aos protocolos de segurança de prevenção à COVID 19, 201 estudantes informam que as famílias estão conseguindo manter as recomendações de distanciamento social; 148 que membros da família trabalham em serviços essenciais ou não conseguem atender às recomendações, e na ocasião 18 estudantes ou membros da família haviam sido infectados pelo vírus. Isso aponta que há dificuldades quanto ao cumprimento dos referidos protocolos.

Quanto ao uso de ferramentas digitais, apenas 13 estudantes informaram não possuir alguma forma de conectividade (dados móveis, wifi). Esse dado merece uma reflexão acurada, haja vista que uma das condições para responder ao formulário seria o acesso à internet, o que pré-selecionou o público respondente. Apesar de quase todos terem acesso à internet, 60 estudantes informaram dificuldade de adaptação ao uso de tais ferramentas para realização dos estudos. Isso porque o acesso à tecnologia não significa inclusão tecnológica. Há muitas pessoas que possuem dentro dos lares equipamentos de tecnologia, mas que não conseguem manuseá-la.

Além disso, 151 dos respondentes utilizam-se do celular para realizar os estudos, pois não dispõem de outro recurso como tablet, computador e notebook. Desses 151, 145 são estudantes do Ensino Técnico (integrado e concomitante/subsequente). Enquanto entre os estudantes do ensino superior, apenas 6 utilizam celular nas atividades remotas. Uma hipótese é de que para estes, as exigências quanto à construção dos trabalhos acadêmicos e as pesquisas que precisam realizar durante o curso, requisitam os equipamentos de tecnologia. Esse quadro assinala a

necessidade de uma maior atenção quanto às dificuldades enfrentadas pelos estudantes dos cursos técnicos quanto ao acesso a recursos tecnológicos necessários ao ensino remoto.

CONCLUSÕES

O levantamento realizado no início da pandemia evidenciou que estudantes do IFPI e familiares vivenciam situações que interferem no ensino remoto. Algumas dessas causam instabilidade, como a dificuldade de renda e em administrar o tempo, problemas de ordem psicológica ou familiar; enquanto outras, constituem obstáculo à realização dos estudos, como a ausência de espaço adequado para estudar e a ausência de equipamentos de tecnologia necessários ao ensino remoto. Ao serviço social, o levantamento possibilitou desvelar aspectos da realidade social dos estudantes durante a pandemia e reorganizar o trabalho em consonância com o projeto ético-político profissional, lançando mão de novas estratégias e recursos no fazer profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social, já com a alteração trazida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 3744/2000**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20145>> . acesso em maio de 2021.

COSTA, Simone da Silva Costa. Pandemia e Desemprego no Brasil. **Revista De Administração Pública**, 2000, 54(4), 969-978.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Ano 2019.

IFPI . **Portaria nº 951 de 30 de abril de 2020**. Estabelece a realização de trabalho home office, com a suspensão das atividades presenciais (acadêmicas e administrativas).

_____. **Portaria nº 952 de 04 de maio de 2020**, que trata da organização das atividades pedagógicas não presenciais.

GIFE. **Planejamento, conectividade e tecnologia**: quais são os principais desafios da educação em tempos de pandemia. Disponível em: <https://gife.org.br/planejamento-conectividade-e-tecnologia-quais-sao-os-principais-desafios-da-educacao-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em maio de 2021.

OPAS. OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. **Folha Informativa**. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=517&limitstart=396>. Acesso em abril 2020.

UNESCO. **#AprendizagemNuncaPara**. UNESCO, página da internet. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>>. Acesso em abril de 2021

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



EDUCAÇÃO POPULAR NA PÓS-GRADUAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: áreas de serviço social e educação

FRANCIELE LOURENÇO ALVES¹
ALINE MARIA BATISTA MACHADO²
FRANCISCA FERREIRA DE SOUZA PEDROZA³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho compreende os resultados do plano de pesquisa de iniciação científica (PIBIC) intitulado: Balanço das dissertações e teses no estado de São Paulo nas áreas de Serviço Social e Educação (2000-2010, o qual advém do projeto EDUCAÇÃO POPULAR NA PÓS-GRADUAÇÃO DO SUDESTE BRASILEIRO: um estudo das áreas de Serviço Social e Educação (2000-2010).

O objetivo central da pesquisa foi realizar um estudo acerca da produção acadêmica sobre educação popular nas pós-graduações públicas de Serviço Social e Educação no estado de São Paulo, no recorte temporal dos anos de 2000 a 2010. Faz-se necessário o aprofundamento desta temática, pois encontra-se uma vacuidade quando se refere às produções que abordam a influência da educação popular no interior da profissão.

De acordo com Haddad (2000, p. 04), os estudos de tipo “estado da arte” permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer

¹ Discente do curso de Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

² Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB e dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social e em Educação, ambos da UFPB. Possui graduação e mestrado em Serviço Social e doutorado em Educação pela UFPB. Desde 2010 coordena o GEPEDUPSS (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais).

³ Discente do curso de Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura.

Diante do exposto, nossos objetivos específicos foram: conhecer as temáticas e abordagens dominantes e emergentes na área da educação popular; identificar e analisar os objetivos, o referencial teórico, a metodologia e conclusões dessas pesquisas; bem como o perfil dos discentes que assumem tal temática; analisar se nesses estudos a educação popular é o objeto de estudo ou se é temática secundária.

Portanto, a partir desses objetivos, pretendemos contribuir não só com os estudos e pesquisas do GEPEDUPSS e, conseqüentemente, com o avanço do tema nos cursos de Serviço Social e Educação da UFPB, mas também com os debates, as pesquisas e os estudos sobre educação popular que vêm sendo desenvolvidos no país como um todo, porque acreditamos que ainda há muitas lacunas e muito a ser dito por aqueles que fazem e/ou estudam educação popular.

Metodologicamente nosso trabalho é do tipo exploratório e bibliográfico e possui abordagem quali-quantitativa, pautada na perspectiva crítico dialético. Diante do nosso objetivo de realizar um estudo do tipo “estado da arte”, procedemos da seguinte forma: inicialmente fizemos um levantamento bibliográfico acerca das dissertações de mestrado e teses de doutorado das Pós-Graduações *Stricto Sensu* (públicas) em Educação e Serviço Social do estado de São Paulo que abordam a educação popular, utilizando como fontes principais de construção de dados o portal da Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações (<http://bdtd.ibict.br>) e o banco de teses do portal da CAPES, que apresentam produções de mestrado e doutorado de todo o Brasil, bem como, pesquisas em bibliotecas virtuais e sites das pós-graduações em questão. Nessa fase de investigação de dados, nos detemos nos títulos e palavras-chaves em que a educação popular aparece, a fim de selecionarmos as produções que abordam essa temática. A partir daí também selecionamos os resumos dessas produções para posterior análise.

Na fase da análise dos dados tomamos por base a técnica análise de conteúdo porque, de acordo com Bardin (1977, p. 42),

é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (...) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Para a autora, ao utilizar procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, o interesse da análise de conteúdo reside no que esses conteúdos poderão ensinar após serem tratados. Ela explica que as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três pólos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Assim, na fase da pré-análise foi feito uma leitura flutuante dos resumos das produções, o que permitiu as primeiras impressões sobre os estudos acerca da educação popular. Em seguida, na fase da exploração do material realizamos tanto a caracterização dos sujeitos da pesquisa como das dissertações e teses, seguido da categorização dos conteúdos das mensagens.

Na caracterização dos sujeitos identificaremos o gênero, a área onde a dissertação ou tese foi defendida, bem como o ano de tais defesas. Assim foi possível saber se têm mais homens ou mulheres pesquisando a educação popular, qual ano, campo (educação ou serviço social) e nível (mestrado ou doutorado) houve mais produção.

Na caracterização das dissertações e teses identificamos, a partir de seus resumos, os objetivos, o referencial teórico, a metodologia, as temáticas paralelas e as conclusões dessas pesquisas, pois isso nos permitirá analisar se nesses estudos a educação popular é o objeto de estudo ou temática secundária, se a maioria está seguindo numa ótica teórico-metodológica crítica ou conservadora e que sugestões se apresenta a partir das variadas conclusões.

Como já dissemos, essa pesquisa envolve toda a região Sudeste, mas aqui só destacaremos os resultados do nosso plano, que envolve apenas o estado de São Paulo. Nele foram encontradas 08 (oito) universidades públicas, entretanto, apenas 05 (cinco) fizeram parte da pesquisa por ter programas de pós-graduação em serviço social e/ou em educação. Foram elas: a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual Paulista (UNESP), a Universidade de Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Carlos (UFSCAR), e a UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo).

Os resultados revelaram um total de 10 produções, sendo 90% da área de Educação e 10% da área de Serviço Social, sendo 04 dissertações de mestrado e 06 teses de doutorado, e assinalam que a USP dá conta de 60% das produções encontradas.

Tabela

CRUZANDO SEXO, NÍVEL E ÁREA	QUANT. (Nº)				PER (%)			
	Mestrado em Educação	Mestrado em Serviço Social	Doutorado em Educação	Doutorado em Serviço Social	Mestrado em Educação	Mestrado em Serviço Social	Doutorado em Educação	Doutorado em Serviço Social
Feminino	03	0	03	0	30%	-	30%	-
Masculino	01	0	02	01	10%	-	20%	10%
Total Parcial	04		06		40%		60%	
Total Geral	10				100%			

Fonte: primária. João Pessoa, 2020.

Para além da diferença de área, observamos o fator de os pesquisadores serem predominantemente mulheres, o que se atribui aos fundamentos das duas profissões em questão. É importante ressaltar que 70% das produções assumiram a educação popular como temática secundária e pelo menos 30% como temas centrais. Ademais, 100% das produções conduzem seus textos de forma crítica, o que se apresenta de grande relevância para a pesquisa, uma vez que, a “educação popular é reafirmada como parte das estratégias de formação política e ideológica da classe trabalhadora, face à necessidade de produção e difusão do conhecimento crítico sobre as condições de vida e sua transformação” (MACIEL, 2011, p. 241).

Após análise vê-se que a segunda metade da década de 2000 é onde as produções estão mais presentes. Outro elemento a ser destacado é a diferença entre os resultados da pesquisa no que concerne ao percentual entre as áreas. Esta constatação não implica dizer que não haja assistentes sociais trabalhando com a educação popular, já que ela aparece em outros estudos ligados à ação profissional, devido a apropriação de metodologias freireanas. Portanto, os objetivos da pesquisa foram alcançados e este é um debate importante à categoria profissional, ao constatar que a educação é um campo de correlação de forças, disputa antagônica de interesses, que pode estar direcionada para uma perspectiva progressista e popular. Deste modo, a produção do conhecimento deve assim, estar em consonância com interesses reais da sociedade, para que se possa intervir na realidade concreta de forma propositiva e crítica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

HADDAD, Sérgio. **O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no Brasil: A produção discente da pós-graduação em educação no período 1986 – 1998**. São Paulo, 2000. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/components/com_booklibrary/ebooks/ejaea.pdf Acesso em: 15/02/2021.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**. Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoem perspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/196/70> acesso em: 07 de fevereiro de 2021.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL E PANDEMIA: reflexão sobre a formação profissional

CAROLINE DOS SANTOS DE SANT'ANNA¹
MARINA DA CRUZ SILVA²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa a expor acerca da experiência de estagiar durante a pandemia do COVID-19, num contexto de retorno ao campo, para implementar o projeto de intervenção, escrito no ano de 2019, durante os estágios I e II, tendo em vista o encerramento desse processo e conclusão da graduação. Feita essa contextualização, o objetivo geral deste texto é refletir criticamente sobre o processo de realização do estágio curricular obrigatório durante o grave contexto sanitário, que iniciara em 2020 e ainda perdura.

Vários questionamentos surgem em decorrência da importância de se preservar a vida, sendo uma das medidas mais seguras a adoção do isolamento social, medidas restritivas de circulação, *lockdown* etc, sendo mantidas apenas as atividades e serviços considerados essenciais. Aqui, lança-se uma problemática, seria a realização do estágio curricular numa unidade de saúde durante a pandemia mundial, uma atividade essencial? A resposta de imediato a esse questionamento, seria não. No entanto, vários elementos envolvem essa questão, já que se trata do último estágio e da conclusão do curso.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia. Realizou estágio obrigatório numa instituição de saúde, que foi iniciado antes da pandemia de COVID-19 e foi finalizado quando ela estava em curso.

² Assistente Social, graduada pela Universidade Estadual do Ceará (2000), Mestre em psicogerontologia, pela-Friedrich-Alexander-Universitat-Erlangen-Nurnberg (2005) e Doutora em Ciências Sociais pela UFBA. Docente da Universidade Federal da Bahia, que atuou como supervisora acadêmica do estágio relatado neste trabalho.

Diante disso, faz-se necessário destacar que a vivência de tamanha experiência é de grande valia para a formação profissional, atentando-se claro para as medidas de proteção, tornando, assim, a realização dessa atividade segura e capaz de assegurar uma formação profissional de acordo com o que preconiza as instituições representativas do serviço social.

É sabido que o período pandêmico segue em curso, não sendo possível ainda prever, sobretudo no caso brasileiro, quando a situação tomará um rumo menos problemático, diante do altíssimo número de mortes e de infectados/as pelo vírus, acontecendo assim, a retomada de muitas atividades, discutir a realização do estágio nesse contexto faz-se necessário, para que se possa problematizar a atual conjuntura, analisá-la a partir do elemento da contradição e tecer caminhos coletivos para dar seguimento a formação profissional.

Palavras-chave: Estágio. Pandemia. Saúde.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para construção deste trabalho é o relato de experiência, com base nas atividades desenvolvidas durante o estágio curricular, além da pesquisa bibliográfica e documental, que embasa e normatiza a realização dessa atividade, ao mesmo tempo em que guia os passos da então estudante em processo de conclusão de curso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade aqui relatada, foi realizada numa instituição de saúde filantrópica, referência estadual e tem destaque nacional no tratamento, pesquisa e diagnóstico da tuberculose. Essa doença é classificada como infectocontagiosa, sendo a maior incidência a contaminação do pulmão dos infectados, embora possa acometer qualquer parte do corpo (BRASIL, 2011). O contágio ocorre apenas nos casos de tuberculose pulmonar, sendo através das vias respiratórias, como ocorre na transmissão e com a prevenção da COVID-19 (BRASIL, 2011).

Vale ressaltar que, há tratamento e cura para a tuberculose, mas a doença ainda atinge uma grande parcela da população³, estando a medicação para essa enfermidade disponível exclusivamente no sistema público de saúde brasileiro. O Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose (2011) no país, chama a atenção para o fato de que somente com o uso da medicação e o acompanhamento de profissionais de forma constante e sistemática, pode proporcionar a cura dessa patologia. Todavia, tal medida por si só não é suficiente, compreendendo as desigualdades sociais do Brasil, percebe-se que sem combatê-las, não se pode falar de erradicação desta enfermidade, posto que as vulnerabilidades sociais e econômicas configuram uma importante barreira para o tratamento.

É importante destacar que a tuberculose acomete, principalmente, as pessoas em situação de vulnerabilidade, ou seja, sujeitos em situação de fome, extrema pobreza, desemprego, condições precárias de higiene e de alimentação (NASCIMENTO & SILVA, 2017). Num país, onde o cenário de expressões da questão social é agravante, imprimindo diversos rebatimentos no processo de saúde/doença e, nessa perspectiva, o/a assistente social é demandado, para mediar o acesso aos direitos sociais, para que os sujeitos tenham possibilidades mais humanas de seguir com o tratamento da doença e, assim, alcançar a cura.

Nesse cenário, o serviço social nesta instituição tem como parte essencial do cotidiano de trabalho, acompanhar os/as usuários/as acometidos/as pela tuberculose, visando a traçar estratégias e mecanismos que possibilitem a continuidade do tratamento. Afinal, as taxas de interrupção do tratamento no país⁴ estão em desacordo com o que preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS) – cerca de 85% de cura e até 5% de abandono – cabe mencionar que, a referida instituição de saúde, onde o estágio foi realizado, mantém taxas exitosas que superam o recomendado.

Partindo dessa breve apresentação do cenário de realização do estágio, pode-se apontar que, os serviços de saúde, como serviços essenciais, não tiveram suas atividades interrompidas. Entretanto, as aulas e o estágio precisaram ser suspensos como medida de proteção contra o coronavírus, principalmente, porque se enfrentavam momentos de altas taxas de infecção e de óbitos. Foi com a diminuição gradativa do contágio no país na fase da chamada primeira onda e, a partir da decisão de realização de um semestre remoto que, a instituição de ensino decide

³ Segundo o Boletim Epidemiológico de 2019, no ano anterior, cerca de 1,5 milhão de pessoas foram diagnosticadas com TB no mundo.

⁴ Em 2018, a taxa de cura no Brasil ficou em 70%, enquanto a taxa de interrupção do tratamento, ficou em 10%.

retornar às suas atividades letivas, priorizando os casos dos estudantes concluintes. Assim, como parte desse grupo de discentes que, em comum acordo, as atividades de estágio puderam ser reestabelecidas, tendo sido asseguradas as devidas medidas de proteção e as normativas que regulamentam o estágio em serviço social⁵.

Para que o retorno ocorresse de forma segura, foi estabelecido que haveria uma diminuição da carga horária – passando de 08 horas semanais, para 04 horas – além disso, a instituição concedente se comprometeu a fornecer regularmente máscara de proteção N95, além de instruções acerca do uso, manuseio, descarte e a higienização das mãos. Vale destacar que, durante o período de interrupção das atividades, houve o pagamento da bolsa, mas com o novo termo de compromisso, ficou acordado que o estágio seria voluntário.

Nessas condições, fui a única estudante do curso de serviço social dessa instituição de ensino a realizar o estágio curricular obrigatório durante a pandemia. É necessário apontar que o projeto de intervenção visava a construir um instrumento profissional para conhecer melhor a realidade dos/as usuários/as e, assim, ter um panorama mais geral e específico das suas demandas para intervir de uma maneira mais qualificada. Assim, o retorno da estagiária caracteriza-se por um momento de renovação do olhar sob o cotidiano profissional, visto que a realidade e a ação rotineira poderiam engessar a forma como que se enxerga as demandas, então ao se ausentar, e em seguida, retornar ao campo de estágio, renovaram-se as expectativas e apurou-se o olhar, mesmo num contexto permeado pelo medo social do adoecimento.

Portanto, o novo cotidiano implica em novas determinações na rotina de trabalho e na vida dos sujeitos atendidos nessa instituição de saúde, demonstrando que o projeto tem ainda mais relevância nesse contexto. Afinal, o acirramento das expressões da questão social, causadas pelas desigualdades impostas no modo de produção vigente, em que o adoecimento em massa supõe medidas de contenção do contágio, ao mesmo passo que, para além do prejuízo da saúde física, o bem-estar psicológico e social foram amplamente comprometidos e afetados. Desse modo, mapear os determinantes sociais que envolvem os/as pacientes em tratamento para tuberculose, suas relações familiares e suas necessidades, são fundamentais para buscar garantir a finalização com êxito do tratamento dessa doença, de forte caráter social, que faz com que muitos o interrompam, devido aos inúmeros entraves que enfrentam cotidianamente.

⁵ Vide Orientação Técnica nº 04/2020 CRESS/Ba e Resolução CFESS nº 533/2008.

CONCLUSÕES

Ao implementar o projeto de intervenção durante um período que causou significativas mudanças sociais, influenciando inclusive no trabalho que havia sido planejado, tem-se a experiência de compreender a mutabilidade do cotidiano. Nesse sentido, um dos principais benefícios que pode ser apontado com a construção da nova ficha social, é o mapeamento das possíveis causas de interrupção do tratamento, para que, assim, o profissional tenha como buscar estratégias para agir em relação a esses determinantes e buscar o acesso à direitos.

Além disso, ao ser implementada nesse contexto específico, onde o medo constante, a vigilância sobre si e sobre os outros, além de novas orientações constantes acerca do comportamento, permitem experienciar um cotidiano ainda inédito e que proporciona inúmeros aprendizados. Apesar de que, esse cenário também imprime inúmeros desafios ao profissional e, principalmente ao estagiário, que está em processo de formação e aprendizagem. Vale ressaltar que a pandemia gerou o aprofundamento de expressões da questão social e, ao instituir um novo e mais aprimorado instrumento de coleta de informações e de reflexão profissional, o projeto de intervenção contemplou também a nova rotina imposta pela pandemia, cumprindo com seus objetivos e agregando novos conhecimentos a então estudante de serviço social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil/ Ministério da Saúde, Secretária de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2011. 284 p.

_____. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico: Tuberculose. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2020. 40 p.

CRESS-BA. **Orientação Técnica nº 04/2020**. Salvador: CRESS, 2020.

CFESS. **Resolução nº 533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2008.

NASCIMENTO, C.; SILVA, M. Tuberculose: uma doença ligada à questão social esquecida pela sociedade e que ressurgiu na atualidade. v. 4. n. 1. **Revista EDUC**- Faculdade de Duque de Caxias. Rio de Janeiro, 2017.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



FORMAÇÃO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: resultados da iniciação científica

DAFNE DIAS LAGES MONTEIRO¹
SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA²

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão da saúde, expressa na Resolução nº 218/2007 do Conselho de Saúde, tendo uma atuação essencial no campo da saúde mental, sobretudo pela sua formação generalista que possibilita uma intervenção frente aos determinantes sociais do processo saúde-doença. No âmbito da formação profissional, a aproximação com a saúde/ saúde mental nas graduações em Serviço Social se dá, sobretudo, no estágio supervisionado, que é um momento essencial na formação, de caráter teórico-prático, efetivo “por meio da inserção do(a) estudante nos espaços socioinstitucionais nos quais trabalham os(as) assistentes sociais, capacitando-o(a) nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional” (ABEPSS, 2010, p.14).

Dessa forma, salienta-se a importância da realização de estudos que possibilitem compreender como vem se desenvolvendo o processo de estágio nos campos de saúde mental, tendo em vista que, muitas vezes, esses são os únicos espaços de aproximação dos discentes com essa área. Ademais, ao longo do estágio, o aluno elabora uma série de documentos que vão

¹ Aluna do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Bolsista de Iniciação Científica da UFPI da pesquisa “O estágio supervisionado em Serviço Social na Saúde Mental: História e memória no âmbito da Universidade Federal do Piauí”; Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí; E-mail: dafnelages08@gmail.com.

² Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí; Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí; E-mail: sofialaurentino@ufpi.edu.br.

desde análises institucionais, projetos de intervenção e relatórios de estágio, que registram parte da história da atuação profissional nessas instituições ao longo dos anos.

Dessa maneira, esse trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa de iniciação científica intitulada “A trajetória do estágio supervisionado no curso de Serviço Social da UFPI: os espaços sócio ocupacionais da saúde mental em foco”, que possui como objetivo geral de compreender a trajetória histórica do estágio supervisionado no curso de Bacharelado em Serviço Social da UFPI nos espaços sócio-ocupacionais da saúde mental, no período de 1976 à 2019. Sendo assim, pretende-se mapear cerca de 80 % dos documentos sobre o Estágio Supervisionado do curso de Serviço Social, realizando uma leitura minuciosa de 100 % dos documentos encontrados sobre o campo da saúde mental.

Palavras-chaves: Serviço Social; Saúde Mental; Estágio.

MATERIAIS E MÉTODOS

A investigação proposta possui caráter bibliográfico e documental, com abordagem quanti-qualitativa, utilizando dados de fontes secundárias - documentos produzidos por alunos/as em seus estágios supervisionados em saúde mental no curso de Serviço Social da UFPI, tais como: análises institucionais, projetos de intervenção, relatórios, entre outros.

A pesquisa atravessou as etapas de revisão de literatura, localização de arquivos com documentos de estágio, levantamento das instituições da saúde mental que foram campos de estágio. Durante as revisões de literatura, foram realizadas leituras e elaborados fichamentos, acompanhados por reuniões quinzenais com a professora orientadora, através do Google Meet, caracterizando-se como um momento importante para as alunas, pois serviu como um ponto de partida para compreensão das categorias teóricas centrais da pesquisa.

A segunda etapa da investigação diz respeito à localização de arquivos de documentos do estágio. A docente digitalizou parte dos documentos e adicionou em uma pasta compartilhada do Google Drive, para que as discentes de iniciação científica pudessem ter acesso às leituras, pois devido a suspensão das atividades presenciais da UFPI em decorrência da pandemia do novo coronavírus, aderir ao uso das tecnologias foi essencial para garantir a continuidade da pesquisa e facilitar o acesso das discentes envolvidas na pesquisa.

Os dados obtidos foram organizados e sistematizados em uma planilha eletrônica no Microsoft Excel, contendo os seguintes elementos: instituição onde foi realizado o estágio, ano, nome do/a aluno/a, nome dos/as supervisores de campo e docente. Após a leitura dos documentos, os mesmos foram classificados e analisados por décadas. Esse trabalho apresenta apenas os dados referentes à década de 2009 à 2019. No total, nos primeiros seis meses de pesquisa, foram lidas 2446 páginas de um total de 113 documentos, da década analisada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi possível identificar 74 estagiários de Serviço Social em Saúde Mental em Teresina no período de 2009 à 2019, sendo os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II Leste, II Sudeste, II Sul, III Sul, CAPS i Martinelli Cavalca e CAPS i Dr Alexandre Nogueira), os campos que mais receberam discentes, seguido dos Hospitais Psiquiátricos. É pertinente esclarecer que o Hospital Areolino de Abreu e o Hospital-Dia eram instituições interligadas, portanto, se somadas as quantidades de estagiários nos dois espaços, este seria o que mais recebeu alunos do curso de Serviço Social da UFPI nesta década. Por outro lado, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, os leitos de atenção psicossocial da Maternidade Dona Evangelina Rosa, o Consultório na Rua e o CAPSi Dr. Alexandre Nogueira, receberam somente 1 estagiário durante o período analisado.

Lamentavelmente, as instituições carecem de informações acerca da passagem de estagiários em Serviço Social, dessa forma, não foi possível fazer um levantamento completo sobre o histórico do estágio na maioria das instituições. No que corresponde aos Projetos de Intervenção desenvolvidos, foram identificados 29 projetos, de 12 dos 13 campos de estágio identificados da década, faltando apenas o Projeto de Intervenção da Maternidade Dona Evangelina Rosa.

Após a leitura dos Projetos de Intervenção, nota-se que os usuários e familiares, no geral, são os principais público-alvo dos projetos e, em alguns, há também o foco na equipe multiprofissional, sobretudo nos hospitais. Nos CAPS, muitos projetos propõem realizar ações direcionadas aos responsáveis pelos usuários, sobre saúde mental e controle social, através de ações socioeducativas, com a intenção de aumentar a participação social nos serviços do CAPS, motivando o exercício da cidadania.

Por outro lado, os estagiários dos Hospitais Psiquiátricos além de desenvolverem ações socioeducativas com os usuários e familiares, procuram desenvolver discussões que visem sensibilizar os servidores da instituição para uma atuação profissional mais humanizada voltada para a criação de mudanças significativas de atendimento, estimulando o pleno exercício da cidadania e o conhecimento dos pacientes e cuidadores que usufruem dos serviços.

Independente do campo de estágio analisado, os documentos revelam que a experiência do estágio se mostra positiva, especialmente pela aproximação com a prática profissional, sendo o contato com a realidade dos usuários essencial para conhecer a rede e os serviços do território, fazer os encaminhamentos e articulações ante as demandas e necessidades desses usuários.

Há também a desmistificação da necessidade de se ter diversas experiências em vários campos de estágio, pois com os documentos lidos, observou-se que há sempre um conhecimento novo a ser adquirido e problematizado em um só espaço sócio-ocupacional, o que exige tempo e empenho para conhecer a instituição na sua totalidade. Além disso, o estagiário se torna um componente fundamental que movimenta a instituição, tanto no sentido de levar ao campo os novos conhecimentos da academia, o desenvolvimento do Projeto de Intervenção e a troca de experiências entre os profissionais do campo de estágio, o acadêmico e o supervisor docente.

CONCLUSÕES

Lewgoy (2010, p. 44) afirma que “investir na formação e na defesa de um espaço que possibilite aos acadêmicos uma prática reflexiva configura-se, pois, como movimento de valorização no sentido de um ensino de caráter emancipatório, comprometido politicamente com os processos sociais”. Nesse sentido, a realização de uma pesquisa com essa temática, promove uma reflexão que pode contribuir para a melhoria da formação profissional. É satisfatório saber que essa pesquisa contribuirá para o processo de acúmulo de reflexões acerca do Serviço Social na Saúde Mental e do ensino e formação profissional, no referido curso. Além disso, a Política de Saúde Mental, apesar dos avanços, ainda está longe do seu ideal.

Assim, a pesquisa, além de contribuir para a avaliação do estágio e preservação da memória do curso, colabora para o acúmulo de conhecimentos no campo da saúde mental, permitindo reflexões sobre a formação profissional. Cabe ressaltar que, a socialização dos resultados obtidos durante o estudo, aproxima os discentes da temática abordada e os qualifica

para intervenção nessa área de atuação, mostrando-se uma pesquisa que, além de inovadora, traz grandes reflexões na área do Serviço Social na Saúde Mental, no cenário local e regional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. ABEPSS, maio 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 201**, de 28 de dezembro de 2007.

LEWGOY, Alzira. **Supervisão de estágio em Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



MEMORICÍDIO RACIAL NO CURRÍCULO FORMATIVO EM SERVIÇO SOCIAL: avanços necessários

JAMILE SANTOS BRITO¹
ANGELA ERNESTINA CARDOSO DE BRITO²

INTRODUÇÃO

O serviço social, no Brasil, surge por meio da influência católica para atuar como aparato ideológico do Estado e das classes dominantes. Como reflexo de políticas higienistas e repressoras, o currículo de formação profissional foi demarcado pelo caráter colonial escravista, que deixam marcas até os dias atuais. As temáticas de raça/ etnia, gênero e sexualidade ainda se encontram supérflua na formação profissional prevalecendo a discussão entre capital x trabalho recaindo no famigerado debate de classe.

Antes de seguirmos o debate, é preciso explicitar que a discussão sobre classe na formação da categoria profissional é fundamental, no entanto, as contradições existentes presenciadas na realidade social, a qual o assistente social se defronta, está para além da centralidade de um único tema. Considerando a realidade brasileira, Procopio (2017) salienta que

onde as condições raciais modelam a ideologia do trabalho e a questão social, o domínio teórico-metodológico somente adquire sentido para as necessidades práticas da vida, aliado à pesquisa dos fenômenos históricos particulares (objetos do conhecimento e da

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social - UFBA; Graduada em Serviço Social – UFBA; Bolsista FAPESB; jamilesantos2011@gmail.com.

² Pós-doutora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Doutora em Política Social; Mestre em Educação; Graduada em Serviço Social; Professora Adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia; angela.ernestina@ufba.br

ação dos assistentes sociais), que abrangem os processos coloniais, a escravidão, as resistências e lutas negras e indígenas (PROCOPIO, 2017, p. 78)

Dessa forma a atuação do serviço social deve ser pautada na luta de direitos sociais que visem uma nova construção de um projeto societário sem dominação, e sem exploração de classe, raça/etnia e gênero. Sendo assim, a análise como tais opressões se manifestam na ordem social devem ser apreendidas, problematizadas e analisadas durante toda formação profissional.

No que pese o debate racial, os pequenos passos evidenciados no Código de Ética do assistente social de 1993, na Proposta de diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social, e nos esforços dos singelos eventos realizados pelo Conselho Federal Serviço Social (CFESS), nos fazem identificar que a profissão não superou os vestígios da colonização, no que tange a perpetuação de uma política do esquecimento, que apagam as memórias da população negra, invisibilizando as subjetividades dos usuários dos serviços sociais, os quais os assistentes sociais devem compreender a partir de uma totalidade social.

Este ensaio propõe como objetivo central, rememorar a luta histórica das populações negras como sujeitos sociais que resistiram e ainda resistem frente às contradições da realidade social, se colocando como sujeitos na luta de classes. O intuito maior, versa em ampliar o debate por meio de uma perspectiva decolonial, visando romper com os modelos impostos pelo sistema colonialista adotando o campo epistemológico ecoado pelas vozes do Sul Global. Consideramos que a análise empírica sobre a questão racial em sua totalidade, durante o **processo formativo, permitirá ao assistente social** uma atuação mais contundente as demandas e lutas dos usuários de modo coletivo e plural.

Palavras-chaves: Memoricídio. Silenciamento no serviço social. Questão racial.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente resumo expandido, é produto de um estudo em andamento, sendo assim, o delineamento da pesquisa é qualitativo, dado que se caracteriza como uma tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados (RICHARDSON, 2012). Definida a abordagem metodológica será utilizada a pesquisa bibliográfica a partir de fontes primárias e secundárias, ligadas principalmente à sociologia, pedagogia, e serviço social. Ao longo do estudo, novas categorias e conceitos poderão

ser trabalhados, na medida em que se julgue necessário, para uma melhor compreensão e fundamentação frente ao andamento da pesquisa.

Como instrumento metodológico serão utilizados: a entrevista semi-orientada e o questionário e-survey. A entrevista semi-orientada segundo Queiroz (1983) é a forma mais apropriada para coletar tanto “histórias de vida” quanto “depoimentos pessoais”. Desta forma pretende-se entrevistar 10 (dez) pesquisadores bolsistas negros (as), que estejam inseridos em grupos de pesquisa, que abordem ou não a questão racial.

O questionário a ser aplicado, será elaborado com questões específicas direcionado aos docentes/orientadores de pesquisas com a finalidade de coletar informações sobre as suas percepções acerca do tema, e a importância da articulação entre ensino pesquisa e extensão. O e-survey será realizado utilizando o Google formulários, sendo composto por perguntas de múltipla escolha e de respostas curtas, ressalta-se que não haverá nenhuma pergunta que permita a identificação da participante.

Para a compressão dos dados coletados será utilizada a análise de conteúdo que consiste em sendo possível compreender o sentido da fala dos atores aliando-a à teoria de forma a confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e, terminando por ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado.

Antes do início das entrevistas a pesquisa será enviada ao Comitê de Ética da UFBA de forma a garantir a sua idoneidade e o seu caráter científico. As entrevistas respeitarão os preceitos éticos decorrentes de qualquer pesquisa humana. Serão respeitadas as falas dos entrevistados, que serão previamente consultados sobre a possibilidade de concessão das entrevistas, procurando estabelecer documentos prévio em que tal consentimento seja devidamente assinado pelo ator abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A luta histórica pelo direito de acesso à educação vem sendo travada por grupos de movimentos negros desde o passado. No período escravocrata o Estado vetava a participação dos negros na escola, pois consideravam que o conhecimento era uma forma de resistência. Passados 133 anos da abolição da escravatura, o processo escravista no Brasil não apagou as marcas históricas incluindo o acesso à educação, deixando uma marca de desigualdade social,

discriminação racial e racismo na sociedade brasileira na qual a realidade está longe de ser superada social e culturalmente.

O ambiente universitário, por sua vez, foi historicamente constituído como um espaço masculino e branco, surgindo grandes embates políticos e sociais para a criação e efetivação das cotas na graduação. A inserção de discentes negras (os) nestes espaços requer destes a busca por atividades que lhe proporcionem um maior aprendizado, somando-se a permanência destes nas universidades. A pesquisa, no cerne das cátedras acadêmicas apresenta-se como um ambiente apropriado para o aprendizado intelectual e profissional e para a redução da evasão universitária.

A produção de conhecimento dominante, rotula um status para as demais produções, que nega todo o conhecimento não-europeu, vinculando-se a um sistema escravocrata, colonial e eurocêntrico. Ao propor um questionamento dos modelos epistemológicos dominantes, nos colocamos no exercício de descolonização dos saberes. Para Vassalo (2018) “descolonizar significa a (re) construção histórica que propõe uma nova alternativa emancipatória, se opondo a uma perspectiva eurocêntrica dominante”. Reconstruir a história ressignifica, no âmbito social e político, o conceito de raça no Brasil, sendo estas ações, “necessárias para um processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira, não somente na educação básica, mas também nos cursos superiores” (VASSALO, 2018, p. 38).

Historicamente, a população negra depara-se com uma morte social, denominada epistemicídio fruto de um processo colonizador que anula e invisibiliza toda produção de conhecimento que é realizado pelos não-brancos e põe em destaque toda produção de conhecimento eurocêntrico e brancocêntrico. (VASSALO, 2018)

Identificar os impasses que o Serviço Social tem em realizar uma teoria crítica no seu currículo, talvez seja um pouco audaz, no entanto é necessário para que novas formulações acerca da temática racial sejam elaboradas com intuito de compor a literatura do debate racial e dos sistemas discriminatórios que não se reduzem somente a dimensão de classe, disseminando no meio profissional este pensamento.

Outrossim, ressaltamos que a formação profissional deve considerar o direito de Ser e estar da população negra resguardando os saberes e memórias das pessoas afrodescendentes que não devem ser esquecidas. Para isso a interlocução entre ensino, pesquisa e extensão tem um papel fundamental no processo educativo-formativo, no que tange a transversalidade das

diversas formas de opressão como elementos de estudo dos componentes curriculares do curso de serviço social. (OLIVEIRA, 2017).

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, J. M. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. **Ser Social**, Brasília, v. 41, n. 19, p. 385-397, jul./dez. 2017.

PROCOPIO, Ana Paula. **O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo!** A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. 2017. 291 f. Tese (Doutorado) - Curso de Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, B. DE S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 79, p. 71–94, nov. 2007.

SANTOS, B. DE S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237–280, 2002.

SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, L. M. (Ed.). **A história da vida privada no Brasil**. 4. ed. [s.l.] Letras, Companhia das, 1998. p. 174–244.

VASSALO, V. G. **Descolonização do Currículo: A Questão Racial na Formação Acadêmica do Assistente Social**, 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. [S.l: s.n.], 1993.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



O SERVIÇO SOCIAL NO PET INTEGRAÇÃO: um relato de experiência

AMANDA SOARES MELO¹
ANA MARIA CUNHA IÊDON²

INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Tutorial - PET, instituído pela lei 11.180/2005 e regulamentado pelas Portarias nº 3.385/2005, nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007 (nas quais são definidos os meios de funcionamento do programa) é um instrumento institucional que visa a integração dos seus participantes (denominados popularmente de petianos) sob a supervisão de um tutor, a fim de compor o tripé que constitui a Universidade - Ensino, Pesquisa e Extensão.

Na Universidade Federal do Piauí existem ao todo 10 grupos PET, sendo citado aqui apenas o “PET Integração: ação integrada em educação, cidadania e inclusão social”, criado em 2010 e que, atualmente, tem como tutora responsável pelo programa a Professora Doutora Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho. Compõe dentro do PET Integração os cursos de Serviço Social, Direito, Pedagogia, Nutrição e Ciências da Computação, nos quais, atualmente, são ofertadas 12 vagas com bolsas financiadas pelo FNDE e 6 vagas para voluntários.

A inserção do estudante de Serviço Social no programa e seus resultados serão tratados de modo a compreendermos como se dá a articulação em rede e, a seguir, mais especificamente, trataremos as ações e projetos trabalhados até o momento. Entende-se que os especialistas da

¹ Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Voluntária do Programa de Educação Tutorial - PET Integração, cidadania e inclusão social. E-mail: amandamelo@ufpi.edu.br.

² Discente de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Bolsista financiada pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) do Programa de Educação Tutorial - PET Integração, cidadania e inclusão social. E-mail: mariaiedon@hotmail.com.

área de ciências humanas são frequentemente cooptados em função de uma melhoria da eficiência e sua produtividade no mercado global. (SIMIONATTO, 2014).

Palavras-chaves: PET Integração. Serviço Social. Extensão.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada é uma pesquisa exploratória, baseando-se no relato de experiência das discentes de Serviço Social nas reuniões com os demais participantes do PET, nas propostas de minicursos e eventos nos campos de Serviço Social, Nutrição, Direito, e pedagogia, na inserção de cartilhas e em postagens explicativas voltados à temática de Serviço Social, a fim de evidenciar a interdisciplinaridade da profissão junto às demais profissões elencadas no programa. Vale ressaltar que todos os encontros e atividades aqui citados foram elaborados mediante as Tecnologias da Informação (TICs) como Google Meet e Whatsapp, uma vez que as discentes ingressaram no programa durante o contexto de pandemia decorrente da Covid-19.

A análise metodológica se trata de um relato de experiência. A partir do ingresso ao programa onde pode-se conhecer as atividades em andamento referentes ao calendário montado no ano anterior e aprovado pela Pró Reitoria de Extensão e Cultura. Realizamos encontros, reuniões individuais, trocas de informações e atualizações por whatsapp.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Serviço Social tem como fundamento ontológico criar meios de escolha para que o ser social possa produzir resultados objetivos de ampliação de suas capacidades (BARROCO; TERRA, 2012). Desta forma, podemos atestar, através da participação nos planejamentos e na investigação das ações realizadas, que o programa encontra-se alinhado às diretrizes dialéticas do curso. Ademais, a articulação das mais variadas ações reúne os valores necessários para a nossa prática, pautados na solidariedade e autonomia (idem).

O livro “Diálogos em tempos de Pandemia” lançado no ano de 2020, o primeiro volume publicado para uma coletânea de três livros, e que faz parte da coleção de sinopses em interdisciplinaridade, conta com diversas contribuições tanto de estudante como de integrantes

do departamento de Serviço Social que estiveram em plena atuação durante a pandemia Covid-19, empenhados paralelamente na construção de conhecimentos.

O calendário de 2021 foi iniciado com a campanha PET Solidário, a qual primou pela interdisciplinaridade, reunindo outros programas PET da Universidade Federal do Piauí, em uma arrecadação coletiva destinada a APAE-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em Teresina). Além de uma expansão da rede de solidariedade, trouxe também conteúdos informativos nas redes sociais do programa.

Mais recentemente, entre final de abril e início de maio, realizou-se o “Curso de Boas Práticas”, no qual os petianos de Nutrição, através de atividade extensionista, reuniram trabalhadores da manipulação de alimentos de escolas estaduais da cidade e demais populares interessados para atividade de conhecimento acerca da manipulação de alimentos, dada a importância sanitária nos tempos atuais.

Iamamoto (2006), referência internacional em Serviço Social, nos orienta que devemos “defender uma universidade plural, democrática, pública e de qualidade, atravessada pela razão crítica, pelo compromisso com valores universais e com sua função pública, a serviço da coletividade, participando da construção de respostas aos dilemas”. Temos, portanto, a oportunidade de, desde a nossa graduação, colocarmos em prática as diretrizes que orientam a atuação do assistente social.

Com a participação em várias ações podemos demarcar eixos estratégicos de transversalidade inter-relacionados que podem, a partir de uma integralidade da ação, fortalecer as iniciativas propostas nas mais variadas dimensões, uma rede que se forma atravessada pela própria dinâmica das relações (BAPTISTA, 2012). Essa articulação aponta para encontros e desencontros para diversas áreas que integram o programa, tornando o diálogo interdisciplinar parte constitutiva do processo de intervenção. Faz-se necessária uma atenção especial, ou até mesmo redução de danos, referentes a possíveis conflitos gerados por essa coletividade.

Há que se criar espaços de debate sobre sua importância no processo, no sentido de construir um acordo programático compartilhado por todos, definido em termos de tempo, de espaço e de procedimentos. (BAPTISTA, 2012, p.189).

Neste sentido, a tutoria da professora Maria Cecília é de extrema importância, pois preocupa-se em manter uma organização e divisão de tarefas por meio de frequentes reuniões que acontecem em horário disponível para a presença de todos de modo a prover o devido

suporte e acompanhamento diante de nossas dúvidas e processo de realização e elaboração das atividades.

CONCLUSÕES

Podemos atestar que o PET representa um programa de excelência universitária que, ao englobar a presença de estudantes de Serviço Social, perpassa a questão social e direciona as ações de política social de modo a integrar Universidade e comunidade. O Serviço Social faz, portanto, o elo que une essa integração interdisciplinar e convida aos demais cursos que compartilhem os atravessamentos sociais.

O volume 2 do livro “Diálogos em tempos de pandemia” está em fase final de editoração e temos o desafio de construir em breve o terceiro volume em que os recentes integrantes selecionados do programa poderão, por sua vez, fazerem suas contribuições.

Além disso, movidos pelo desejo de elevar o nosso curso dentro do PET, seguimos elaborando novas proposições de ações para serem cadastradas e cumpridas para o planejamento do ano subsequente. Atuar como petiana de Serviço Social é expandir possibilidades enquanto estudante e colocarmos em prática o referencial teórico adquirido a serviço do ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: no.109, jan-mar, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000100010> Acesso em: 04/05/2021.

BARROCO, Maria Lucia Silva. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005**. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET,. [S. l.], 23 set. 2005.

SIMIONATTO, Ivete. Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: no. 117, jan-mar, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000100002> Acesso em: 04/05/2021.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



TRANSVERSALIDADE ÉTNICO RACIAL NO CURRÍCULO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

GABRIELA PEREIRA BARBOSA¹

INTRODUÇÃO

Este resumo tem como tema meu trabalho de pesquisa sobre transversalidade da questão étnico-racial nos currículos e como objeto de estudo a análise da transversalidade étnico-racial nos currículos dos programas de pós-graduação em Serviço Social do estado de São Paulo. A motivação para escolha do tema, primeiro, perpassa pela minha trajetória enquanto estudante negra do curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha (UFVJM) e inserção em grupos de pesquisa sobre relações raciais, o Núcleo de estudos afro-brasileiros (NEAB), a atualmente no Observatório de Racialidade e Interseccionalidade, o ORI, segundo, porque coaduno com a ideia, segundo (CARVALHO, E SILVA, 2005) de que a pós-graduação é um locus privilegiado da produção do conhecimento e espaço referência de formação de pesquisadores (as) e novos professores (as). No que concerne à transversalidade étnico-racial no ensino superior, esforços foram empreendidos no campo político-jurídico, visando uma educação para as relações étnico-raciais, tais como as “Diretrizes Nacionais Curriculares para educação das relações étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” de 2004, e a própria Lei 10639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, no entanto pouco se tem constatado em relação a capilaridade destas leis e a partir da

¹ E-mail: gabisso2011@gmail.com. Assistente social negra. Mestranda do programa de Pós-graduação em serviço social da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora vinculada ao grupo de pesquisa, Observatório de Racialidade e Interseccionalidade – ORI.

implementação, em 2018, do documento “Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social” da ABEPSS.

Palavras-chave: Currículo. Formação Profissional em serviço social. Transversalidade étnico-racial. Educação para relações étnico-raciais.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo utiliza abordagem qualitativa e quantitativa, a partir da leitura crítica e compreensiva dos dados levantados. A pesquisa que se encontra em fase de análise documental, busca analisar a transversalidade étnico-racial nos currículos, aqui os componentes curriculares e ementas, onde a temática étnico-racial aparece, quanto aos componentes curriculares, se de natureza optativa ou obrigatória, realizando por meio das opções de busca verificar e articular as categorias de análise através dos descritores: “raça”, “etnia”, “negro”, “negra”, “racismo”, “questão étnico-racial”, “relações raciais”, oferecidas nos cursos de mestrado e doutorado dos programas de pós-graduação das universidades selecionadas. A pesquisa tem como segundo objetivo realizar o levantamento da produção destes programas das temáticas sobre a questão étnico-racial nos últimos dez anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No interior da categoria o debate da transversalidade étnico-racial, surge como demanda de profissionais, professores (as) e intelectuais voltados para a inserção da questão étnico-racial na formação e a consequência dessa ausência nos rebatimentos na prática profissional. Nesta direção, temos a iniciativa da implementação no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, UFBA; na criação de oficinas para construção coletiva do Projeto Pedagógico do curso, buscando garantir a transversalidade étnico-racial e de gênero no currículo da formação. Em (PINTO *et al* 2010) é destacada a urgência da transversalidade étnico-racial no currículo dos cursos de graduação em serviço social. Neste sentido, esta argumenta:

Transversalizá-la é elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (administrativas, institucionais, políticas e teóricas) e uma

responsabilização dos agentes públicos e das agências formadoras em relação a superação das assimetrias, de gênero e de raça/etnia. (PINTO; et al , p. 1).

Assim, concebendo o currículo, enquanto campo de disputa e poder, ancorados em Macedo (2017). Nesta direção, Macedo (2017, p. 19) afirma “é a necessidade de os educadores saberem distinguir o campo e o objeto do currículo como processos históricos, como processos de interesse formativo e a mesmo tempo de *empoderamento* político”.

Por conseguinte, não podemos deixar de refletir sobre nossos tempos, em que o mundo vivencia a pandemia da covid-19 e enfrenta a crise do coronavírus, que produziu e continua produzindo rebatimentos diretos e indiretos na ciência e na educação. Santos (2020) nesta direção, evidencia, levando em consideração a crise atual que vivenciamos, ao aprofundamento da crise capitalista e das disputas no interior da luta de classes e que rebatem nos distintos projetos de educação, desse modo, este autor aponta para a necessidade de fortalecer as lutas por um projeto popular de universidade, pública, social e politicamente referenciada.

O currículo neste artigo é compreendido como uma construção social. (MACEDO, 2017). No que tange ao estudo do currículo dentro da formação profissional em serviço social, ainda não temos uma produção teórica satisfatória no serviço social sobre esse campo extremamente importante no campo da educação e em qualquer área de formação profissional, a partir da concepção de que o artefato do currículo é parte, não sendo único, mas fundamental em qualquer formação profissional e acadêmica.

Realizando a interface com o campo da educação e o serviço social, é fundamental destacar que a educação que concebemos neste artigo, parte de uma educação que é construída à partir das relações sociais e reproduzida por esta, reconhecendo a importância de compreender este campo na perspectiva de totalidade, e a partir deste ponto, construir uma educação emancipatória, libertadora e possível para toda a classe trabalhadora, em seus recortes de classe, gênero, raça e etnia.

Nesta direção, entendemos os limites da educação na sociedade capitalista, assentada nos ideais burgueses, mas coadunamos com Mészáros (2008), na construção de uma educação socialista, que altere estas estruturas, capitalista, racista e patriarcal.

As diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS² apontam para uma formação teórica crítica, que capacite o profissional nas dimensões

² Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>.

teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política, pautada na compreensão dos processos históricos em sua totalidade.

Este trabalho, então, aborda a importância da transversalidade da questão étnico-racial na medida em que se compreende o currículo como construção social, como parte das relações sociais, que reproduzem formas de domínio e opressão, destarte, o método do materialismo histórico-dialético nos oferece bases para compreender essa realidade na perspectiva de totalidade.

CONCLUSÕES

Assim, entendemos que a partir das tomadas de e direcionamento da categoria no sentido da construção e disputa, no que constitui o modo dialético das relações, o Serviço Social, possui as bases teóricas, metodológicas e políticas para se pensar uma formação profissional para educação das relações étnico-raciais, a partir de um trabalho intenso e contínuo de empreender a transversalidade das relações étnico-raciais no nosso currículo.

Este processo envolve um movimento contínuo no sentido de desconstruir as bases colonialistas, reproduzidas no interior da profissão, que se traduz num currículo que ainda contempla de forma insipiente uma bibliografia sobre as relações étnico-raciais e da parca produção teórico-metodológica sobre a temática racial, em especial nas agências e editoras tradicionais da categoria.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares para os cursos de serviço social**. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002.

BOMTEMPO, Denise Birche de Carvalho; SILVA, Maria Ozanira da Silva. (org.). **Serviço social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PINTO, Elisabete Aparecida; BORGES, Maria Elizabeth ; PEREIRA, D. L. ; Puridade, Mariana .
TRANSVERSALIDADE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA. In: Rocha. Nívea Maria Fraga, e Barreto, Maribel Oliveira. (Org.). **Educação, Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social: Fazendo Recortes na Multidisciplinaridade**. Salvador: Fast Design - Prog. Visual Editora e Gráfica Rápida Ltda, v. 10, p. 01-188, 2010.

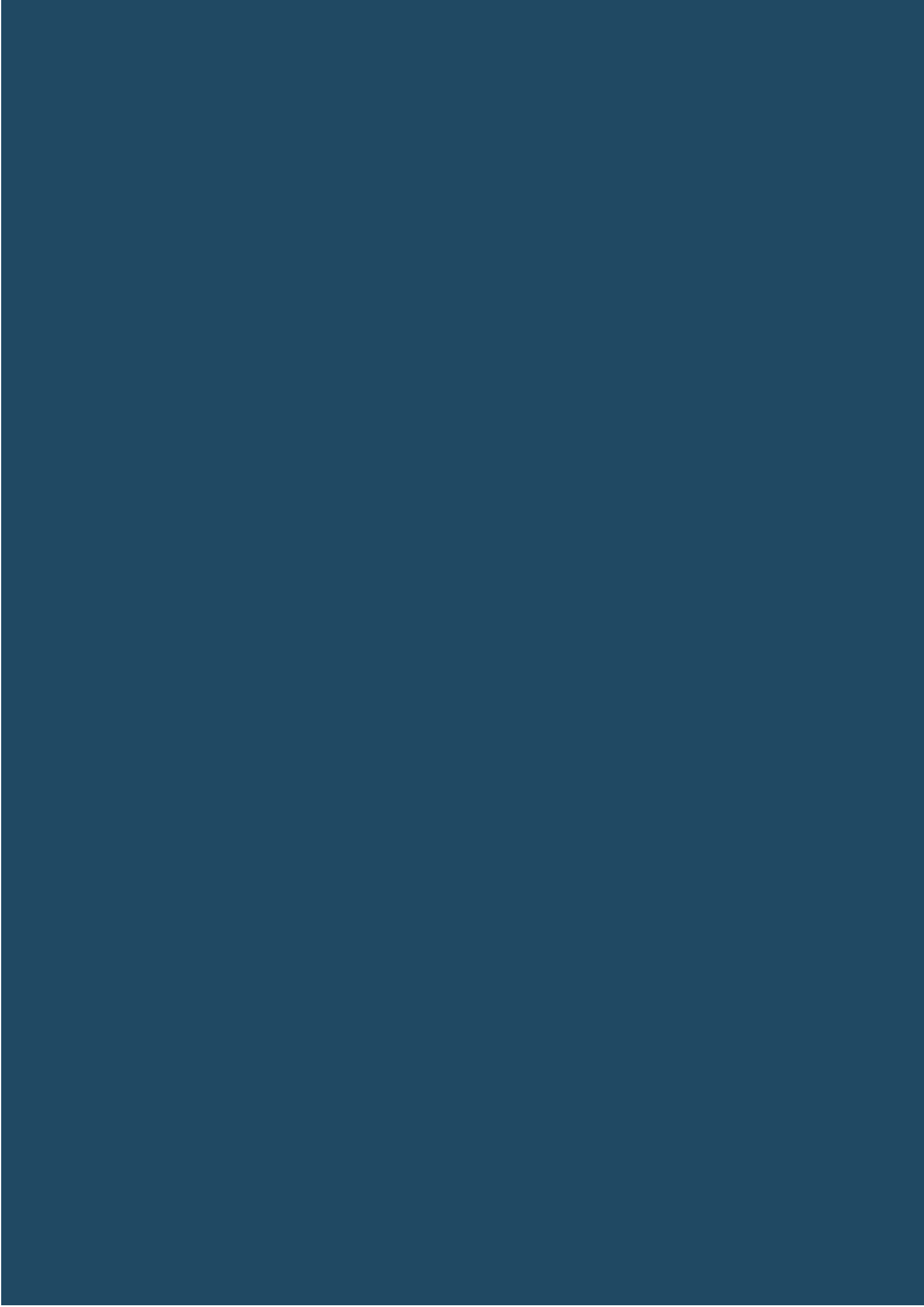
SANTOS, Paulo Roberto Felix dos. In: SANTOS NETO, Artur Bispo dos, FERNANDES, Elaine Nunes Silva (orgs.). **Coronavírus e crise do capital: impactos aos trabalhadores e à natureza**. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2020. Disponível em: <https://phillosacademy.com/>. Acesso em: 15 de dez. 2020.



EIXO

3

TRABALHO PROFISSIONAL
do assistente social no contexto
da pandemia da COVID-19



IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS(A) ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

JULIANA VERAS DE SOUSA¹

INTRODUÇÃO

O serviço social, pode ser entendido como uma forma de pensar a realidade, que se debruça principalmente, nas relações trabalhistas e em especial, na desigualdade oriunda dos processos de produção capitalista, que coloca o homem em uma posição de constante exploração, sendo que seu trabalho, seu poder e sua posição política acabam em certa instância, sendo expropriados de si. Além disso, também é uma profissão que se constitui nos dias atuais como responsável pelas lutas por mudanças sociais, que atravessem a economia e a sociedade como um todo.

A partir destas considerações, visa-se responder a seguinte pergunta, Qual a importância do Serviço Social na área da saúde diante da pandemia. Metodologicamente para sua elaboração utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com estudo descritivo que analisou livros e artigos, utilizados como fonte de pesquisa os buscadores Google Acadêmico e Scielo. Para tanto, o presente trabalho está dividido em três seções, na primeira se discute a Política nacional de promoção da saúde, segundo Malta (2018). A segunda trata a questão da importância do SUS, sendo utilizados autores como Torres (2011) e Dias *et al* (2013). Por fim, a terceira seção discorre acerca do Serviço Social e a Saúde Pública no Brasil em tempos de pandemia, tendo como aporte teórico

¹ Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Tecnologia e Educação Superior Profissional- FATESP. Email: ju.veras@hotmail.com

Kruger (2010); Cardoso (2018) e Matos (2020).

Palavras-chave: Serviço Social. Sistema Único de Saúde. Pandemia; Covid – 19.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, do tipo revisão de literatura. Para tanto, utilizou-se como critérios de inclusão: artigos nacionais, redigidos em português, e na íntegra e indexados na base de dados Scielo de 2009 a 2020. Utilizaram-se os descritores: Serviço Social na Saúde, Sistema Único de Saúde e Pandemia covid-19.

Com isso, foi realizada uma leitura e análise que permitem ampliar as possibilidades e criações de sínteses que podem proporcionar novos desdobramentos e conclusões a partir de estudos já existentes. A partir da leitura da produção de conteúdo científico acerca da temática escolhida, se espera construir novas formas de pensar, além de também proporcionar uma melhor percepção acerca de como tem sido a construção de conhecimento a respeito da atuação dos profissionais de Serviço Social na Pandemia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aos Assistentes Sociais no atual contexto social brasileiro, já que ela pode ser considerada uma profissão, com a construção de conhecimentos voltados principalmente para a luta anticapitalista. Oliveira Castro e Andrades (2014), afirmam que a atuação dos Assistentes Sociais nas áreas de Saúde, estarão sempre associadas a processos de invisibilização, já que não é o setor que predominantemente eles atuam, havendo um destaque maior principalmente para profissões como medicina, enfermagem etc. Entretanto, denuncia também a necessidade do Assistente Social se especializar e se atentar cada vez mais a necessidade de procurar formas de assegurar os direitos que são garantidos constitucionalmente à população.

Neste cenário de luta contra os boicotes destinados ao SUS e a própria Constituição, evidenciados por exemplo pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou todos os investimentos em saúde por 20 anos. Explode uma crise sanitária que atinge todos os países, que foi considerado pela OMS uma das mais graves pandemias da história mundial. A pandemia Covid

– 19, é causada por um vírus com elevado grau de contaminação, o que faz com que sejam necessárias a criação de algumas medidas de segurança como o isolamento social, que também acabou causando uma elevação nos casos de violação de direitos (MATOS, 2020).

Se percebe que mesmo não sendo tão falado sobre isso, ou mesmo em diversos espaços não se consideram, o Assistente Social pode ser considerado uma importante profissional da área da saúde, tendo que auxilia na garantia de direitos da população que terá de enfrentar as dificuldades existentes a partir da contaminação por Covid – 19, ou seja, assegurar que os pacientes internados obtenham aquilo que é assegurado pelos princípios doutrinários do SUS e aquilo que é assegurado aos familiares de todos os pacientes que venham a ser contaminados. Neste contexto, também houve uma significativa diminuição dos investimentos voltados para a atenção primária, o que pode ser considerado um grande retrocesso para a promoção da saúde (MATOS, 2020).

CONCLUSÕES

De acordo com tudo que foi dissertado até então, é possível afirmar que apesar de ter havido uma breve construção e debate acerca da importância do Assistente Social nas áreas de saúde, ainda mais na pandemia, houve a dificuldade de se encontrar materiais que de fato auxiliassem na construção de conhecimento em torno da temática, havendo a possibilidade de inúmeras explicações, que não serão necessariamente apresentadas neste trabalho.

Desta forma, é possível afirmar que talvez o trabalho não conseguiu alcançar seu objetivo principal, já que para análise sistemática da literatura, foi escolhido a base de dados “*Scielo*”, que não apresentou sequer um artigo sobre esta temática, o que em certo nível, pode demonstrar a falta de produção acadêmica em torno da importância do serviço social na saúde, havendo então a necessidade de ampliação da criação de conteúdo, principalmente voltados para essa importante prática, que em última instância, é uma das principais formas de asseguramento dos princípios estabelecidos para o SUS.

REFERÊNCIAS

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço social na área de saúde: uma relação histórica. **Intervenção Social**, n. 28, p. 09-18, 2014.

MATOS, Maurílio Castro de. A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde. 2020.

OLIVEIRA CASTRO, Jamile Silva de; ANDRADE, Laurinete Sales de. Serviço social e o SUS: Desafios na prática do assistente social. **Serviço Social e Saúde**, v. 13, n. 1, p. 111-126, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF, 2009.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A INTERVENÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO HOSPITALAR FRENTE AOS CASOS DE ABANDONO DE IDOSOS

MIRLAINE DE MATOS SILVA¹
RICARDO WILLIAM GUIMARÃES MACHADO²

INTRODUÇÃO

De acordo com a organização Mundial da Saúde (OMS) até o ano de 2025 a população idosa irá se expandir muito, podendo aumentar 16 vezes em relação ao restante da população, ou seja, obtendo um resultado muito maior que cinco vezes do número total da população, onde o país será denominado como a sexta população do mundo por ter o maior número de pessoas idosas. Esse aumento da população idosa é um fenômeno que vem sendo observado desde 1960, porém obtendo enfoque apenas nos países desenvolvidos, por possuírem estruturas econômicas e sociais favoráveis comparadas aos países subdesenvolvidos. (TOLEDO et.al, 2014)

No Brasil dentre 180 milhões de pessoas, 9% delas são idosos que possuem cerca de 60 anos ou mais, resultando assim em um número bem significativo de idosos no Brasil. Vale ressaltar, que além dessa temática é de suma importância discutir a respeito da violência contra o idoso, tema esse que possui uma relação intrínseca ao que se refere ao processo de envelhecimento, A partir do momento que o envelhecimento tende a aumentar no mundo, a violência contra os idosos também tende a crescer, ou melhor, dizendo, tende a surgir com mais frequência (FLORÊNCIO all.2007). O Brasil atualmente vem sendo vítima dessa problemática, visto

¹ Graduanda em Serviço Social pela UniRedentor. Email: mirlainematos97@hotmail.com

² Assistente Social. Doutorando e Mestre em Serviço Social pela Puc-Rio. Professor no curso de Serviço Social da UniRedentor. Email: wpperj@gmail.com

que vários idosos vêm sofrido com diversos tipos de violência, e/ou até mesmo sendo levados a óbito, na maioria das vezes pelos seus familiares.

Essa violência não consiste apenas na prática de agressões físicas, mas sim em qualquer ação ou violência contra o mesmo, seja em lugares públicos ou privados lhes causando danos físicos, psíquicos, psicológicos, crueldade, opressão, abuso financeiro e etc.(RIBEIRO & BARROS,2016).

Dentre essa violência podemos destacar o abandono de idosos que é considerado também como uma violência, uma vez que a família se ausenta dos cuidados para com o idoso, deixando esse idoso de lado, não lhes auxiliando nas suas atividades básicas e pessoais e nem lhes oferecendo afeto e solidariedade, por considerarem que o mesmo é um ser “inútil” e “ultrapassado”.

Palavras-chave: Abandono. Idoso. Violência.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo abordado será realizado através de uma pesquisa qualitativa e por meio de fontes bibliográficas, respectivamente apresentando, a primeira tem como ponto central o estudo e a relação do mundo empírico com o ambiente natural, em outras palavras dizendo esse método tem como objetivo focar no caráter subjetivo do objeto analisado.

As pesquisas bibliográficas nada mais é que uma revisão de literatura, onde serão elencadas as principais teorias para que possa assim nortear o trabalho, podendo ser por meio de artigos, livros, tccs, teses e etc. a fim de obter informações e dados a respeito do assunto investigado, ou seja, de conhecer aquele determinado assunto a fundo, de fornecer recursos para a construção da pesquisa e também de embasar e enriquecer a pesquisa supracitada.

A principal pesquisa bibliográfica que será utilizada para a elaboração desse trabalho será por meio de artigos, monografias e dissertações. Já ao que tange ao território não terá prioridade, abarcando todo território brasileiro. Essa escolha foi realizada para que pudesse facilitar a elaboração da pesquisa por parte do pesquisador e para que houvesse um ponto central na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Obter informações de diferentes estratégias utilizadas por Assistentes Sociais no combate ao abandono de idosos, por parte de seus familiares;

Compreender o que leva a esses idosos serem abandonados por parte de seus familiares dentro do âmbito hospitalar e com que frequência isso acontece;

Analisar se há ou não a existência de violências que acometem os idosos dentro do âmbito hospitalar, e qual seria o perfil desses idosos que estariam mais propícios a essa violência.

CONCLUSÕES

Conclui-se que o envelhecimento tem crescido de uma maneira exorbitante. Estima-se que até 2025 a população idosa irá aumentar 16 vezes em relação ao número total da população, em outras palavras dizendo, obtendo um resultado muito maior do que cinco vezes do número total da população, onde o país será denominado como a sexta população do mundo por ter o maior número de pessoas idosas, e com isso a violência contra o idoso também tende a crescer na mesma proporção, podendo citar o Brasil que atualmente assume a 6ª posição de mortalidade contra o idoso, onde mais de 13 mil idosos morrem por ano, sendo acometidos por violências ou acidentes na sua grande maioria do sexo masculino, sem denominação de raça, sexo, religião e etnia.

A terminologia “violência” vai muito além do que apenas a ocorrência de agressões físicas, abrangendo qualquer ação injusta que traga danos físicos, psicológicos, patrimoniais, e etc. a esse idoso, podendo tomar como exemplos a negligência a violência sexual e o abuso financeiro. Tendo em vista, que o idoso com o passar do tempo vem perdendo sua capacidade cognitiva e física, a violência provavelmente tende a acontecer com mais frequência pelo fato do mesmo obter uma certa dependência de seus familiares e da sociedade ao que tange a cuidados pessoais e financeiros, pela carência de recursos financeiros disponibilizados pelas políticas públicas, e conseqüentemente gerando assim uma série de conflitos e um ambiente insustentável no ambiente em que vivem.

Outro fator que obtém grande relevância em relação a temática é a questão da

exclusão, onde o idoso é considerado uma pessoa “inútil” por não possuir mais utilidade, sendo caracterizado como um ser incapaz de exercer quaisquer funções que seja e também por ser uma pessoa que não acompanha mais a repercussão de como as coisas acontecem nos espaços que o mesmo está inserido, em outras palavras dizendo, se mostrando “atrasado”, e com isso tende a estar mais propício a ser alvo de uma ação injusta e/ou violência.

REFERÊNCIAS

FLORÊNCIO, Márcia Virgínia Di Lorenzo; FILHA, Maria de Oliveira Ferreira; DE SÁ, Lenilde Duarte. A violência contra o idoso: dimensão ética e política de uma problemática em ascensão. **Revista eletrônica de Enfermagem**, v. 9, n. 3, p.847- 857, set/dez, 2007.

MORAIS, Eulina Caetano et al. Abandono do idoso: instituição de longa permanência. **Acta de Ciências e saúde**, v. 2, n. 1, p. 26-38, 2014.

RIBEIRO, Gisele Dias de Castro; BARROS, Dayane Citeli. O abandono de idosos em unidade hospitalar: **Um estudo abandono de idosos em unidade hospitalar: um estudo sobre essa realidade no hospital são João Batista em Viçosa**, MG. ANAIS SIMPAC. Viçosa, v. 6, n. 1, p.411-418, jan/dez, 2016.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE: orientações às gestantes e puérperas

LARISSA BRENDA DA COSTA MOURA¹
FRANCISCO RAFAEL DE CASTRO CHAVES²
ANA KARLA BATISTA BEZERRA ZANELLA³

INTRODUÇÃO

No Brasil a saúde faz parte do Sistema de Seguridade juntamente com previdência e assistência social, na lógica da proteção social. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todo cidadão devendo o Estado provê-la, por via de políticas sociais e econômicas no objetivo de reduzir risco de doença e de outros agravos, possibilitando acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Mediante isso, o Serviço Social é uma profissão que se insere no âmbito das políticas públicas, dentre elas, a saúde. Assim, o trabalho dos assistentes sociais nesta área tem sido um tema recorrente na agenda profissional ganhando centralidade nos debates entre estudantes, profissionais e pesquisadores, em vista que, é um campo que manifesta uma diversidade enorme de demandas e necessidades da vida humana.

Palavras-chave: Serviço Social. Trabalho profissional. Saúde.

¹Assistente Social Residente da MEAC - UFC. E-mail: larissamoura320.lm@gmail.com.

²Assistente Social Residente da MEAC - UFC. E-mail: frafacastro@hotmail.com.

³ Assistente Social da MEAC - UFC. E-mail: anakarlabbz@yahoo.com.br.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, onde foram desveladas as situações complexas e particulares do objeto estudado (RICHARDSON, 2010). Utilizou-se os recursos bibliográficos, documentais e o relato de experiência profissional em uma Maternidade Escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Existem dois projetos em disputa no campo da política de saúde: o privatista e o da reforma sanitária. O assistente social é um profissional com afinidade ao projeto da reforma sanitária, por ser um projeto de universalização de direitos cujas questões defendidas são: “democratização do acesso as unidades e aos serviços de saúde; estratégias de aproximação das unidades de saúde com a realidade; trabalho interdisciplinar; ênfase nas abordagens grupais; acesso democrático às informações e estímulo à participação popular” (CFESS, 2010, p. 26). O compromisso com este Projeto se justifica porque a profissão tem como princípio fundamental a defesa intransigente dos direitos humanos e o aprofundamento da democracia, assim, pauta sua atuação na defesa da reforma sanitária.

A saúde é uma das políticas sociais que manifesta uma diversidade de demandas e necessidades humanas, sobretudo dos determinantes e condicionantes da vida. Frente a isto, a atuação dos assistentes sociais tem sido de suma importância, ao identificar as expressões da questão social que se apresentam no cotidiano das instituições de saúde. Nesse sentido, os profissionais vêm refletindo que o direito à vida tem relação a outros direitos como atendimento humanizado e o acesso a informações acerca de garantias de direitos sociais, sociojurídicos, previdenciários, moradia, assistência, dentre outros.

Frente ao exposto, o trabalho ora apresentado, tem como objetivo geral refletir sobre a prática profissional dos assistentes sociais na Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC), localizada na cidade de Fortaleza/CE. Especificamente, busca apresentar o processo de atuação no cotidiano através das orientações às gestantes e puérperas e seus acompanhantes em tempos de Covid-19. Ressalta-se que a prática profissional nos espaços sócio-ocupacionais da saúde é

orientada e norteada por direitos e deveres constantes no Código de Ética e na Lei de Regulamentação Profissional de 1993 (CFESS, 2010).

No cotidiano da MEAC os assistentes sociais, no seu fazer profissional, desenvolvem um conjunto de ações socioassistenciais e socioeducativas, realizam abordagem social leito a leito e atividades grupais orientando às pacientes e acompanhantes em suas mais diversas demandas. Entre as principais atividades que perpassa no cenário desta instituição estão o repasse de informações sobre normas e rotinas institucional, a identificação das vulnerabilidades sociais, a viabilização de informações e orientações acerca dos direitos sociais da gestante, puérpera e da criança, entre as quais destacam-se: registro civil de nascimento, licença maternidade e paternidade, aleitamento materno, direitos previdenciários e assistenciais, dentre outros.

Ressalta-se, a partir do diálogo com às pacientes e seus acompanhantes, muitas vezes surgem demandas que requer maior atenção, o que exige dos assistentes sociais a dimensão técnica-operativa e a capacidade de viabilizar e intermediar processos de resolutividade às demandas apresentadas. Diante disso, o profissional tem buscado fazer o uso de diversos instrumentos e técnicas do Serviço Social, tais como: avaliação social, ficha social, relatório social e a articulação em rede com encaminhamentos ao Sistema de Garantia de Direitos - SDG como a Promotoria da Infância e o Conselho Tutelar.

Diante do novo cenário de saúde pública, os assistentes sociais tem sido desafiados a se adaptarem às novas rotinas de atendimento, preservando suas atribuições e competências profissionais. No contexto pandêmico da Covid-19, desde março de 2020, vem ocorrendo muitas alterações na rotina institucional, como a adoção de Planos para Enfrentamento da Covid-19 do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde se inclui a MEAC.

Assim, inicialmente, para garantir a continuidade nos serviços de saúde, foram realizadas mudanças nos fluxos de atendimentos, como suspensão de procedimentos cirúrgicos eletivos, atendimentos ambulatoriais, atividades grupais, reorganização das clínicas de internamento, implantação de enfermarias para atendimento especializado às pacientes com suspeita e/ou confirmadas com Covid-19, entre outras. Em decorrência destas novas medidas, foram implantadas estratégias que possibilitassem a comunicação entre às pacientes internadas e seus familiares, a fim de minimizar a ausência de contato presencial tendo em vista que ficaram restritas visitas para pacientes durante o internamento, contudo manteve-se o direito de acompanhante para à gestante e a puérpera como preconiza a Lei Federal nº 11.108/2005.

Nesse processo, os assistentes sociais e outras categorias profissionais foram requisitados a trabalharem na sensibilização das pacientes e familiares acerca da necessidade do distanciamento social. Frente a esta nova dinâmica, passou-se a priorizar as orientações aos familiares e às pacientes acerca dos novos canais de comunicação (via telefone) durante a pandemia da Covid-19, ressaltando a necessidade de mudanças de algumas rotinas institucionais, desde o momento de admissão, perpassando pela internação até o momento da alta.

Diante disso, temos observado no cotidiano da MEAC frequentes mudanças de rotina, como as que já ocorreram a partir de julho de 2020 com a retomada responsável de alguns serviços que estavam suspensos por conta da Covid-19. Em parte, retomou-se as atividades com aberturas de agenda para ambulatório de triagem e cirurgia ginecológica, adolescente, dor pélvica crônica, planejamento reprodutivo. Posteriormente, ficaram mantidas as agendas de todos os ambulatórios: mastologia, ginecologia, adolescente, superando barreiras, psicomater e serviço de prevenção à transmissão vertical do HIV/Aids, seguindo os protocolos de segurança. Porém, ainda permanece a restrição dos atendimentos grupais e a presença de visitantes para as mulheres internadas nas clínicas de enfermarias.

Para os assistentes sociais, a linguagem e a escuta são instrumentos privilegiados de ação pois criam os nexos de ligação entre eles, a instituição e os usuários, respondendo as demandas que se apresentam na área da saúde (SODRÉ, 2010). Aos profissionais é requerido que compreendam a concepção de saúde de acordo com a definição da Constituição Federal de 1988. Assim, a atuação do Serviço Social junto às mulheres assistidas na MEAC é constituída pelas atividades socioassistenciais e socioeducativas, que se configuram como ações que incidem sobre comportamentos e atitudes delas.

CONCLUSÕES

A função social do Serviço Social, na divisão social e técnica do trabalho, perpassa o domínio das dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo. Assim, no cotidiano da Maternidade o trabalho do assistente social compreende os aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos que interferem no processo saúde-doença e nas elaborações

estratégicas de práticas que tenham comprometimento com a garantia de direitos sociais (CFESS, 2010).

Sendo assim, concluímos que o trabalho do assistente social na MEAC tem sido norteado pelos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (2010), em consonância com as diretrizes para garantia dos direitos sociais da mulher e da criança, público prioritário atendido nesta instituição. Diante desta realidade desafiadora do presente, se faz necessário que os assistentes sociais tenham uma prática profissional articulada aos interesses e necessidades dos usuários do SUS, em uma atuação competente, crítica e resolutiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01/05/2021.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 81 p., 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2010.

SODRÉ, Francis. Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 453-475, set. 2010.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO HOSPITALAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

ANA KELY DA SILVA BRAGA¹
DÉBORA BEATRIZ DA ROCHA LIMA²
LUCIA DA SILVA VILARINHO³

INTRODUÇÃO

A profissão de Serviço Social é regulamentada pela lei 8.662 de 7 de junho de 1993. Matos (2015) elucida que o Serviço Social atende demandas de diferentes setores da sociedade e que a profissão tem na questão social a matéria que justifica o fazer profissional. Iamamoto(2000) apreende a questão social como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura e afirma que os Assistentes Sociais trabalham com esta nas suas mais variadas expressões no cotidiano.

Nesse contexto, considerando o período atípico marcado pela pandemia ocasionada pelo vírus SARS- COV-2 que causa a doença, Covid-19, pretende-se se fazer uma breve análise do serviço social no contexto hospitalar em tempos de pandemia a partir de leituras bibliográficas que possibilitem a compreensão do trabalho do assistente social na saúde que envolve possibilidades, limites e desafios nesse período de emergência em saúde.

Como já referido esse resumo tem como objetivo geral: O trabalho do assistente social em contexto hospitalar em tempos de pandemia, e como objetivos específicos: analisar as

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Email: braganakely@gmail.com.

² Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Email:deborabeatrizrl@hotmail.com.

³ Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

possibilidades e limites da profissão na saúde nesse contexto pandêmico; evidenciar os desafios que permeiam o seu exercício profissional nesse período de calamidade.

Palavras-chave: Serviço Social; Saúde; Pandemia; Processo de Trabalho.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa terá caráter bibliográfico, que para Gil (2002) é desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos, permitindo ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla. Serão utilizadas leituras exploratórias e analíticas que terão como embasamento teórico fontes como: Os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde (CFESS, 2010); MATOS (2015); Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 2011), Lei Orgânica da Saúde (Lei N° 8080/1990), entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que se refere ao Serviço Social como profissão de Saúde, foi reconhecido como profissão de saúde pela resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 218 de 06 de março de 1997 e pela resolução CFESS nº 383 de 29/ 03/1999 que caracteriza o assistente social como profissional de saúde. No campo da saúde conforme os parâmetros para atuação dos assistentes sociais na saúde de 2010 o assistente social é um profissional que atua no atendimento aos trabalhadores, individual ou em grupo, na pesquisa, no assessoramento e na mobilização dos trabalhadores, e muitas vezes, compõe também a equipe multiprofissional. (CFESS, 2010).

Com a pandemia causada pelo SARS-COV-2, no final do ano de 2020, a importância do Serviço Social na saúde, como nas outras esferas, evidenciou-se ainda mais. A Desigualdade Social se tornou ainda mais profunda, levando em consideração o histórico aprofundamento da pobreza e ineficiência do Estado brasileiro na função de prover condições de sobrevivência à população desassistida econômica, social e politicamente, o que reflete diretamente no trabalho do assistente social, que no campo da saúde, precisa evidenciar os determinantes sociais do processo saúde-doença.

No plano de enfrentamento específico do serviço social, não somente da crise sanitária estabelecida pelo coronavírus, mas também de outras crises dela desencadeadas na sociedade brasileira, tem-se que a alínea “d” do artigo 3º do Código de Ética do/a Assistente Social (2012), dispõe como atribuição profissional: participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades. Nessa perspectiva os profissionais do serviço social precisam exercer seu trabalho sempre na direção de atender o usuário integralmente, identificando as expressões da questão social que os acompanha. Com a pandemia os profissionais de serviço social tiveram que aprender novas formas de se relacionar em sociedade (Barros, 2020) como ressaltado por Silva; Silva (2020) no contexto novo, os assistentes sociais assim como outros profissionais de serviços essenciais, precisam seguir e se adaptar as orientações e protocolos impostos por órgãos como: Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do Estado, Organização Mundial da Saúde e da própria instituição, obedecendo o distanciamento social e a utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual). É importante destacar a importância do que é enfatizado no artigo 7º do Código de Ética que evidencia que para atender o usuário de forma integral é necessário que o profissional possua condições de trabalho condignas e que respeitem suas competências e atribuições privativas de assistente social.

De acordo com Barros (2020) o contexto novo, assim como as orientações dos órgãos citados anteriormente, mudou a dinâmica do trabalho do assistente social, uma vez que, passaram por reordenamento de escalas, insegurança de informações, e adaptação aos EPI's. A autora deixa claro que essa mudança na configuração do trabalho do assistente social se conformou como um dos principais desafios do assistente social na saúde. Para Vale e Nascimento (2020) a pandemia impôs um momento de medo e insegurança que refletem diretamente no trabalho dos profissionais que vivem um dilema entre prestar um serviço de qualidade e o medo de se contaminarem - medo acentuado pela falta de insumos básicos de proteção. Barros (2020) afirma que necessidade de paramentos, imprescindível para atendimento dos usuários, tendo em vista o risco de contaminação é que os profissionais estão se colocando, impõe impessoalidade e distanciamento e afetou a forma de apresentação específica do Serviço Social que reforçava a ideia de proximidade, considerando que é uma “profissão de vínculo, toque, calor humano.”(Barros, 2020).

CONCLUSÕES

Com o contexto pandêmico, o campo hospitalar sofreu mudanças significativas, através da adesão de protocolos de atendimento e segurança. No que diz respeito ao Serviço Social, muitas gestões passaram a atribuir funções aos assistentes sociais que não fazem parte das suas competências e atribuições, cabe aqui ressaltar a importância do posicionamento do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), que socializou notas com orientações para o exercício profissional no sentido de seguir a legislação profissional.

O novo contexto convocou os assistentes sociais a se reinventarem, reconfigurar o seu trabalho, os se deparam com usuários que não possuem saneamento básico, que não tem acesso à distribuição de água potável, não possuem habitabilidade, entre outras expressões (BARROS et al, 2020, p. 125), condições que inviabiliza o cumprimento efetivo do isolamento social . O que se percebe também a existência de uma “pandemia da desigualdade”, cabendo dessa forma ao Serviço Social, a criação de estratégias para a garantia e efetivação dos direitos dos usuários. O assistente social deve fundamentar seu processo de trabalho nas três dimensões do Serviço Social: dimensão técnico-operativa; ético-política e teórico-metodológica, de modo que, responda às necessidades apresentadas pelos usuários, mas sem se desvencilhar de suas competências e atribuições.

REFERÊNCIAS

BARROS, Carla Patrícia Moura, et al. O processo de Trabalho do/da Assistente Social em Tempos de Pandemia pelo novo coronavírus no Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU-UFPI) in Serviço Social em Tempos de Pandemia: Provocações ao debate. Teresina: EDUFPI, 2020.

BARROS, Adriana Lima. O trabalho do/a Assistente Social no contexto hospitalar em tempos de pandemia: Um relato de experiência do Hospital estadual Dirceu Arcoverde de Parnaíba. in Serviço Social em Tempos de Pandemia: Provocações ao debate. Teresina: EDUFPI, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na política de saúde. Brasília (DF), 2010. (Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

MATOS, Maurílio Castro de. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2015, n.124, pp.678-698. ISSN 2317-6318.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



RELATO DE EXPERIÊNCIA: o trabalho do assistente social no hospital de campanha padre Pedro Balzi

FRANCISCA BRUNA PEREIRA LUSTOSA MAZULLO¹
MARIA BEATRIZ COSTA DIAS²
TACIANA BASTOS CHAVES³

INTRODUÇÃO

O/A Assistente Social no contexto hospitalar já tem um espaço palpável, quanto às ações de planejamento, organização e promoção da saúde, do atendimento e acolhimento aos pacientes de forma integral e humanizada, como o mediador (médico/paciente, hospital/paciente) identificando os aspectos sociais, econômicos e culturais relacionados ao processo do adoecimento. Contudo, a pandemia do novo coronavírus trouxe ao profissional a necessidade de readequação das intervenções e tornou-se, entre outros, o mediador entre o paciente e sua família.

A necessidade de afastamento do convívio familiar, da internação sem acompanhante, e demais outros procedimentos necessários, nunca visto, pelo menos não nas últimas décadas, fez com que o profissional repensasse criticamente as intervenções, visando garantia dos direitos e as melhores condições para pacientes e familiares.

Nesse cenário, o(a) assistente social atua como parte da equipe multiprofissional e exerce atividades específicas da categoria, como acolhimento da família e viabilização de ações

¹ Assistente Social, especialista em saúde pública e em gestão de serviços de saúde, e-mail: brunalustosa7@gmail.com;

² Assistente Social, especialista em saúde da família e comunidade, e-mail: mariia_beatriz23@hotmail.com;

³ Assistente Social, especialista em projetos sociais, e-mail: ticianabastos2@gmail.com.

junto às políticas de assistência social e de saúde, sendo essencial a articulação com os demais profissionais para construção de um trabalho interdisciplinar. Desta feita, o CFESS (2010) menciona “a interdisciplinaridade como perspectiva de trabalho a ser defendida na saúde”, colocando que,

o assistente social ao participar de trabalho em equipe na saúde, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação das condições de saúde do usuário e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações, que o diferencia do médico, do enfermeiro, do nutricionista e dos demais trabalhadores que atuam na saúde (CFESS, 2010, p.46).

Assim, o presente trabalho é fruto da experiência vivenciada no Hospital de Campanha Pe. Pedro Balzi-unidade hospitalar de tratamento clínico aos pacientes infectados com o novo coronavírus. Este Relato de experiência visa contribuir para a reflexão e debate referente à atuação profissional do Assistente Social no contexto pandêmico da COVID-19. Neste sentido, será abordado a prática do Assistente social na saúde, com foco na importância do trabalho interdisciplinar e humanizado em um hospital de campanha.

Palavras-chave: Assistente Social. Trabalho Interdisciplinar. Humanização.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo tem abordagem qualitativa (MINAYO, 2002) construído através de revisão bibliográfica sobre os temas: Serviço Social na saúde; Trabalho interdisciplinar; política de humanização, bem como, na pesquisa documental dos fluxos e protocolos elaborados no referido hospital, e a partir de observações da rotina de trabalho realizado pelas assistentes sociais e demais profissionais do Hospital de Campanha Padre Pedro Balzi.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Organização Mundial da Saúde - OMS declarou em março/2020 a pandemia do novo coronavírus, chamado de Sars-Cov-2. Com o aumento dos casos e a necessidade emergente de leitos, foram construídos parte dos hospitais de campanha do país, construções de caráter emergencial, com objetivo de suprir a falta de leitos nos hospitais e, dessa forma, garantir acesso

à saúde para a população, os hospitais de campanha tornaram-se então uma das principais estratégias de enfrentamento à pandemia, uma vez que auxiliaram no suprimento das demandas de leito no sistema de saúde.

O Hospital de Campanha Padre Pedro Balzi foi inaugurado em maio de 2020 com o objetivo de atender os pacientes acometidos pela Covid-19 na cidade de Teresina-PI. E as suas atividades foram encerradas em janeiro de 2021. Em seu quadro de colaboradores, contou com uma equipe multiprofissional formada por médicos de diversas especialidades, assistentes sociais, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, psicólogos, farmacêuticos, técnicos em radiologia, técnicos em patologia, serviços gerais, maqueiros e auxiliares administrativos.

O setor de Serviço social foi composto por seis Assistentes sociais e um Auxiliar administrativo. As profissionais de Serviço Social atuaram mais diretamente no acolhimento às famílias das pessoas hospitalizadas, na perspectiva de garantir seus direitos perante a Constituição, e também de viabilizar a humanização dos procedimentos realizados no hospital.

O acolhimento, segundo o Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização (2006), é um modo de operar os processos de trabalho, de forma a atender a todos que procuram os serviços de saúde, ouvindo seus pedidos e assumindo uma postura capaz de acolher, escutar e pactuar respostas mais adequadas aos usuários. Propõe, principalmente, reorganizar o serviço, no sentido da garantia do acesso universal, resolubilidade e atendimento humanizado, contribuindo na resolução do problema de saúde apresentado pelo usuário.

Dentre as atividades realizadas pelas assistentes sociais, vale destacar:

- Escuta qualificada, acolhimento social e humanizado aos familiares e/ou responsáveis;
- Orientações aos familiares e/ou responsáveis referentes as normas e rotinas do hospital;
- Garantia da democratização das informações sobre a situação do(a) paciente aos familiares e/ou responsáveis, através da atualização diária do Censo do Serviço Social com os contatos telefônicos e referências dos familiares e/ou responsáveis e articulação com equipe médica, de psicologia e fisioterapia;
- Subsídio à equipe multiprofissional para compreensão da realidade e diversidade dos pacientes, e as particularidades das famílias;

- Atendimento aos familiares e/ou responsáveis em caso de óbito para esclarecimento dos eventuais benefícios e direitos referentes à situação, previstos no aparato normativo e legal vigente.

- Fortalecimento de vínculos familiares para receber o paciente pós-alta, e incentivar estratégias de cuidado à saúde, a partir de um olhar para os determinantes e condicionantes de saúde.

No que diz respeito, ao trabalho interdisciplinar e cuidado humanizado, vale destacar as seguintes ações, realizadas em articulação com equipe multiprofissional:

- Acolhimento do(a) paciente junto à família no momento pós alta, sendo realizado registro fotográfico e entrega de uma “muda de planta”;

- Mediação entre família do(a) paciente e equipe de psicologia para realização da visita virtual, realizada através de videochamada;

- Promoção de visita da família durante passeio terapêutico com paciente, realizado na área verde do hospital;

- Fortalecimento do vínculo afetivo e familiar através da cortina do abraço, criada pela direção do hospital;

- Comemoração dos aniversários dos pacientes internados;

- Realização de evento integrativo de valorização da vida, direcionado aos funcionários;

Diante do exposto, podemos afirmar que no Hospital de Campanha Padre Pedro Balzi, o Serviço Social encontrou no trabalho interdisciplinar um importante instrumento de construção conjunta para efetivação dos direitos dos pacientes, com a elaboração de normas, rotinas e das ofertas de atendimento da unidade hospitalar, tendo por base o cuidado humanizado, pautado nos interesses e demandas do(a)s pacientes.

CONCLUSÕES

Conforme a experiência relatada, evidencia-se o processo de trabalho dos assistentes sociais nos hospitais de campanha como essenciais, sendo de extrema importância neste âmbito, visto a identificação das determinações sociais, econômicas e culturais, planejamento e articulação interdisciplinar para efetivação dos direitos dos pacientes, tendo o diálogo, a escuta e o planejamento como maiores ferramentas de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas Práticas de Produção de Saúde**. Série B. Textos Básicos de Saúde. 2ª Edição. Brasília-DF; 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Comentários do Diretor-Geral no briefing de mídia em 2019-nCoV em 11 de fevereiro de 2020. <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-remarks-at-the-media-briefing-on-2019-ncov-on-11-february-2020>.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE PANDEMIA: relato de experiência em um hospital universitário

ANA PAULA DE LIMA SILVA¹
MARIA NAYANA CARVALHO TAVARES²
NATALIA BRAGA DE SOUZA³

INTRODUÇÃO

O/a assistente social, conforme a Resolução nº 383/1999, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é caracterizado como profissional de saúde. Com isso, compõe o quadro de profissionais que estão na linha de frente contra a Covid-19.

A partir desse contexto e das experiências vivenciadas durante o Programa de Residência Multiprofissional, que emerge o presente trabalho, com o objetivo de apresentar a atuação do Serviço Social em meio à pandemia da covid-19, tomando como base a realidade de um Hospital Universitário de referência no Estado do Ceará.

Palavras-chave: Serviço Social. Exercício Profissional. Covid-19.

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Preceptoria em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Saúde Mental pela Universidade Estadual do Ceará e em Saúde da Família pela Faculdade Ateneu. Preceptora da ênfase de saúde mental do HUWC.

² Assistente social residente na área de concentração de assistência em transplante do Hospital Universitário Walter Cantídio – Universidade Federal do Ceará (HUWC/UFC).

³ Assistente social residente na área de concentração de saúde mental do Hospital Universitário Walter Cantídio – Universidade Federal do Ceará (HUWC/UFC).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração do trabalho, a metodologia utilizada fundamentou-se nos delineamentos da pesquisa bibliográfica, a partir de produções já existentes na literatura acerca da temática em questão (GIL, 2008). Além disso, utilizou-se o delineamento da pesquisa documental, com base na análise de documentos de referência, que fornecem subsídios para explicar acerca do objeto do trabalho. As experiências propiciadas pelo Programa de Residência Multiprofissional também se constituíram de fundamento para o desenvolvimento das discussões aqui produzidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Serviço Social é uma profissão que surge no Brasil na década de 1930 ligada aos ideários da Igreja Católica, em meio a expansão do capitalismo monopolista e da interferência do Estado, para intervir nas expressões da questão social decorrentes da contradição entre burguesia e proletariado que, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2014) “passa a exigir outros tipos de intervenção para além da caridade e repressão”. (p.84). O assistente social é um profissional habilitado a atuar em diversos espaços ocupacionais, dentre eles as instituições de saúde. A Resolução nº 218/1997, do Ministério da Saúde, identifica o/a assistente social como profissional de saúde e dois anos depois o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) delibera a Resolução n.º 383, de 29 de março de 1999, que caracteriza a mencionada categoria como trabalhador da saúde.

A partir disso, a atuação do/a assistente social é norteada por diversos documentos organizados pelo CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). O marco para o exercício profissional da categoria na referida área surge com os *Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (2010)*, sendo o principal documento a nortear as ações e serviços desenvolvidos pelos/as assistentes sociais que trabalham na política de saúde.

O contexto da pandemia da Covid-19 tem trazido novas demandas para o Serviço Social, impulsionando o Estado a convocar os/as assistentes sociais para respondê-las. Como citado anteriormente, o presente trabalho emerge a partir das experiências vivenciadas no Programa de Residência Multiprofissional em um Hospital Universitário de referência no Estado do Ceará

sendo necessário apresentar como se reconfigurou a atuação do/a assistente social em meio a pandemia.

O Serviço Social da referida instituição foi instituído em 1974 e está há 46 anos atuando na viabilização do acesso às políticas sociais pelos usuários. Em março/2020 tínhamos no setor quinze assistentes sociais concursadas e sete assistentes sociais Residentes. As atividades das profissionais eram divididas entre o atendimento de demandas espontâneas em sala e a atuação junto aos usuários inseridos em enfermarias e ambulatórios.

Com a explosão da pandemia no Brasil e a instituição, no Estado do Ceará, das medidas de isolamento social rígido previstas no Decreto n°. 33.510 de 16 de março de 2020⁴, iniciou-se a reorganização dos serviços de saúde para recebimento dos pacientes contaminados com a Covid-19.

No hospital universitário foram intensificadas as orientações gerais sobre uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e o álcool em gel. Os atendimentos ambulatoriais, as cirurgias eletivas e as visitas aos pacientes internados foram suspensas, bem como foram reduzidos o número de acompanhantes por paciente (DUDA, 2020). Foram destinadas duas clínicas e duas Unidades de Terapia Intensiva (UTI's) para atender pacientes internados por Covid-19. Quanto aos recursos humanos, foram contratados, temporariamente, diversos profissionais para atuarem diretamente no combate a Covid-19, estando entre eles cinco assistentes sociais.

No Serviço Social foram realizadas uma série de mudanças como: a reorganização do espaço físico de trabalho e do número de atendimentos por vez, para garantia do distanciamento social; remanejamento de profissionais para outras clínicas com o intuito de suprir a ausência dos/as assistentes sociais licenciadas por Covid-19 ou com outras questões de saúde.

No que tange às transformações no fazer profissional do/a assistente social temos a autorização do CFESS⁵, em caráter excepcional, do atendimento por videoconferência/online/remoto. É importante frisar que mesmo com esta autorização, as profissionais do referido hospital permaneceram realizando atendimentos nas enfermarias e com as pessoas que chegavam no setor de forma espontânea.

⁴ Documento disponível em:<<https://coronavirus.ceara.gov.br/project/decreto-no-33-510-de-16-de-marco-de-2020/>>. Acesso em 01 de maio de 2021.

⁵ Nota disponível em:<<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1679>>. Acesso em 01 de maio de 2021.

Um dos grandes desafios para a categoria profissional foi garantir o acesso dos usuários do SUS as demais políticas sociais, sejam assistenciais, previdenciários, habitacionais e/ou outras, devido às mudanças que ocorreram em todo território nacional com o início da implantação do isolamento social rígido e as reorganizações dos equipamentos. Os fluxos de atendimentos já conhecidos não eram mais os mesmos, como o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a inclusão do auxílio emergencial como novo benefício eventual.

Somado a isso exigiu-se dos/as assistentes sociais o exercício de atribuições e competências que não fazem parte do aporte teórico da sua formação profissional, como por exemplo, socialização do quadro clínico de pacientes internados/as aos familiares, comunicação de óbitos, realização de triagens de sintomas da Covid-19, entre outros. Essas condições foram denunciadas pelos/as profissionais que atuam nos três níveis de atenção (primário, secundário e terciário).

O Serviço Social enquanto profissão inserida na saúde, que tem por finalidade reconhecer os determinantes sociais que incidem no processo saúde-doença e traçar propostas de intervenção, também sofreu com as reconfigurações em decorrência da pandemia, todavia, sem se desvincular de suas atribuições (MATOS, 2020, p. 3 e 4).

Diante dos questionamentos acerca do trabalho do/a assistente social, o CFESS divulgou normativas, informes e “CFESS Manifesta”, além da Orientação Normativa nº 03/2020⁶, que “dispõe sobre ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por assistentes sociais” (CFESS, 2020). O CRESS 3º Região/CE, o qual as autoras são vinculadas, criou o Observatório Covid, que se constitui como meio de comunicação entre o conselho e os/as assistentes sociais, no que concerne ao fazer profissional e as condições de trabalho na pandemia.

Portanto, conclui-se que a pandemia reverberou em transformações no exercício profissional do/a assistente social, convocado/a para atuar contra a Covid-19. Além disso, inúmeras foram as tentativas de incluir no cotidiano sócio ocupacional, ações que não fazem parte do agir profissional da categoria. Porém, buscou-se resguardar as competências e atribuições do/a assistente social através da articulação dos profissionais junto aos órgãos de defesa da profissão contribuindo para viabilização do acesso dos usuários as políticas sociais e de saúde, bem como a garantia dos seus direitos.

⁶ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/OrientacaoNormat32020.pdf>. Acesso em 01 maio 2021.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução nº 218 de 06 de março de 1997**. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0218_06_03_1997.html> Acesso em: 08 abr. 2021.

DUDA, Rayane Lima. **O serviço social no combate à pandemia de covid-19**: uma análise sobre a atuação profissional no Hospital Universitário Walter Cantídio. 2021. 66f. Trabalho de Conclusão de Residência Multiprofissional (Especialização). Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2021.

MATOS, Maurílio Castro de. **A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. Disponível em: <<http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-otrabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



SERVIÇO SOCIAL NOS CUIDADOS PALIATIVOS: relato de experiência no enfrentamento ao covid-19

SIMONE DA FONSECA SANGHI¹
IZABEL HARTMANN BUSS²
JULIETA CARRICONDE FRIPP³

INTRODUÇÃO

Na cidade de Pelotas encontra-se a CuidATIVA – Centro Regional de Referência em Cuidados Paliativos, contemplando o Ambulatório de Cuidados Paliativos da Universidade Federal de Pelotas- UFPEL/RS, implementado a partir de 2016. A CuidAtiva possui como principal vocação o cuidado integral de pessoas que apresentam doenças ameaçadoras à vida em diferentes trajetórias, desde o momento do diagnóstico até a finitude da vida (UFPEL,2016). A Organização Mundial da Saúde (OMS) define Cuidados Paliativos como uma estratégia de cuidados integral envolvendo pacientes e seus familiares/cuidadores.

Famílias com pacientes em cuidados paliativos podem vir a se desorganizar em função da doença, por isso, é imprescindível o acompanhamento sistemático que permite problematizar as vulnerabilidades trazidas por esta, que podem se apresentar tanto de ordem prática como relacional. Neste sentido, se faz necessário a articulação em rede através da inserção de outras políticas públicas que visem o atendimento completo ao paciente como:

¹ Assistente social do Hospital Escola/ UFPEL - Programa de Internação Domiciliar Interdisciplinar (PIDI) e Unidade Cuidativa. Email:simone.sanghi@gmail.com.

² Assistente Social – Voluntária Ambulatório de Cuidados Paliativos – UnidadeCuidativa/FAMED/UFPEL.

³ Médica Paliativista - Medicina Intensivista AMB/AMIB, Docente Disciplinar Cuidados Paliativos-FAMED/UFPEL, Médica TAE- Rede de Cuidados Paliativos UFPEL.

previdência, assistência social, demandas jurídicas e acesso a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) (ANDRADE, 2017).

Todo esse cenário de vulnerabilidade social veio a se agravar no início de 2020 com a disseminação de um vírus mortal, cujo primeiro caso foi registrado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China (BRASIL,2020). O vírus recebeu a nomenclatura de COVID-19 e rapidamente se espalhou para o mundo sendo classificado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) como uma pandemia. As orientações iniciais repassadas pela OPAS sobre as medidas a serem tomadas no mundo inteiro, indicavam a necessidade de distanciamento social, a constante higiene das mãos e objetos, uma maior restrição entre a população e o uso diário de máscaras.

Devido a essas restrições a CuidATIVA paralisou os atendimentos aos pacientes, a equipe interdisciplinar começou a planejar uma estratégia de enfrentamento ao COVID-19.

Este estudo teve como objetivo apresentar um relato de experiência no enfrentamento ao COVID-19 em um Centro Regional de Cuidados Paliativos – CuidATIVA da Universidade Federal de Pelotas-UFPEL, localizado na cidade de Pelotas-RS. Busca-se também apresentar a práxis-profissional do assistente social em um trabalho com os pacientes, familiares/cuidadores para efetivação da confecção das máscaras. A produção deste manto protetor da vida, só foi possível com a contribuição da comunidade, através da doação de insumos como tecidos, linhas e elásticos e da fabricação das mesmas por costureiras voluntárias. Os resultados deste projeto, foi excelente, sendo distribuídas 100.000 máscaras, as camadas mais vulneráveis da população de Pelotas e região, além de comunidades tradicionais do Alto Xingú/MS. Este projeto seguiu a vocação dos Cuidados Paliativos, que é colocar as pessoas no centro do cuidado.

O projeto apresentou como objetivo geral: relatar a experiência da produção de máscaras caseiras, no âmbito da CuidAtiva, a fim de distribuí-las junto à contingentes vulneráveis no município de Pelotas/RS. E como objetivos específicos: contribuir para minimizar o contágio e conseqüentemente o achatamento da curva de contaminação populacional pela COVID – 19; distribuir um folder com informações sobre a importância do uso da máscara, realizando um processo de educação em saúde.

Palavras-chave: Serviço Social; Covid-19; Máscaras.

MATERIAIS E MÉTODOS

A CuidAtiva tem suas ações baseadas na pluriversidade do conhecimento, buscando estimular a ressocialização e apropriação de saberes pelos usuários, em ambiente dinâmico e humanizado. Por isso diante da Pandemia do COVID-19 a CuidAtiva sentiu a necessidade de criar e desenvolver um projeto que envolvesse pacientes, familiares e voluntários diante do panorama de incertezas que a pandemia estava nos colocando.

Assim, surgiu o Projeto Máscaras CuidAtivas, com o intuito de promover a conscientização da população quanto ao uso de máscaras e também de oferecê-las gratuitamente aos setores mais vulneráveis.

As máscaras foram confeccionadas por voluntários da CuidAtiva, em suas respectivas casas e com tecidos doados pela comunidade. Dessa forma, um ciclo vital de acolhimento, doação comunitária, conscientização à saúde, orientação e educação foi se formando o que motivou o uso massivo desse “manto protetor da vida”.

A logística das ações começou com a captação de parceiros que contribuíram com insumos como: tecido, linha, elástico e voluntários como: pacientes e familiares/cuidadores para a confecção e distribuição de máscaras caseiras, além da equipe técnica da instituição que se dividiu entre o recolhimento das máscaras, o processo de embalagem e a distribuição delas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto iniciou em meados de março de 2020 e já totalizou 100.000 máscaras distribuídas pelo município de Pelotas e região, além de atender comunidades tradicionais (Quilombolas e Indígenas) do Alto Xingu, no Mato Grosso do Sul. Percebeu-se que através do acolhimento individual de cada paciente e familiar/cuidador que participou e/ou foi beneficiado com o projeto, obteve-se alguns indicadores de resultados positivos como: troca de vivências e experiências, melhora da qualidade de vida, atendimentos das regiões mais vulneráveis do município com a doação das máscaras.

Vale ressaltar que toda a rede idealizada pela CuidAtiva foi solidária contribuindo para o achatamento da curva, onde Pelotas foi o último município do país com mais de 200 mil habitantes a ter óbitos em 2020 que ocorreram somente a partir do mês junho.

CONCLUSÕES

Cuidados paliativos se constitui em uma estratégia de cuidado em saúde, diante de sujeitos singulares, os planos de cuidado se materializam colocando as pessoas no centro do cuidado. Segundo (HERMES, 2013) esse atendimento consiste em cuidar do indivíduo em todos os aspectos: físico, mental, espiritual e social. Com a ação de uma equipe interdisciplinar, onde cada profissional reconhecendo o limite da sua atuação contribuirá para que o paciente, em estado finito, tenha dignidade na sua morte. Fazendo jus ao princípio da autonomia, "pacientes" se tornam protagonistas do seu próprio futuro (FRIPP, 2012). Isso pode ser observado neste projeto que buscou com a força da comunidade modificar a sua realidade e criar medidas eficazes de combate à pandemia, ainda num período onde as vacinas estavam sendo testadas. Este projeto seguindo a nossa vocação que são os Cuidados Paliativos, onde a palavra "paliativo" é originada do latim palliun que significa manto, proteção (OMS,2002), nos remete ao que temos para nossa proteção atual que são as máscaras que funcionam como um manto protetor da vida. Cuidados Paliativos não pretende ser um modelo, mas sim uma referência de cuidados ampliado de saúde.

REFERÊNCIAS

ANDRADE L. **Cuidados Paliativos e Serviço Social: um exercício de coragem**. Holambra, SP: Editora Setembro; 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus- COVID-19**. 2020. Disponível em <https://coronavirus.saude.gov.br/> Acesso em 19 abr.2021.

HERMES H. R; LAMARCA I.C. A. Cuidados paliativos: uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde. Disponível em< [https:// www.scielo.br/pdf/csc/v18n9/v18n9a12.pdf](https://www.scielo.br/pdf/csc/v18n9/v18n9a12.pdf)> Acesso em 28 abr.2021

OMS (Organização Mundial da Saúde) 2002

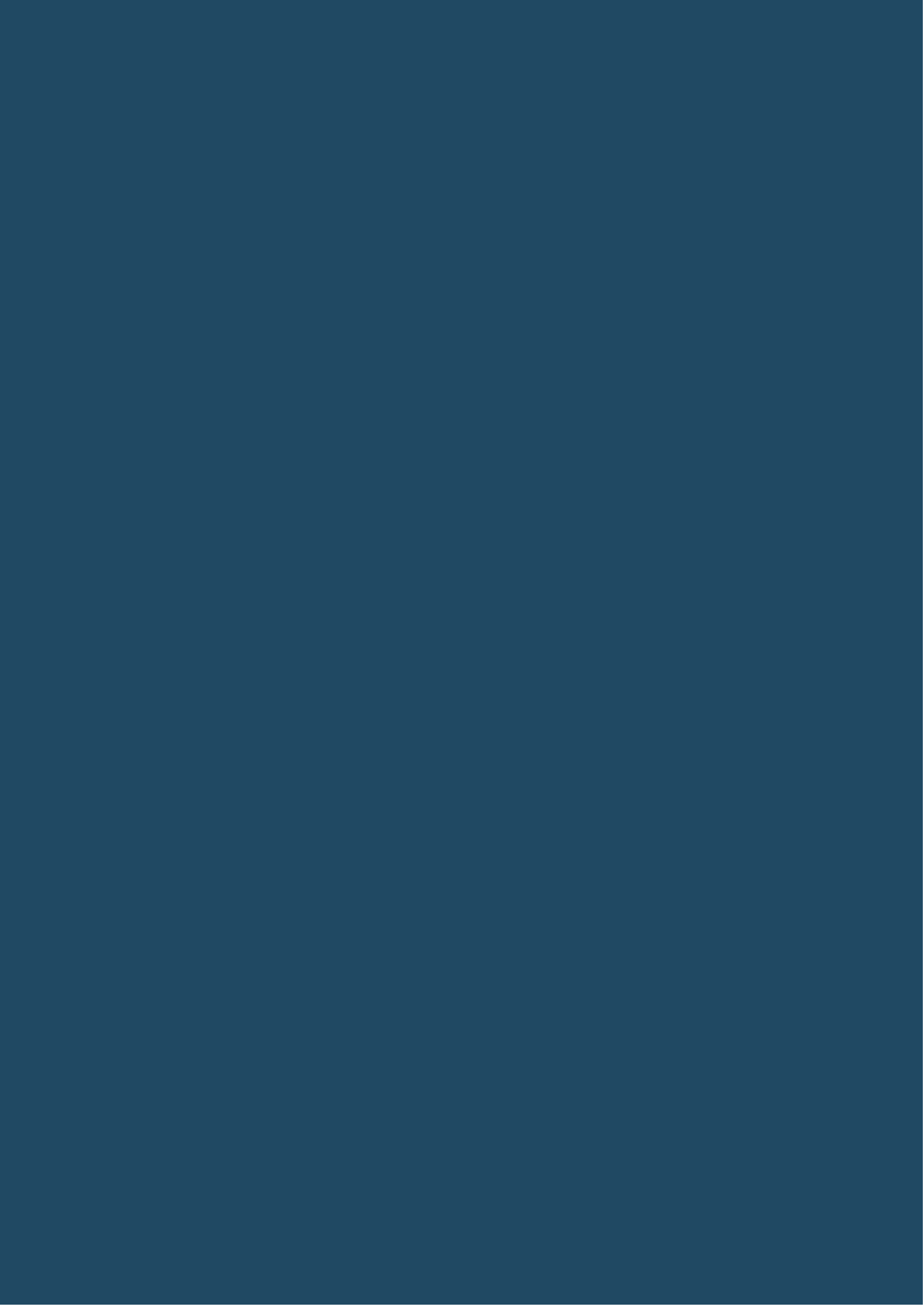
OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Histórico da Pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 20 abr. 2021.



EIXO

4

**DEMOCRACIA, CONTROLE SOCIAL
E GESTÃO PÚBLICA**



IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS ULTRANEOLIBERAIS E REACIONÁRIOS

NAYRANA KELLY DE SOUSA ARAÚJO¹

INTRODUÇÃO

Diante do cenário de crise no sistema público de saúde brasileira desencadeada pela pandemia da Covid-19, vem se intensificando o avanço da onda ultraneoliberal de regressão de direitos conquistados a duras penas através de árduas lutas sociais. É importante destacar que essa crise em um país com elevados índices de desigualdade social, não impacta apenas a política de saúde, mas também as demais políticas sociais, em especial, a Política de Assistência Social e o SUAS.

A Constituição Federal de 1988 representou importante marco legal no processo de construção da Política de Assistência Social ao inseri-la no tripé da Seguridade Social, bem como a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993, o que significou, legalmente, a possibilidade de romper com as ações assistencialistas e clientelistas que historicamente estiveram imbricadas nesta área (COSTA, 2017).

Em 2004, acompanha-se o processo de estruturação da Política de Assistência Social, na qual traz em suas bases a construção do modelo de gestão descentralizado e participativo denominado de Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em 2005, a Norma Operacional

¹ Assistente Social; Pós-graduanda em Família e Políticas Públicas (UNIFSA). Gerente de Centro de Referência em Assistência Social no município de Teresina/PI. E-mail: nayranaaraujo@gmail.com.

Básica é aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 130/2005.

Nesse sentido, percebe-se que desde a implementação do SUAS até os dias atuais muitos foram os avanços e conquistas no campo da Política de Assistência Social brasileira. Entretanto, observa-se que na atual conjuntura brasileira, tanto a garantia de direitos sociais, quanto o SUAS, vem sofrendo ataques das decisões tomadas pelos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, mediante reformas, cortes e congelamento nos orçamentos destinados às políticas sociais. Esses fatores têm levado ao desmonte e retrocessos na gestão da Política de Assistência Social e principalmente dos direitos dos cidadãos.

Deste modo, o presente trabalho a partir dos procedimentos metodológicos do estudo bibliográfico e documental, tem como objetivo analisar os desmontes na gestão da Política de Assistência Social, com foco nos períodos correspondentes aos (des)governos Temer e Bolsonaro. Para isso, procurou-se realizar uma breve contextualização da Política de Assistência Social após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seguida, enfatizou-se o SUAS e o desmonte desse sistema como máxima.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. SUAS. Contrarreformas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Optou-se pela pesquisa de caráter qualitativo, por meio de levantamento bibliográfico e documental sobre a Política de Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os principais sites utilizados nessa pesquisa foram: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal da Câmara dos Deputados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A política de Assistência Social é essencial ao garantir proteção social pública, deve ser tratada constitucionalmente como direito do cidadão e dever do Estado e baseada na definição apresentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de

ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Desde a inserção da assistência social na CF/88 como direito e não favor, muitos foram os avanços e conquistas. Entretanto, no atual contexto com o avanço ultraliberal e reacionário no país, torna-se visível a potencialização do desmonte das políticas públicas nos (des)governos Temer e Bolsonaro através da aprovação de diversos instrumentos legais que vem colocando em risco a existência do SUAS.

Parece óbvio a frase “Política Pública se faz com recursos”, no entanto, o governo Temer ao que parece desconhece ou desconsidera o teor de tal afirmação ao aprovar em 2016 a Emenda Constitucional de nº 95 (teto de gastos), na qual pelos próximos 20 anos realiza o congelamento e corte nos recursos destinados as diversas áreas, dentre elas a Assistência Social (BRASIL, 2016).

O desmonte do SUAS vem se aprofundando de forma mais intensa no (des)governo Bolsonaro. No dia 25 de janeiro o Portal UOL publicou uma nota informando sobre uma proposta de modificação pretendida pelo Ministério da Cidadania no acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Essa mudança implicará no esvaziamento do atual papel dos municípios na gestão e operacionalização desse importante instrumento e passando a priorizar um autocadastramento por meio de aplicativo para celular. Em defesa ao SUAS e ao CadÚnico, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lança uma nota intitulada “A defesa do Suas é essencial para a defesa da vida, defender o CadÚnico é também defender o SUAS”, essa nota reflete sobre a importância da descentralização político-administrativa do SUAS, com autonomia dos municípios e instâncias de pactuação desse sistema, é estratégica no alcance das particularidades e singularidades dos/as usuários/as que precisam alcançar as ofertas de assistência social.

Nesse sentido, atacar essa prerrogativa dos municípios na condução do CadÚnico é retroceder numa política generalista, sem reconhecer as particularidades territoriais, que é um dos pilares que estruturam o SUAS (CFESS, 2021).

Com isso, conclui-se que, a lógica ultraneoliberal está por traz do desmonte da gestão da Política de Assistência Social, pois vem influenciando a implementação de medidas que inviabilizam a ofertas de serviços no âmbito do SUAS.

Assim, diante desse cenário de barbárie social na atual conjuntura, a sociedade precisa se organizar politicamente para defender o SUAS e os direitos sociais. Em outras palavras, “Para

enfrentar os desafios da atual conjuntura, o futuro exige no presente mais vontade política organizada e menos ilusões otimistas” (NETTO, 2007, p 40).

CONCLUSÕES

A trajetória percorrida nesse estudo, objetivou analisar o desmonte da gestão da Política de Assistência Social nos (des)governos Temer e Bolsonaro, a luz de pesquisas bibliográficas e documentais. Para tanto, foi imprescindível retornar a sua inclusão na CF/88 como um direito do cidadão e dever do Estado.

A Carta Magna ao incorporar a Assistência Social no tripé da Seguridade Social, possibilitou, do ponto de vista legal, a responsabilização do Estado na oferta de serviços e ações de Assistência Social para toda a sociedade brasileira. O desmonte do SUAS vem se manifestando ferozmente e de forma desvelada no (des)governo de Temer e Bolsonaro, no qual conquistas constitucionais foram reconfiguradas, instaurando um cenário de retrocesso e barbárie social.

Nesse sentido, é fato, que a ofensiva ultraneoliberal, presente nos referidos (des)governos está por trás do desmonte do SUAS, pois não é de interesse dessa lógica do capital fortalecer serviços públicos de qualidade. Portanto, a contribuição do debate com vistas analisar a realidade do SUAS no Brasil, em um contexto de obscurantismo, negação da ciência e crise econômica e política, proporciona possibilidades para refletir criticamente a realidade da política de Assistência Social diante dos seus avanços e retrocessos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 1993. Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)> Acesso em 29 de Abril de 2021.

_____. **Proposta de Emenda Constitucional de nº 95**. Brasília: DF, 2016.

COSTA, Teresa Cristina Moura. **A gestão da Política de Assistência Social no estado do Piauí: uma análise a partir da gestão dos municípios que compõem a comissão Intergestora Bipartite**. Tese de Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **A defesa do Suas é essencial para a defesa da vida! Defender o CadÚnico é também defender o Suas**. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1785>> Acesso em 28 de abril de 2021.

NETTO, José Paulo. **Das ameaças à crise**. Inscrita, Brasília, n. 10, p. 37-40, nov. 2007.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



AMAZÔNIA BRASILEIRA E DESENVOLVIMENTISMO: o papel da região na divisão territorial do trabalho

MARIA GABRIELA DE ANDRADE DE SENA¹
LUCAS WELLINGTON DA SILVA SILVA²

INTRODUÇÃO

É no contexto do desenvolvimentismo, a partir da Constituição brasileira de 1946 através do artigo 199, que o planejamento e desenvolvimento regional da Amazônia é colocado em pauta seguido com a criação do Plano de Valorização da Amazônia e posteriormente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953. (OLIVEIRA; TRINDADE; FERNANDES, 2014). Estas ações inspiradas no discurso desenvolvimentista, esconderam a prática de degradação da natureza, territórios e povos que viviam na Amazônia, favoreceram o lucro de empresas capitalistas e saquearam recursos naturais ainda disponíveis.

Assim, o resumo pretendeu apresentar uma breve discussão sobre o lugar da Amazônia na divisão territorial do trabalho, dado seu processo histórico de submissão aos interesses do capital. Primeiramente, é debatido a respeito da ideologia econômica do desenvolvimentismo dirigindo-se para sua implementação na Amazônia, seguindo a discussão para o papel que a região amazônica ocupa na divisão territorial do trabalho e, por fim, finaliza tratando a respeito

¹Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará; E-mail: mariagabriela.andradesena@hotmail.com; pesquisadora voluntária vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5521924421836259>.

² Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará; E-mail: lucwel.silva@gmail.com ; Bolsista PIBIC/CNPq vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5506041025418986>.

da produção do espaço capitalista em contraponto à produção do espaço pela classe trabalhadora.

Palavras-chave: Amazônia. Divisão territorial do trabalho. Desenvolvimentismo.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho foi desenvolvido com base no método dialético e, como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, uma vez que buscou-se referenciais teóricos que tratam a respeito da questão urbana no Brasil e na Amazônia, sobre a produção do espaço capitalista e o processo de industrialização e desenvolvimentismo no Brasil. Foram selecionados autores como David Harvey, Ermínia Maricato, Ana Perdigão, Solange Gayoso, Joana Santana e etc.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assim como no Brasil, a ocupação da Amazônia é resultante de um processo de invasão europeia que desconsiderou as vidas que existiam e resistiam nesta região, embasados na ideologia desenvolvimentista, que esconde traços de degradação da natureza e da vida com o discurso de uma suposta necessidade de “desenvolvimento”.

A ideologia econômica do desenvolvimentismo ganha força no Brasil a partir da década de 1930, quando o país inicia seu processo industrializante e o nacionalismo ganha força entre as bases políticas brasileiras. Trata-se do desejo de superação das instabilidades econômicas, ocasionadas pela produção nacional de bens primários conduzidos ao mercado externo, haja vista que os reflexos das crises do capital internacional são ainda mais nocivos às economias dos países subdesenvolvidos. Portanto, buscava-se minimizar os efeitos devastadores na economia e na sociedade brasileira causados em momentos de crise externa ou de excesso de oferta no mercado internacional de produtos primários também produzidos no Brasil (OLIVEIRA; TRINDADE; FERNANDES, 2014).

Com intuito à instituição do capital monopolista no país, o Governo Federal na Era Vargas, implantou ações visando a integração econômica da região amazônica, pois ela exerceu papel

fundamental para o processo brasileiro de industrialização. No entanto, Oliveira; Trindade; Fernandes (2014, p. 08) afirmam que “as ações dos governos locais de maneira planejada visando o crescimento econômico da região inexistiam e a presença do governo federal com políticas de integração e/ou planejamento regional também não existiu efetivamente até o início da década de 1940.”

A divisão territorial do trabalho determina a funcionalidade de alguns espaços considerados produtivos para o capital, hierarquizando os territórios de acordo com a sua importância de lucro para as grandes empresas capitalistas. Assim, nem todos os espaços são incorporados na e pela divisão territorial do trabalho, pois depende da sua riqueza disponível para o capital. Isso significa que há uma seletividade de investimento em infraestrutura física e social conforme as necessidades do capital e do Estado, que determina e é determinada pela divisão territorial do trabalho (SANTANA, 2012). Desse modo, o capital, junto ao Estado, produz espaços hierarquizados, elegendo territórios e desconsiderando a classe trabalhadora.

O Estado, incentivador da produção do espaço capitalista na Amazônia devido a necessidade de inseri-la no mercado capitalista mundial, cria mecanismos de estímulos, como incentivos fiscais, subordinando os interesses sociais aos interesses do grande capital (SAKATAUSKAS; SANTANA, 2015). Assim, o Estado torna-se responsável pela produção (a qualquer custo) da infraestrutura necessária para atender as necessidades do capital, explicitando a cidade mercadoria, seu valor de troca.

Por outro lado, a classe trabalhadora possui apenas sua força de trabalho e a vende para o capital para atender às suas necessidades humanas básicas, representando resistência na produção do espaço, pois, diante do mercado que vende a terra e o direito de habitar, sempre busca alternativas para o uso e ocupação do solo urbano e rural. Maricato (2015, p.23) afirma: “a classe trabalhadora – entendida aqui num sentido amplo, incluindo os informais e domésticos – quer da cidade, num primeiro momento, o valor de uso. Ela quer moradia e serviços públicos mais baratos e de melhor qualidade (...)”.

Na Amazônia, além da resistência necessária para ocupar os espaços que são seus por direito, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais povos e comunidades tradicionais temem a vida devido aos conflitos fundiários e ambientais existentes na região, que assassinam lideranças e militantes que lutam pelo direito à terra. Além disso, esses povos e comunidades tradicionais são obrigados a buscar novas alternativas não só de uso e ocupação do solo, mas também do

alimento, pois com a instalação de grandes projetos, como as hidrelétricas, há uma modificação na dinâmica de vida dos moradores dessas áreas.

Desse modo, a Amazônia é peça importante da engrenagem do capital nacional e internacional, considerando a sua vasta riqueza de recursos naturais, que têm seus territórios selecionados e incorporados na dinâmica de produção capitalista, não importando os impactos sociais e ambientais que essa incorporação gera. Assim, conclui Santana (2012, p.91) que “Na prática concreta, esse discurso desenvolvimentista contribui para a formação de um sistema de cidades onde a ciência, a técnica e a informação serão incorporadas de modo desigual e seletivo no âmbito da divisão socioterritorial do trabalho.”.

No contexto do neoliberalismo, aliado à crise sanitária do novo coronavírus, a população amazônica enfrenta a retração das políticas sociais, o que reflete na dificuldade de reprodução social da classe trabalhadora na pandemia. “Por essas razões fundamentais, a pandemia de Covid-19 escancara as rachaduras existentes nas relações burguesas, embora seja estratégia recorrente da extrema-direita ocultá-las (...)” (CORRÊA; MIRANDA; MEDEIROS, 2020, p.71).

CONCLUSÕES

Portanto, a Amazônia inserida na divisão territorial do trabalho exerce função de “estoque de matérias-primas” atraindo grandes empresas capitalistas, com o apoio do Estado na criação de mecanismos que possibilitam a exploração dos recursos naturais, como a fragilização das leis ambientais e com o fomento de incentivos fiscais. Assim, compreende-se o lugar de submissão da região amazônica aos interesses do capital sendo imprescindível que o Serviço Social se empenhe em avançar nos estudos sobre a Amazônia, no sentido de compreender as determinações universais, particulares e singulares da região.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Isabella Santos; MEDEIROS, Mônica de Melo; MIRANDA, Leonardo Costa. **A QUESTÃO HABITACIONAL NA AMAZÔNIA E IMPACTOS DA COVID-19**. Revista Direitos, Trabalho e Política Social, Cuiabá, v. 7, n. 12, p. 64-85, jan./jun., 2021.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

OLIVEIRA, José Aldemir. **As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados.** In: **O espaço no fim do século: a nova raridade.** (Org.) Amélia Luísa Damiani, Ana Fani Alessandrini Carlos, Odette Carvalho de Lima Seabra. – São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Wesley Pereira; TRINDADE, José Raimundo; FERNANDES, Danilo Araújo. **O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 1, jun. 2014.

PERDIGÃO, Ana K. A. V.; GAYOSO, Solange. Interpretações sobre a casa para produção de moradia. In: SANTANA, Joana V.; HOLANDA, Anna C. G.; MOURA, Aldebaran S. F (Orgs). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia.** Belém: Ed. UFPA, 2012.

SANTANA, Joana Valente. PEQUENAS CIDADES NA AMAZÔNIA: DESIGUALDADE SELETIVIDADE NO INVESTIMENTO DA INFRAESTRUTURA HABITACIONAL. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (orgs.). **A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia.** Belém: Ed. UFPA, 2012.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



PET-SAÚDE E CONTROLE SOCIAL: um relato de experiência de uma estudante de serviço social da UFPI na prática do pet-saúde interprofissionalidade no Conselho de Saúde de Teresina-PI

DALILA PEREIRA MACHADO¹

INTRODUÇÃO

Os conselhos de saúde fazem parte de uma estrutura das secretarias de saúde dos municípios, dos estados e do Governo Federal brasileiro que atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da Política de Saúde (BRASIL, 2013). Este espaço de participação e controle social na saúde em Teresina-PI, também esteve vinculada como um dos cenários de prática do Programa de Educação pelo Trabalho para a saúde PET-Saúde Interprofissionalidade/UFPI/FMS THE-PI, lançado pelo Ministério da Saúde por intermédio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), promove ações de organização e integração do ensino que envolve a graduação-serviço e comunidade nos territórios de saúde, tendo como objetivo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Por meio do relato de experiência no período que antecede a pandemia da Covid-19 no cenário de prática do Pet-Saúde vivenciada no Conselho de Saúde de Teresina, aliado à uma revisão de literatura que abrange esta temática, o objetivo deste trabalho centra-se na

¹ Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí – Departamento de Serviço social. E-mail: dalilamachado214@gmail.com

importância dos conselhos de saúde enfatizando a relevância da interprofissionalidade no processo de formação profissional *dos e nos* curso da saúde.

Palavras-chave: Controle Social. Pet-Saúde. Serviço Social.

MATERIAIS E MÉTODOS

Reconhecida como uma das 13 profissões da área de saúde por meio da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 218, de 6 de março de 1997, e da Resolução do CFESS nº 383, de 29 de março de 1999, acredita na importância dos conselhos da saúde e de demais espaços de controle social, o/a assistente social tem o compromisso de defender, entre outros princípios estabelecidos em seu Código de Ética Profissional (1993), a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis e políticos das classes trabalhadoras” (BRASIL. 2012, p.23).

Os conselhos, espaço de controle social, atuam representantes do governo, dos usuários, dos profissionais de saúde e dos prestadores de serviços que juntos, formam um colegiado, que, por meio dos conselhos de direitos, formulam, supervisionam, avaliam, controlam e propõem políticas públicas. Como cenário de prática do Pet-saúde, cabe ressaltar que cada participação no Conselho foi supervisionada por um conselheiro preceptor do programa e trabalhador do SUS. Em detrimento com a principal marco legal, a Constituição Federal do Brasil (1988), reconhece a participação social, como um dos princípios da democracia do país, e o controle social representa um dos princípios do Sistema Único de Saúde.

Segundo Correia (2006, p.127) “o conselho de Saúde é um espaço de lutas entre interesses contraditórios”, por firmar o consenso entre conflitos de interesses capitalistas ao mesmo tempo que possibilita que a sociedade civil organizada seja representada neste espaço para defenderem seus interesses em torno desta política, sendo este, um fator importante a ser considerado para o fortalecimento da participação social e política na saúde. Pela experiência no pet-saúde, participou-se como ouvinte junto com um conselheiro preceptor do programa e outros estudantes do curso da saúde da UFPI, em reuniões do conselho, eventos, conferências e capacitações realizadas na Fundação Municipal de Saúde, onde fica a sede do conselho, das quais, proporcionaram refletir sobre a participação popular na gestão pública, assim como o

trabalho em saúde, e o processo de formação profissional, que nas palavras de Almeida e outros (2019), objetiva compreender os pontos de confluência e divergência dessas duas realidades, identificando as necessidades de (re) construção do processo formativo com foco nas reais demandas de saúde da população, ponto de vista do qual, pode ser refletido tanto na política de saúde, como na formação interprofissional *dos* e *nos* cursos da saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebeu-se que a participação social mesmo presente, muitas vezes é mínima ou ausente no Conselho de Saúde de Teresina, valendo apenas de um ou dois representantes de cada segmento, além disso, apontado como espaço de não neutralidade, homogeneidade e portadoras de interesses divergentes (CORREIA, 2006 p. 128), as competências éticas e profissionais de todos os conselheiros foram observadas em reuniões e encontros e presumiu-se que existe o consenso no processo de tomadas de decisão, não interferindo no reais objetivos do Conselho. O programa Pet-Saúde Interprofissionalidade UFPI/FMS/THE-PI possibilita uma experiência única no processo de aprendizagem durante a graduação no curso de Serviço Social e demais cursos da área de saúde da UFPI, e diante da experiência vivenciada no cenário de prática representado pelo Conselho de Saúde de Teresina-PI, foi possível conhecer de perto como funciona este espaço, sua dinâmica na prática, além da sua suma importância para o progresso e transparência da política de saúde no Brasil, analisado tanto na perspectiva da saúde, como no campo social, pois essas e outras questões não são debatidos com ênfase fora dos espaços de controle social, fazendo com que a população usuária fique ausente neste processo de planejamento, execução e avaliação forma mais efetiva, e desconheça os seus direitos de participação.

As interações que aconteceram nas atividades realizadas pelo Pet-Saúde no Conselho de Saúde foram fundamentais para a compreensão da importância da participação social e na defesa de direitos ainda desconhecidos pela grande maioria da sociedade, ademais, deve-se fortalecer esses espaços e disseminar sua importância fora deles, como nos meios de comunicação. Como estudante do curso de Serviço Social, participar de algumas das reuniões do Conselho de Saúde como ouvinte, em eventos como conferências, cursos de capacitação de profissionais, entre outros, proporcionou uma aproximação e um entendimento mais

aprofundado a respeito do papel do conselho como espaço de conquista decorrente de um Estado Democrático de Direito, logo, a participação social deve ser mais presente do que ausente nos conselhos, não limitando-se somente à política de saúde, mas em demais políticas públicas pois estas são constantemente alvos de ataques que visam seu desmonte no atual contexto marcado por uma ideologia neoliberal, agravada por um governo neoconservador que está aliado à uma visão de política de extrema-direita radicalista, representado pelo atual presidente Jair Bolsonaro.

CONCLUSÕES

A educação interprofissional pretende quebrar as barreiras da formação uniprofissional, e revela um aspecto muito relevante quanto na graduação no curso de serviço social, pois a interação que acontece entre estudantes de diferentes cursos, profissionais e docentes da saúde, contribuiu significativamente para lutar em defesa do fortalecimento do Sistema Único de Saúde, pois durante as atividades do Pet-Saúde Interprofissionalidade no Conselho Municipal de Saúde de Teresina e tantos outros cenários de prática que se aproximam do SUS, é possível ir muito além do que se conhece na teoria, e por meio do trabalho coletivo dos conselheiros, da qualificação dos profissionais da rede, no atendimento centrado nos usuários, da participação social, pode-se lutar cada vez mais por um SUS melhor, e são nos espaços de controle social que o SUS é pensado, na prática é evidenciado tanto suas riquezas como fragilidades, que cada vez são colocados à prova na pandemia da covid-19 na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. G. S.; TESTON, E. F.; MEDEIROS, A. A interface entre o PET-Saúde/ Interprofissionalidade e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. **SAÚDE DEBATE**, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 1, p. 97-105, Ago., 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2019.v43nspe1/97-105/pt>>.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 10ª ed. Rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Conselhos de saúde:** a responsabilidade do controle social democrático do SUS/ Conselho Nacional de Saúde- 2. Ed. –Brasília: Ministério da saúde, 2013. 32 p.

CFESS. **Resolução nº 383, de 29 de março de 1999.** Caracteriza o assistente social como profissional da saúde.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução nº 218, de 6 de março de 1997.** Reconhece a categoria de assistentes sociais como profissionais da saúde.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



REFLEXÕES SOBRE O GERENCIALISMO E SUA INCORPORAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MARIA MARYLLYA DE BRITO CUNHA BARROS¹
TEREZA LORRANNA MOREIRA ROLIM²
TERESA CRISTINA MOURA COSTA³

INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro vem empreendendo um conjunto de contrarreformas que reduzem suas responsabilidades no campo social tanto no investimento como na implementação das políticas sociais públicas. Na gestão pública, a adoção do modelo gerencial ou gerencialismo, como modelo de gestão neoliberal (SOUSA FILHO e GURGEL, 2016) que tem como objetivo a utilização de estratégias da administração privada na gestão pública sob o argumento de uma suposta eficiência da máquina pública tem orientado a reorganização das ações e/ou a sua transferência de responsabilidades para a sociedade civil.

No que tange à implementação do SUAS, existe uma forte tendência ao estímulo às organizações privadas na oferta de serviços e programas sociais como parte da estratégia gerencialista. Cabe ressaltar a histórica vinculação entre assistência social e filantropia e seu reconhecimento e implementação tardia enquanto política pública converge para essa transferência de responsabilidades. Assim, questiona-se: de que forma o modelo gerencial

¹ Estudante do sexto período de serviço social da Universidade Federal do Piauí, voluntária do Programa de Iniciação Científica Voluntária da UFPI.

² Estudante do sexto período de serviço social da Universidade Federal do Piauí, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFPI.

³ Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí.

impacta na Política de Assistência Social e nas políticas sociais? Como se dá a incorporação dos serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais na perspectiva do gerencialismo? Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o gerencialismo e sua incorporação no Sistema Único de Assistência Social.

Palavras-chave: Serviço Social; Covid-19; Máscaras.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica na perspectiva de compreender a categoria “Gerencialismo” e suas implicações para gestão do SUAS, utilizando os autores Behring e Boschetti (2011), Dardot e Laval (2016), Souza Filho e Gurgel (2016) e Silva (2020). O aprofundamento da literatura foi necessário para compreender de que maneira o desenvolvimento capitalista impõe estratégias de gestão da administração pública em conformidade com os ideais impostos por este sistema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Contrarreforma do Estado nos anos 90 se concretizou pelo que Behring e Boschetti (2011) chamaram de trinômio do neoliberalismo que inclui a privatização manifestada pela venda das empresas públicas e reforço ao setor privado na oferta dos serviços de saúde e de previdência, a focalização das políticas sociais em públicos específicos com direcionamento dos órgãos multilaterais e a descentralização que tanto se manifestou pela desconcentração das ações para os estados e municípios e também para as organizações da sociedade civil.

Silva (2020) corrobora com essa análise ao afirmar que mesmo a descentralização tendo como foco, a redistribuição de poder entre as esferas do governo e entre Estado e organizações, na realidade, vem se efetivando como uma “transferência de responsabilidade, sem o repasse na mesma medida de autonomia e de recursos financeiros, do governo federal para os estados e principalmente para municípios” (SILVA, 2020, p. 36). Essa transferência vem se dando por meio de incentivos cada vez maiores a entidades e organizações privadas.

Nessa linha, inserem-se como ferramentas da reforma gerencial do Estado a terceirização, a privatização e a publicização, em que esta última se compreende como a transferência de responsabilidades dos serviços sociais da esfera pública para o setor público não-estatal (SOUZA FILHO e GURGEL, 2016).

O gerencialismo traz a proposição de que não existem diferenças entre a finalidade da administração da empresa privada, com aquela administração pública estatal (SOUZA FILHO e GURGEL, 2016). Dardot e Laval (2016) colocam que o gerencialismo é como um aglomerado de técnicas e mecanismos oriundos da gestão de empresas, de uma forma que em tese seria mais enxuta, inovadora, especializada, do que a administração pública burocrática.

Trata-se, ainda de acordo com os autores, da forma de gestão do Estado Neoliberal condizente com a proposta hegemônica de contrarreforma do Estado a quem está diretamente vinculada. O fundamento teórico desse modelo de gestão, está na Teoria da Escolha Pública que, propondo uma estrutura burocrática reduzida, tende a uma flexibilização das atividades do Estado para o mercado e a introdução de mecanismos de concorrência na administração pública, na medida em que uma das características gerenciais é a diminuição dos gastos públicos nas áreas sociais. Para atingir essa finalidade, a proposta administrativa se vinculava aos ideais neoliberais de não responsabilização do Estado pelas políticas sociais, transferindo-a para ações focalizadas e privatizadas com grande apelo a medidas de solidariedade social e voluntariado (SOUZA FILHO e GURGEL, 2016).

Na busca de redução de custo, ainda serão aplicadas as chamadas tecnologias gerenciais, tradicionalmente empresariais. Uma primeira proposição é “descentralização” tanto no que se refere a relação do estado com as organizações da sociedade civil quanto da esfera estatal, tendo como justificativa a maior eficiência dos gastos públicos (SOUZA FILHO, 2016).

Para Silva (2020), “nas áreas sociais o gerencialismo nos governos FHC tratou de levar à lógica e às práticas de gestão das empresas para a gestão das políticas sociais” (SILVA, 2020). O mesmo se aplica a Política de Assistência Social, que como política pública foi reconhecida com a instituição da Constituição Federal em 1988, significando um grande marco na implementação, execução e gestão da assistência social. Foi a Constituição que,

alterou legalmente o padrão de proteção social, tendo em vista que, ao incluir a política de saúde, de previdência e de assistência social, como pilares da seguridade social, estabeleceu, ao menos formalmente, um formato de proteção social mais abrangente, inclusivo e com uma orientação democrática e redistributiva (SILVA, 2020, p.35).

No entanto, nos anos 90, o alinhamento do /estado brasileiro a ideologia neoliberal tardou a sua implementação ao estimular a forte intervenção das organizações do terceiro setor na implementação das políticas sociais. A partir de 2004, essa política organiza-se através do Sistema Único de Assistência Social, mecanismo capaz de organizar e mediar os interesses das demandas sociais sem deixar de atender as necessidades e imposições do mundo capitalista. O SUAS representa um grande marco na política de assistência social, pois, foi através dele que se estabeleceu uma rede de proteção social, visando o desenvolvimento social e contrariando as investidas neoliberais se faz presente nas etapas de planejamento, execução e avaliação de programas e projetos sociais. Este sistema como um dos mecanismos da gestão da Política de Assistência Social prevê “que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais tenham como foco prioritário às famílias, seus membros e indivíduos e o que o território seja a base de organização” (SILVA, 2020, p.35).

Na prática, o que há é uma desresponsabilização do Estado no que tange a execução das políticas sociais. Silva (2020) aponta que,

No âmbito da PNAS/SUAS, apesar da descentralização corresponder, no campo normativo e legal, à redistribuição de poder entre as esferas de governo e entre Estado e organizações e espaços públicos da sociedade civil, na prática, ela vem se efetivando como uma transferência de responsabilidade, sem o repasse na mesma medida de autonomia e de recursos financeiros, do governo federal para os estados e principalmente para municípios; e do Estado para organizações e entidades privadas de assistência social (SILVA, 2020, p. 36).

Isto é, a uma transferência da responsabilidade e delegação de funções para o setor privado, que veem se expressando através dos processos de privatização e terceirização, visto que, estes pregam a primazia na contenção de gastos, buscando como princípios a efetividade e a agilidade na execução das ações.

CONCLUSÕES

A Política de Assistência Social é uma das políticas do tripé da Seguridade Social, está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que tem sofrido forte interferência do gerencialismo na gestão e implementação dos serviços e benefícios socioassistenciais. Posto isto, compreende-se que o gerencialismo altera a execução das políticas sociais, e da Política de Assistência Social, pois, ao passo que pretende atender aos interesses do

mundo capitalista e vai de encontro aos princípios universalistas e o caráter público das Políticas Sociais, que visam a integralidade dos indivíduos e prioriza os direitos como sendo universais e indivisíveis, fator que não é posto na execução do gerencialismo imposto na conjuntura neoliberal vigente.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2).

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

SILVA, R.R. Contrarreforma Do Estado, Gerencialismo E Política De Assistência Social No Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 27-42, jan./jun. 2020.

SOUZA FILHO, R. de.; GURGEL, C. **Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez, 2016. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE O ARTIGO “TEORIA DEMOCRÁTICA E DELIBERAÇÃO PÚBLICA” DE LEONARDO AVRITZER

BRENNA GALTIERREZ FORTES PESSOA¹

INTRODUÇÃO

O artigo do autor Leonardo Avritzer tem como escopo de pesquisa analisar a teoria democrática de Rousseau até os dias atuais. Teoria esta que ele afirma ter uma relação histórica circular com o conceito de deliberação. O destaque do estudo está para Habermas, Cohen, Rawls, Schumpeter e o próprio Rousseau e outros autores para entender ou contrapor a linha de raciocínio destes acerca do que pensam sobre como seria a maneira correta de se fazer a deliberação, se é por vias de Habermas e Cohen que utilizam o termo deliberação significando enquanto processo no qual um ou mais agentes avaliam as razões envolvidas em uma determinada questão. Ou a segunda de Schumpeter, Rawls e Rousseau que usam o termo tendo em vista o momento em que a tomada de decisão ocorre. Para isso, foi realizada uma leitura crítica em cima do artigo buscando correlacionar de forma clara com a realidade vigente. Com objetivo geral de mostrar o quanto a sua discussão proposta neste artigo continua atual e o específico, composto por dois: 1- realizar uma análise crítica em cima da argumentativa usada pelo autor; e 2- refletir como o seu artigo consegue ainda fazer-se presente sobre a atualidade.

Palavras-chave: Teoria Democrática. Espaços de Controle Social. Deliberação Pública.

¹ Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí- PPGPP/UFPI. E-mail: brennagaltierrez@hotmail.com

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia do artigo levou em conta à crítica as linhas teóricas usadas pelo autor trazendo um recorte histórico circular proposto pelo mesmo que muito assemelha ao método do materialismo histórico dialético de Karl Marx, e também tal qual a análise do autor, a abordagem usada aqui foi estritamente qualitativo utilizando de uma única fonte de apoio que serviu para associar a realidade vigente. Ele que dar conta de começar primeiro por Rousseau, que conforme posto acima, prefere entender a deliberação, já na tomada de decisão ou no momento decisório, na qual ele denomina de vontade geral, que é deduzida de acordo com ele a partir das quantidades de votos, e quando alguns deles não votam igual à maior parte das pessoas, apenas provará que estão equivocados, pois uma vez que aferida à vontade da maioria, a posição perdedora nada mais do que representa que um erro. Esta foi uma posição hegemônica por 200 anos, até aparecer uma concepção alternativa que tem como ideia fomentar um processo de discussão, avaliação e reavaliação dos diferentes elementos argumentativos que integram no interior do processo deliberativo e de se pensar no peso de cada proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Avritzer, diz que para que se efetive tal ideia necessitaria procurar um teórico que teorize sobre fóruns, ou seja, o local nos quais a deliberação argumentativa teria lugar em uma sociedade argumentativa. Para discutir o que seria os fóruns argumentativos, o autor buscou analisar o que ele chama de segunda tradição da teoria social, que veio para romper com o decisionismo e trabalhar com a ideia de argumentação, a tradição habermasiana. Habermas, apesar de suas variações nas elaborações conceituais, sempre teve o objetivo em suas obras de reintroduzir uma forma de debate argumentativo na análise do político, logo na primeira obra de impacto escrita por ele, *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*, nela o sociólogo alemão demonstrou uma clara preocupação com a formação de uma esfera para argumentação.

Habermas defende “a paridade sob a qual a autoridade do melhor argumento pode prevalecer contra a hierarquia social e no final se tornar vitoriosa” (AVRITZER, 2000, p.36), tal colocação significa uma ruptura de Habermas com as formulações de Rousseau acerca da deliberação. Ou seja, para o sociólogo o melhor é que se faça um debate racional entre os indivíduos até chegar a uma conclusão política que os satisfaçam, em que ele intitula de princípio

D. Para, além disso, no seu livro *Entre Fatos e Normas*, conforme o autor Habermas solicita que a opinião pública dos indivíduos mantenha-se na informalidade, nesta obra ainda não se encontram uma instituição ou local para que se aloquem este debate argumentativo.

Cohen toma-se esta falta para si, e transforma o processo de discussão argumentativa proposto por Rawls (que ao longo de suas obras mudou a sua ideia sobre processo de deliberação como mostrado no artigo) e Habermas em um processo de deliberação institucional juntamente com Bohman no sentido de saber se é possível pensar em um processo público de institucionalização da democracia deliberativa. Com isso, Avritzer faz a seguinte pergunta: qual seria a forma e quais seriam os locais de institucionalização da deliberação pública? Aqui, o próprio autor sugere a resposta, ao dizer que a seu ver o local da democracia deliberativa deve ser mesmo os fóruns entre Estado e a sociedade, que já tem surgido em países, como o caso do Brasil, dos Estados Unidos e da Índia, por exemplos.

No caso brasileiro, o autor diz que seriam os conselhos e orçamentos participativos que são exemplos de controle social, na Índia, os *Panchaiats* e no caso dos Estados Unidos, os arranjos deliberativos que articulam as políticas ambientais. De acordo com o autor, todos eles partilham três características centrais para que a argumentação ocorra que são: a primeira implica na cessão de um espaço decisório por parte do Estado; o segundo é como eles tratam a informação detidas pelos atores sociais, pois a depender do âmbito precisa de cuidado (se é informação relevante para deliberação do governo ou tornada pública); e o terceiro é a possibilidade de testar múltiplas experiências e partilhar os resultados, na qual se deve prevalecer a diversidade, e não a unidade.

CONCLUSÕES

O artigo defende a importância do arranjo deliberativo argumentativo, isso é percebido à medida que o próprio autor conduz para que tal resolução da problemática acerca da melhor suposição deliberativa termine ser, por fim, a forma argumentativa, sustentada por debates entre indivíduos que são plurais de interesses valorativos nos mais diversos âmbitos, e que devem ser respeitados, bem como demonstra o interesse que se tenha um lugar para isso, a fim de estabelecer um consenso de ideias entre Sociedade e o Estado, na qual Avritzer na falta de teórico que diga isso, ele mesmo o diz.

Sendo interessante quando ao final ele trata da existência desse lugar no século atual, pois o autor é um contemporâneo, que teve seu texto publicado no ano 2000, talvez nem longe fosse supor que teríamos uma regressão, visto que o governo atual do presidente Bolsonaro extinguiu pelo menos 35 conselhos, além de colegiados e outras instâncias participativas no Brasil, reduzindo assim o fazer democrático por este viés. Então, neste sentido, pode-se perceber o quanto regredimos no âmbito pluralismo cultural enquanto fator interativo, na qual se volta aos conceitos anti-argumentativos no tempo agora vigente.

Esta produção de conhecimento científico faz-se nos refletir que certos ditos de hoje, como a frase do ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni que diz que “havia uma visão completamente distorcida do que é a representação e participação social da população. Os conselhos tiveram como gênese a visão dos governos anteriores” (MATHIAS, 2019), tratando os indivíduos como não racionais, o que se aproxima muito da teoria democrática suposta por autores anti-argumentativas como Schumpeter ao corroborar com Weber com a rejeição das formas públicas de discussão e argumentação. A diferença entre eles é que ao invés de delegar o processo de decisão à administração que fomenta um Estado burocrático, Schumpeter atribui o poder de decidir ao processo de escolha de governantes, pois em sua opinião os homens comuns na política não têm capacidade argumentativa para além do voto de escolha de governantes, devido aos meios de comunicação de massa, que os corrompem em termo de raciocínio argumentativo. Desse modo, o papel argumentativo na formação da vontade geral não seria nada mais do que uma ficção, este modo de pensar de Schumpeter é baseada na teoria da sociedade de massa, como descrever Avritzer no seu texto.

Nesta perspectiva, a deliberação democrática voltaria ser reduziria unicamente à escolha de representantes através do voto. Desse modo, a produção científica é muito importante para a sociedade, pois é partir dela que conseguimos pensar sobre mudanças da realidade posta, bem como desafiar os paradigmas cristalizados e rememorar fatos passados a fim de ter uma visão crítica quando estes voltam à vigência. Para, poder se armar contra a volta da obscuridade de certas ideias, que se pensavam já estarem distantes. Pois, como diz o escritor português José Saramago “Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos e sem responsabilidade, talvez, não devamos existir”.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, São Paulo, n. 50, p. 25-46, 2000.

MATHIAS, Maíra. Adeus, participação social. **Outraspalavras.net**, São Paulo-SP, 2019.
Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/adeus-participacao-social/>. Acesso em: 27 de set. de 2020.



EIXO

5

DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DESIGUALDADES SOCIAIS

Cultura, Sociedade, Identidades, Questões de Gênero, raça, Etnia e Geração, Questões Agrária, Urbana e Ambiental

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A INCLUSÃO DO CONTEÚDO SOBRE QUESTÃO ÉTNICO RACIAL, DE GÊNERO E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A ABEPSS: um levantamento documental

MAGALI DA SILVA ALMEIDA¹
LULIANE SILVA DOS SANTOS²
MILENA KELLY SILVA LIMA³

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados parciais de duas pesquisas em curso sobre direitos sexuais e reprodutivos, com recorte étnico-racial, de gênero e sexualidade. Os planos de trabalho relativos a esta proposta são intitulados “Levantamento bibliográfico e documental no campo da saúde da população negra com ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos” e “Levantamento bibliográfico e documental em direitos sexuais e reprodutivos: raça, gênero e sexualidade”, que fazem parte do Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Racialidade e Interseccionalidade (ORI) e são orientados pela Professora Doutora Magali da Silva Almeida, docente do curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordenadora do ORI.

¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia. E-mail: magali.almeida@ufba.br

² Bacharelada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista de iniciação científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. E-mail: lulianesantos15@gmail.com

³ Bacharelada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista de iniciação científica pela Universidade Federal da Bahia no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. E-mail: ly.kelly@hotmail.com

O Código de Ética da (o) Assistente Social, de 1993, instrumento orientador da atuação profissional, indica, dentre outros princípios fundamentais

- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminada (o), nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, 2012, p. 23-24).

A atuação do Serviço Social acontece nas relações de produção e reprodução da vida social em uma sociedade em que o racismo, a desigualdade social, o sexismo, a lgbtfobia, dentre outras opressões correlatas, são estruturais na formação social e no pensamento conservador hegemônico no modo de produção capitalista. É imprescindível que estas temáticas estejam incluídas na formação e no exercício profissionais das (os) Assistentes Sociais.

As diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, de 1996, adotadas pelas entidades representativas da categoria como norte ao projeto profissional, orientam a construção do currículo de curso de Serviço Social a partir de uma lógica de integralidade e o divide em três Núcleos de Fundamentação: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que devem ser contextualizados historicamente. No segundo núcleo, de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, é indicado investigar a constituição econômica, social, cultural e política da sociedade brasileira com o estudo voltado à

Apreensão a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social etc. (ABEPSS, 1996, p. 11)

Da mesma maneira que orienta a inclusão da temática de “relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários” (ABEPSS, 1996, p. 17) na matéria básica “Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais”.

Nesta primeira fase, foi realizado o levantamento documental das principais deliberações em Congressos e Encontros de Pesquisadoras/es em Serviço Social a fim de analisar a inclusão

do conteúdo referente à questão étnico-racial, de gênero e sexualidade na formação profissional no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A ABEPSS é a entidade acadêmico-científica, criada em 1946, que orienta e articula o projeto de formação profissional em Serviço Social nos campos da graduação e da pós-graduação associado ao tripé ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 2017, p. 1).

Palavras-chave: Questão Étnico-Racial. Questão de Gênero. Formação Profissional em Serviço Social.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, uma vez que objetiva compreender fenômenos que envolvem as relações sociais, ou seja, no campo dos significados (MINAYO, 2002, p. 22). Dentre os caminhos metodológicos possíveis à produção desta pesquisa, os escolhidos foram a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. No primeiro período da pesquisa, priorizamos a pesquisa documental, por ser aquela que examina diversas fontes documentais, que ainda não sofreram tratamento analítico ou que podem ser reexaminadas para compreender as suas significações. (GODOY, 1995, p. 21).

Para levantar as principais deliberações acerca da inclusão do debate relativo à questão étnico-racial, de gênero e sexualidade na formação profissional, a fonte de dados escolhida foi o site da ABEPSS (www.abeps.org.br), em que buscamos documentos com as principais deliberações do Encontro Nacional de Pesquisadoras (es) em Serviço Social (ENPESS), com prioridade à Assembleia da ABEPSS realizada ao final de cada encontro, e das Oficinas Nacionais e Regionais de Graduação e Pós-Graduação da ABEPSS, no período de 2000 a 2020, por corresponder a um período de formulação de agenda de lutas e políticas pelos movimentos sociais a partir das lutas sociais e da ascensão de um governo de base popular, entre outros fatores, com destaque às deliberações a partir do ano de 2010, em que foi criado o Grupo de Trabalho e Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades (GTP Opressões).

Por não encontrarmos no site um repositório com as principais deliberações da entidade, este primeiro levantamento restringiu-se à aba de notícias no site da ABEPSS

(www.abepss.org.br/noticias.html), através da busca com os descritores: Antirracismo, Diretrizes Curriculares, Diversidade Sexual, Educação para as Relações Raciais, Feminismo, Indígena, Machismo, Misoginia, Mulher, Negra, Negro, Patriarcal, População Indígena, População Negra, Questão de Gênero, Questão Étnico-Racial, Raça, Racismo, Reforma Curricular, Relações de Gênero, Relações Raciais, Transversalidade e Sexismo. Elaboramos um instrumento de coleta de dados intitulado “Levantamento das deliberações da ABEPSS - 2000/2020: questão étnico-racial e de gênero (gênero, diversidade e sexualidade) na formação em serviço social”, que foi preenchido com os campos Descritor, Fonte, Evento, Data da Notícia, Link da Notícia, Local e Data do Evento, Conteúdo e Observação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram identificadas cinco (5) notícias com os descritores buscados na pesquisa no site da ABEPSS. Nestas foram citadas cinco (5) deliberações e uma (1) orientação, sendo duas (2) deliberações e uma (1) orientação sobre Questão Étnico-racial; uma (1) deliberação sobre Questão de Gênero e duas (2) deliberações interseccionais contendo ambas as questões, são elas:

1) Aprovada, por unanimidade, a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração, em 2014, na Assembleia da ABEPSS, realizada no XIV ENPESS;

2) Aprovado um documento que orienta todas as IES a incluírem o debate sobre a exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades na formação profissional das/os assistentes sociais, em 2015, na Oficina Nacional da ABEPSS;

3) Posição favorável às políticas afirmativas, em 2010, no Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS; Incorporação da temática de gênero, raça/etnia e sexualidades na formação profissional do Serviço Social, em 2014, no ENPESS; Criação da Comissão de Trabalho sobre Cotas articulada ao GTP que trata da questão e Orientação à aprovação de cotas nos cursos de mestrado e doutorado, ambas em 2017, no âmbito da ABEPSS;

4) Lançamento dos Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social, em 2018, na ABEPSS;

5) Inclusão de temáticas feministas no currículo das graduações, em 2014, no ENPESS.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq e à UFBA pela concessão das bolsas de iniciação científica indispensáveis à realização desta importante pesquisa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Vitória, 2017. 29 p. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/arquivo_201903221439271525620.pdf. Acesso em: 9 mai. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. 27 p. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 8 mai. 2021.

BRASIL. **Código de Ética da (o) Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2015/10/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-10-ed..pdf>. Acesso em: 9 mai. 2021.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. n. 3. v. 35. mai. jun. 1995 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 8. mai. 2021.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A LEI MARIA DA PENHA E OS HOMENS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

GIOVANNA DE ABREU ARAÚJO¹
MARIANA CAVALCANTI BRAZ BERGER²

INTRODUÇÃO

A Lei Maria da Penha inovou na proteção legal de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e, desde 2006, ano de sua criação, programas de proteção e acolhimento às mulheres foram criados e ampliados e a Lei tornou-se marco de direitos femininos na sociedade brasileira, além de contribuir para a expansão da ideia de que a violência doméstica e familiar não deve ser tolerada.

Entretanto, relações violentas não são unilaterais, e por esta razão a atenção somente às vítimas de violência doméstica e familiar e o tratamento unicamente punitivo aos agressores talvez não abarque a complexidade da questão.

Além disso, ao considerarmos que somos socializados(as) em uma estrutura patriarcal que afeta negativamente homens e mulheres, mesmo que de formas diferentes, torna-se necessário considerar meios de intervenção junto aos autores de violência na tentativa de rompimento da reprodução de comportamentos machistas dominantes. É a partir de Bourdieu (2019), que torna-se possível discutir como os homens, ao ocuparem espaços sociais repletos de privilégios, não percebem a forma negativa pela qual também são atravessados por construções sociais do modelo patriarcal.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão.

² Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão e Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão.

O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade (BOURDIEU, 2019, p. 88).

Ao conceber a importância destas questões, a Lei Maria da Penha estabeleceu uma dimensão pedagógica que, entre outras indicações, expõe sobre reeducação e acompanhamento psicossocial de autores de violência. São os artigos 35 e 45 da Lei que conformam esta forma de atuação, e mais recentemente o artigo 22, através da Lei 13.984/2020³. Estes três artigos preveem a promoção e a criação de programas e campanhas de enfrentamento à violência doméstica e familiar e de centros de educação e de recuperação para agressores.

Tais artigos possibilitam um entendimento de que a atuação com autores de violência se faz necessária, assim como o acompanhamento das vítimas, mas as razões pelas quais este tipo de trabalho é indicado ainda não são de conhecimento popular. O caminho da pesquisa a respeito desta forma de atuação suscitou questionamentos como: Quais metodologias são utilizadas? Existem diretrizes que regem este tipo de trabalho?

Dessa forma, este trabalho acadêmico teve como objetivo geral analisar a dimensão pedagógica da Lei Maria da Penha por meio da experiência do Grupo Reflexivo Para Homens Autores de Violência da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (VEVDFM) de São Luís, capital do estado do Maranhão. E como objetivos específicos discutir a eficiência da Lei Maria da Penha para além da dimensão punitiva; abordar a prevenção e conscientização das formas de violência perpetradas contra a mulher, através, principalmente, de programas de reflexão para homens autores de violência.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Violência; Lei Maria da Penha.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho acadêmico foi embasado no método de análise crítica da realidade social. Enquanto técnicas de pesquisa que compõem a metodologia adotada foi realizada

³ Em 03 de abril de 2020, foi promulgada a Lei número 13.984, que complementa o artigo 22 da Lei 11.340/06, determinando que mediante o estabelecimento de Medidas Protetivas de Urgência, o agressor deverá comparecer a programas de recuperação e reeducação e receber acompanhamento psicossocial por meio de atendimento individual e/ou em grupo.

pesquisa bibliográfica, e pesquisa documental, por meio de levantamento de Leis, estatísticas, diretrizes nacionais, além de documentos e instrumentais da VEVDFM de São Luís. A pesquisa de campo foi possibilitada pela experiência de estágio na 1ª VEVDFM que ocorreu entre 2019 a 2020, com acompanhamento e registro de 14 entrevistas, no período de setembro a outubro de 2019, de homens que respondem a processos por violência doméstica e familiar e pela observação participante no Grupo Reflexivo de Gênero realizado pela Equipe Multidisciplinar da 1ª VEVDFM.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compreendemos que a socialização permeada pelo machismo e pelas discriminações de gênero impõe prejuízos às mulheres e aos homens que os vivenciam de maneiras diferentes, sendo as mulheres mais afetadas, vez que os papéis femininos socialmente construídos são de submissão e resignação aos desígnios do poder masculino. Os homens interiorizam tal poder, o assumem na forma de controle de comportamentos e corpos femininos e de que devem cumprir também com os papéis de virilidade⁴ socialmente esperados. Desempenham tais atos muitas vezes sem que percebam como estão limitados às representações sociais que objetivam comprovar a suposta superioridade masculina e que, tolhem sua individualidade e lesam tanto a eles como aqueles com quem relacionam-se, principalmente as mulheres.

As reflexões sobre a Lei Maria da Penha a partir da experiência de estágio, a escuta constante, assim como entrevistas com homens em situação de violência demonstraram uma heterogeneidade no grupo dos que respondem aos processos pela prática de violência doméstica e familiar. Não existem denominadores comuns a respeito de classe e renda, por exemplo, fatores comuns a estes homens são a falta de conhecimento a respeito de formas de violência, já que a maioria deles compreendem por violência apenas agressões físicas.

Outro elemento que merece destaque é a compreensão destes homens de que a violência cometida no ambiente privado não é merecedora de atenção, principalmente, por não conceberem as formas como a violência atravessa suas relações, mas também por manterem uma vida pública considerada idônea.

⁴ Virilidade, definida por Bourdieu (2019, p. 88), como “capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate ao exercício da violência [...]”

Constatamos que 86% dos homens entrevistados entre setembro e outubro de 2019 não possuem antecedentes criminais, entretanto, 34% deste grupo têm pelo menos uma Medida Protetiva de Urgência (MPU) em seu desfavor e/ou respondem ao não cumprimento de Medidas, vale lembrar que MPUs são consideradas fases pré-processuais e não contam como antecedentes.

Ao compreender-se como sujeitos de bem e trabalhadores, esses homens também assumem o controle do lar e de mulheres com quem relacionam-se sem perceberem que esta organização é fruto de um sistema de dominação ao qual eles também estão submetidos.

Ressaltamos que a falta de conhecimento sobre a prática de uma violência não deixa de configurá-la como violência, nem deve anular o seu enquadramento como crime, porém, apresentar aos homens conceitos de violência na tentativa de constituir informação sobre seus atos tem a possibilidade de reduzir a reprodução de comportamentos violentos.

A pesquisa torna-se relevante ao discutir a atuação junto a homens autores de violência, indicando a importância da dimensão pedagógica da Lei voltada a este grupo e da possibilidade de transformação social destes sujeitos, tendo como objetivo a prevenção e o rompimento de ciclos de violência contra a mulher.

Importa destacar que tal pesquisa possui o limite de não discutir outras experiências semelhantes pelo país, o que teria o potencial de ampliar a discussão a respeito das formas de execução da dimensão pedagógica da Lei Maria da Penha. Entretanto, contribui positivamente ao apresentar e discutir a experiência do Grupo Reflexivo da 1ª VEVDPM da capital do Maranhão, construindo caminhos para seu reconhecimento e para que outros estudos sejam desenvolvidos.

CONCLUSÕES

Entendemos que a atividade socioeducativa pode ter um alcance social significativo, uma vez que estes homens refletirão o que vivenciam, podendo ser reflexo de um ambiente que expande sua noção a respeito de identidades sociais e da reprodução de comportamentos socialmente esperados, ou reflexos do ambiente hostil do cárcere, que tende a expandir a reprodução da violência. É necessário destacar que este tipo de trabalho não visa à anulação da punição legal, porém, entendemos que para mudanças reais de comportamentos violentos sejam possibilitadas as construções sociais, históricas e culturais devem ser consideradas.

Compreendemos que a dimensão pedagógica da Lei Maria da Penha é uma das ferramentas capazes de auxiliar a modificação da realidade social violenta que permeia as relações domésticas e familiares, tendo também o potencial de contribuir nas relações sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 11.340, de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 09 de setembro de 2019.

_____. **Lei nº 13.984, de 03 de abril de 2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13984.htm#art2. Acesso em: 15 nov. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**/ Pierre Boudieu; tradução Maria Helena Kuhner - 16ª ed - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A RENOVAÇÃO DA LEI DE COTAS COMO FATOR PRIMORDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

KAIO FELIPE DOS SANTOS ¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho vem lançar foco a um tema que ainda não ganhou o holofote necessário, mas que é de extrema importância pelo fato de estar bem próximo o ano de 2022, ano que a Lei 12.711 (Lei de cotas) sancionada em 29 de agosto de 2012 pela então Presidente da República Dilma Rousseff completa 10 anos, e de acordo com o seu Art.7^{o2} deve ser revisada e for necessário mantida e renovada.

Mister é a ponderação que deve ser feita ao restringir o âmbito analítico deste trabalho aos dados referentes à frequência líquida no ensino superior dos grupos destinatários desta ação afirmativa, deixando de lado momentaneamente a análise histórica e de definição dos beneficiários desta política de reserva de vagas e outros assuntos pertinentes a matéria, que serão abordadas em um artigo futuramente.

Destaca-se como desdobramento correlato a questão do desenvolvimento econômico que esta discriminação positiva se reveste, por se tratar de política pública estatal afim de atingir o que a carta magna da república prever como objetivos fundamentas, e dentre eles está a

¹ Estudante de graduação do curso de bacharelado em direito na Universidade Federal do Piauí

² Lei N° 12.711, “Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016)”

redução das desigualdades sociais e a promoção de uma sociedade sem preconceitos quaisquer que sejam.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Democratização do ensino. Desenvolvimento econômico

MATERIAIS E MÉTODOS

O referido estudo busca por meios de resultados estatísticos acerca dos efeitos das ações afirmativas, com foco especial na reserva de vagas para pretos e pardos, utilizando dados provenientes da síntese de indicadores sociais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além de leituras complementares para proceder com a análise satisfatória do problema, com uma pesquisa mista para melhor compreender os desafios e desdobramentos desse caso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

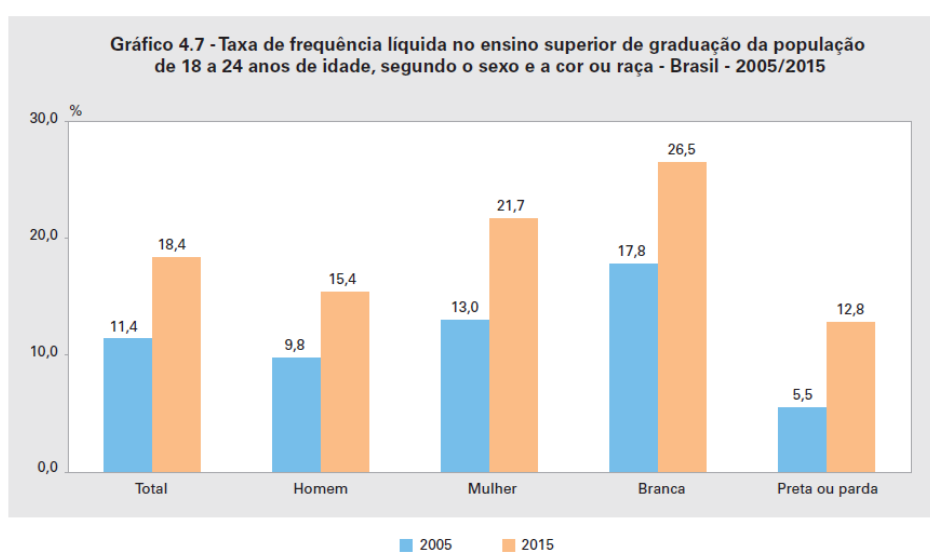
O Estado brasileiro foi formado tendo como base a mão de obra escrava e sendo o último país das américas a extinguir esse tipo de exploração da força de trabalho, e com a abolição o grupo que deveria receber uma assistência do aparelho estatal viu-se esquecida, a população negra recém libertada dos abusos inerentes da escravização deparou-se agora com a omissão do Estado no que concerne a tutela e ao pleno desenvolvimento.

Os anos pós-abolição foram marcados pelo enorme incentivo a mão de obra assalariada imigrante, além da estratégia de embranquecimento da população, tentativa de supressão da identidade com a criminalização de manifestações culturais genuinamente negras, sem falar da falta de moradia que fez nascer as primeiras favelas do Brasil.

Ao perceber essas discriminações negativas como uma marca do Estado brasileiro, percebeu-se a necessidade de proceder com uma discriminação positiva que o eminente professor Silvio Luiz de Almeida define como: “a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa” (ALMEIDA,2019), desta forma sancionando a Lei 12.711 em agosto de 2012 a lei de cotas.

Com esta lei as instituições federais de ensino estavam obrigadas a reservar vagas para os grupos beneficiados por este corpo normativo estatal, na qual em seu Art.3º prevê que as vagas serão preenchidas por candidatos autodeclarados pretos e pardos além de abarcar outros grupos, e dava um prazo de 4 anos para as instituições cumprirem integralmente o que estava prescrito no referido corpo normativo.

Ao possibilitar esta reserva de vagas para os candidatos autodeclarados pretos e pardos, tinha como escopo a diminuição das desigualdades raciais no ingresso e frequência no ensino superior destes grupos étnicos, como explicitado em sua síntese de indicadores sociais do IBGE do ano de 2016, que ao expor um gráfico comparativo dos anos de 2005 e 2015 demonstrou a diferença entre as raças no tange a frequência líquida no ensino superior, conforme gráfico abaixo:



Perceptível a diferença entre os anos e o impacto que a lei de cotas já desempenhava, no entanto, mesmo com o aumento da presença de pretos ou pardos no ensino superior no Brasil, a taxa de crescimento ainda não era satisfatória.³ Passaram-se os anos e os dados da frequência líquida não tiveram uma evolução satisfatória, em dados dos indicadores sociais de 2020, com o recorte temporal de 2019, mostrou um aumento da desigualdade racial no ensino superior, representando 35,7% dos brancos com faixa etária de 18 a 24 anos no ensino superior, enquanto

³ “Esse percentual representa um crescimento significativo em relação a 2005 (7,3% pontos percentuais), mas ainda ficou abaixo do percentual alcançado pelos jovens estudantes brancos 10 anos antes (17,8%)”. (IBGE, 2016)

na mesma idade os pretos ou pardos correspondiam 18,9% da frequência líquida no ensino superior, demonstrando um crescimento da desigualdade em comparação aos dados da síntese de 2016.

Ao discutirmos a frequência líquida e o ingresso da população preta ou parda no ensino superior é necessário levar em consideração também outros aspectos para chegarmos em algum lugar, é de conhecimento público que os pretos e pardos são os que mais sofrem com a pobreza, e o nível de instrução se mostra como o meio mais efetivo que a população pobre detém para ascender socialmente, com consequências geracionais futuras, na medida em que um pai ou uma mãe que ao concluir uma graduação aumenta consideravelmente a chance de seus descendentes de concluir todos os níveis educacionais, elevando consideravelmente a chance de não terem uma vida pobre, como a vida que seu ascendente pôde vivenciar.

O desenvolvimento social e econômico é o grande objetivo dos Estados nacionais, têm na educação e no melhoramento das condições de vida de seus cidadãos um grande passo para alcançar esse posto de Estado desenvolvido, e o Brasil por muito tempo ignorou o racismo e seus efeitos no cenário econômico-social do país, o acesso a lugares antes renegados a população negra e parda é um efeito imediato desta política de reservas de vagas.

A lei de cotas é uma medida de caráter transitório, com escopo na democratização do ensino e do nível de instrução, para assim conseguir diminuir os efeitos da discriminação negativa no nosso país, que por muito tempo tentou atenuar esses efeitos como estratégia para a manutenção de privilégios.

CONCLUSÕES

O ano de 2021 é a véspera do aniversário de 10 anos da Lei 12.711, e sua revisão e renovação é algo essencial para o Brasil ainda enxergar como possível a obtenção do tão almejado status de Estado desenvolvido, o cenário que se mostra eminente para o ano de 2022 é de despertar uma grande preocupação, o crescimento da ideologia de extrema-direita é algo nocivo para a manutenção desta política afirmativa que é fundamental para o Brasil.

A Lei de cotas não atingiu o seu objetivo, com uma desigualdade racial no ensino superior ainda muito alta, sendo imprescindível sua manutenção. O objetivo não é ser perpetua, mas sim efetiva, e essa efetividade ainda não pôde ser constatada, desta maneira não é saudável para um

país alimentar um ambiente belicoso acerca das discussões sobre as ações afirmativas, em 2022 este contexto deve ser combatido e colocar a manutenção da lei de cotas como prioridade, para ainda ser possível sonhar com um Brasil desenvolvido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019

IBGE: “A Síntese dos Indicadores Sociais 2016 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira”. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298965>>. Acesso em: 2021

IBGE: “A Síntese dos Indicadores Sociais 2020 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira”. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em: 2021

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, [2012]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acessado em: 2021.



AS LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO ÀS MÃES TRABALHADORAS: uma análise sobre sua efetividade no nordeste brasileiro

POLIANA DE OLIVEIRA CARVALHO¹
JOZEYANA DE SOUSA CARVALHO²
MARIA GUILMARA VERAS PEDROSA³

INTRODUÇÃO

A maternidade é um desafio para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, haja vista a atribuição desigual de responsabilidades dos pais para com os filhos, em que a mãe, quase sempre, é responsável pela maior parte dos cuidados. Visando entender melhor a relação entre as novas legislações a respeito da relação maternidade e mercado de trabalho, esta pesquisa teve como tema delimitado as legislações de proteção às mães trabalhadoras no Brasil, analisando os fatores que contribuem para a efetivação ou não dos direitos das trabalhadoras que são mães.

A importância de pesquisar essa temática está na maior inserção da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas, fator que influencia nas relações sociais e na maternidade e que acarretou desafios como dupla jornada, necessidade de políticas públicas que supram as novas necessidades e, é claro, leis para regulamentar as relações trabalhistas de mulheres que têm filhos. Segundo Ribeiro (2017), o fato da licença maternidade ser maior que a paternidade reforça o papel social da mulher como cuidadora e do homem como provedor, pois nesta configuração

¹ Doutoranda em Políticas Públicas –UFPI. Mestrado em Políticas Públicas –UFPI. Graduação em Serviço Social – UFPI. E-mail: polianacarvalho10@hotmail.com

² Graduanda em Serviço Social –CHRISFAPI. E-mail: jozeyana.sousa@gmail.com.

³ Graduanda em Serviço Social –CHRISFAPI. E-mail: guilpedrosa7@gmail.com.

é mostrado que há desigualdade de gênero e uma tendência a uma divisão sexual do trabalho em que se associa o feminino ao espaço privado. Defendendo ainda que quanto uma menor associação de mulheres à cuidados, mais elas tendem a participar do âmbito público, porém isso não garante que estejam livres do peso da dupla jornada.

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a efetividade das legislações voltadas para trabalhadoras que são mães no nordeste brasileiro; e como objetivos específicos debater sobre o impacto dessas legislações na vida de mães trabalhadoras, identificar como a criação de leis assegurando direitos a respeito da maternidade contribuiu para a entrada de mulheres no mercado de trabalho e fazer o mapeamento das legislações voltadas para mães no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mulher. Mercado de trabalho. Nordeste.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa, sendo de natureza básica. Quanto aos objetivos é classificada como explicativa e quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 71), pesquisa bibliográfica é considerada uma pesquisa de fonte secundária, pois não se buscou a informação direto das pessoas, mas informações escritas por terceiros. Nesse tipo de pesquisa se tem acesso a muitas fontes de documentos, pois, mesmo que os trabalhos científicos sobre aquele tema sejam escassos, o pesquisador pode buscar em livros, revistas, materiais audiovisuais, dentre outros. Acrescentando ainda que não consiste apenas em uma repetição da literatura, mas em uma nova visão que pode comparar, trazer novas ideias e novas soluções.

O presente estudo foi realizado com base em materiais disponíveis na internet, como artigos científicos publicados nas plataformas de pesquisa SCIELO e Google acadêmico. Além de livros e pesquisas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); utilizando-se também de leis, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Constituição Federal de 1988 como fundamentação teórica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O IBGE, divulgou em 2018 que havia uma diferença de 80% entre o tempo que as mulheres nordestinas e os homens nordestinos gastam com o cuidado a outras pessoas (sem especificar se dos filhos, idosos ou pessoas portadoras de deficiência da família) e com afazeres domésticos, sendo que elas gastam cerca dezoito horas diárias, ao passo que eles gastam cerca de dez horas e meia. Salientando que por esta razão o público feminino busca empregos que deem maior flexibilidade, com cargas horárias menores (de cerca de 30 horas semanais), revelando também que há quase o dobro de mulheres trabalhando nessas condições quando comparado ao número de homens (PERETE, 2019, p. 01). Essa dupla jornada é uma das causas pelas quais há mulheres que preferem não entrar no mercado de trabalho, limitando-se aos afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, o trabalho invisível (SILVA; LORETO; BIFANO, 2017).

Outra questão é a falta de creches e escolas primárias na região Nordeste, que é formada por 1793 municípios, supondo que cada município tivesse duas escolas (uma para atender a zona rural e outra para atender a zona urbana) seriam necessárias 3586 escolas, mas só há 462, representando quase 13% do necessário (466,18), de forma que praticamente 87% da população de crianças de 0 a 3 anos não são atendidas por essas escolas (BRASIL, 2012).

Sendo o Nordeste a região com a maior proporção de pessoas pobres no Brasil (ARAÚJO; FLORES, 2017, p. 01), existe a necessidade de uma maioria das mulheres trabalharem, porém são essas mesmas mulheres as que mais gastam tempo cuidando de outras pessoas e da casa, o que representa um entrave para sua entrada no mercado de trabalho.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em seu artigo 54, inciso IV, assegura o direito a creche e pré-escolas até os cinco anos de idade (já alterado pela lei 13.306/16), também citado na Constituição Federal de 1988. Dessa forma, é um direito da mãe e da criança. Porém, a falta dessas instituições se torna um empecilho para a entrada das mães dessas crianças no mercado de trabalho.

Porém esse não é um fenômeno novo, já nas primeiras décadas do século XX havia uma preocupação com a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a maternidade, destaca-se o trecho “a independência econômica daria às mulheres uma situação de liberdade que [...] as faria querer limitar, senão eliminar o número de filhos”, na época já era sabido que o mercado de trabalho representava a emancipação feminina, sendo assim se indaga se parte do ideário de

maternidade foi construído com vistas a impedir essa emancipação desse grupo em um projeto de sociedade que se pretendia (e se pretende) manter patriarcal (NICOLETE; ALMEIDA, 2017, p. 01).

CONCLUSÕES

No presente trabalho se buscou entender melhor a relação maternidade-trabalho, concluindo-se que esta não necessariamente deve ser uma relação contraditória e que ambas as categorias fazem parte da vida da mulher atual. A maternidade representa uma nova responsabilidade na vida da mulher, todavia, isso não significa que uma mãe será menos produtiva no ambiente laboral; mas sim uma mudança rumo ao empoderamento feminino e nas relações sociais que circundam esse cenário.

Logo, mostrou-se necessário a ampliação de políticas de inclusão da mulher no mercado de trabalho formal e de meios para isso, como creches gratuitas, aumento da licença maternidade e também paternidade, para que ambos os genitores cuidem do recém-nascido. Ademais, também há uma necessidade de mudança numa cultura que responsabiliza a mulher pelos cuidados domésticos e dos filhos, produzindo uma dupla (senão tripla) jornada de trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V., FLORE, P. Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. V. 25, n. 63, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782017000300159&script=sci_arttext&tIng=pt. Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. Ministério da educação. **Mapeamento e análise das realidades investigadas na região nordeste**. Pesquisa nacional e caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural – 2012. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Região Nordeste. Volume 2. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14489-relatorio-3-volume-2-nordeste-pdf&category_slug=outubro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 out. 2020.

MARCONI, M. de A., LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. Revista Ampliada. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/33781900/Marconi-Lakatos_Tecnicas_de_Pesquisa. Acesso em: 30 out. 2020.

NICOTELE, J. N., ALMEIDA, J. S de. Professoras e rainhas do lar: o protagonismo feminino na imprensa periódica (1902-1940). **Educar em Revista**. São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602017000600203&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 28 out. 2020.

PERET, E. Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem. **Estatísticas sociais**. Agência de notícias IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>. Acesso em: 27 out. 2020.

RIBEIRO, I. L. **Licenças maternidade e paternidade**: um estudo comparativo entre o Brasil e a Suécia, Brasília, 2018. Disponível em: https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/20909/1/2018_IsabelaLaraRibeiro_tcc.pdf. Acesso em: 25 out. 2020.

SILVA, D. F da., LORETO, M das D. S de., BIFANO, A. C. S. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 17, n 32 p. 409-438, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Amelia_Bifano/publication/318436614_Ensaio_da_historia_do_trabalho_domestico_no_Brasil_um_trabalho_invisivel/links/5e148a37299bf10bc397a7f7/Ensaio-da-historia-do-trabalho-domestico-no-Brasil-um-trabalho-invisivel.pdf. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 out. 2020.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



DESIGUALDADES RACIAIS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

WENDELL GOMES DA ROCHA¹
THAINÁ OLIVEIRA SANTANA²
FRANCISCO EDUARDO DE OLIVEIRA CUNHA³

INTRODUÇÃO

Os explícitos estragos socioeconômicos já provocados pela pandemia da Covid-19, em escala global, escancara a incapacidade (eternamente negada) do capitalismo, sobretudo em suas facetas neoliberais, em oferecer à humanidade condições mínimas e dignas de sobrevivência. Ademais, a pandemia nos traz a dolorosa evidência da desigualdade inerente à sociedade do capital.

Ao olhar especificamente para a população negra de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil, o acesso ao mercado de trabalho, embora ainda experimente a discriminação e desigualdade racial que lhe são iminentes, é também pressuposto para enfrentar uma realidade de pobreza e de privações que historicamente foram impostas à população negra. Portanto, adentrar na investigação do acesso e representação dos seres humanos negros no mercado de trabalho brasileiro, é desafiador e nos permite evidenciar e/ou qualificar o padrão de inserção

¹ Graduando do Curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Piauí – UFPI.
E-mail: wendellgomesrocha@gmail.com

² Graduanda do Curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Piauí – UFPI
E-mail: thaisantanax@gmail.com

³ Professor e Pesquisador do Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Piauí – UFPI
E-mail: eduoliveira@ufpi.edu.br

dessa população, na sua dimensão socioeconômica, por conseguinte, de sua qualidade e dignidade de vida.

Conforme dados mais recentes divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC/T) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021), a população negra (pretos e pardos) do Brasil representou no ano de 2020, 54,8% da força de trabalho total. Referidos dados ratificam a hegemonia da população negra em nosso país que, conforme o mesmo estudo representa aproximadamente 116,9 milhões de pessoas, correspondendo a 55,37% da população total (IBGE, 2021).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo principal discutir elementos estruturais, do racismo no mercado de trabalho brasileiro, da atual crise do emprego e seus reflexos na população negra, apresentando alguns indicadores do ano de 2020, período em que coincide com os impactos acometidos pela pandemia da Covid-19. Dessa forma, busca-se contribuir na compreensão dos fenômenos de discriminação e desigualdade de cor/raça que são inerentes à forma social do capitalismo, e que se intensificam em meio à pandemia no Brasil e no mundo.

MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem metodológica para esse estudo se deu a partir da análise de indicadores referentes ao mercado de trabalho no Brasil no decorrer do ano de 2020, com vistas a analisá-los e qualificá-los, evidenciando alguns aspectos da discriminação e desigualdade racial. Para tanto, procedeu-se com uma superficial caracterização e análise da força de trabalho negra no período proposto. Ademais, as análises sobre população, trabalho e renda da população negra, se deram a partir de dados secundários obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestral, disponibilizados através das tabelas do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Há um consenso nas Ciências Sociais de que o Brasil é um país socioeconomicamente desigual. Sob um recorte de análise na dimensão racial, e observada na experiência do trabalho,

esta desigualdade se intensifica. Mesmo que a população negra tenha conquistado importantes acessos em determinadas instâncias da sociedade nas últimas décadas, a sua inserção, sua posição ocupada e o seu papel desempenhado no mercado de trabalho continua sendo um fator determinante para a construção de sua identidade e de definição de sua sociabilidade. Dessa forma, importa perceber como a população negra tem se expressado dentro do mercado de trabalho brasileiro, exclusivamente para este estudo, no período em que se instala e se desenvolve a crise sanitária em nossa economia.

De acordo com dados recentes da PNADC/T⁴ a estimativa da população brasileira no ano de 2020 foi de aproximadamente 211,1 milhões de pessoas, dentre as quais 55,37% se autodeclararam negras – pretas ou pardas (IBGE, 2021). A partir dos indicadores do mercado de trabalho brasileiro, os(as) trabalhadores(as) negros(as) responderam a uma *taxa de participação*⁵ de 58% na força de trabalho total do país, ao longo do ano de 2020, representando um *nível de ocupação*⁶ de 48,5% no mesmo período, evidenciando, portanto, que mesmo sendo hegemônica enquanto força de trabalho, a população negra, em termos proporcionais, ocupou menos postos de trabalho disponíveis que a população branca.

A *taxa de desocupação* (ou desemprego) da população negra brasileira – que é o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho –, por conseguinte, fechou o referido ano em 16,38% representando um aumento de 15,35% em relação a 2019, cuja taxa fechou em 14,2% da força de trabalho negra nesse ano. Em 2020, cerca de 41,6 milhões de brasileiros foram classificados como *fora da força de trabalho*, ou seja, pessoas que não estavam ocupadas e nem desocupadas, pelo fato de não buscarem emprego por descrédito na possibilidade de consegui-lo. Dessa população denominada de *desalentados*, 55,48% era força de trabalho negra. Referidos indicadores ratificam, portanto, que os negros são maioria dentro do chamado *exército industrial de reserva*, conforme denominação de Marx (1999), e que acabam por contribuir para a pressão por redução dos salários reais dos trabalhadores em geral.

Adentrando nos aspectos específicos de renda, no 1º trimestre de 2020, o rendimento habitual médio nominal do trabalho principal do negro foi de R\$ 1.712,50, representando 56,7%

⁴ PNAD Contínua Trimestral 2020. (IBGE, 2021).

⁵ Percentual de pessoas na força de trabalho na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar (IBGE, 2019)

⁶ Proporção de pessoas ocupadas dentro da população em idade de trabalhar (IBGE, 2019).

do trabalhador branco, que foi de R\$ 3.020,00 no mesmo período. Quando se analisa o rendimento médio geral, inserindo todos os rendimentos (e não somente o trabalho principal), o percentual salarial da força de trabalho negra cai para 56,13%, quando cotejado ao da força de trabalho branca, demonstrando o evidente abismo de rendimentos nominais entre negros e brancos.

Com os indicadores expostos, fica patente que o capitalismo subdesenvolvido e dependente latino-americano, conseqüentemente o brasileiro, tem como principais peculiaridades a *superexploração* da força de trabalho, a enorme desigualdade racial e uma superpopulação relativa da força de trabalho que condiciona, sobretudo à população negra, uma realidade de pobreza e de direcionamento para as regiões e acessos mais periféricos.

CONCLUSÕES

A análise do problema racial no Brasil pode ser desenvolvida a partir da verificação histórica da hierarquização racial da população, ou do racismo estrutural, que se apresenta como um fenômeno imanente à dinâmica de funcionamento do próprio capitalismo.

Lamentavelmente, a crise pandêmica da Covid-19, além de cumprir com esse papel de experiência prática do *modus operandi* excludente capitalista, que se escancara pela luta de classes, também reitera a luta racial diante da manifestação estrutural da relegação do negro às condições similares que são oferecidas à força de trabalho branca, no mercado de trabalho. Os indicadores expostos pela PNAD Contínua Trimestral de 2020 sinalizam para um cenário bastante desalentador para os trabalhadores brasileiros em geral, que infelizmente são redimensionados quando analisados especificamente para a população negra.

Acredita-se que o referido estudo nos permitirá ainda avançar na compreensão da persistente manifestação da pobreza e desigualdade social experimentada pela população negra – sujeitos fundamentais da geração de riqueza em nossa economia –, agudizadas pelo fenômeno da pandemia do novo coronavírus em escala global.

Por fim, considerando que a forma social capitalista traz em suas entranhas o desenvolvimento desigual – seja de regiões, seja de raças –, a desigualdade social, a exclusão e a condição de pobreza experimentadas pelos trabalhadores e, sobretudo pela população negra,

referida realidade infelizmente continuará assombrando os ferrenhos defensores do liberalismo, num pretense cenário de “novo normal”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. **TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 807**. Brasília: IPEA, 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral** - PNADC/T: tabelas. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas> > Acesso em: 17 mar. 2021.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. MERCADO DE TRABALHO. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de agosto. **Carta de Conjuntura nº 48** – 3º Trimestre de 2020. Brasília: Ipea, 2020.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



ENCARCERAMENTO JUVENIL: seletividade penal, racismo e criminalização da pobreza

ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA¹
LUANNE MARIA DA COSTA MARTINS²

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade há novas formas de repressão da população negra, majoritariamente de jovens, pobres e socialmente marginalizados. Tendo como resposta do Estado o reforço a exclusão desse segmento e o encarceramento em massa como única alternativa. Nesse sentido, o debate sobre essas expressões da questão social se torna urgente e necessário, como forma de resistência e luta pela efetivação dos direitos conquistados constitucionalmente.

Isso posto, formas de punição sempre existiram, e ao longo da história foram se modificando. Atualmente, temos a pena de privação de liberdade como medida de punição, para correção dos presos e se possível sua reinserção na sociedade. Não obstante, o Brasil possui um sistema penal carregado de estigmas, repressão e seletividade, como instrumentos de controle social sobre influência de ideários neoliberais, a partir da propagação de um “Estado penal e policial” em oposição ao “Estado social”. Dessa forma, de um lado, as políticas sociais são convertidas em instrumentos controladores e punitivos, principalmente de negros e jovens moradores de periferia classificados como perigosos, e do outro, o encarceramento em massa e a repressão sobre esse mesmo segmento (BONALUME et al. 2018,).

¹ Professora Doutora em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI). Departamento de Serviço Social - DSS. E-mail: <rosilenemarquessobrinho@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Departamento de Serviço Social - DSS.

Voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. E-mail: <luannemaria18@gmail.com

Visto isso, é importante frisar que os jovens encarcerados antes de violarem a Lei, já são violados pelo Estado por não terem seus direitos garantidos, estando inseridos em um contexto familiar de vulnerabilidades e risco social, assolados pelo desemprego e subemprego. Além disso, são jovens que possuem baixa escolaridade, uma vez que a maioria não chega a completar o ensino fundamental. Dessa forma, assim como os jovens negros são maioria nos presídios, as mulheres negras também compõem grande parte do sistema carcerário. São elas, pobres, mães solteiras, com baixa escolaridade e moradoras de bairros periféricos. Além dessas questões, as mulheres enfrentam dois grandes problemas: a violência doméstica e familiar de diversos tipos e o feminicídio, que se configura como estágio final e fatal dessas violências, quando não são tratadas da forma como deveriam.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo **compreender os fenômenos da criminalização da pobreza, racismo e seletividade penal**, e a relação destes com o encarceramento em massa da juventude negra. Os objetivos específicos são a) analisar e discutir as expressões da questão social vivenciada pelas juventudes, em especial a juventude negra, b) enfatizar as desigualdades raciais que ainda se faz presente na sociedade brasileira, fruto de um processo histórico marcado pela escravidão de africanos e afrodescendentes e pela opressão desses; e c) destacar as expressões da questão social vivenciada pelas mulheres.

Palavras-chave: Encarceramento juvenil. Racismo. Criminalização da pobreza.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi a revisão de literatura e análise documental, de caráter explanatório. Nesse sentido, foi realizado o levantamento de livros, artigos e periódicos que abordam a temática, no Scielo e revistas virtuais. Por sua vez, o estudo documental foi realizado a partir de documentos produzidos sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É indubitável que as juventudes brasileiras não têm ocupado um lugar privilegiado na construção de políticas públicas, projetos e programas sociais. As estatísticas apontam altas taxas de envolvimento das juventudes, especialmente a juventude negra desprotegida em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como vítimas ou como suspeitos, na criminalidade.

Nessa sequência, “além da criminalização das juventudes enquanto personificação da violência, expressando uma opressão geracional a esse segmento populacional, também as juventudes são impactadas por sua condição de gênero e fenótipo, além da classe social a que pertencem” (SCHERER, 2018, p. 7); ou seja, a cor e o gênero são parâmetros para a criminalização e o aprisionamento, considerando que jovens fenotipicamente negros e do sexo masculino são maioria no sistema carcerário e os mais suscetíveis à violência policial e ao extermínio. Para comprovar isso, conforme os dados atualizados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o Brasil possui 759,518 presos, onde 66,7% são negros e 97.01% são do sexo masculino com idades entre 18 a 24 anos. Dessa forma, esses dados demonstram que os números de presos nas penitenciárias são marcados por uma profunda racialidade e seletividade.

Sendo assim, o racismo estrutural é responsável por colocar majoritariamente negros em situação de subalternidade e desvantagem social, econômica, cultural e institucional, evidenciando que não existe no Brasil uma democracia racial. Nessa visão, a seletividade penal, tão presente em nossa sociedade, possui um estereótipo do indivíduo e do crime, presente tanto nas abordagens policiais quanto na aplicação das leis. Essa seletividade penal é resultante do racismo estrutural que ainda é muito forte e persistente no Brasil, mas ao mesmo tempo latente. Ao se pesquisar onde se encontra os jovens negros, identifica-se que estão no sistema carcerário, nas favelas, no mercado de trabalho informal, em situação de pobreza e desempregados. Logo, infere-se que negar essa realidade significa potencializar as diversas opressões factualmente reproduzidas a esse segmento.

Referente à situação das mulheres, as estatísticas ratificam o crescimento dos índices da população carcerária feminina. Conforme o Departamento Penitenciário Feminino (DEPEN) são 36.999 mulheres presas no Brasil. Dessa forma, “a intensificação do encarceramento de mulheres no Brasil tem chamado atenção para diversos problemas que se relacionam às desigualdades de gênero e à necessidade de reduzir as diferentes formas de violência que se multiplicam na prisão e implicam sérios prejuízos à saúde desta população” (DIJANA et al. 2015, p. 2042).

Assim, referente ao perfil de mulheres encarceradas nos presídios brasileiros, essas possuem as mesmas características de cor/raça, idade, estado civil, grau de escolaridade e tipo de incidência penal. Ou seja, são mulheres negras, pobres, jovens, com baixa escolaridade, mãe solteira e aprisionadas pelo tráfico de drogas. Ademais, como muitas delas são mães solteiras e responsáveis pelo sustento da casa e dos filhos, com sua prisão estas são entregues a família

extensa ou inseridos no cadastro de adoção, isto é, sendo diretamente judicializados. Nesse diapasão, as diversas opressões atingem de forma heterogênea a população brasileira, produzindo experiências e singularidades diversas (BARROS et al. 2019).

CONCLUSÕES

Levando em consideração todas as questões até aqui debatidas, torna-se importante reforçar o quanto as expressões da questão social trabalhadas neste trabalho precisam ser mais debatidas, dado que representa uma grave ameaça a vida dos sujeitos envolvidos. Não obstante, o Estado mínimo insiste em criminalizar a pobreza, acirrando as desigualdades sociais e raciais, quando de um lado cria políticas seletivas, focalizadas, pensada em uma perspectiva homogênea, sem olhar as diferenças, e do outro age de forma repressiva com determinados grupos vistos como “criminosos”, “violentos” e uma “ameaça a sociedade”, dando abertura às violências institucionais e o encarceramento em massa, excluindo grupos tradicionalmente esquecidos. Diante dessa realidade, urge políticas afirmativas de forma ampla para a conquista da tão sonhada igualdade racial no Brasil.

No que diz respeito à entrada das mulheres na criminalidade, pôde-se perceber que o tráfico de drogas é o delito em maior grau responsável pelo encarceramento feminino, sendo a condição social um dos principais motivos pelos quais ocorre a presença da mulher no tráfico. Com relação às violências vividas pelas mulheres, identificou-se que tanto a Lei Maria da Penha quanto a Lei do Femicídio, são mecanismos insuficientes para cessar com a violência contra a mulher. Sendo assim, as legislações devem ser trabalhadas juntamente com a Educação (nas escolas, universidades, na comunidade e na sociedade como um todo) e com a construção de políticas públicas de empoderamento feminino.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. P. P et al. **Criminalização, extermínio e encarceramento**: Expressões necropolíticas no Ceará. *Psicologia Política*. vol. 19. nº 46. pp. 475-488. set-dez, 2019.

BRASIL. **Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)**. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMjU3Y2RjNjctODQzMi00YTE4LWUwMDAtZDIzNWQ5YmIzMzk1IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em: 02/03/2021.

BONALUME, B. C e JACINTO, A. G. **Encarceramento juvenil**: o legado histórico de seletividade e criminalização da pobreza. R. Katál., Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 160-170, jan./abr. 2019 ISSN 1982-0259.

DIUANA, V et al. **Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário**: tensões e desafios na transformação da realidade. Ciênc. saúde coletiva vol.21 no.7 Rio de Janeiro jul. 2016.

SCHERER, G. A et al. **Entre o avanço do estado penal e a redução do estado social**: o impacto da violência estrutural e do tráfico de drogas nas trajetórias das juventudes com precário acesso às políticas públicas. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



FEIRA UFPI: potencializando o trabalho das mulheres agricultoras durante a pandemia

LILA CRISTINA XAVIER LUZ¹
BEATRIZ DA SILVA LUSTOSA²
KARLA KARINE FERNANDES LIMA³

INTRODUÇÃO

A Agroecologia é entendida como uma ciência que compreende as relações complexas existentes entre os seres humanos e demais seres presentes na natureza. Por meio desta ciência é possível obter uma nova forma de enxergar e analisar a realidade, chegando-se, assim, a uma nova forma de construção de conhecimento popular e científico. Pode-se entender também a agroecologia como um movimento social, uma vez que sujeitos norteados por esse modo de viver compartilham de valores políticos e sociais que visam melhores condições de vida para todos os seres.

No âmbito dessa complexidade, as mulheres ocupam um lugar particular, posto que são maioria nos campos de produção, protagonistas da organização social comunitária, na venda dos alimentos e em tantas outras atividades. Porém em todos os espaços as mulheres são cotidianamente vítimas das estruturas patriarcais, que definem diferentes formas de desigualdades. O conceito de agroecologia, em sua dimensão social, dialoga com equidade social. No entanto, a agroecologia não pode ser entendida apenas no que diz respeito a melhores

¹ Docente coordenadora do Projeto Feira UFPI e Palco das Emoções. Professora no Departamento de Serviço Social e no Mestrado em Sociologia. E-mail: lilaluz@ufpi.edu.br.

² Discente do curso de serviço social na Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Projeto Palco das Emoções. E-mail: bea.lustosa@hotmail.com.

³ Discente do curso de serviço social na Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Projeto Feira UFPI. E-mail: karlakarine@ufpi.edu.br.

condições de vida para todos num momento presente, mas também para as gerações vindouras (REINIGER; WIZNIEWSKY e KAUFMANN, 2017).

É com a preocupação de fortalecer conquistas de mulheres em relação a diferentes formas de inserção na estrutura produtiva, em suas comunidades, as quais orientam suas autonomias em relação às estruturas patriarcais, que a Feira de Base Agroecológica-Cultural da UFPI, orientada pelos princípios da Agroecologia vem, ao longo desses quatro anos, investindo na potência libertadora de mulheres produtoras rurais de Teresina. Nesse sentido a perspectiva da Feira foi multidisciplinar, nas dimensões produtivas, culturais, econômicas, ambientais, ecológicas, políticas, científicas, dentre outras (SILVA, 2018).

Ambientada no Espaço Rosa dos Ventos - UFPI, a Feira agrega mulheres residentes em 5 comunidades rurais de Teresina e aproximadamente 32 artesãs, além de abrigar, no seu âmbito, apresentações artísticas e culturais. A Feira UFPI aglutina um espaço de comercialização e exposição de artesanatos locais e sustentáveis, produtos da agricultura familiar agroecológica, exposição de artistas regionais e rodas de conversas que tratam sobre assuntos políticos e sociais além de possui o intuito de “[...] proporcionar à comunidade teresinense um espaço de venda/aquisição de produtos agroecológicos, artísticos e de artesanato; bem como de convivência, lazer e de troca de habilidades.” (SILVA, 2016, p. 15).

Além disso, a Feira UFPI também busca fortalecer a consolidação de Políticas Públicas municipais de Agroecologia e Produção Orgânica e, concomitantemente, gerar emprego e renda para as agricultoras/es e artesãs/os de toda a região envolvidas/os no trabalho.

No entanto, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou estado de pandemia devido ao vírus Covid-19 e, como forma de enfrentamento, houveram as medidas de distanciamento social, que afetaram diversos setores da sociedade. Dessa forma, por meio de um decreto municipal, foram suspensas as atividades acadêmicas na UFPI, entre elas, a Feira UFPI. Essa suspensão gerou dúvidas, incertezas e impactando de forma direta na renda de aproximadamente 100 famílias.

O objetivo deste trabalho é descrever como as ações do projeto de extensão Feira de Base Agroecológica Cultural da UFPI foram desenvolvidas durante o período de pandemia da COVID-19. Com necessidade de adaptações, as atividades tornaram-se remotas, ocorrendo mudanças no desenvolvimento das ações nas distintas áreas do projeto, que envolve agricultores/as, artesão/aos, artistas e toda a equipe acadêmica. Além disso, apontar os avanços e estratégias

realizadas para amenizar os efeitos sociais e econômicos ocasionados pela pandemia. Como também apontar as dificuldades encontradas no decorrer da execução das ações.

Palavras-chave: Feira UFPI. Agroecologia. Pandemia Covid-19.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa trata de experiências no Projeto de Extensão Feira UFPI e descreve de forma qualitativa os impactos do trabalho para o processo de empoderamento social e político dos/das envolvidos, durante a pandemia do vírus Covid-19. As fontes de informações foram as redes sociais da Feira UFPI: *Instagram, Facebook, grupos de Whatsapp e Sites* que disseminam informações, virtualmente, sobre o projeto. A análise qualitativa também busca explicitar a importância desses meios de comunicação para a continuidade do projeto. Além disso, foram utilizadas referências bibliográficas para embasar os pontos teóricos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após decretada a medida de isolamento social como forma de prevenção contra a covid-19, uma das alternativas traçadas pelas comunidades participantes da Feira foi a comercialização de cestas agrocológicas na modalidade *delivery e drive thru*. Assim, além de evitar a perda da produção, o propósito era manter a renda das famílias que em sua maioria são chefiadas por mulheres.

A ação também assegurou que os consumidores continuassem a ter acesso a uma alimentação saudável. Stedile (2020) destaca que mesmo diante de um cenário difícil, “[...] a agricultura familiar cumpre um papel importante na alimentação saudável da população e pode ser a saída para essa crise que se aprofunda. [...] uma necessidade real de sobrevivência das sociedades atuais.” (STEDILE, 2020, p.15). Na cidade de Teresina não foi diferente pois, mesmo com a ausência do espaço físico das Feiras, as famílias criaram formas criativas para levar comida saudável à comunidade.

É importante ressaltar que essa ação foi realizada em rede, contando com o apoio de outras instituições parceiras da Feira UFPI, como: Comissão Municipal de Agroecologia e

Produção Orgânica de Teresina (CMAPO), Secretaria de Desenvolvimento Rural de Teresina (SDR) e, Secretaria de Agricultura Familiar do Piauí (SAF).

Para potencializar essa nova forma de comercialização foram realizadas campanhas nas redes sociais da Feira. Essas campanhas eram organizadas em formas de cartazes contendo fotos dos produtos das comunidades que fazem parte do projeto. Essa ação funcionou como uma nova estratégia para manter o contato com os consumidores por meio virtual. Apesar de o grupo de trabalhadoras possuírem uma interação com as redes sociais, foi necessário um período de adaptação com as ferramentas tecnológicas.

Outra estratégia que buscou a potencialização das mulheres que compõem a Feira UFPI, foi a criação do *site*⁴, uma iniciativa para impulsionar a comercialização dos produtos das comunidades, a aproximação entre agricultoras e consumidores e fortalecer, mesmo que a distância, os laços agroecológicos construídos nesses quatro anos de Feira UFPI. A 'Praça da Fartura' é, assim, uma seção dedicada às agricultoras e aos agricultores agroecológicos das cinco comunidades que compõem o projeto Feira UFPI: Associação dos pequenos horticultores familiares do Povoado Soim, Associação do campo agrícola da Serra do Gavião, Povoado Ave Verde, Projeto Casulo Alegria e Associação de agricultores agroecológicos do Assentamento Vale da Esperança.

Na seção é possível encontrar fotos das agricultoras e agricultores em suas vidas diárias no campo, uma breve descrição das comunidades, imagens de produtos disponíveis nos campos agrícolas e hortas comunitárias, tabelas de produtos disponíveis para comercialização e seus respectivos valores, acompanhado do contato para aquisição de cestas agroecológicas diretamente com os agricultores e agricultoras⁵.

CONCLUSÕES

Tendo as mulheres como protagonistas da produção agroecológica, mesmo durante a pandemia, a preocupação da Feira UFPI continuou sendo o fortalecimento e empoderamento de mulheres em relação à diferentes formas de inserção na estrutura produtiva, em suas comunidades, as quais orientam suas autonomias em relação às estruturas patriarcais. Apesar

⁴ Site: Disponível em: feira.ufpi.br. Acesso em 21/05/2021.

⁵ Disponível em: https://feira.ufpi.br/praca_da_fartura.php. Acesso: 05 de maio 2021

do trabalho contínuo as dificuldades no início foram diversas, desde o processo de adaptação de toda a equipe para construir as alternativas apontadas, as dificuldades com a internet, principalmente com as comunidades da zona rural que não possuem cobertura de internet de qualidade. As adaptações para atividades virtuais ainda são constantes, a equipe do projeto está sempre buscando novas formas para a manutenção das ações para que possam, principalmente, continuar a propagar os princípios da Agroecologia, que ao longo do tempo vem se mostrando na contramão do atual sistema de produção.

REFERÊNCIAS

REINIGER, Lia Rejane Silveira et al. **Princípios de Agroecologia**. 2017. Núcleo de tecnologia educacional da universidade federal de Santana Maria- UAB. Disponível em: https://nte.ufsm.br/images/identidade_visual/PrincipiosAgroecologia.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.

SILVA, Valéria. **Projeto de Extensão Feira de Base Agroecológica-Cultural da UFPI**. Teresina: PREX UFPI, 2018. mimeo.

STEDILE, J. P. **A agroecologia é o caminho pra sair da crise?** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 26 mar. 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/03/26/a-agroecologia-e-o-caminho-para-sair-da-crise/>> Acesso em: 03. Maio. 2021.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



IDOSAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

JULYANA BORGES AMORIM DE MORAIS¹

INTRODUÇÃO

Esse resumo expandido versa sobre a violência contra a mulher idosa no ambiente doméstico e resulta de estudos preliminares realizados no curso de Especialização em Gerontologia Social da Universidade Federal do Piauí – UFPI. A violência que se estabelece no espaço familiar insere-se em um ambiente de difícil acesso por permear um espaço ainda tido como sagrado e intocável, protegido pelo silêncio das famílias. A violência contra as mulheres permeia as relações de força que estão inseridos na relação de poder / autoridade e obediência, reforçando uma desigualdade de gênero que fornece espaço para que as situações de abuso, negligência e violência ocorram mais frequentemente. Para tal estudo, dialogou-se com autores como Minayo, Gil, Faleiros, Bacelar, Szymanski, Romanelli, Alves e realizou-se pesquisas na plataforma científica SCIELO. Assim, partindo do entendimento de que a violência contra a pessoa idosa é uma atitude perversa, e se constitui em umas das piores formas de violação dos direitos humanos, que deve ser denunciada, é que surge o interesse em investigar as distintas práticas e causas de maus tratos que permeiam o espaço familiar. O objetivo é, portanto, conhecer os envolvidos, bem como os fatores que possivelmente desencadeiam ou predisõem a agressão praticada por familiares contra suas idosas.

Palavras-chave: Idoso. Família. Violência.

¹ Assistente Social do Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência – Centro DIA/Teresina; Especialista em Gerontologia Social pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: julyanaamorim@hotmail.com

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo em análise optou pela abordagem qualitativa, tendo como técnica de coleta de dados a entrevista semi-estruturada previamente elaborada. De acordo com GIL, nesta “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada” (1999, p.120). Foi adotado como universo institucional o Centro de Referência e Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa – CEVI, sendo este um órgão público, composto por equipe multidisciplinar (social, psicológica, jurídica) que desenvolve ações de prevenção e promoção de cidadania às pessoas idosas vítimas de violência.

Dentre a população atendida pelo CEVI, foi selecionada uma amostra intencional direcionada ao objetivo proposto e realizado o estudo de 03 casos de idosas vítimas de violência no âmbito familiar, sendo uma de cada tipo: física, psicológica e patrimonial. Elencou-se como critérios: lucidez para reportar-se ao tema violência, conhecimento e assinatura do termo de consentimento em participar da pesquisa, idosas ainda em acompanhamento pela equipe do CEVI.

As entrevistas foram realizadas através de visitas domiciliares, sendo o dia e horário previamente combinados com intermediação de equipe do CEVI. Para garantir a fidedignidade do relatado nas entrevistas, as mesmas foram gravadas e transcritas. Utilizou-se também de diário de campo onde se registrou as impressões e observações identificadas durante o processo. Durante as entrevistas, foram respeitadas as limitações das idosas, evitando submetê-las a estresse físico ou emocional, obedecendo aos critérios éticos da pesquisa. A aprovação para a realização do estudo foi concedida pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFPI

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados aferidos na pesquisa nos permite caracterizar o perfil das vítimas que se encontravam na faixa etária de 65 a 70 anos. São viúvas ou separadas. Aposentadas e/ou pensionistas com renda média de 01 a 02 salários-mínimos, sendo ainda as provedoras das necessidades básicas da família. As idosas eram vítimas de mais de um tipo de violência, que se associavam física e psicológica, física, psicológica e patrimonial, patrimonial e psicológica. No que

se refere às condições de saúde possuem enfermidades como hipertensão, depressão, distúrbios cardiovasculares isolados ou associadas. As idosas residem com filhos, netos, genros, noras, e outros, caracterizando o modelo de família denominado nuclear ampliado.

Com relação ao perfil dos agressores tem-se que os filhos (as) são os agressores principais. Identificou-se agressores homens e 01 (uma) mulher, o que pode reforçar a ideia de Bacelar (2003, p.7) “persiste no imaginário masculino daqueles que se encontram na condição de netos, filhos e sobrinhos atitudes discriminatórias contra mulheres respaldadas na força, no autoritarismo na ideia de comando e posse”. Observou-se ainda que os agressores faziam uso de álcool e outras drogas, o que pode ser um agravante para a prática da violência, porém não uma justificativa. O texto “Enfrentando a Violência Contra a Mulher”, produzido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres destaca que muitos alcoólatras nunca agrediram suas mulheres e muitos homens não precisam do álcool para praticar a violência (BRASIL, 2005). A fala das idosas informa que os agressores são desempregados e dependentes economicamente das idosas. Tal ponto reforça a ideia de Alves (2009):

O dinheiro das aposentadorias, pensões e atividades de trabalho que os idosos ainda executam entram na manutenção das casas onde residem, mas, o poder na família parece se restringir com a idade (...), há uma dicotomia entre, de um lado, a chefia material e, de outro lado a subordinação de opinião (p. 128)

No que se refere a denúncia, é expressivo e significativo o fato das vítimas mesmo terem realizado a denúncia dos abusos sofridos. Tal atitude deve-se a maior divulgação e ampliação de leis e de equipamentos de proteção direcionados às mulheres vítimas de violência, reforçada ainda pelo desejo das idosas em romper com o “pacto de silêncio” que envolve a violência no âmbito doméstico e que põe em risco a saúde, o bem-estar e a vida.

CONCLUSÕES

Conclui-se que o estudo alcançou seus objetivos nos mostrando o perfil dos envolvidos, bem como os possíveis fatores que desencadearam as agressões. E para além deste, possibilitou apreender que a violência contra a mulher vem ganhando visibilidade e sendo denunciada pela vítima ou por sabedores da violência. É válido destacar que o processo da denúncia não é fácil, e é sempre permeado por medo e insegurança, porém precisa-se buscar formas de modificar a

realidade de violência em que se está inserida. Torna-se necessário também, a desmistificação da família como uma instituição acolhedora e protetora, pois apreendemos na pesquisa que na família há conflito, indiferença, violência, e não necessariamente cuidado e proteção.

Apreende-se ainda, ser necessário um novo olhar para esta realidade, exigindo do poder público a fiscalização e o cumprimento das leis, que garantem os direitos da pessoa idosa, protegendo-o de situações de violência, negligência e abandono, como versa no Estatuto do Idoso e em leis outras que contemplam a pessoa idosa. Por fim, apresenta-se como sugestão para pesquisas posteriores, a violência contra a mulher idosa acontecida nas famílias com nível socioeconômico mais elevado, para assim, desmistificar a ideia de que violência esta sempre associada à pobreza.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andréa Moraes. **Os idosos, as redes de relações sociais e as relações familiares** p.125-139. IN: Néri, A.C. (Org.) *Idosos no Brasil: Vivências desafios e expectativas na terceira idade*. S.P. Ed. Perseu Abramo, Ed Sesc, 2009.

BACELAR, Rosário de Fátima. A violência praticada contra a mulher idosa na família em Teresina: marcas no corpo e na alma. **Carta Cepro**. Teresina. V 22, Nº 02, p. 7-30. Jul / dez 2003.

BRASIL. **Enfrentando a Violência Contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas das Mulheres, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 5ª ed, 1999.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI: raça, gênero, classe social e sexualidades

LUCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA¹
CLAUDILENE DE SOUSA ROCHA²

INTRODUÇÃO

As pessoas em situação de rua ganham visibilidade distinta a partir da construção das cidades modernas e a intensificação da globalização mundial. Mas, cabe ressaltar que pessoas em situação de rua sempre existiram, só que historicamente, com tendências numéricas reduzidas e perfis mais específicos.

Para analisar esse fenômeno social População em Situação de Rua-PSR no contexto brasileiro, recorreu-se aos autores/as que analisam esse fenômeno social a partir do campo da saúde, psicologia social, sociologia, antropologia e serviço social e outros, são eles: Fragella (2004), Tiene (2004), Lacerda (2012), Pinto (2015), Biscotto *et al.*, (2016), Braga; Val (2017), Sousa (2018), Rodrigues *et al.*, (2018), Silva (2019), Silva (2019), Mendonça (2019) e etc. E então diante das análises empreendidas e apresentadas, o espaço da rua é tido como um espaço de múltiplas realidades, desafios e opressões, no qual as pessoas que o faz e o constrói são atravessados pelos marcadores sociais das diferenças e desigualdades, com ênfase para a raça, gênero, classe social e sexualidades que estão interligados ao seu contexto histórico, cultural, econômico, social, político e territorial. E assim tem-se que o espaço da rua é socialmente construído por “vários protagonistas sociais” desde homens, crianças, idosos, mulheres, indivíduos com deficiências,

¹ Pós-doutora em Saúde Coletiva-Universidade Estadual de Campinas UNICAMP; e-mail: luciacsrosa@gmail.com

² Mestranda em Políticas Públicas- Universidade Federal do Piauí UFPI; e-mail: lenerocha@hotmail.com

sexualidades, raça e classe social. E cada protagonista social do espaço da rua sem dúvidas tem suas demandas específicas no que toca suas particularidades e singularidades.

E assim diante dessa heterogeneidade e pluralidade de pessoas no espaço da rua instigou-se como problema de pesquisa vinculada ao mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí-UFPI: Quem são as mulheres em situação/passagem no espaço da rua no município de Teresina-PI? Visto que a presença cada vez mais acentuada desse subgrupo de pessoas no espaço da rua é notória e presente nas áreas urbanas, fez-se necessário desconstruir as abordagens homogeneizadoras e igualitárias para com essas pessoas que vivenciam no espaço da rua, que partem das premissas de que todos que estão no espaço da rua são residentes fixos da rua e que são iguais em suas demandas e necessidades. Tarefa urgente e necessária, na direção de construir e fazer abordagens emancipadoras e efetivas para com essas pessoas.

Partiu-se do pressuposto que elas são mais afetadas e oprimidas, pelo modo de organização da sociedade capitalista, espelhando suas desigualdades constitutivas. E assim a estadia e a presença de pessoas em situação de rua pode sim, estar vinculado à questão da sua raça, gênero, classe social e sexualidades, que são determinantes sociais expressivos que direcionam a ida de alguns indivíduos ao espaço da rua.

Dessa maneira a pesquisa teve por objetivo geral: compreender as identidades(s) das mulheres em situação/passagem no espaço da rua no município de Teresina-PI. E, como objetivos específicos: caracterizar o perfil das mulheres em situação/passagem no espaço da rua a partir dos marcadores sociais das diferenças entre a raça, gênero, classe social e sexualidades; identificar e qualificar os determinantes sociais que direcionaram a ida das mulheres para o espaço da rua e apreender as experiências e os significados de estar em situação de rua para essas mulheres.

Palavras-chave: Serviço Social; Covid-19; Máscaras.

MATERIAIS E MÉTODOS

O referido estudo é de cunho qualitativo, pois enfatiza os processos sociais que envolvem significados, vivências e relações 'subjetivas e intersubjetivas' das mulheres em situação/passagem no espaço da rua. Mas, cabe dar ênfase que os dados quantitativos de

inúmeras pesquisas já realizadas sobre essas mulheres que estão no espaço da rua também, contribuíram, foram consultados e essenciais para ajudar a desvelar o objetivo geral da pesquisa.

Foram utilizadas as seguintes técnicas de construção dos dados: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Sobre o trabalho documental e bibliográfico, Gil (2008) destaca que a pesquisa de cunho documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A pesquisa documental teve por base alguns documentos institucionais, sobretudo do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua-Centro Pop, vinculado à Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas-SEM CASPI do município de Teresina-PI, como relatórios de trabalhos e entrevistas dos gestores da política social para população em situação de rua, disponibilizada em sites de jornais da capital.

Foi realizado um estudo de caso, com base em uma pesquisa de campo, que segundo Gonçalves (2001) é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Já o estudo de caso é um método de pesquisa ampla sobre um assunto específico, permitindo aprofundar o conhecimento sobre ele. Como dito, caso focou na situação das mulheres em situação/passagem no espaço da rua no município de Teresina-PI. Priorizou-se como ferramentas técnicas para a construção das informações: entrevista estruturada, observação, questionário com perguntas fechadas e com um espaço aberto no final da entrevista de livre expressão e visitas de campo. Realizou-se com 09 mulheres 07 delas heterossexuais, 01 transexual e 01 travesti; selecionadas a partir da idade-18anos; período de estadia no espaço da rua; estado mental; territorialidade e sexualidades. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí-UFPI e teve o CAEE Nº: 3357.9120.5.0000.5214.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado, foi possível caracterizar as identidades das mulheres em situação/passagem no espaço da rua no município de Teresina-PI, como sendo plurais com aspectos diversos, ao mesmo tempo homogeneizadores e singulares. A pluralidade remeteu para sexualidades distintas no qual tem-se mulheres heterossexuais, transexual, travesti e cis-gênero. Em reação à raça as pretas e pardas predominaram, mas, tem também as brancas e em relação à classe social média e baixa. As dimensões homogeneizadoras estão: a maioria foi vítima de violência doméstica desde física, psicológica e sexual, antes do espaço da rua quanto na estadia

do espaço da rua. A maioria está desempregada, são mães, com baixa escolarização e outros. No que remete aos determinantes sociais que influenciaram e direcionaram a ida das mulheres para o espaço da rua, está vinculada a questão da violência de gênero e sexual, que ganhou destaque e unanimidade. E no que toca o significado de estar em situação de rua para essas mulheres varia muito, desde como ser um espaço mais 'opressor e violento em relação aos seus direitos quanto que um espaço de liberdade.' Assim sendo, essas mulheres existem e são protagonistas sociais do espaço da rua. A sua invisibilidade e as suas particularidades não podem ser mais invisibilizadas e negligenciadas. As mulheres plurais e singulares do espaço da rua no município de Teresina-PI, inseridas no contexto da sociedade capitalista-racista-machista-classista-homofóbica gritam por socorro.

REFERÊNCIAS

BISCOTTO, Priscilla Ribeiro *et al*/. Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 50, n. 5, p. 749-755, 2016.

BRAGA, Iracilda Alves.; VAL, Dryelly Ravelly. **Contos da Vida Real**: um estudo sobre a mulher em situação de rua, em Teresina-PI. 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo4/contosdavidarealumestudosobreamulheremsituacaoderuaemteresinapi.pdf>. Acesso em: 18. Fev. 2020.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2004. 361p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. -6,ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

LACERDA, Tammy Ferreira. **Bioética e Diversidade, Condições de Saúde da População Adulta em Situação de Rua do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

MENDONÇA, Marcione Ribeiro Silva.; FRAZÃO, Margareth Regina Gomes Veríssimo de. **Fatores psicossociais de mulheres em situação de rua**. 2019.

PINTO, Regia Maria Prado. **Fenômeno população em situação de rua à luz da questão social: percursos, vivências e estratégias em Maracanaú**. 2015. 216f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

RODRIGUES, Jéssica Silva.; LIMA, Aluísio Ferreira de.; HOLANDA, Renata Bessa. Identidade, drogas e saúde mental: narrativas de pessoas em situação de rua. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 424-436, 2018.

SILVA, Márcia Swênia Brito. **A experiência de mulheres em situação de rua: uma análise interseccional**. 2019.

SILVA, Maria Isabel Nery. **Invisibilidade da mulher em situação de rua nos serviços especializados de atendimento à mulher**. 2019.

SOUSA, Adrielly Pereira. **As práticas de atenção e cuidado destinadas à população em situação de rua: os demarcadores de gênero na operacionalização dos serviços**. 2018.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas, SP: Alínea, 2004.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



O DEBATE DA QUESTÃO ÉTNICO RACIAL E DE GÊNERO NO CONJUNTO CFESS-CRESS: análise dos relatórios dos encontros deliberativos

MAGALI DA SILVA ALMEIDA¹
MAÍSI SANTOS DO ROSÁRIO²
TIAGO COUTINHO MOREIRA³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa “Itinerários da produção de conhecimento em Serviço Social sobre políticas sociais e a população negra no Brasil”, aprovada no Edital PIBIC/CNPq de 2020 do curso de serviço social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Dentre outros objetivos, a pesquisa pretende fortalecer o Observatório de Racialidade e Interseccionalidade (ORI)- Grupo de Pesquisa e Extensão, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFBA. É uma pesquisa guardachuva na qual os projetos em andamento de discentes da graduação e pós-graduação estão vinculados.

O estudo abrange o período de 2009 até 2020 e pretende mapear a produção de conhecimento do Serviço Social⁴ procurando identificar na linha do tempo, em diferentes conjunturas, a produção bibliográfica (teses, dissertações, livros e periódicos), os grupos de Pesquisas inscritos nos Diretórios de Pesquisa do CNPq das regiões Nordeste, Sudeste e Sul e os não cadastrados, mas coordenados por docentes da “ênfase de raça-etnia” do GTP6 da ABEPSS.

¹ 1 Doutora em Serviço Social, docente do quadro permanente do PPGSS da UFBA e Coordenadora do ORI.

² 2 Discente do Curso de Serviço Social da UFBA, Bolsista PIBIC-CNPq, membro do ORI

³ 3 Discente do Curso de Serviço Social da UFBA, Bolsista UFBA-IC/AF.

⁴ O recorte temporal, corresponde à dois fatos importantes: a criação do curso de Serviço Social da UFBA em 2009 e a Criação do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP6) da ABEPSS em 2010, Serviço Social, Relações Sociais de Gênero, Raça-Etnia, Sexualidades e Geração. Atualmente esse GTP não agrega a ênfase de “Geração”.

Este trabalho apresenta um dos objetivos da pesquisa que analisa às deliberações e ações de enfrentamento ao racismo estrutural promovidas pelas entidades representativa dos assistentes sociais, com ênfase nas deliberações do Fórum máximo do Conjunto CFESS/CRESS⁵ da ABEPSS em seus fóruns e Assembleias.

Durante mais de uma década, a produção científica do serviço social sobre as relações raciais e políticas públicas reitera a necessidade de enfrentar o racismo institucional na formação e no exercício profissionais em defesas de políticas públicas de Promoção da Igualdade Racial e políticas universais. Antirracismo/ feminismo integram à agenda de luta e tornam-se movimentos de ação política fundamentais para a transformação da vida das mulheres e do conjunto da classe trabalhadora usuários/as, Combate ao racismo, à heteronormatividade e ao machismo ganharam relevância na agenda da profissão e novos desafios emergem na formação quanto no exercício profissionais ao longo desse período.

Nos últimos 20 anos o Movimento Negro e de Mulheres Negras, foram importantes indutores de propostas de combate ao racismo seja no campo científico ou na formulação e gestão de políticas públicas. Demonstrem através de estudos promovidos por de órgãos oficiais a necessidade do Estado combater o racismo estrutural e institucional para a garantia de direitos da classe trabalhadora em seu conjunto.

A melhoria das condições de vida e trabalho dos grupos racializados e das mulheres através de políticas públicas é diretamente proporcional à democracia e à distribuição da riqueza. Contudo, a crise contemporânea do capital esgarçada desde os anos 60 do século anterior provocou mudanças profundas nas esferas econômicas, políticas, sociais e culturais e afetaram de modo fulcral as instituições burguesas de controle social.

Segundo Moraes (2019), essa crise se distingue das crises cíclicas, “pois chegamos a um ponto em que não é mais possível superá-la, esgotaram-se suas possibilidades de recuperação nos marcos dessa ordem” (p 207). Baseada em Mézáros a autora afirma que Em face do receituário neoliberal, da retração do Estado em suas responsabilidades sociais, das mudanças no mundo do trabalho, a desprovida dos meios de produção é a mais atingida pela intensificação do desemprego estrutural, pela flexibilização da produção, dos contratos, dos direitos. Esses processos criam uma numerosa população excedentária aos interesses do capital. Sem

⁵ Denomina-se Conjunto CFESS/CRESS a articulação política e democrática entre o Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Federais de Serviço Social

concentrar mais sob sua vigilância direta uma grande parcela dos trabalhadores, o capital precisa intensificar suas formas de controle coercitivo e de produção de consensos (MORAES, 2019, p. 207)

Podemos afirmar que a ordem do capital esgotou suas possibilidades progressistas e o que estamos assistindo é a regressão de direitos e a sociabilidade em base de um projeto civilizatório de barbárie (Paulo Netto apud MORAES, 2019, p. 207). Assim, estes desafios impõem leitura crítica da sociedade brasileira e sobre as desigualdades sociais históricas evidenciando a dimensão estrutural questão racial e de gênero/patriarcado da questão social e suas refrações, na qual a superpopulação relativa têm na população negra, suas maiores reservas. Para tanto, é mister, o debate sobre os fundamentos do racismo estrutural como elemento estrutural e estruturante da formação sócio-histórica brasileira e da particularidade do capitalismo dependente no território.

Nesses termos, a dinâmica histórica e conjuntural nessas duas décadas, mesmo agravada pela crise mostrou-se favorável à formulação de agendas de luta pelos movimentos sociais e sindicais. Eventos importantes a partir da metade da década de 1990, como a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida de 1995, a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul geraram documentos e normativas jurídicas que instaram o governos a reconhecerem o racismo de Estado e, desse modo, criar uma conjunto de políticas públicas para seu combate.

Dessarte, reconhecendo a importância do desvelamento do racismo e ao machismo na luta de classes como imperativo teórico- metodológico, ético político e técnico o operativo do serviço social para a conquista de direitos e emancipação de classe, apresentamos os resultados das deliberações do Fórum do Conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS, referentes à questão racial e/ou de gênero.

Palavras-chave: Serviço Social; Covid-19; Máscaras.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa proposta é de natureza qualitativa, privilegiando fontes documentais e bibliográficas, porque objetiva investigar a realidade social e sua dinâmica na história. Segundo Minayo (2007), a pesquisa qualitativa visa responder a questões muito particulares. Se preocupando nas ciências sociais, com um nível de realidade quantificado, trabalhando com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo nas relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalidade de variáveis (p.21). A pesquisa documental é “aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno” (BONOTTO; SCHELLER; KRIPKA, 2015, p. 58.) para análise dos relatórios de deliberação do conjunto CFESS/ CRESS. A análise do material coletado será realizada com base na técnica de análise de conteúdo temática segundo (GOMES, p.91).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Trata-se de pesquisa em andamento e nosso propósito é apresentar o levantamento dos Relatórios do Conjunto CFESS/CRESS correspondentes ao período de 2000 à 2020 (ao invés de 2009 como na delimitação da pesquisa mais ampla) e os resultados parciais dessa etapa.

Cabe ressaltar, que optamos por ampliar o período a pesquisa documental para 2000 por compreender a importância dos avanços do serviço social no combate à discriminação e ao preconceito em defesa dos Direitos Humanos, posicionamento ético- político alicerçado no Código de Ética do Assistente Social de 1993. A base de dados científica para a busca da informação foi o site do CFESS <http://www.cfess.org.br/> na qual acessamos os Relatórios de Deliberações do Conjunto CFESS/CRESS- fontes primárias um total de vinte relatórios cobrem o período estudado. Foi feito download de todos os documentos. A pesquisa foi feita utilizando as seguintes palavras-chave “Raça”, “Racismo”, “Relações raciais”; “Questão Étnico-racial”, “População Negra”, “Gênero”, “Relações de Gênero” e “sexualidade”. O critério de inclusão do conteúdo foi considerar as deliberações que diziam respeito às questões étnico-raciais e de gênero e conceitos correlatos. Em seguida esse conteúdo foi registrado em formulário próprio considerando os seguintes itens: Título do Relatório; Número do encontro; Link de acesso; Local

e Data da realização do evento; Eixo temático do qual a deliberação faz parte e o Conteúdo encontrado/ou não de acordo com os objetivos da pesquisa.

No total foram identificadas sessenta e cinco deliberações com as palavras-chave de busca, sendo dezoito sobre Questão Étnico-racial; 7 sobre Questão de Gênero e quarenta deliberações sobre gênero e raça. As deliberações são registradas nos eixos temáticos (15 itens), a saber: Fiscalização; Fiscalização Profissional; Seguridade Social; Ética e Direitos Humanos; Formação Profissional; Relações Internacionais; Comunicação; Gestão e Controle; Administrativo-Financeira; Divulgação e Informação; Defesa da Profissão; Agenda Permanente; Deliberações Gerais; Resoluções; Cartas e Monções.

CONCLUSÕES

A primeira aproximação dos resultados demonstrou que as deliberações e encaminhamentos sobre combate ao racismo e ao machismo ocorrem a partir de 2010 no Conjunto CFESS/CRESS e concentram-se nos eixos de Ética e Direitos Humanos e Agenda Permanente, demonstrando que o debate ainda não é transversal.

REFERÊNCIAS

CFESS. **Relatórios de Deliberações do Conjunto CFESS-CRESS**. 2000-2020. Disponível em <http://www.cfess.org.br/>

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org) DESLANDES, Suely Ferreira. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. Ed. Vozes Petrópolis: Vozes, 2007. Capítulo 4.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara Bonotto. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones Unad**, v. 14, p. 55-73, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. Ed. Vozes Petrópolis: Vozes, 2007. 108p.

MORAES, Deborah Marques de. Estado de exceção permanente e a escalada punitiva no Brasil. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.29, n. 1 (especial), p. 205-226, 2019.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



O PAPEL DO TRABALHADOR RURAL NO PROCESSO DE GERAÇÃO (E TRANSFERÊNCIA) DE RIQUEZAS NO CERRADO PIAUIENSE

RICARDO NUNES DE OLIVEIRA¹
SÉRGIO GONÇALVES DOS SANTOS JÚNIOR²
FRANCISCO EDUARDO DE OLIVEIRA CUNHA³

INTRODUÇÃO

O espaço agrário piauiense tem manifestado consideráveis aumentos de produtividade nas últimas décadas. Entretanto, sob a égide do agronegócio, tem experimentando um processo de reprodução do capital que tem corroborado para transformações profundas nos espaços produtivos rurais de nosso estado. Nessas mudanças, novas relações de trabalho dão corpo à modernas formas de produção e transferências de mais-valia, verificadas nas disparidades de produção (apropriação) de riqueza e renda historicamente mensuradas no mundo capitalista, sobretudo nas regiões afastadas do centro.

Diante do exposto, sustenta-se a ideia de que a inserção do espaço agrário brasileiro (e piauiense especificamente) na dinâmica do capitalismo global pode ser bem explicada pela tese da *Dialética da Dependência* desenvolvida por Marini (2005) e demais intelectuais latino-americanos. Estes elucidam que a integração da América Latina no desenvolvimento do capitalismo se deu a partir da necessidade da criação de uma oferta mundial de alimentos e de

¹ Bolsista do Programa de Iniciação Científica Voluntária – ICV/UFPI. Graduando do Curso de Ciências Econômicas da UFPI. E-mail: ricardonunesoliveira3@gmail.com

² Graduado em Ciências Econômicas (UFPI). Pós-graduando do Mestrado em Ciências Econômicas (UFPA). E-mail: sergiogoncalves09@gmail.com

³ Professor/Pesquisador do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí - UFPI. E-mail: eduoliveira@ufpi.edu.br

matérias-primas, a fim de atender a expansão industrial e da população urbana europeia e demais países de capitalismo avançado. Com efeito, o Brasil e o Piauí agrários integram-se ao comércio mundial mediante uma imposição da divisão internacional do trabalho aos países e/ou regiões periféricas, requerendo destes uma especialização em produtos primários, enquanto aos países centrais, fica a incumbência da produção de manufaturados.

Logo, o referido trabalho se esforça em compreender dialeticamente a recente transformação da região produtiva do cerrado piauiense como produto da determinação do que vem de fora – da divisão internacional do trabalho. Entretanto, tal processo pode ser compreendido como um moderno sistema de transferências de mais-valias produzidas nos países e regiões periféricas destinadas aos de capitalismo avançado, ratificando assim nossa condição de subdesenvolvimento e dependência.

Por fim, o presente trabalho tem como objetivo principal investigar as relações socioprodutivas entre o capital e o trabalhador assalariado rural nos empreendimentos do agronegócio da soja no cerrado do Piauí, com vistas a contribuir na compreensão do meio rural brasileiro, sua inserção na dinâmica do capitalismo global e principalmente, o papel do trabalhador assalariado rural nesse processo de transferência de riquezas produzidas.

Palavras-chave: Trabalhador rural. Geração de renda. Piauí.

MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem metodológica se dá a partir de uma análise crítica, no intuito de oferecer uma compreensão alternativa de como se forjam as relações capitalistas na América Latina e em específicas regiões subdesenvolvidas (como é o caso do cerrado piauiense) com o capitalismo global. Na ânsia de se investigar e compreender a inserção do setor agrícola piauiense no comércio mundial recente, bem como oferecer um olhar específico ao papel do trabalhador assalariado rural, o presente trabalho se utilizou do subsídio analítico conceitual da *Teoria Marxista da Dependência*, desenvolvida por intelectuais do pensamento social como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank, Agustín Cueva entre outros. Para avançar nas análises com vistas a dar sentido ao aparato teórico-abstrato da teoria marxista em geral, analisou-se dados secundários de fontes como: as Pesquisas Nacionais por Amostra de

Domicílio (IBGE/PNAD); as Pesquisas de Produção Agrícola Municipal (IBGE/PAM); Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), bem como demais bases de institutos de pesquisas diversos.

Por fim, para elucidar a categoria da superexploração da força de trabalho no setor agropecuário no Piauí, especificamente no agronegócio da soja no cerrado, buscou-se quantificar e contrastar dados referentes às remunerações do capital e trabalho de determinados municípios produtivos da região objeto de estudo, bem como a defasagem do valor histórico-moral da força de trabalho cotejados aos salários mínimo e mínimo necessário, este último calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

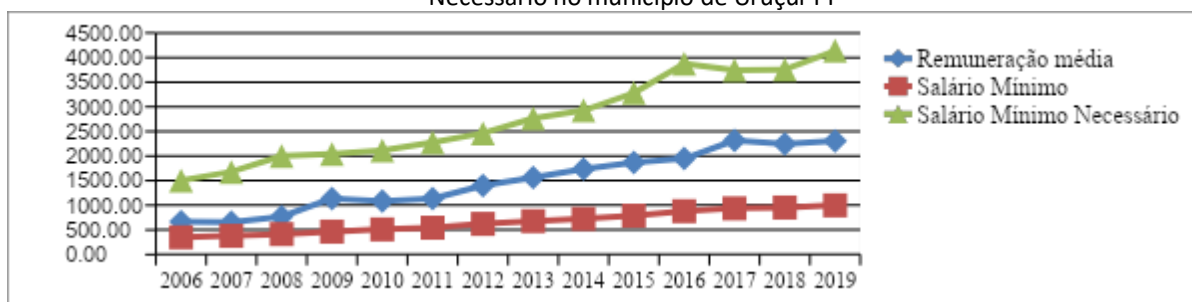
A partir do processo de expansão do agronegócio no cerrado piauiense, principalmente a partir década de 1990, a região de Uruçuí e alguns municípios do seu entorno, migraram de uma economia essencialmente extrativista, para uma economia forjada na produção de soja. Com efeito, para que o referido fenômeno se intensificasse, era necessário um processo de transição do trabalhador rural, que necessariamente deveria migrar para a condição de trabalhador assalariado rural. Tal fenômeno pode ser evidenciado com a evolução da formalização dos vínculos de emprego que se expandiram descomunalmente na região e especificamente no município de Uruçuí-PI.

A priori é de se deduzir que geração de emprego e renda deva corroborar para melhoria das condições de vida dos sujeitos alvos desse fenômeno, sejam capitalistas, sejam trabalhadores. Entretanto, a essência do fenômeno de apropriação desigual das riquezas geradas é dissimulada pela aparência dos números que escancaram o vigoroso desempenho econômico do agronegócio da soja piauiense.

Observa-se no município de Uruçuí-PI um cenário crítico, uma vez que fica patente o distanciamento abissal das remunerações do capital e do trabalho de tal forma que se evidencia não somente a manutenção, mas, sobretudo o alargamento histórico, principalmente nos anos de melhores desempenhos econômicos. Entretanto, o cerne da discussão se escancara com os indícios de *superexploração* da força de trabalho, quando se desenvolve uma análise da evolução

histórica, contrastando o valor da força de trabalho no setor agropecuário, especificamente dos trabalhadores do cultivo da soja, com o valor do salário mínimo e do salário mínimo necessário segundo a proposição do DIEESE (2020), que podem ser verificados no Gráfico 01, para o município de Uruçuí.

Gráfico 01 – Comparação Remuneração Média do Cultivo da Soja* x Salário Mínimo Nacional x Salário Mínimo Necessário no município de Uruçuí-PI



Fonte: Elaboração própria com base no ME (2020) e DIEESE (2020)

Notas: * Tabela CNAE 2.0 Subclasse Cultivo da Soja;

Enfim, cristaliza-se, portanto, a ideia fundamental de Marx (1999) de que a relação da sociedade capitalista se encontra na relação de exploração daqueles que possuem os meios de produção sobre aqueles que não tem outra coisa, a não ser a sua força de trabalho. E na periferia, nos países dependentes, há um aviltamento dessa relação e é justamente nesse cenário que reside a importância de se resgatar a categoria *superexploração* de Ruy Mauro Marini, pois é ela quem permite evidenciar o processo de produção de riquezas dos trabalhadores assalariados rurais, mas que se apropriam tão somente de suas misérias.

CONCLUSÕES

É na busca de compreender as transformações socioprodutivas ocorridas após a subsunção do cerrado piauiense ao capital, que nos deparamos com a similaridade e conseguimos sustentar a tese de Ruy Mauro Marini, a qual afirma que as economias dependentes são fundamentalmente pautadas na *superexploração* da força de trabalho. Nesse estudo, podemos, mesmo que embrionariamente, atestar a veracidade dessa categoria no espaço rural do Piauí, especificamente no agronegócio da soja, praticado no município de Uruçuí-PI, evidenciando ainda o processo de produção (e transferência) de riquezas para o capitalismo central, mediante uma produção pautada para fora.

Por fim, entende-se que a referida investigação teórica retrata a essência da realidade dos trabalhadores assalariados rurais do agronegócio piauiense, ao qual se lançam diariamente na vil esperança de melhoria de suas condições de vida por serem “beneficiados” com os trabalhos formalizados pelo capitalismo rural, mas que têm como única certeza o fato de criarem volumes consideráveis de riquezas para o agronegócio mundial, se apropriando tão somente de suas próprias misérias e em proporções desumanas.

REFERÊNCIAS

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agropecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 abr 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da Economia Política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **RAIS. Relatório Anual de Informação Social**. Disponível em < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>> Acesso em 07 abr. 2020.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



O TRABALHO INFANTIL E SUA PERSISTÊNCIA NA CENA CONTEMPORÂNEA: um olhar sobre a legitimação pela sociedade brasileira

SARAH CASTRO DA SILVA GOMES¹
RICARDO WILLIAM GUIMARÃES MACHADO²

INTRODUÇÃO

Segundo Lourenço (2014) falar sobre o trabalho infantil na atual conjuntura brasileira é falar sobre a ineficácia das políticas públicas frente a um discurso de gestão empresarial privado que ecoa hoje nos serviços públicos, reduzindo assim o acesso a direitos sociais que foram arduamente conquistados, para mais também e falar sobre as mudanças que estão ocorrendo no interior do mundo do trabalho.

Os debates atuais sobre o trabalho infantil expõem um retrocesso na sua abordagem de aceitação cultural, tem se observado, principalmente em redes sociais, um posicionamento popular que afirma a beneficência do trabalho infantil, o que chamou a atenção da pesquisadora. Tal efeito foi se demonstrando através de pesquisas mais recentes que evidenciam que houve uma desaceleração na diminuição dos números de trabalho infantil registrados no Brasil. De acordo com Lourenço (2014), “Em 2013, havia 506 mil crianças na faixa etária de 5 a 13 anos trabalhando. Em 2014, esse número foi para 554 mil. Nesta faixa etária, o aumento foi de 9,3%. Se se considerar a faixa etária dos 5 a 15 anos, o aumento foi de 63 mil para 104 mil em 2014.”.

¹ Graduanda em Serviço Social pela UniRedentor. Email: verissimogomes21@gmail.com

² Assistente Social. Doutorando e Mestre em Serviço Social pela Puc-Rio. Professor no curso de Serviço Social da UniRedentor. Email: wpgerj@gmail.com

Já no ano de 2016, segundo Lima (2019) o IBGE excluiu do PNAD a categoria de crianças e adolescentes que trabalham para o próprio consumo e trabalho doméstico, e isso trouxe um simulacro sobre o trabalho infantil como se quiséssemos esconder números demonstrando que o debate sobre o mesmo ainda não findou, na verdade surge em um momento de flexibilização de direitos e garantias, onde os mesmos são contestados.

Frente a essa realidade alarmante, vê-se a necessidade de explorar o debate e levá-lo para o nível da crença popular brasileira, com o fim de tentar elucidar de maneira mais simplista as motivações e os impulsos que levaram a um retrocesso intelectual um assunto tão pertinente.

Esse trabalho tem como objetivo, de maneira expositiva, discutir as raízes do trabalho infantil no Brasil, juntamente com suas expressões e ramificações, trazendo à tona discussões pertinentes ao entendimento desse fato na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Trabalho infantil; capitalismo; neoliberalismo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com o objetivo, de maneira expositiva, discutir as raízes do trabalho infantil no Brasil, juntamente com suas expressões e ramificações, trazendo à tona discussões pertinentes ao entendimento desse fato na sociedade brasileira, esse trabalho foi construído a partir de uma revisão narrativa da literatura, com acesso a materiais bibliográficos levantados com base no tema de pesquisa para o melhor destrinchar o assunto. De acordo com Boccato (2006) a pesquisa bibliográfica nada mais é do que o levantamento de materiais científicos publicados que irão conversar entre si, dessa forma se terão visões diferentes de um mesmo assunto abordado, trazendo luz ao tema através de conhecimentos já produzidos anteriormente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Brasil, como um país de economia dependente, sente de maneira mais palpável os efeitos da reestruturação produtiva e da superexploração. De acordo com Lira e Peruzzo (2016) ao falar que o Brasil é uma economia dependente afirma-se que isso é uma consequência do

desenvolvimento da globalização e também reitera que o mesmo é a condição de sobrevivência de países de economia central.

Essa divisão internacional do trabalho, injusta e exploratória “[...] explica as jornadas excessivas daqueles trabalhadores dos ramos e setores mais precarizados do mercado, sobretudo, em termos salariais. Como também a superexploração do trabalho feminino e a exploração do trabalho infantil, que em função de valores culturais e suas determinações histórico-sociais imprimem a estas remunerações mais baixas.”. (LIRA; PERUZZO, 2016, p. 96). Sendo assim, o trabalho infantil no Brasil é o resultado de inúmeros mecanismos do capital para o aumento de sua produtividade.

É notável, principalmente para aqueles que estudam nos cursos de serviço social, que a questão social é um fruto direto do modo de produção capitalista. Segundo Netto (2000) a questão social surge na Europa Ocidental, no século XIX, que vivenciava os efeitos da primeira onda industrializante do capitalismo, neste período a questão social se personificava num pauperismo sem precedentes, algo nunca visto antes na história, por mais que a diferenciação entre ricos e pobres existisse há tempos, nesse caso assumiam-se papéis diferentes, a pobreza que se instalou e crescia estava diretamente ligada à produção da riqueza.

Um das características mais marcantes do sistema capitalista é a naturalização, pela ideologia burguesa, das expressões da questão social, o capital se estende até o ideológico popular e transforma grandes violências e violações por ele produzidos em acasos, falta de sorte e, o mais popular, falta de empenho.

Lourenço (2014) afirma que falar sobre o trabalho infantil como uma das expressões da questão social é dizer que essa forma de violência e negligência é resultado do sistema em que se está inserido. Anos se passaram desde a ocorrência dos fatos narrados acima, lutas foram travadas, leis promulgadas, ganhos significativos no âmbito social, porém a realidade que se vê hoje é um vislumbre desse passado. Há de se reconhecer que diversas empresas, hoje, temerosas com a má publicidade não se valem diretamente do trabalho infantil em suas fábricas e empresas, porém isso não significa afirmar que as mesmas não utilizam essa mão de obra de maneira indireta. (LOURENÇO, 2014)

CONCLUSÕES

Consideramos, por fim, que o filho do pobre é “punido” pelo seu ócio. Enquanto crianças oriundas de famílias abastadas tem direito a infância em sua maneira mais integral, indo à escola, brincando, tendo momentos de lazer em família etc., crianças e adolescentes pobres são vistos, em seu ócio, como possíveis ameaças à sociedade.

Mediante a isso há muito trabalho a se fazer, pois a mesma legislação que deveria proteger a infância e adolescência, tem em seus executores um ideário de marginalização do pobre que realmente acreditam que o trabalho é o melhor caminho para o filho do pobre, isso ocorre através de autorizações judiciais em que juízes permitem o trabalho de adolescentes de maneira precoce, em nome da “formação de caráter” dos mesmos (LOURENÇO, 2014, p. 298). Essa realidade que rege a vida de inúmeras crianças e adolescentes lhes tira a infância e a opção, trazendo a eles a visão de que o seu lugar é na servidão.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

LIMA, Mariana. Trabalho infantil ainda é realidade para 998 mil crianças brasileiras. **Observatório do Terceiro Setor**, N.l., v. 0, n. 0, p. 1-1, 27 maio 2019. Diária. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/trabalho-infantil-ainda-e-realidade-para-998-mil-criancas-brasileiras/>. Acesso em: 11 out. 2020.

LIRA, Terçália Suassuna Vaz; Feix PERUZZO, Juliane. O trabalho infantil doméstico nas economias periféricas dependentes: particularidades no Brasil. **Argumentum**, vol. 8, núm. 3, 2016, pp. 91-104 Universidade Federal do Espírito Santo Vitória, Brasil

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. /, n. 118, p. 294-317, abr. 2014.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 7., 2000, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Abepss, 2000. v. 1, p. 1-5.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



PRECARIEDADE DO ACESSO À ÁGUA EM BREVES MARAJÓ-PA: idosas marajoaras e seus desafios cotidianos

ELIZANDRA GOMES DE LIMA¹

INTRODUÇÃO

O saneamento básico, segundo a lei nº 11.445 de janeiro de 2007, art. 3º, inciso I, é composto pelos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (BRASIL, 2007). São medidas de preservação/modificação do meio ambiente a fim de prevenir doenças, promover saúde, melhorar a qualidade de vida e a economia local (TRATA BRASIL, 2012).

Neste trabalho, o saneamento básico terá como recorte o acesso à água, pois apesar dos avanços na legislação e demais aparatos jurídicos que reconhecem sua importância para garantir à população condições saudáveis de vida, enfrenta diversas dificuldades para se efetivar enquanto política pública em regiões como o município de Breves, no Marajó Ocidental-PA. A Organização das Nações Unidas-ONU consagrou o acesso à água como direito humano em 2010², entretanto, o maior desafio é a universalização desse direito intrínseco a manutenção e reprodução da vida humana. Na falta desse recurso, ou falha no fornecimento, os grupos mais prejudicados são as

¹Graduada em Letras pela Universidade Pitágoras Unopar em 2019, discente 7º semestre do curso de Serviço Social, bolsista da Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves (FACSS-UFPA-CUMB). E-mail: lillydelima.ldl@gmail.com.

² “Em 28 de Julho de 2010 a Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução A/RES/64/292 declarou a água limpa e segura e o saneamento um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos” (UNW-DPAC, 2005-2015).

mulheres, de todas as idades, conforme explicita o documento Mulheres & Saneamento disponibilizado no *site* do Instituto Trata Brasil:

Devido ao papel desempenhado pela mulher nas atividades domésticas e nos cuidados com pessoas, a falta de água afeta de maneira mais intensa a vida das mulheres do que a dos homens. O relatório das Nações Unidas (2016), ressalta o fato de que as mulheres desempenham trabalhos não remunerados (doméstico e de cuidados) três vezes mais do que os homens os fazem. Assim, como cuidadoras, as mulheres são mais afetadas quando membros da família adoecem como resultado da inadequação do acesso à água, ao esgotamento sanitário e à higiene. Também devido a esse papel, as mulheres estão em maior contato físico com a água contaminada e com dejetos humanos quando a infraestrutura de saneamento é inadequada (TRATA BRASIL, [s.d.], p. 2).

As mulheres são sobrecarregadas pela imposição do “dever” de cuidados domésticos e com os demais membros familiares, isso retrata a desigualdade de gênero oriunda das relações produzidas dentro do sistema capitalista decorrentes da contradição capital trabalho. O contato com a água não potável e/ou a inexistência do saneamento básico propicia diversas doenças e prejuízos a esse grupo social. O mesmo documento relata que segundo informações do DATASUS, dos 4.809 óbitos decorrentes de doenças gastrointestinais em 2013, 2.614 foram mulheres (54,4%), a maioria idosas, 73,7% tinha mais de 60 anos, enquanto 15,2% das mortes foram em meninas de até 14 anos de idade (TRATA BRASIL, [s.d.]).

Diante disso, este trabalho objetiva refletir sobre as demandas presentes na trajetória de vida das mulheres idosas marajoaras, bem como evidenciar os desafios postos ao grupo social frente a inexistência da política de saneamento básico. Os objetivos específicos são: dar visibilidade às demandas presentes nos relatos das participantes da pesquisa e proporcionar a reflexão da importância da água para amenizar os prejuízos na vida das mulheres.

Palavras-chave: Água. Políticas Públicas. Idosas marajoaras.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os resultados aqui expostos foram adquiridos por intermédio do projeto de pesquisa submetido e aceito pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PROPESP UFPA: **A luta pelo acesso à água em Breves Marajó-PA**: um estudo pautado na história de mulheres idosas e suas narrativas, coordenado pela professora Dra. Ana Maria Smith Santos, com vigência de 08/2019 a 07/2020, tendo como bolsista a discente Elizandra Gomes de Lima. A proposta teve como

objetivos: Identificar dados sobre a ausência de políticas públicas na trajetória de mulheres idosas, considerando suas demandas na luta pelo acesso à água, por meio da coleta das narrativas sobre as experiências das idosas a fim de compreender as dificuldades enfrentadas desde sua chegada à área da cidade; observando as rotinas para o acesso à água e as estratégias para torná-la potável.

A metodologia deste texto está pautada em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, em escritos de Branco (2020) e Lima (2020), junto a análise dos documentos: Mulheres e Saneamento ([s.d.]), Água Para a Vida (2005-2015), Manual do Saneamento Básico (2012) e a lei nº 11.445 de janeiro de 2007. Utilizou-se a história oral e a observação para captar os relatos e todas as demais expressões possíveis nas entrevistas. Para Branco (2020) a partir destas narrativas é possível anexar ao trabalho “ [...] fontes esquecidas, ignoradas ou negligenciadas pela história oficial e por levantamentos tradicionais que se orientam a partir de registros escritos” (BRANCO, 2020, p. 09).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No município de Breves a situação também é complexa, de acordo com informações levantadas pelo Observatório do Marajó em 2020, 50% da população reside na área urbana; 49% são mulheres; 80% da população é negra e 19% branca. Sobre o saneamento, **31% das pessoas possui abastecimento de água** por rede geral de distribuição (serviço prestado pelo município), enquanto 68,3% sem acesso à rede geral. 23% possui banheiro e água encanada, 77% não têm nas residências. Além disso, 7,6% declararam ter esgotamento sanitário e fossas sépticas e 92,4% não possui. O município não possui Política Municipal e o Plano Municipal de Saneamento (OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ, 2020).

Ao longo das entrevistas desenvolvidas no projeto de pesquisa mencionado constatou-se diversos problemas enfrentados pelas participantes desde sua chegada à área urbana do município, entre eles: *A Companhia de Saneamento do Município³ não atende nem metade da população demandante dos serviços; *Precisam criar estratégias de acesso à água: comprar de terceiros que comercializam informalmente, utilizar locais cedidos para cavar poços que

³Companhia de Saneamento do Pará-COSANPA, possui uma filial na cidade, situada na Av: Rio Branco, SN, Bairro Centro.

transbordam no inverno e secam no verão, armazenar água da chuva, contar com a doação de água dos poços de vizinhos, carregar água em baldes, fazer ligações independentes da rede de distribuição, pois a empresa não realiza manutenção e nem amplia os serviços há anos; *Ao longo da trajetória na labuta por água, adquiriram cicatrizes físicas de quedas, dores constantes de cabeça, perda parcial de movimentos de alguns dos membros ou acidentes decorrentes da situação vivenciada, bem como emocionais ao relembrem o sofrimento e o descaso, apontado por elas, do Estado com a demanda ainda recorrente; *Dificuldades em manusear a bomba, às vezes, é necessário fazer sucção com a boca por vir fraca da rede e precisam de terceiros. Entre as vantagens da pesquisa, pode-se refletir junto às idosas sobre o acesso à água enquanto política pública que deveria ser efetivada pelo Estado, além de oportunizar o diálogo, na busca por estratégias coletivas de intervenção, contudo, as limitações emergiram desde a eclosão da pandemia do Covid-19 (SARS-CoV-2)⁴ no município desde março de 2020, com o isolamento social a ida a campo foi inviabilizada.

CONCLUSÕES

Desta feita, a água é um direito humano, necessário para a manutenção e reprodução da vida humana, não existe vida sem água, assim como a sua não potabilidade prejudica milhões de pessoas. Os objetivos foram alcançados, apesar dos percalços e a paralisação devido a pandemia não permitindo atingir algumas metas, constatou-se que as mulheres marajoaras enfrentam inúmeros empecilhos para exercer cidadania e ter o básico para a sobrevivência com dignidade, contudo, esta pesquisa não se exaure aqui, é necessário outras contribuições para juntos construirmos propostas coletivas que fortaleçam os avanços existentes na tentativa de efetivar a política de saneamento básico e melhores condições de vida para a população marajoara.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Samantha Castelo. História oral: reflexões sobre aplicações e implicações. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, vol. 8, nº 13, p. 8-27, Jan/Jul/2020, ISSN: 2318–1966, 2020. Disponível em:

⁴A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. (Ministério da Saúde, [s.d.]). Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 22/04/2021.

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/download/18488/11674>. Acesso em: 05/05/2021.

BRASIL. **Lei nº 11.445**, dispõe sobre as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Planalto, 11/01/2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 06/05/2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Mulheres & Saneamento**. BRK Ambiental. Instituto Trata Brasil, [s.d.]. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5beeb2594611a0f1b6318134/t/5c1d28cf03ce64afea2c667d/1545414939516/brk-ambiental_instituto-trata-brasil_mulheres-e-saneamento.pdf. Acesso em: 22/04/2021.

_____. **Manual do saneamento básico**: entendendo o saneamento básico ambiental no Brasil e sua importância socioeconômica. Instituto Trata Brasil: 2012. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa16/manual-imprensa.pdf>. Acesso em: 16/04/2021.

LIMA, Elizandra Gomes de. **Relatório Final**: Narrativas de Mulheres Idosas: um estudo sobre as vivências e dificuldades de acesso à água em Breves Marajó-PA. Projeto de Pesquisa: A Luta pelo Acesso à Água em Breves Marajó-PA: Um estudo pautado na história de mulheres idosas e suas narrativas. Faculdade de Serviço Social-Breves/UFGA: Breves, 2020.

ONU. **Água para a Vida**, 2005-2015. Programa da Década da Água da ONU-Água sobre Advocacia e Comunicação (UNW-DPAC). Escritório das Nações Unidas de apoio à Década Internacional de Ação (UNO-IDFA): 2005-2015. Disponível em: https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf. Acesso em 10/04/2021.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



PRODUÇÃO DE CUIDADO FAMILIAR NA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL E AS IMPLICAÇÕES DE CLASSE SOCIAL

LUCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA¹
LAYARA ARAÚJO CABRAL²

INTRODUÇÃO

No Brasil, a institucionalização via modelo manicomial tornou-se o trato estatal hegemônico da loucura, inserido no rol das respostas às manifestações da questão social, desde o século XIX. Com o processo de desinstitucionalização em saúde mental há redirecionamento do modelo de atenção, para uma forma de cuidar cidadã e comunitária.

A partir da Constituição Federal de 1988 e com a criação da Seguridade Social, baseada no tripé saúde, assistência social e previdência, a saúde é universalizada, considerada um direito social e um dever do Estado. Nesse contexto, a concepção de saúde é ampliada, englobando os determinantes sociais do processo saúde doença cuidado envolvendo condições de habitação, emprego, lazer, dentre outros aspectos.

Desse modo, com a pessoa sendo cuidada na comunidade, a família também é deslocada de seu antigo lugar de mera visita ou informante da situação de saúde mental e de seus agravos diante dos serviços de saúde mental, passa a ser considerada parceira no processo.

¹ Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente atua como docente na Universidade Federal do Piauí, no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. E-mail: luciacsrosa@gmail.com.

² Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Bolsista de Iniciação Científica da UFPI desenvolvendo a pesquisa: "Família no processo de desinstitucionalização em saúde mental no Brasil e no Piauí: dimensões de classe, gênero e etnias". E-mail: layyara@hotmail.com.

Contudo, apesar da universalidade do SUS, vários estudos vêm mostrando o quão o acesso a serviços de saúde mental é desigual, e como os pobres configuram-se como usuários majoritários do SUS, como mostra Rita Barata, no livro *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde* (2009). Robert Castel (1978) mostra que o paradigma manicomial de atenção à pessoa com transtorno mental visou a um segmento da loucura específico, o louco pobre, o que foi reproduzido no Brasil. Mesmo com a Constituição Federal de 1988, os estudiosos vêm sinalizando que o SUS ainda é utilizado majoritariamente pelos pobres, que totalizam de 70 a 80% dos usuários da política pública de saúde.

Nesse contexto é a família pobre que sofre os impactos de ter uma pessoa com transtorno mental em seu meio, tendo que gerir a condição de pobreza, associada a outras destituições sociais, inclusive as expressões da loucura. Todavia, os estudos que tratam da família na saúde mental e, sobretudo no processo de desinstitucionalização no contexto brasileiro, a tratam como um grupo ahistórico/descontextualizado ou ignorando seus pertencimentos de classe social.

Essa lacuna também pode ser observada no processo formativo, que embora no Projeto Ético-Político do Serviço Social com sua matriz marxiana, priorize tal recorte, ainda há limites em se abordar na saúde/saúde mental tais marcadores, posto parecer que as manifestações do empobrecimento e da pobreza, no seu sentido estritamente econômico, ganham realce. Para contribuir no processo de superação dessa lacuna é que se propôs o presente estudo.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as manifestações de classe social e sua transversalidade com os processos de desinstitucionalização em saúde mental. Quanto aos objetivos específicos, visou-se a) caracterizar as manifestações de classe social, a partir da condição majoritária de segmentos de trabalhadores pobres no SUS; b) identificar como a produção acadêmica trata as relações de classe social na saúde mental e, particularmente nos processos de desinstitucionalização; c) levantar as tendências em relação à reconfiguração do trato da classe social, contemplando as particularidades do processo de produção de cuidado no âmbito familiar.

Palavras-chave: Saúde mental. Classe social. Desinstitucionalização.

MATERIAIS E MÉTODOS

Tratou-se de um estudo baseado em revisão de literatura, em que foi levantado dados secundários a partir de bases de dados virtuais, como Biblioteca Virtual em Saúde; Scielo e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, com a finalidade de levantar e analisar artigos e pesquisas (dissertações e teses) que foquem nas manifestações de classe social na política de saúde mental, no contexto da desinstitucionalização, de 2010 a 2015, que circunscreve o período de implantação e implementação da Rede de Atenção Psicossocial. Além disso, utilizou-se o texto As pesquisas denominadas estado da arte (2020), da autora Norma Sandra de Almeida Ferreira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Obeve-se 6 textos para a análise e ao revisar tais literaturas selecionadas, bem como seus resumos e referências bibliográficas, pôde-se perceber em suas abordagens a utilização de vários outros autores importantes para as discussões, com isso foram escolhidas dessa análise mais 2 obras a fim de embasar os estudos, no entanto as datações situam-se entre os anos 1991 a 2010, ou seja, não são datas recentes.

Para alargar o referencial teórico, foram sugeridos pela orientadora alguns dos autores mais relevantes na área, a exemplo de Luiz Fernando Dias Duarte, o qual escreveu a obra: Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas (1988), contudo houveram diversos percalços no acesso às demais obras, visto que não era possível o acesso à biblioteca universitária, tendo em vista o contexto pandêmico. Desse modo, recorreu-se às obras virtuais, as quais nem todas encontram-se disponíveis ou na íntegra.

Como o eixo da pesquisa era centrado na categoria classe social, para discutir a realidade dos familiares na saúde mental, em uma sociedade capitalista, classista, fundamentou-se em uma perspectiva marxista, haja vista o conceito de classe social ter várias definições a partir das diferentes tradições teóricas.

Desse modo, iniciaram-se os estudos, coletivamente, discutindo o conceito de desigualdades sociais, haja vista as mesmas serem materializadas a partir da posição que cada família ocupa na estrutura da sociedade capitalista.

As desigualdades foram conceituadas e discutidas a partir da obra *Como e porque as desigualdades sociais fazem mal a saúde* de Rita Barata (2009), a qual aborda sobre os marcadores classe social, gênero e etnia no processo saúde\doença e direciona a análise por meio de teorias, as quais rompem com as explicações simplistas por vezes encontradas nos demais textos. Desigualdades para essa autora são: “[...] situações que implicam algum grau de injustiça, isto é, diferenças que são injustas porque estão associadas a características sociais que sistematicamente colocam alguns grupos em desvantagens com relação a oportunidade de ser e se manter sadio” (BARATA, 2009, p.12).

A categoria classe social, para efeitos desse estudo, foi apropriada de Jackson Sampaio, um médico nordestino psiquiatra marxista, que a concebe como: “[...] uma categoria teórica primeira que explica a heterogeneidade estrutural da população humana e seus vários modos de gozar a vida, sofrer a vida, adoecer e morrer” (SAMPAIO, 1998, p. 74).

Constatou-se que classe social é um marcador que, embora recorrente na literatura da saúde em geral, está pouco aprofundado no meio acadêmico da saúde mental e que quando se apresenta está entrecruzado com as dimensões de gênero e raça/etnia. Como tendência nos estudos sobre o trato da classe social, identificou-se que as produções que se relacionam à família remetem à divisão sexual do trabalho na provisão de cuidado, sobretudo à prevalência das mulheres como principais cuidadoras, manifestando-se o viés classe social por meio da naturalização do trabalho como “decorrente das relações afetivas”, que muitas vezes é incorporado pelas mulheres, o que tende a redundar em agravos à saúde dessas, advindos da associação entre produzir cuidado e realizar paralelamente trabalhos informais, o que se expressa na dupla/múltiplas jornadas de trabalho. Além disso, é caracterizado na literatura sobrecargas objetivas (materiais) e subjetivas (percepção de encargos emocionais) em virtude do trabalho doméstico de cuidar.

CONCLUSÕES

Conclui-se que há maior volume de produção no que tange aos marcadores gênero e raça/etnia na saúde mental, observando-se também a transversalidade que há com essas categorias, pois dos 6 textos encontrados 3 discutem tais dimensões e as relacionam com classe social, tendo em vista que os reflexos dos transtornos mentais direcionam para as questões de

desigualdade de gênero e raça/etnia, tanto no acesso aos serviços, quanto nos impactos em relação à família que é demandada a prover cuidados. Identificou-se o baixo investimento na categoria classe social na saúde mental, o que sinaliza a secundarização da perspectiva marxiana e marxista na saúde mental. Tal fato sinaliza para baixos investimentos a partir da realidade socioeconômica do público majoritário do SUS. Mostra ainda ser fundamental investimentos analíticos a partir da categoria classe social na saúde mental, sobretudo por não haver discussões suficientes a respeito. Nesse sentido, entende-se a necessidade de um maior debruçamento acerca de tal marcador, até porque classe social é uma categoria analítica inacabada, no cerne do referencial teórico marxiano.

REFERÊNCIAS

BARATA, R.B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Temas em Saúde collection. 120 p. ISBN 978-85-7541-391-3. Disponível em:

<<https://portal.fiocruz.br/livro/como-e-por-que-desigualdades-sociais-fazem-mal-saude-e-book-interativo#:~:text=O%20livro%20de%20Rita%20Barradas,pesquisa%20epidemiol%C3%B3gica%20sobre%20o%20assunto>>. Acesso em: 29 de out. 2020.

CASTEL, R. **A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

DUARTE, L. F. D. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

SAMPAIO, J. J. C. **Epidemiologia da imprecisão: processo saúde/doença mental como objeto da epidemiologia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MARINHEIRO NA PANDEMIA: reflexão para o serviço social

MÁRCIA REGINA GALVÃO DE ALMEIDA¹
ELAINE MARIA DO NASCIMENTO²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é oriundo de reflexões feitas a partir da atuação profissional, enquanto Assistente Social, e da pesquisa, em andamento, realizada pela presente pesquisadora, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI e, tem como principal objetivo compreender a realidade do protagonismo da mulher negra na Comunidade Remanescente Quilombola Marinheiro em Piripiri-PI, em relação ao contexto pandêmico no Brasil. A Comunidade Marinheiro é composta por 87 (oitenta e sete) famílias, e obteve certificado de autorreconhecimento ou autodefinição emitido pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2017 como Comunidade Remanescente Quilombola.

Esse objetivo se justifica, em especial, pela lacuna de pesquisas sobre questão racial e quilombola no Serviço Social, onde acreditamos ser fundamental a realização de estudos que abordem sobre a questão étnico-racial, tão poucos discutidos pela profissão, fator que inviabiliza a realização de um diálogo aprofundado com as categorias analíticas (ética, política e profissional) defendidas pelo Projeto Ético-Político-Pedagógico da profissão.

O Serviço Social, durante muito tempo acreditou que apenas a luta de classes resolvia todos os eixos opressores, porém, a precarização que vivem os quilombolas no Brasil,

¹ Assistente Social. Mestranda em Políticas Públicas PPGPP/UFPI. E-mail:galvaomarcia81@gmail.com.

² Assistente Social. Universidade Federal do Piauí. E-mail:negraelaine@gmail.com.

especialmente na pandemia da covid-19, nos leva a perceber os múltiplos reflexos da questão social nesse universo. Porém, no Serviço Social ainda é reduzida a discussão sobre famílias negras e mais distante ainda são pesquisas sobre quilombolas. “O negro está ausente ou excluído do debate que envolve não somente a discussão acerca da questão familiar, mas também da maioria dos assuntos discutidos pela categoria” (SOUZA; BRITO, 2018, p. 2).

Palavras-chave: Controle Social. Pet-Saúde. Serviço Social.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização desse estudo, a metodologia empregada é de cunho qualitativa, que segundo Minayo (2001) “procura compreender uma dimensão da realidade que não é quantificada, trabalhando assim, com o universo de símbolos e significados, valores e crenças, correspondentes as relações sociais nas comunidades”. (MINAYO,2001). O método utilizado nessa teoria etnográfica foi a observação indireta através de relatos etnográficos. “A Teoria Etnográfica proporciona a compreensão da realidade de significados, pois procura construir uma matriz de inteligibilidade que ajuda na compreensão de outras realidades”. (GOLDMAN, 2006).

A pesquisa em andamento traz grandes desafios, no contexto pandêmico, quanto a sua execução na coleta de dados. As narrativas sobre a realidade das famílias quilombolas são realizadas por chamadas de vídeos e áudios enviados pelo WhatsApp entre as mulheres da Associação do quilombo Marinheiro e a pesquisadora. Os dados analisados se dão a partir do método de interpretação de sentidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil e na América Latina, a violação colonial de mulheres negras e indígenas por aristocratas brancos e o fenômeno da miscigenação são as raízes de todas as construções de nossa identidade nacional, que constitui o mito da democracia racial latino-americana, e o Brasil atingiu suas consequências final. Racismo, patriarcalismo, capitalismo e desigualdade de gênero que atravessam ao mesmo tempo os corpos de mulheres quilombolas, e que, no contexto da crise humanitária/sanitária, revelam a extrema agudização estrutural das desigualdades sociais

impetradas pelo neoliberalismo no Estado Necropolítico, reforçam as mazelas sociais expressas no interior das comunidades rurais negras. As mulheres negras estão no papel da cultura nacional e sua atuação na formação dessa cultura é negada; a desigualdade de gênero tornou-se cada vez mais séria; e a violência sexual contra as mulheres negras se transformou em romance (CARNEIRO, s-d).

A fragilidade com que a mulher é tratada pela perspectiva patriarcal, entende a autora, não é reconhecida pelo segmento de mulheres negras, que sempre precisaram trabalhar, em várias funções, tais como, vendedoras, quituteiras, prostitutas. Esse contingente da população, não foi reconhecido e foi estereotipado, em especial, pela tentativa de apagar a categoria de raça do discurso nacional da democracia racial, porque sem essa linguagem os pesquisadores não poderiam descrever as desigualdades raciais que abalam a vida das pessoas e comunidades negras do Brasil (COLLINS, BILGE, s-d). A autora ainda diz que as mulheres afro-brasileiras constituíam uma parcela considerável e visível do Brasil, todavia, por causa da exclusão da categoria de raça, as mulheres negras não existiam como segmento formal da sociedade brasileira. Pode-se dizer que “as mulheres negras desafiaram essas interconexões históricas entre ideias de raça e projeto de construção de nação do Brasil como cenário de apagamento das mulheres afro-brasileiras” (COLLINS; BILGE, s-d, p. 16).

Ao longo da história social do Brasil, as pessoas se opuseram ao reconhecimento da luta e da participação das mulheres negras em todos os setores da sociedade, principalmente no que se refere às mulheres do campo, pois na sociedade camponesa o processo produtivo está relacionado ao universo masculino. Porém, na realidade dos agricultores, a participação das mulheres no trabalho das cooperativas, as protagonistas das lutas cotidianas, das atividades produtivas e domésticas apresentaram forte atuação (GUEDES; SALGADO, 2017).

Observa-se, que na realidade da Comunidade Quilombola Marinheiro, o protagonismo da mulher negra e quilombola ganha ênfase, principalmente com a performance política das mulheres da Associação dos Trabalhadores (as) Rurais do Quilombo Marinheiro. Segundo relato das líderes da comunidade, as lutas travadas pela associação, nesse tempo de pandemia, são as mesmas travadas historicamente contra os atores políticos do Estado do Piauí e do município de Piripiri, direcionadas para melhoria na oferta dos serviços de saúde, assistência social, educação e da regulamentação fundiária.

A comunidade Quilombola Marinheiro, ultimamente está contemplada apenas por uma escola do ensino fundamental, o que proporciona uma falta de qualificação para a população, dificultando até no processo de reconhecimento dos indivíduos como membros de uma comunidade quilombola, atenuado pelo constante preconceito racial, social e econômico sofrido pela população dessa comunidade. Em tempos de pandemia, a comunidade passa por uma dificuldade extrema com relação à testagem e a tratamento que devem ser realizados as pessoas com sintomas da covid-19. Isso acontece devido à falta de uma unidade básica de saúde na comunidade, que só consegue acesso aos serviços de saúde, nas cidades de Capitão de Campos e na sede em Piripiri, ambas no Estado do Piauí.

Conforme a fala das mulheres do quilombo, a principal luta travada pela Comunidade Marinheiro é com relação à questão fundiária, haja vista que, na atualidade, a organização das comunidades quilombolas remanescentes “dá-se mediante necessidade de defesa do território frente a pressões pela inserção na lógica das sociedades urbano-industriais, marcadas por impactos socioambientais permeados por injustiça ambiental” (SANTOS, 2017, p. 1). Uma dessas injustiças ambientais foi à apropriação por parte de pessoas externas aos documentos realizados no levantamento sobre a identidade étnica e sobre a parte fundiária do território pertencente à Comunidade Marinheiro. O que demonstra que a necropolítica do Estado brasileiro em seus vários níveis, atua na resseção dos direitos das populações tradicionais.

CONCLUSÕES

Como foi explanado, o presente trabalho teve como objetivo compreender o protagonismo da mulher negra na Comunidade Quilombola Marinheiro em tempos de pandemia da covid-19. Observou-se na imersão da literatura que as comunidades negras e, em especial, as mulheres negras, foram invisibilizadas pelo estado brasileiro, que por meio da democracia racial, não permitiu a compreensão da realidade desses segmentos sociais, principalmente porque o Brasil se constitui como uma sociedade escravocrata, racista e patriarcal.

Todavia, pode-se ser observado que a realidade de cada comunidade é singular, em que mesmo com o sistema econômico rural sendo pautada na atividade masculina, na comunidade Quilombola Marinheiro, o protagonismo da mulher negra salta aos olhos na atuação política das líderes da associação que, como líderes comunitárias, incentivam e organizam os membros da

comunidade a lutarem por seus direitos e superarem os preconceitos e as dificuldades encontradas, principalmente na pandemia, quanto ao acesso aos serviços de saúde, assistência social, educação e da demora na regulamentação fundiária. Para os quilombos, a pandemia da Covid-19 é sinônimo de abandono, racismo e necropolítica. Portanto, o Serviço Social, redirecionando seus cabedais teóricos e metodológicos, para temáticas que envolvam as comunidades tradicionais, pode proporcionar uma série de pesquisas inéditas e relevantes socialmente, por proporcionarem a reflexão crítica e científica sobre essas realidades singulares, e visibilização da fala desses atores marginalizados da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BILGE, S; COLLINS, P. **O Movimento das Mulheres Negras no Brasil** IN MTUR. Introdução ao Pensamento Feminista Negro. São Paulo, [s-d].

CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo**: A situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero. [s-d].

GOLDMAN, M. **Como funciona a democracia**: Uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2006.

GUEDES, A; SALGADO, M. **Mulheres Quilombolas**: Breves considerações sobre gênero, raça e geração no Quilombo de Santa Rita da Barreira. Fortaleza - CE, 2017.

MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, A. **Protagonismo Político das Mulheres Quilombolas e violência de gênero**. Seminário Internacional Fazendo Gênero (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

SOUZA, S. BRITO, Â. **Desafios Teórico-metodológicos da pesquisa etnográfica para o serviço social**: as comunidades Quilombolas do Vale do Muruci. UFES, Vitória – ES, 2018.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



RELEVÂNCIA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA MULHER IDOSA NA CIDADE TIMON-MA

KLEDILZA MACEDO DE MESQUITA SOUSA¹
SAMYA YASMIN SOUSA SILVA²
TAILAN DE SOUSA SANTOS³

INTRODUÇÃO

De acordo com Hammerschmidt e Santana (2020) em decorrência do avanço da doença viral no Brasil, os idosos estão no centro discussão da pandemia COVID-19 e carecem de atenção especializada da Política de Assistência Social. Consignas Zimerman (2000) envelhecimento é um fenômeno complexo e multifacetado, pois envelhecer é um processo heterogêneo; ainda mais, assinala Teixeira (2017) que as camadas mais vulneráveis sentem os efeitos danosos da sociedade capitalista na maneira de envelhecer. Na luta pela superação das desigualdades e por condições dignas de vida, a Política de Assistência busca contribuir para assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, a partir da criação de possibilidades que visam à promoção de sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional do Idoso (PNI).

Para mais, a Política de Assistência Social oferta a Proteção Social Básica, isto implica em ações preventivas, antes das situações de risco social se instalar, garante a segurança de convívio,

¹Bacharelado em Serviço Social/ UNIFSA. Especialista em Saúde Mental e Famílias- FAEPI. Diretora da Proteção Social Básica em Timon-MA. E-mail: kledilza_mesquita3v@hotmail.com.

²Assistente Social. Bacharelado em Serviço Social – UFPI. Especialista em Trabalho Social e Assistência às Famílias. E-mail: samyas7980@hotmail.com.

³Assistente Social. Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Coordenadora do CRAS Cidade Nova em Timon-MA. Email: tailansemjuv@gmail.

relacionando-se à vivência e na relação familiar. Para os indivíduos desvalorizados socialmente, no âmbito relacional são contemplados pelo serviço aprofundado pela Política de Assistência Social: o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, situado na Proteção Básica, definido na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; forma de acesso é no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS ou Centro de Convivência. Sendo assim, as categorias: classe e gênero são determinantes na análise, pois apresentam correlação com diferenças e desigualdades que atravessam o envelhecer das mulheres, devido suas peculiaridades. Simultaneamente, urge destacar a nível local, o SCFV do CRAS Cidade Nova, na cidade de Timon-MA no enfrentamento das vulnerabilidades e risco sociais.

Assim, apresenta-se como objetivo geral: analisar o público idoso feminino atendido pelo SCFV do CRAS Cidade Nova da Cidade de Timon-MA partir das categorias gênero e classe frente a pandemia; e como objetivos específicos: descrever o segmento etário feminino acompanhado pelo SCFV do CRAS Cidade Nova, na cidade de Timon-MA; identificar as implicações de gênero e classe no envelhecimento; contextualizar a realidade institucional do presente serviço no contexto de pandemia.

Palavras-chave: Envelhecimento Feminino - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –Gênero.

MATERIAIS E MÉTODOS

A concepção teórico-metodológica utilizada é o materialismo histórico-dialético, que permite uma análise crítica do objeto de estudo. Os dados serão mostrados no formato de relato de experiência que foi extraído do cotidiano profissional das autoras deste artigo, através da experiência profissional adquirida durante a pandemia de Coronavírus. Em que se descreve o serviço municipal, sua dinâmica no cenário pandêmico; como também as expõe as informações obtidas nessa experiência, as quais foram analisadas, por meio da abordagem qualitativa para buscar a compreensão do fenômeno, mediante a revisão bibliográfica que apresenta o estudo de conhecimentos já existentes, de modo a obter um aprofundamento no referencial teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No dia 19 de março de 2020, o governador do estado do Maranhão decretou estado de calamidade pública e iniciou a implementação de medidas como o distanciamento social ampliado para conter a disseminação do COVID-19 e evitar o colapso do sistema de saúde do estado. Diante desse contexto, cabe abordar, a priori, da provisão dos serviços socioassistenciais no contexto local, a Proteção Social Básica, dispõe 5 CRAS e 2 SCFV, estes contemplam crianças, adolescentes e idosos. É ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias que é realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e operacionalizado em centros de convivência públicos.

Para mais, em decorrência do distanciamento social, o serviço de SCFV do CRAS Cidade Nova de Timon-MA, passou a funcionar de forma remota; os encontros virtuais acontecem duas vezes na semana pela plataforma digital, bem como o diálogo com a classe usuária ocorre por grupo online via *WhatsApp*, ao passo quem não participa de maneira virtual, é por contato telefônico do Assistente Social e Psicólogo. Vale constar que a equipe do CRAS é composta por: Coordenadora, Assistente Social, Psicólogo, Cadastradores do Cadastro Único, Orientador Social, Educador Físico. O quantitativo de atendidos antes da pandemia era 50 usuários; atualmente são 17 participantes, 15 são mulheres, é expressiva a parcela feminina, elas acentuadamente são chefes de família, residem em casas próprias, ademais cuidam e sustentam os seus netos e até bisnetos. Elas gostam das aulas de dança, pois se interessam por atividades lúdicas e recreativas que são ofertadas no serviço.

Em paralelo, é perceptível a redução de participantes, isso ocorreu devido a dificuldade de utilizar as tecnologias, falta de uma internet de qualidade e aparelhos móveis. Enquanto, o segmento longo feminino que continua nas atividades, expressa para Educadora Física, esta ministra as ações voltadas para idosos, saudade das atividades presenciais, angústia, solidão, e tristeza; originados do confinamento social. Algumas demandas relativas a depressão e violência contra idoso surgiram no cenário de pandemia, tais circunstâncias necessitaram de encaminhamento para Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da rede de atendimento do município..

Destarte, cabe assinalar que segundo Motta (1999) classe e gênero interferem nas subjetividades das pessoas idosas, tais dimensões articulam-se na dinâmica das relações da vida

social, aliás, determinam as distintas representações e atitudes relativas à condição de idoso (a). As mulheres idosas de classes populares, prevalentemente, são de chefes de família: viúvas, divorciadas e solteiras com filhos, estão propensas à solidão, ao lado disso, por causa da ínfima participação no mercado de trabalho, logo, são escassos os recursos pessoais para sobreviverem. Ademais, o encontro com similares geracionais torna-se o (re) descobrimento de interesses, recordações, novas vivências; é interessante ressaltar que para mulheres, maioria participantes de atividades coletivas, participarem de grupos, representa para elas- “companheirismo, liberação das “tristezas” e conflitos da vida familiar na pobreza.” (MOTTA, 1999, p.214).

CONCLUSÕES

Por fim, as categorias: classe e gênero refletem como é concebida a velhice para o sujeito e a sua forma de lidar com essa fase; adjunto, o quanto é visível à preponderância do sexo feminino em comparação ao sexo masculino na participação de atividades grupais do SCFV, em fator do presente serviço consolidar seu papel preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos. Além promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, desenvolver o sentimento de confiança, segurança, autoestima; propiciando um envelhecimento saudável; por conseguinte fortalecendo seus vínculos familiares e comunitários. Portanto, combate isolamento nessa fase da vida intensificado pela pandemia de COVID-19, e doenças desencadeadas por esse isolamento como a depressão. Infere-se relevância do SCFV de Timon-MA, sua funcionalidade e contribuição no enfrentamento das vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres idosas que são atendidas por esse serviço.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LOAS**. lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm> . Acesso em: 24 de Abril de 2021;

_____. Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm . Acesso em 24 de Abril de 2021;

_____. Ministério do Desenvolvimento Social/ Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de orientações serviço de proteção e atendimento integral à família e serviço de convivência e fortalecimento de vínculos articulação necessária na proteção social básica**. Brasília, 2016;

MOTTA, Alda Brito da. As dimensões de Gênero e Classe Social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu** (13). Campinas:1999, p.191-221;

TEIXEIRA; Solange Maria, **Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital** - Implicações para a Proteção Social no Brasil. São Paulo: Cortez,2017, 328 p.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artemed,2000.

HAMMERSCHMIDT, K. S. A.; SANTANA, R. F. Saúde do idoso em tempos de pandemia Covid-19. **Cogitareenferm**, Paraná, v. 2, p. 01-10, 2020.

G1GLOBO. **Governo decreta calamidade pública devido a casos de H1N1, Covid-19 e por causa das chuvas**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/03/19/governo-decreta-calamidade-publica-devido-a-casos-de-h1n1-covid-19-e-por-causa-das-chuvas.ghtml>Acesso em: 28 de abril de 2021.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



SAÚDE MENTAL E GÊNERO: as perspectivas da produção de cuidado familiar no processo de desinstitucionalização

ANA PAULA FARIAS DE OLIVEIRA¹
LÚCIA CRISTINA SANTOS ROSA²

INTRODUÇÃO

Historicamente, as manifestações do transtorno mental ficaram restritas à área da saúde, sobretudo a partir da conformação dos hospitais psiquiátricos, no modelo manicomial, constituído no Brasil a partir de 1852, baseando-se na presunção da periculosidade e incapacidade da pessoa com transtorno mental. A partir do processo de redemocratização, sobretudo no final dos anos de 1970, essa forma de cuidar é denunciada pela violação de direitos humanos, a partir da luta dos trabalhadores em saúde mental, que lutavam por melhores condições de trabalho, e assim, passam a dar visibilidade para as péssimas condições assistenciais. Além disso, com a constituição federal em 1988 e a criação da Seguridade Social, tripé saúde, assistência e previdência, a saúde tornou-se direito universal e adquire uma concepção ampliada englobando os determinantes sociais no processo saúde-doença.

Com o processo de desinstitucionalização em saúde mental, iniciado como política pública brasileira em saúde mental, a partir de 1990, e sobretudo com a Portaria 336/2002 é redirecionado o modelo de atenção, para uma forma de cuidar cidadã e comunitária. Ou seja, os direitos civis passam a ser preservados e legitimados pela Lei nº 10.216/2001, que estabelece

¹ Graduanda em Bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí, bolsista Pibic/UFPI na pesquisa Família no Processo de Desinstitucionalização em Saúde Mental no Brasil e no Piauí: dimensões gênero, classe e etnias. Email: anapaulafarias@ufpi.edu.br.

² Professora do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Email: luciacrosa@ufpi.edu.br.

que a internação será o último recurso, e não o primeiro, como historicamente se configurou, o que requer uma atenção em saúde mental integrada, que atue sobre todas as necessidades sociais da pessoa com transtorno mental que impliquem em agravos a seu quadro clínico, para além da enfermidade. Assim, com a pessoa sendo cuidada na comunidade, a família também é deslocada de seu antigo lugar de mera visita ou informante da situação de saúde mental e de seus agravos, diante dos serviços de saúde mental, passando a ser considerada parceira no processo. Assumindo vários lugares, como um recurso, um ente com sobrecargas a partir da produção do cuidado, uma avaliadora dos serviços de saúde mental, uma protagonista de direitos, uma provedora de cuidados e gestora de serviços, lugares e condições não excludentes entre si.

Nesse sentido, a presente proposta visa desenvolver a partir de revisão bibliográfica uma análise das articulações entre saúde mental e a questão de gênero, sobretudo no trato da situação das mulheres como cuidadoras, no sentido de investir na conciliação entre tempos de cuidado e tempo dedicados ao trabalho extraluar e divisão do trabalho de cuidar entre homens e mulheres no interior da dinâmica familiar, no trato com a pessoa com transtorno mental.

Palavras-chave: Saúde Mental. Gênero. Família.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo baseado em revisão de literatura, levantando dados secundários a partir das bases de dados virtuais: Biblioteca Virtual em Saúde - BVS, Google Acadêmico, Scielo e Biblioteca Digital de Dissertações e Teses – BDDT, com a finalidade de levantar e analisar artigos e pesquisas que foquem nas manifestações de gênero na política de saúde mental, no contexto da desinstitucionalização, de 2010 a 2015, que circunscreve o período de implantação e implementação da Rede de Atenção Psicossocial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que diz respeito ao gênero, segundo BARATA (2009), podemos conceituá-lo pelo aspecto biológico, gramatical ou social, cabendo aqui o conceito utilizado em saúde onde gênero

marca características para estabelecer contraste entre feminino e masculino, mas principalmente, focar as relações que se estabelecem entre os mesmos no âmbito social e que apresentam repercussões no estado de saúde e no acesso dos serviços. Esse termo, segundo Nancy Krieger, começou a ser introduzido para auxiliar a esclarecer o pensamento que surgia junto aos movimentos feministas no século XX, onde a principal preocupação era as diferenças entre homens e mulheres na sociedade ocidental. (BARATA, 2009, p.74).

Sendo assim, pode-se chamar desigualdades sociais situações que implicam algum grau de injustiça social, em relação a saúde, “são diferenças no estado de saúde entre grupos definidos por características sociais, tais como riqueza, educação, ocupação, raça e etnia, gênero e condições do local de moradia ou do trabalho” (BARATA, 2009, p.11).

Seguindo este pensamento, a autora trabalha em cima de algumas perguntas para abordar a relação entre saúde e gênero, entre elas identifica-se quais as explicações mais frequentes para tais desigualdades e quais as principais teorias utilizadas para entender as desigualdades dentro da saúde. Sobre estas, cabe uma observação, na América Latina a discussão sobre as desigualdades sociais vem sendo feita principalmente à luz da teoria da determinação social do processo saúde-doença, que segundo a autora “analisa a constituição do próprio sistema capitalista de produção e suas formas particulares de expressão nas diferentes sociedades, dando maior ênfase aos mecanismos de acumulação do capital e distribuição de poder”. (BARATA, 2009, p.18).

Em síntese, de acordo com estudos baseados em Oliveira (2000), Barata(2009) e Vasconcelos (2008), as mulheres por seu papel histórico de responsabilidade sobre filhos e membros da família, acaba em três tendências: 1) a maior percepção dos seus próprios problemas, assim maior acesso aos serviços de saúde, mesmo que de maneira preventiva; 2) os papéis designados tradicionalmente na divisão social e sexual do trabalho as mulheres implicam outras maneiras de adoecer e morrer; 3) a medicalização como forma de controle sobre corpo feminino, para permanecer no estereótipo feminino. O gênero feminino também se destaca entre os trabalhadores da saúde mental no contexto da reforma psiquiátrica, dado que a maioria das profissões no campo, na divisão sexual do trabalho, forjou a identidade feminina como um ser para cuidar do outro. Vasconcelos (2008, p.113-114), ao analisar a contribuição dos estudos feministas e de gênero em saúde mental, identifica quatro direções da literatura feminista em saúde mental, relacionadas a: (i) “[...] análise dos processos inconscientes associados à

reprodução das identidades psíquicas e da opressão de gênero”; (ii) “[...] as razões pelas altas taxas de prevalência de sofrimento psíquico entre as mulheres”; (iii) “[...] as formas opressivas de tratamento de mulheres em serviços de saúde mental”; e (iv) “[...] as condições opressivas das mulheres como principais provedoras do cuidado informal.”

E por fim sobre o processo de desinstitucionalização e o papel da família, apoiando-se em ROSA e SILVA (2014), entende-se por desinstitucionalização implicar novos contextos de vida para as pessoas com transtorno mental, bem como para seus familiares e “pretende mobilizar como atores os sujeitos sociais envolvidos, modificar as relações de poder entre os usuários e as instituições e produzir diversas ações de saúde mental substitutivas à internação no hospital psiquiátrico” (ROSA, SILVA, 2014, p. 254 apud OLIVEIRA; MARTINHAGO; MORAES, 2009, p. 33).

Assim, a família passa a ser “considerada um sujeito cuidador, estimulador da adesão da PCTM em relação ao projeto terapêutico singular, mas também precisa de cuidados e atenção, principalmente, por ser, quase sempre, apenas um cuidador que se sobrecarrega ou é sobrecarregado do cuidado familiar” (ROSA, SILVA, 2014, p. 257) e essa deve ser “reconhecida em sua complexidade, sendo protagonista e principal parceira dos serviços no provimento do cuidado à pessoa com transtorno mental, visto, desse modo, com relevância” (ROSA, SILVA, 2014, p. 257).

Cabe ainda, enfatizar que grande parte das referências não incluem pautas do movimento LGBTQ+, o qual possui demandas específicas e delicadas, reforçando as marcas do binarismo e deduzindo a falta de preparo dos profissionais na área e na criação e planejamento dos serviços prestados a essa parte da população. Quanto à produção das referências bibliográficas, no que se refere a área e o período de produção sobre o assunto identificou-se majoritariamente artigos realizados por profissionais e/ou estudantes de enfermagem, medicina e psicologia, com expansão de produções a partir de 2017. Entretanto, não abarcam necessariamente os aspectos sociais que correspondem e agregam a esta pesquisa, fato que pode ser observado pela quantidade de materiais escolhidos diante do todo nas plataformas utilizadas.

CONCLUSÕES

Diante dos resultados obtidos, observou-se a ausência de materiais focados na temática, majoritariamente os artigos baseiam-se nas condições biológicas da saúde mental, excluindo o

lado histórico social, assim como o recorte da família no processo. Portanto, mesmo que as produções e debates relativos a gênero e saúde estejam crescendo em suas diversas nuances, é imprescindível a continuação desse estudo na área da saúde mental com o recorte no processo de desinstitucionalização relacionado à família e suas subjetividades.

REFERÊNCIAS

BARATA, R.B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

BRASIL. **Legislação em saúde mental 1990-2004a**. 5ª Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Outras correntes teóricas fundamentais para o campo das abordagens psicossociais. P. 93-130. IN: VASCONCELOS, E.M (Org) **Abordagens psicossocial** volume I, história, teoria e trabalho no campo. São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, E. N. **Saúde mental e mulheres: sobrevivência, sofrimento e dependência química lícita**. Sobral: UVA, 2000.

ROSA, LCS. **Transtorno mental e o cuidado na família**. SP: Cortez, 2003.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



UM ESTUDO REFLEXIVO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E AS RELAÇÕES DE PODER NA SOCIEDADE

GEÓRGIA VIEIRA DE SOUSA¹

RESUMO

Neste resumo expandido analisamos, a partir da literatura científica, o gênero e as relações de poder no que tange à violência contra as mulheres apresentadas na base de dados Scielo. Trata-se de um estudo reflexivo, para o qual elaboramos uma pergunta norteadora, fizemos a busca pela amostragem na literatura, passando pela coleta de dados e apresentação da análise crítica. Seguimos para a discussão, através da interpretação do que foi encontrado e o diálogo entre os autores Bouvair (1960) e BUTLER (2003) sobre gênero; FOUCAULT (2015) sobre as relações de poder e a dominação masculina. Os textos analisados fizeram-nos perceber que, para além da diferença física e biológica, existe a dimensão socio-cultural que atravessa as relações entre o feminino e o masculino e que são simbolicamente construídas. Esse fato é responsável por perpetuar as desigualdades, por isso a importância de discutirmos gênero e poder, categorias essenciais para a compreensão dessas questões.

Palavras-chave: Modelo de assistência à saúde. Previdência Social. SUS.

¹ Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário INTA (2015) e especialista em Estratégias de Enfrentamento à Violência contra a Mulher pela Escola de Saúde Pública/ESP-CE (2021).

INTRODUÇÃO

A partir da definição trazida por Judith Butler (2003), o gênero apresenta-se como uma produção social, através de uma variável fluída que se apresenta em diferentes configurações, não sendo algo fixo e imutável. Foucault (2015) constata que o poder está por toda parte e provoca ações e, tal qual Butler afirma (uma variável fluída), não estando em uma instituição nem em ninguém, estando pois, nas relações sociais existentes, sendo também fruto da construção social.

Segundo o Atlas da Violência (2020), no Brasil são registradas quatro milhões de agressões (violência doméstica) por ano; somos o quinto país do mundo em feminicídio e o primeiro em transfeminicídio; a cada duas horas uma mulher é assassinada em solo brasileiro; o Ceará está entre os três estados no ranking dos que tiveram aumento de mais de vinte por cento no que concerne a violência contra as mulheres.

O interesse de pesquisa emergiu durante as aulas da especialização em Estratégias de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, ofertada pela Escola de Saúde Pública do Ceará - ESP, ao relacionar a violência vivida – pelas mulheres no dia-a-dia – com as abordagens. Reconhecer os traços que perpassam a relação entre mulheres e homens (feminino e masculino), perpassadas por assimetrias inerentes à construção social dos gêneros foi o objetivo desse artigo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Optamos por realizar um Estudo Reflexivo, utilizando a definição de descritores de busca para nortear a pesquisa e pautando-se na seguinte questão norteadora: Como se caracteriza as relações de poder na questão de gênero (feminino e masculino)? Realizamos a busca na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), a partir dos descritores “mulher”, “violência de gênero” e “relações de poder”, com a utilização do operador booleano “AND”. Por conta da abrangência do tema optamos por pesquisar apenas em uma base de dados.

Para a seleção das publicações, foram seguidas as etapas: 1) busca na base de dados segundo critérios de seleção estabelecidos (artigos originais publicados no período de janeiro 2010 a dezembro de 2020, em língua portuguesa e com texto completo de livre acesso, objetivando pegar o período pós criação e adaptação da lei nº 11.360/06); 2) exclusão de artigos

repetidos na busca inicial; 3) leitura do título e resumo dos artigos; 4) exclusão de artigos a partir da leitura do título e resumo por não atenderem ao objetivo do estudo; 5) leitura dos artigos na íntegra; 6) exclusão de artigos que não contemplem a temática e o objetivo proposto nesta revisão. Ao final da seleção, seis (6) artigos foram utilizados para compor esta revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos seis (6) artigos selecionados para esta revisão, com relação as inconformidades abordadas, quatro (4) evidenciaram a necessidade de entendimento sobre a diferença entre sexo e gênero, cinco (5) abordaram as relações de poder e o patriarcado e todos discorrem sobre a dominação masculina perpassada pela subjetividade presentes em nossa sociedade. Encontramos nos textos a discussão em torno da construção social acerca do ser homem e mulher, permeados pela cultura patriarcal e a educação de toda a população pauta-se no binarismo entre masculino e feminino.

Tal cultura é responsável pelas hierarquias e estruturas de poder que aparecem em toda e qualquer esfera da sociedade. Quando, em tempos de pandemia, a masculinidade encontra-se ameaçada e há um aumento da violência doméstica e familiar contra as mulheres; quando um homem agride verbal e fisicamente uma trabalhadora do sexo ou quando o ataque às mulheres do sertão brasileiro é minimizado e visto como natural, nota-se, nesses exemplos (retirados dos artigos), o quanto a dominação masculina encontra-se fincada nas relações sociais, constituindo-se um ponto extremamente importante para a busca da desconstrução desse poder invisível que paira sobre o mundo.

Os resultados evidenciaram a necessidade de diferenciar sexo e gênero. O primeiro é uma determinação biológica, ligada exclusivamente a anatomia e fisiologia que caracteriza e diferencia a mulher do homem. O segundo traz à reflexão a célebre frase de Beauvoir (1960) onde *“não se nasce mulher, torna-se”*, pelo fato de que ele engloba não apenas o aparelho reprodutor, o crescimento dos seios ou da barba, mas leva em consideração os aspectos sócio-culturais existentes entre o feminino e o masculino, os quais foram (e são) construídos historicamente.

Foucault (2015) nos afirma que o poder encontra-se em toda parte e provoca ações, ele não está fixo em uma instituição, pelo contrário, ele consegue permeiar nas relações sociais

existentes, dispondo de uma ação sobre outra. O homem exerce o poder de dominação e a mulher, o de subordinação, demonstrando claramente a assimetria da relação, instituindo a autoridade e obediência daquele em detrimento desta.

Trazendo o poder para a esfera da violência contra as mulheres, o homem utiliza-se de estratégias para a perpetuação dessa dominação, sendo ela perpassada pelas subjetividades que são contempladas nas mais variadas formas², representando o resultado da discrepância nas relações entre homens e mulheres, por isso as questões biopsicossociais devem ser levadas em consideração pelo fato de que, dependendo da cor, credo ou classe social, haverá uma forma de violência sofrida pelas mulheres. Vale ressaltar que a violência de gênero não é somente contra mulheres, mas no nosso texto iremos abordar apenas ela, pois não daríamos conta de abranger homossexuais, lésbicas e afins.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a **Covid-19**, doença causada pelo novo **coronavírus**, SARS-CoV2, como pandemia em março de 2020. Desde então vários protocolos precisam ser cumpridos, dentre eles o isolamento social. A maioria das violências perpetradas contra as mulheres são feitas pelos seus companheiros ou ex-companheiros, maridos e namorados e o ambiente onde elas ocorrem são no âmbito doméstico e familiar³. Dessa forma, trancar-se dentro de casa pode ser um protocolo seguro contra o vírus, mas um dos locais mais perigosos para as mulheres em situação de violência.

O machismo ganha mais força, pois o espaço antes dominado pelos homens (o público) anula-se e encontra-se atravessado pelo espaço, até então, feminino (o privado), provocando uma instabilidade nessas relações e corroborando com o aumento da violência contra as mulheres, observa-se então o aumento da violência domiciliar como efeito da diminuição desse poder. A tentativa de estabilizar o modelo de masculinidade definido historicamente ou o esforço de reconstituí-lo em novas configurações, foram as razões encontradas para explicar o fenômeno da violência contra as mulheres nesse período. Valendo ressaltar que esse espaço nunca foi seguro para elas, ainda mais em tempos de isolamento social.

² Consultar art. 5º da lei nº 11.360/06 – mais conhecida como Lei Maria da Penha, para aprofundar sobre os tipos de violência doméstica e familiar, que podem ser: física, psicológica, patrimonial, sexual e moral.

³ Dados são da 8ª edição da Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência em 2019.

CONCLUSÕES

Os textos destacaram essa relação entre poder e violência (apresentado de diversas formas), os autores trazidos para a discussão, junto aos artigos, evidenciaram o reforço à ideia de que existe uma hierarquia masculina que contribui diretamente para a perpetuação do sistema patriarcal que, conforme analisamos, sai da esfera pública e invade a privada (vice-versa).

Nos textos não foi possível identificar as redes de apoio para as mulheres em situação de violência. Essa seria então a abordagem proposta para um próximo estudo reflexivo, para que possamos discorrer sobre essa temática, tendo em vista que por hora foi possível compreender o gênero e as relações de poder no que tange a violência contra as mulheres. No Brasil, ainda temos como regra os padrões, valores e atitudes de cunho machista, dessa forma, o apoio que a mulher necessita nem sempre é fornecido pela rede constituída por familiares, amigos, as políticas públicas e sociais (saúde, assistência social, por exemplo), sendo necessária um aprofundamento sobre essa discussão.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BRASIL, **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006**, (Lei Maria da Penha).

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michael (1994). **Microfísica do poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2015.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Atlas da violência 2020**. Brasília: IPEA; FBSP, 2020. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36488&Itemid=432>. Acesso em: 20/12/2020.



EIXO

6

**MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO
SOCIAL NA PANDEMIA DA
COVID-19, ESTADO, SOCIEDADE
CIVIL E OS DESAFIOS PARA O
SERVIÇO SOCIAL**

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A CAPITAL PROTEGE O CAPITAL: análise da proteção social no distrito federal em tempos de pandemia

Anna Júlia Medeiros Lopes Garcia¹
Anna Clara Soares de Oliveira²
Thaís Kristosch Imperatori³

INTRODUÇÃO

A pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020 possui desdobramentos sanitários, econômicos, políticos e sociais. De acordo com Moreira (2020), a crise que está em curso é uma crise capitalista de fracasso do neoliberalismo, embora com determinações sanitárias. A chegada da Covid-19 ocorreu sob um cenário de aprofundamento do neoliberalismo que se expressa sobretudo no encolhimento do Estado na atuação no campo social e com o severo desmonte das políticas sociais.

A partir da compreensão que a proteção social é construída na relação entre Estado e sociedade civil na busca por atendimento a necessidades humanas básicas (PEREIRA, 2006), entende-se que o Governo do Distrito Federal (GDF), sobretudo em situação de calamidade pública, deveria assumir o protagonismo nas ações de combate ao vírus, garantia de condições dignas de vida da população e concretização de direitos sociais. Conforme previsto na

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social - GEPEDSS. Email: anna17garcia@gmail.com.

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília e pesquisadora do GEPEDSS. Email: annaclarasdo@gmail.com.

³ Professora do Departamento de Serviço Social da UnB. Líder do GEPEDSS e tutora do Programa de Educação Tutorial do curso de Serviço Social da UnB. Email: thaismperatori@unb.br.

Constituição Federal de 1988, a saúde é um direito social e dever do Estado garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos.

Tem-se como objetivo dessa pesquisa observar os impactos dos determinantes sociais no enfrentamento da Covid-19 e o papel do Estado na implementação de políticas sociais; e analisar a conjuntura e os fundamentos políticos no processo de formulação das normativas para proteção social no âmbito do Distrito Federal.

Palavras-chave: Proteção social. Covid-19. Distrito Federal.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca conhecer a realidade e explicar os significados dos fenômenos sociais através de descrições, comparações, interpretações e contextualizações. A pesquisa adotou o método histórico-dialético, reconhecendo a historicidade, totalidade e contradição dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais e compreendendo a dinâmica das decisões públicas.

Foi realizado o levantamento documental através da seleção de leis e atos normativos, assim como notícias publicadas em sites oficiais do GDF referentes às medidas de proteção social no cenário de enfrentamento à Covid-19. No mapeamento das proposições normativas dos poderes Executivo e Legislativo a nível distrital foram identificadas 582 normativas publicadas entre 17 de março e 31 de dezembro de 2020 relacionadas ao enfrentamento da Covid-19, sendo apenas 28 para o campo de proteção social. A pesquisa buscou interpretar o contexto da elaboração e implementação das legislações reconhecendo a existência de projetos políticos em disputa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Verifica-se que o GDF foi a primeira unidade da federação no país a decretar situação de emergência em 28 de fevereiro de 2020, antes mesmo do Governo Federal reconhecer o estado de calamidade pública em todo território nacional, ocorrido somente quase um mês depois, em 20 de março. No entanto, apesar da agilidade e preocupação inicial, poucos meses depois o

governo distrital cedeu à pressão do capital e alinou-se à política federal dirigida por Jair Bolsonaro de banalização e negacionismo sobre a pandemia e de desprezo pelas medidas de proteção social.

O Decreto nº 40.539, de 19 de março de 2020 institui como medida de enfrentamento ao vírus a suspensão de atividades coletivas como cinemas, teatros e museus, assim como o funcionamento de estabelecimentos comerciais de qualquer natureza. No entanto, dois meses depois, no dia 22 de maio de 2020, através do Decreto nº 40.817, estabelece a reabertura de atividades comerciais sem estudos técnicos científicos para embasar a decisão. Nota-se, com estas deliberações, que o governo a partir das pressões dos setores empresariais do Distrito Federal, buscou fortalecer o capital com a retomada das atividades comerciais menosprezando a garantia da vida com a contenção do contágio.

Constata-se, a partir de indicadores sociais, que as regiões onde o vírus se apresenta de forma mais letal no mês de dezembro de 2020 (Sol Nascente/Pôr do Sol em primeiro lugar, seguida de Ceilândia e Santa Maria) (CODEPLAN, 2020) são concomitantemente as que apresentam os maiores índices de vulnerabilidades socioeconômicas. Isso significa que a escassez e a fragilidade das medidas de proteção social implementadas pelo GDF estão matando numerosas vidas devido a sua priorização de resgate da economia.

Cabe destacar ainda o Decreto nº 40.750, de 12 de maio de 2020, que dispõe sobre a regulamentação do Programa Renda Mínima Temporária que garante o subsídio financeiro de R\$ 408,00 às famílias de baixa renda residentes do Distrito Federal com duração de 60 dias. Nota-se que apesar da normativa efetivar um direito à transferência de renda, ocorre em um período limitado. Com isso, passado o período do subsídio financeiro, estas famílias necessitam se expor ao vírus em busca de mecanismos de renda para garantir sua subsistência.

CONCLUSÕES

Ao analisar as medidas implementadas pelo GDF observa-se a existência de um projeto de Estado que não se responsabiliza por respostas às expressões da questão social emergentes no cenário de COVID-19. Para Pereira (2013), trata-se de uma proteção social de matriz residual, isto quer dizer que, a proteção social pode ser desvolvida desde que ela seja pontual, condicional, emergencial, focalizada e mínima, de modo a garantir a coesão e harmonia sociais indispensáveis

para o bom funcionamento da sociedade capitalista. Portanto, são práticas vazias de consequências transformadoras e do reconhecimento de direitos sociais.

Garantir proteção social para as populações em situação de vulnerabilidade, no contexto de pandemia, é também uma forma de promover saúde, no entanto, observa-se que o Estado tem caminhado em direção oposta à garantia da vida e tem colocado o lucro acima da sobrevivência. Assim, constata-se que na atual conjuntura, a responsabilidade pública em prover proteção social se volta mais para a proteção do mercado.

Apesar das 582 normativas publicadas pelo GDF simbolizarem um número expressivo, entende-se que a garantia de direitos não está relacionada diretamente com a quantidade de medidas estabelecidas, mas com seu conteúdo. Considera-se, portanto, que na estrutura capitalista nem sempre ações de proteção social representarão a ampliação de direitos, mas a manutenção dos interesses do capital, o que denuncia o seu caráter contraditório.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

CODEPLAN. **Boletim COVID-19, nº 34, 8 de dezembro**. Brasília, 2020. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim_Codeplan_n34_08.12.20.pdf

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 40.539, de 19 de março de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências. Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/ac087b76d5f34e38a5cf3573698393f6/Decreto_40539_19_03_2020.html

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 40.750, de 12 de maio de 2020**. Dispõe sobre a regulamentação do programa Renda Mínima Temporária, instituído no Distrito Federal pela Lei nº 6.573, de 08 de maio de 2020, e dá outras providências. Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/935bf150ed694229b85f89268b0d320e/Decreto_40750_12_05_2020.html

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 40.817, de maio de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus e dá outras providências. Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/327d72d3c115490394bb9373f942e030/Decreto_40817_22_05_2020.html

MOREIRA, Elaine et al. **Em tempos de pandemia:** propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020.

PEREIRA, Camila. **Proteção social no capitalismo:** crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



A PSICOLOGIA SOCIAL COMO ESTRATÉGIA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NO SERVIÇO SOCIAL

NATALI REIS DOS SANTOS¹
ISABELA COSTA SILVA²

INTRODUÇÃO

A psicologia social é uma ciência que estuda a relação do indivíduo com a sociedade a partir da observação dos comportamentos, intenções e interesses que regem as relações sociais. Ela está na linha tênue entre a Sociologia e Psicologia, analisando tanto o comportamento do indivíduo isolado quanto da inserção do mesmo na sociedade. De acordo com Lane (1981), uma das principais filósofas da corrente psicossociológica do Brasil, o início da Psicologia Social se dá no século XIX com as contribuições de August Comte - considerado o pai desta ciência. Para ele, a análise do indivíduo era relevante, pois ele é, ao mesmo tempo, causa e consequência da sociedade. Porém, só após a Primeira Guerra Mundial, por volta de 1920, esse estudo se desenvolve graças a necessidade de interpretar os fenômenos de crises e conflitos pós-guerra e preservar direitos e liberdade dentro da sociedade.

Dessa maneira, a Psicologia Social mostra-se de extrema relevância para contribuir com análises não só da sociedade ou do indivíduo, mas da interação existente entre esses dois conceitos, tratando das influências particulares que atingem a coletividade e vice-versa, atendo-se ao contexto histórico - que influencia nas condutas individuais e conseqüentemente, sociais.

¹ Natali Reis dos Santos e Isabela Costa Silva são calouras de Serviço Social na UFBA (Universidade Federal da Bahia). Natali cursou o ensino médio todo na rede particular de ensino.

² Isabela, cursou parte na rede particular e parte na rede estadual.

Assim como a psicossociologia teve maior desenvolvimento pós Primeira Guerra Mundial - já que os conflitos e crises desencadeados por esse período precisavam ser analisados - essa área de estudo é relevante para o Serviço Social no contexto pandêmico, pois possibilita estudos voltados para a relação sociedade/indivíduo e de como a pandemia modificou essas interações com o aprofundamento das desigualdades sociais. Dessa forma, tal estudo possibilita ao Serviço Social, análises novas sobre como as questões sociais se desenvolveram e se aprofundaram, mediante observações na relação indivíduo/sociedade, contribuindo para implementação das políticas públicas baseadas no período histórico atual.

Palavras-chave: Psicologia social, desigualdade social e pandemia.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma revisão de literatura a partir de artigos científicos nas plataformas online Google e Scielo e coleta de dados em fontes como IBGE e outros. Ademais, se estabelece aqui um diálogo proveitoso com os conhecimentos advindos da disciplina Sociologia das Desigualdades Sociais, do primeiro semestre de Serviço Social, ao qual estamos cursando.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a chegada do vírus Covid-19 no início de 2020, houve um agravamento das desigualdades sociais no Brasil. Medidas foram tomadas para evitar o contágio pelo vírus, como por exemplo, o isolamento e distanciamento social. Tais medidas trouxeram consequências desastrosas na economia, política e na sociedade, que tornou mais expressiva a questão social no país. As demissões em massa foram consequência da tentativa das empresas se adequarem às medidas e decretos, lutando contra o fechamento e a desativação por tempo indeterminado durante a pandemia, conforme se pode observar no gráfico a seguir:

Desempregados diante da pandemia

Em 7 meses, contingente aumentou em quase 4 milhões de pessoas no país.

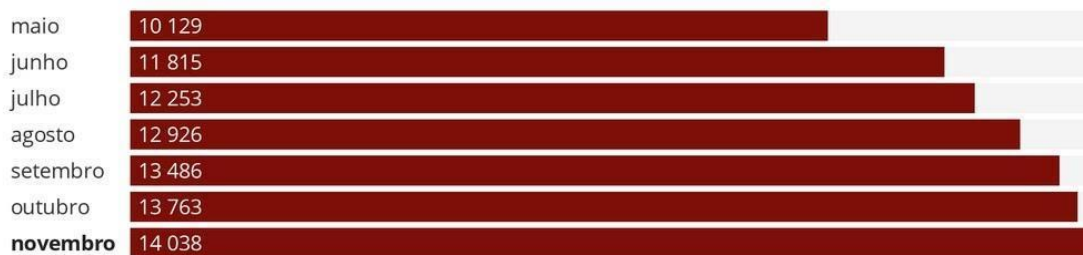


Gráfico: Economia/G1 • Fonte: IBGE

A partir dos dados fornecidos pelo IBGE (2020), é possível perceber que o Brasil encerrou o mês de novembro do ano passado com um contingente de 14 milhões de desempregados, aumento de 2% em relação ao mês anterior. Observando os dados desde o mês de maio, vislumbra-se o crescimento acelerado do número de desempregados.

Sendo assim, os dados apresentados anteriormente reafirmam a crise social que o Brasil passa e amplia o debate em relação às diferentes realidades sociais vivenciadas pelos indivíduos nesse período. Consoante a isso, a Sociologia Psicológica é importante para o Serviço Social ao possibilitar análises sobre a situação do indivíduo, as pluralidades sociais e internas e de como elas se consolidam no contexto da sociedade, de modo a melhor compreender os diferentes níveis de desigualdade social que foram aprofundados com a pandemia, e assim implementar políticas públicas que possibilitem a garantia dos direitos. Portanto, a partir da psicossociologia é possível diagnosticar os diferentes níveis de questões sociais que afetam a vida dos indivíduos constituintes da classe trabalhadora, além de observar a sociedade e os grupos sociais, sempre levando em consideração as singularidades dos indivíduos e o contexto histórico-social, relacionando esses dois fatores para a compreensão da sociedade brasileira atualmente.

CONCLUSÕES

Ante a revisão aqui apresentada conclui-se que é necessário o acompanhamento dos desdobramentos da pandemia, principalmente no que tange ao aprofundamento das desigualdades sociais e na necessidade da garantia de direitos – tão necessária em qualquer contexto, porém ainda mais relevante nos momentos adversos. Além disso, o tema proposto explana a importância dos conhecimentos das Ciências como a Sociologia e a Psicologia Social para o trabalho do assistente social.

Tais conhecimentos permitem partir do pressuposto que a relação indivíduo/sociedade é necessária para o entendimento do contexto sócio-histórico e que os indivíduos são formados por pluralidades internas e sociais e que essas pluralidades são relevantes e devem ser consideradas na proposição de ações no âmbito das políticas sociais, mais abrangentes de modo a incluir as diferentes frações da classe trabalhadora, ao tempo que se defende que a utilização de tais conhecimentos contribui para observações mais aprofundadas sobre as diferentes realidades sociais em uma mesma “classe”, sendo positiva para a atuação do profissional e para fomentação das políticas públicas e na garantia dos direitos sociais, para além de se constituir como um conhecimento necessário para uma melhor apreensão das manifestações das expressões da questão social.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. Desemprego diante da pandemia atinge 14,2% em novembro e bate recorde. **G1**, 23 de dez. de 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/23/desemprego-diante-da-pandemia-atinge-142percent-em-novembro-e-bate-novo-recorde.ghtml>

ALVARENGA, D.; MARTINS, R. Classe média ‘encolhe’ na pandemia e já tem mesmo ‘tamanho’ da classe baixa. **G1**, 17 de abril de 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/17/classe-media-encolhe-na-pandemia-e-ja-tem-mesmo-tamanho-da-classe-baixa.ghtml>

BARBOSA, L. Psicologia ou Sociologia? Uma discussão da localização da Psicologia Social no campo científico. **Profes**, 26 de outubro de 2018. Disponível em:

<https://profes.com.br/luanfbarbosa/blog/psicologia-ou-sociologia> . Acesso em: 08 de maio de 2021.

BREDA, R. L.; LIMA, J. R. T.; TORRES, L. V. P. **Pandemia e desigualdade Social**: Centro de Referência e da Assistência Social e o enfrentamento à Covid-19 em Arapiraca/ Alagoas. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21721/p2p.2020v7n1.p161-183> . Acesso em: 29 de abril de 2021.

CARVALHO, T. S. V.; JÚNIOR, I. C. A. C. **Psicologia social**: conceitos, história e atualidade. 2017.

FAZZI, R. C.; LIMA, J. A. **A psicologia social sociológica**: percursos, rumos e contemporaneidade de uma tradição teórico-metodológica. *INTERthesis*, v. 13, n. 3, p. 101-120, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2016v13n3p101>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

IBGE. **PNAD Covid-19**: Subutilização da força de trabalho. 2020. Disponível em:

<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php> . Acesso em: 08 de maio de 2021.

LAHIRE, B. **Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica**. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000200011 . Acesso em: 29 de abril de 2021.

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social?** São Paulo, SP, Editora Brasiliense.1981.

LEVANTAMENTO identifica quais grupos sociais estão mais propensos a Covid-19. **G1**, 01 de julho de 2020. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/01/levantamento-identifica-quais-grupos-sociais-estao-mais-propensos-a-covid-19.ghtml>

MILITÃO, S. C. N. **Sociologia e Psicologia: Distinção e Interdependência**. Disponível em : http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/f5ViNVunYxt5CIX_2013-4-30-15-16-13.pdf . Acesso em: 1 de maio de 2021.

O que é psicologia social e como trabalhar na área? **UNOPAR**, 15 de abril de 2020. Disponível em: <https://blog.unopar.com.br/psicologia-social/#:~:text=A%20Psicologia%20Social%20estuda%20a,estamos%20cercados%20de%20outras%20pessoas.&text=O%20psic%C3%B3logo%20social%20estuda%20as,intervir%20em%20casos%20como%20esses.&text=A%20Psicologia%20Social%20estuda%20a,estamos%20cercados%20de%20outras%20pessoas.&text=O%20psic%C3%B3logo%20social%20estuda%20as,intervir%20em%20casos%20como%20esses> . Acesso em: 08 de maio de 2021.

SILVA, G. N. C.; FEITOSA, A. F. A.; SANTOS, M. K. D.; OLIVEIRA, M. A.; OLIVEIRA, M. P. **A pandemia do novo corona vírus e a resignificação do fazer profissional do assistente social na saúde**. Interfaces, v. 8, n. 3, p. 724-732, 2020. Disponível em: <https://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/809/pdf> . Acesso em: 29 de abril de 2021.

SILVIA, D. SILVA TEJADAS; MAÍZ, RAMOS JUNQUEIRA. **Serviço Social e pandemia: desafios e perspectivas para a atuação no sociojurídico**, acessado em 3 de maio de 2021 <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n140/0101-6628-sssoc-140-0101.pdf>.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: segmentos vulnerabilizados e o auxílio emergencial

GABRIELA DE SOUSA ALVES GAMELEIRA¹
IOLANDA CARVALHO FONTENELE²
LUÍS FERNANDO SILVA MARQUES³

INTRODUÇÃO

Mundialmente desde o final de 2019 a população vem enfrentando uma crise sanitária desencadeada pela COVID-19, doença provocada pelo novo coronavírus, caracterizada posteriormente como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020). No contexto brasileiro, o Governo Federal decretou estado de calamidade pública, em função da pandemia, e passamos a conviver não somente com a angústia do isolamento e do distanciamento físico, a superlotação dos hospitais, UTIs, o medo de contrair o vírus, mas também o acirramento da crise na economia, altas nos preços de produtos de um modo geral, o desemprego acentuado e, conseqüentemente, a falta de acesso à renda. Logo, fez-se necessário a implementação de medidas públicas emergenciais a fim de reduzir os impactos econômicos e sociais causados pelo novo coronavírus na vida da população brasileira, sobretudo, nas camadas mais vulneráveis.

¹ Graduada em Serviço Social pela UFPI. Ex-bolsista do PET Integração: ação integrada em educação, cidadania e inclusão social. *E-mail*: gabrielasousaalves06@gmail.com

² Professora do Departamento de Serviço Social, da UFPI. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão em 2007.

³ Graduando em Direito pela UFPI. Bolsista do PET Integração: ação integrada em educação, cidadania e inclusão social.

No Brasil, três estratégias de enfrentamento ao coronavírus têm sido utilizadas, que são elas: 1) a recomendação das autoridades sanitárias em relação ao isolamento e ao distanciamento social; 2) a ampliação da oferta e da capacidade de atendimento dos serviços de saúde; 3) as medidas referentes ao apoio econômico-financeiro a cidadãos, famílias e empresas (PIRES, 2020). Entretanto, “as respostas vêm ocorrendo a partir de ações e medidas isoladas, por parte de diferentes níveis de governo, sem um esforço claro de articulação e coordenação em nível nacional para o enfrentamento da crise” (PIRES, 2020, p. 7).

Esse trabalho tem como objetivo analisar o auxílio emergencial, medida pública de apoio econômico-financeiro a cidadãos e famílias brasileiras, de modo a refletir sobre a importância e os limites do auxílio emergencial quanto a assegurar proteção social para a população em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Coronavírus. Segmentos vulnerabilizados. Auxílio emergencial.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo resulta das pesquisas implementadas pelo Programa de Educação Tutorial (PET Integração), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), nesse período pandêmico. Para a realização deste estudo, que possui caráter qualitativo, se utilizou o método de pesquisa bibliográfica e documental, em especial, parâmetros normativos e dados de pesquisas realizadas por instituições brasileiras reconhecidas cientificamente como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made/USP).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O auxílio emergencial, instituída pela Lei nº 13.982 (BRASIL, 2020) foi destinado às pessoas cuja renda mensal foi afetada com a crise da COVID-19. O auxílio de início concedeu o valor de R\$ 600,00 por pessoa e R\$ 1.200,00 para mães chefes de família, podendo um núcleo familiar com mães chefes de família chegar a receber até R\$ 1.800, pois até dois membros da mesma família podiam receber cumulativamente o auxílio.

Entende-se que esse benefício, além de fornecer um auxílio para garantir os mínimos sociais – em especial, alimentação – àqueles que, devido à pandemia, perderam sua renda, tem como foco a proteção à família, sobretudo, às mães chefes de família, pois, a partir da Constituição Federal de 1988, a família ganhou novo conteúdo, alargando conceitos, principalmente no tocante ao reconhecimento dos direitos da mulher, das crianças e dos adolescentes, bem como dos diversos formatos de famílias (BRASIL, 2021a). Por isso, a família deve ser protegida pelo Estado (Art. 226/CF-1988), constituindo-se então como alvo de políticas sociais (BRASIL, 2021a).

Entretanto, não divergindo da maior parte das ações de transferência de renda do Estado, o direito ao benefício foi concedido mediante algumas condicionalidades: renda mensal por família de até três salários-mínimos ou de meio (1/2) salário mínimo por pessoa; verificação da renda por meio do CadÚnico ou autodeclaração por meio da plataforma digital disponibilizada pelo Governo Federal. O benefício inicialmente foi liberado por três meses (abril, maio e junho), prorrogado por mais três meses (julho, agosto e setembro). Depois, foi prorrogado até dezembro, mas com parcelas com valores menores em relação ao projeto inicial. Posteriormente, em março/2021, através do decreto nº 10.661/ 2021 (BRASIL, 2021b), regulamentou-se o pagamento do novo Auxílio Emergencial em 2021, a ser pago em quatro parcelas mensais, a partir de abril com valores entre R\$ 150,00 a R\$ 375,00.

O auxílio emergencial foi certamente a medida assistencial de maior destaque e abrangência em resposta à COVID-19. Segundo dados do governo do Brasil (2021c), ano passado, aproximadamente 68 milhões de pessoas foram beneficiárias com o auxílio. Contudo, para este ano, o governo prevê atender cerca de 45 milhões de trabalhadores, o que representa aproximadamente 22 milhões a menos de beneficiários, a despeito do aumento do número de pessoas vivendo em extrema pobreza, segundo dados da pesquisa realizada por Nassif-Pires *et al* (2021), visto que estamos em meio à pior fase da crise de saúde pública provocada pela covid-19.

Cabe ressaltar que o auxílio desde sua primeira fase apresentou lacunas operacionais e desvio de conduta ética que resultaram em problemas de ordem mais emergencial. Bartholo *et al.* (2020) citam alguns desses problemas: as negativas e as solicitações inconclusivas, com a escassez de informações aos indivíduos sobre as possibilidades de correção; as filas enormes para saques (gerando aglomerações e riscos de contaminação), que poderiam ser diminuídas com um

reescalonamento dos pagamentos, informação correta de como e onde devem efetuar o saque. No tocante ao auxílio previsto para este ano de 2021, destaca-se a questão do corte significativo tanto na quantidade de beneficiários como nos valores das parcelas.

O Governo tem prorrogado o benefício, uma vez que não só não houve contenção da COVID-19, mas um agravamento da mesma, com intensificação da crise sanitária, bem como das questões sociais. Certo é que a população brasileira sente na mesa as consequências dessa pandemia, sobretudo, as camadas mais vulneráveis, tendo em vista os desafios da medida de isolamento físico, considerando as questões de sobrevivência, as dificuldades de acesso à renda, o desemprego, a precarização do trabalho e o aumento dos preços dos gêneros alimentícios.

CONCLUSÕES

Por fim, entende-se que a manutenção do auxílio emergencial é fundamental, no entanto é pontual, considerando as problemáticas sociais já existentes que se intensificaram e/ou ganharam maior evidência na crise pandêmica, somadas aos insuficientes investimentos públicos e à baixa capacidade de resposta dos governos, pode-se dizer que as consequências dessa pandemia para a população brasileira – mais especialmente, para os segmentos em situação de pobreza e vulnerabilidade – trouxeram graves problemas e contradições bastante dolorosas. Enfim, a COVID-19 trouxe medos, inseguranças, incertezas e crises e, por consequência, a real exigência de se repensar tudo, com especial destaque para as intervenções do Estado e suas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, L. *et al.* **As transferências monetárias federais de caráter assistencial em resposta à COVID-19: mudanças e desafios de implementação.** Nota Técnica do IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35621. Acesso em: 18 jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020.** Altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Brasília- DF: Portal da Legislação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em: 04 maio de 2021.

BRASIL. Constituição Federal, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional

nº 105/2019. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/566968>. Acesso em: 04 de maio de 2021.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto nº 10.661 de 26 de março de 2021. Regulamenta a Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021. Brasília-DF: Portal da Legislação, 2021a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10661.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.661%2C%20DE%2026,coronav%C3%ADrus%20\(covid%2D19\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10661.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.661%2C%20DE%2026,coronav%C3%ADrus%20(covid%2D19)). Acesso em 03.05.2021.

BRASIL. Governo do Brasil. **Programa já pagou R\$ 250 bilhões a 68 milhões de brasileiros.** Cidadania e Assistência social, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/11/programa-ja-pagou-r-250-bilhoes-a-68-milhoes-de-brasileiros>. Acesso em 04 de maio de 2021.

NASSIF-Pires, Luiza; CARDOSO, Luisa; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza.** (Nota de Política Econômica nº 010). MADE/USP/2021. Disponível em: <https://madeusp.com.br/publicacoes/tipos/notas-de-politica-economica>. Acesso em 03.05.2021.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo Coronavírus). OPAS/OMS BRASIL, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php>. Acesso em: 03.05.2021.

PIRES, R. R. C. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19:** propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. Nota técnica, nº 33. Repositório do Conhecimento do IPEA. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9839>. Acesso em: 30.04.2021.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



FAMÍLIA MONOPARENTAL CHEFIADA POR MULHERES: o caso de mães de filhos com deficiência

JULIANA OLIVEIRA DE CARVALHO¹
REBECA FREITAS SPITTLE²
RICARDO WILLIAM GUIMARÃES MACHADO³

INTRODUÇÃO

A família contemporânea tem sofrido várias transformações em suas configurações com o surgimento de diversos arranjos familiares, dentro desses arranjos está à família monoparental, a qual pode ser composta somente pelo pai ou pela mãe da criança. Aqui enfatizamos a monoparentalidade feminina, formada por mãe e filho, onde a figura feminina torna-se a responsável pela criação e organização do lar. Conseqüentemente, a família monoparental feminina vem enfraquecendo cada vez mais o modelo patriarcal, no qual o homem adulto é o responsável pelo provimento do seu núcleo familiar e à mulher, cabe o dever de cuidar da casa e dos filhos. “Essas transformações se dão conforme cada contexto social” (OLIVEIRA, 2009, p.23)

A monoparentalidade feminina está amplamente associada à inserção da mulher no mercado de trabalho, tendo o movimento feminista, grande participação nesse processo. Com esses novos arranjos familiares, a mulher passa a assumir o papel de homem do lar, sendo a pessoa responsável pela unidade domiciliar. Nessa conjuntura, acontece que as mulheres optam

¹ Graduanda em Serviço Social pela UniRedentor. E-mail: julianaoliveira350@gmail.com.

² Graduanda em Serviço Social pela UniRedentor. E-mail: spittlefac@gmail.com.

³ Assistente Social. Doutorando e Mestre em Serviço Social pela Puc-Rio. Professor no curso de Serviço Social da UniRedentor. Email: wpperj@gmail.com.

por não constituírem família, pela diminuição de casamentos e, então, há uma queda na fecundidade (RIBEIRO, 2014).

Com a Constituição Federal de 1988, a família monoparental passou a ser reconhecida também como entidade familiar, composta por qualquer um dos pais e seus descendentes (artigo 226 § 40), mudando assim o conceito de família nuclear formada por pai, mãe e filhos, ao reconhecer a família monoparental. As mães, chefes de famílias monoparentais, além de enfrentarem todas as dificuldades e preconceitos que uma mãe solo precisa enfrentar necessita também compreender quando se tem um filho com deficiência. Entretanto para os autores Oliveira e Poletto (2015) essa realidade é muito difícil.

Pode-se atribuir esse fenômeno a uma característica sociocultural, que faz com que elas internalizem a função de cuidadora da família, pelo fato de se dedicarem mais intensamente aos cuidados de seus filhos, permanecem mais tempo em contato com as limitações destes e são testemunhas das dificuldades de superação, passando a se entristecerem com os desafios, por vezes insolúveis, apresentados pela deficiência. Logo, a mãe chefe de família sofre por ser a responsável do lar e por ter um filho com deficiência.

Com os novos arranjos familiares as mulheres têm se tornado protagonista principais nas novas configurações familiares contemporâneas. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), Censo demográfico 2010. Observou-se que famílias com mulheres responsáveis sem cônjuge com filhos(s) foram de 87,4%. Reafirmando, desta forma, que a monoparentalidade feminina vem aumentando no cenário brasileiro. Visto isso quando falamos de famílias monoparentais femininas de mães com filhos com deficiência esse quadro só se agrava. Segundo IBGE (2010), pelo menos 45 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência. Isso representa quase 25% da população.

Assim, partimos da hipótese que os principais dilemas enfrentados pelas mães de filhos com deficiência tem sido o acesso à saúde no atendimento básico bem como aos benefícios da assistência social como o BPC e o acesso à educação inclusiva, pois isso têm sido as principais queixas vivenciadas pelas mães deste segmento.

Nessa direção, buscamos compreender os desafios e dilemas que as famílias monoparentais de mães com filhos com deficiência enfrentam para acessar as políticas sociais na contemporaneidade.

Palavras-chave: Monoparentalidade Feminina. Pessoa Com Deficiência. Mulher Chefe De Família. Políticas Públicas.

MATERIAIS E MÉTODOS

De maneira metodológica, foi escolhido o método bibliográfico para responder algumas inquietações pertinentes ao estudo, a saber, o que são famílias monoparentais? Como mulheres, que são chefes de famílias com filhos com deficiência, são assistidas na sociedade brasileira? Como se dá a experiência vivenciada dessas mulheres? E quais são as suas maiores demandas no que tange ao acesso à, principalmente, o Benefício de Prestação Continuada (BPC)?

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia que se tornou pública em relação ao tema escolhido, como revistas, livros, monografias, jornais, entre outros. Assim o material bibliográfico oferece meios não somente para definir e resolver problemas já conhecidos, mas também explorar novas áreas. Desta forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito, sobre certo assunto, contudo permite que se examine sobre um novo olhar e abordagem, chegando a novas conclusões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados preliminares, identificamos que a família na cena contemporânea se encontra submetida a padrões culturais e que, antes de tudo, é necessário que se desconstrua estes modelos que buscam enquadrar a noção de família, tendo em vista ser uma tarefa complexa e dinâmica. (COSTA *apud* OLIVEIRA, 2020).

Segundo Dessen (2010), a entrada da mulher no mercado de trabalho, a crise econômica dos anos 80, e o surgimento de novos valores de criação dos filhos muito influenciaram na constituição de família, principalmente no que consiste na quantidade de filhos. Além disso, a autora afirma como essas transformações difundiram a igualdade de gênero em tratando-se da responsabilidade para com os filhos.

No entanto, Oliveira (2020) questiona essas transformações não terem surtido efeito suficiente para alteração dos padrões tradicionais de gênero, principalmente sobre o papel feminino de cuidador, privado e o masculino de público, sustentador. Reafirma-se aqui a urgência

em flexibilizar conceitos a respeito de organização familiar, posto que no Brasil a constituição familiar é contemplada por intermináveis e variáveis manifestações culturais e político-sociais que diretamente afetam na construção e consolidação de uma família.

CONCLUSÕES

As famílias monoparentais com filhos deficientes encontram não só os padrões socioculturais instituídos como empecilho para sua consolidação, mas o cuidado à mesma, após constituída, ainda se encontra muito fragilizado. Babiuk (2014) esclarece que nessas condições a responsabilidade de sustentar economicamente a família fica a encargo da mulher, mesmo quando a renda familiar é advinda de benefícios sociais assistenciais, como bolsa família. Ademais, vê-se a mulher chefe de família se tornando a principal figura e responsável pelo lar, caucionado a feminização da pobreza.

REFERÊNCIAS

BABIUK, Graciele Alves. **Monoparentalidade feminina: necessidades sociais e políticas públicas-sociologias plurais**, 2014 revistas. UFPR.

DESSEN, M. A. **Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos**. Revista Psicologia e Ciência. 2010, vol.30, pp.202-219. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932010000500010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09/11/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Censo Demográfico 2010a**. Famílias e domicílios. Resultados da amostra. Rio de Janeiro, 1–203, (2012). Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 08/12/2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Censo demográfico 2010b** Deficiência, domicílios. Resultado da amostra. disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br. Acesso em: 08/12/2020

LAKATOS, E ; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

OLIVEIRA, D. **Monoparentalidade feminina e socialização dos filhos: um estudo com famílias em situação de vulnerabilidade social**. 2020. 153 páginas. Educação. Universidade Federal de Ouro Preto.

OLIVEIRA, I. G. de e POLETTO, M. (2015). **Vivências emocionais de mães e pais de filhos com deficiência**. SPAGESP- Sociedade de Psicoterapias Analíticas grupais do Estado de São Paulo. Revista da SPAGESP, 16 (2), 102-119.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar**: família, filhos e desafios (online). São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISB.

RIBEIRO, L. **Deficiência e Escolarização**: Um caminho possível para inclusão. Universidade Federal Fluminense Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional Departamento de Serviço Social. Campos dos Goytacazes 2014.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



O FEMINICÍDIO NO PIAUÍ EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19: o que os dados revelam?

ESTELYTA HANNA GUEDES RODRIGUES MORAIS¹
CIRLENE APARECIDA HILÁRIO DA SILVA OLIVEIRA²

INTRODUÇÃO

Este estudo se constitui a partir da pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí que possui como objetivo principal investigar a realidade do feminicídio no estado do Piauí em face do atual contexto agravado pela pandemia de Covid-19. A análise apresenta um sistemático referencial teórico como fundamentação para compreender o delineamento do assassinato de mulheres piauienses em razão do gênero diante de um cenário contemporâneo, intrinsecamente relacionado à pandemia e seus impactos. Ao término da pesquisa poderemos perceber se houve ou não, o aumento do índice de feminicídio e se a pandemia de Covid-19 contribuiu ou não para seu recrudescimento.

Em dezembro de 2019 surgiu na cidade de Wuhan, China Continental, uma doença até então desconhecida, que em pouco tempo se espalhou pelo mundo inteiro, causando uma pandemia sem precedentes. Trata-se da Covid-19, uma doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2).

¹ Mestranda bolsista pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Formação, Trabalho, Desigualdade Social e Políticas Públicas, CNPq, Bras

² Doutora em Serviço Social. Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Formação, Trabalho, Desigualdade Social e Políticas Públicas, CNPq, Brasil.

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), o isolamento social e o distanciamento social constituem-se estratégias fundamentais para conter o aumento exponencial dos casos de Covid-19, e a sobrecarga dos serviços de saúde. No entanto, segundo Barreto (2020), as medidas preventivas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam as desigualdades de acesso às políticas sociais, maximizam desigualdades sociais existentes no Brasil, além de evidenciar diversos distúrbios sociais, como a violência contra a mulher e sua manifestação mais grave e cruel, o feminicídio.

No que diz respeito à pandemia vivenciada durante o período vigente, as necessidades sociais básicas, conforme Pereira (2011), sofreram fragilidades que se tornaram agravantes para a sociedade; o isolamento social trouxe dificuldades quanto à saúde mental devido ao distanciamento das pessoas e dos espaços sociais, bem como potencializou as situações como a violência doméstica marcada pelo convívio restrito ao espaço privado, o que para estes casos tornou-se um ambiente opressor para as mulheres em situação de violência.

O assassinato de mulheres em razão de gênero consiste na mais grave e cruel manifestação da violência perpetrada contra a mulher. De acordo com Meneghel e Portella (2017), os diferentes tipos de violências contra as mulheres compreendem um amplo leque de agressões de caráter físico, psicológico, sexual e patrimonial que ocorrem em um *continuum* que pode culminar com a morte por homicídio, fato denominado de feminicídio.

De acordo com a Lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), o feminicídio ocorre quando o crime envolve violência doméstica e familiar; ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Este dispositivo legal ainda estabeleceu o aumento de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto. O aumento vale também quando o crime for praticado contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência; e quando cometido na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Contanto, nem todo o homicídio praticado contra mulheres se constitui em feminicídio, propriamente; cabe ao Estado e as autoridades legais, a observância das motivações do assassinato afim de que se apure se houve ou não motivação de gênero para a prática do crime. Lembra-se que somente se configura como feminicídio quando são comprovados os motivos.

Nessa perspectiva, pensar o feminicídio como o assassinato de mulheres em razão do gênero, consiste em compreender esse fenômeno como resultado último de uma herança machista e patriarcal altamente enraizada na sociedade piauiense, que devido à cultura de

dominação e ao desequilíbrio de poder existente entre o homem e mulher, produziu a inferiorização da condição feminina, a submissão e o controle masculino, quer seja por parte de parceiros íntimos, familiares ou desconhecidos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa social que, segundo Gil (2008), utiliza-se de métodos e procedimentos científicos em um processo que tem por escopo não apenas a ampliação dos conhecimentos de uma realidade social, mas também o interesse por sua execução, utilização e efeitos práticos desse saber. Possui natureza qualitativa, uma vez que envolve a compreensão e a descrição de uma realidade em sua complexidade e singularidade. Nessa perspectiva, para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

O estudo é empreendido com base no levantamento de dados bibliográficos, em consonância com os dados coletados de órgãos oficiais do estado do Piauí, como a Secretária Estadual de Segurança Pública. Com base nos dados coletados por meio de fontes bibliográficas, será possível uma maior aproximação com o objeto da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), 1890 mulheres foram mortas de forma violenta no primeiro semestre de 2020, um aumento de 2% comparado ao mesmo período do ano anterior. De acordo com o levantamento, 631 desses crimes foram tipificados como feminicídios.

Conforme o Atlas da Violência (2020), o Piauí é o estado com a menor taxa de homicídios femininos nas regiões Norte e Nordeste. Dados oficiais divulgados pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do Piauí (SSP-PI) mostram que o número de feminicídios registrados no primeiro semestre de 2020, apresentou queda de 23% quando comparado ao mesmo período de 2019. Em números absolutos, foram 17 mulheres assassinadas em razão do gênero no primeiro semestre de 2019 contra 13 em 2020. No entanto, esses achados devem ser analisados

com cautela, tendo em vista que a queda apresentada pelo estado pode refletir problemas na qualidade da informação dos óbitos.

Apesar da aparente queda no período referido, o Piauí encerrou o ano de 2020 totalizando 31 feminicídios, no qual 25 foram cometidos no interior do estado. Um número maior que o ano de 2019, que totalizou 29 feminicídios.

Em face dos dados oficiais apresentados, faz-se importante a compreensão de que o número de mulheres assassinadas em razão de gênero no Piauí tende a ser bem maior do que os que constam nos registros, uma vez que, muitos destes crimes não são tipificados como feminicídio, e sim como crimes violentos letais intencionais devido, muitas vezes, à falta de provas ou de indícios que comprovem que o crime foi motivado em razão da condição de mulher da vítima.

No que tange à relação do feminicídio no Piauí com a pandemia de Covid-19, os dados oficiais coletados não permitem considerar que o aumento do índice ocorreu em decorrência da pandemia visto que, no primeiro semestre de 2020, houve uma redução dos casos quando comparado ao ano anterior.

No entanto, quando levamos a questão para o âmbito da violência doméstica contra a mulher, nota-se que apesar do decréscimo dos boletins de ocorrência em razão da dificuldade de se deslocar até a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) e do medo do agressor presente dentro de casa devido ao isolamento social, é possível verificarmos o recrudescimento dessa problemática devido ao aumento de 45% das denúncias feitas pelo aplicativo Salve Maria no Piauí, conforme informações da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

CONCLUSÕES

Em decorrência do agravamento da Covid-19 no nosso país, as medidas sanitárias são essenciais para reduzir a transmissão e incidência da doença, especialmente em casos graves. Apesar da vacinação já ter sido iniciada no Brasil, ela caminha a passos lentos, com isso o isolamento e o distanciamento social imbrincados às medidas sanitárias de prevenção ainda consistem nas principais ações protetivas necessárias para combatermos o vírus.

Com base nos dados oficiais disponibilizados pela Secretária Estadual de Segurança Pública do Piauí, não foi possível afirmar que a pandemia da Covid-19 potencializou os feminicídios no estado. O que sabemos é que esse número que consta nos dados é só a “ponta de um iceberg”, visto que morrem muito mais mulheres, mas estas não constam nos registros, uma vez que os motivos que levaram ao crime não foram comprovados.

Em face da complexidade multifatorial que atravessa o feminicídio, a atuação dos órgãos especializados no seu enfrentamento, vai além do qualificar o feminicídio como um problema de gênero. É necessário reconhecê-lo como um crime grave e de alta relevância social, que precisa urgentemente de novas formas de enfrentamento e prevenção por parte do Estado e sociedade civil.

REFERÊNCIAS

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: Acesso em 06 mai. 2021

BARRETO, M. L. Desigualdades em Saúde: uma perspectiva global. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 07, p.2097-2108, jul 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n7/2097-2108/>. Acesso em 07 mai. 2021.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Violência Doméstica durante a Pandemia de COVID-19**. Edição III. São Paulo, jul. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf> Acesso em 07 mai. 2021.

GIL, A.C. Métodos e técnicas da pesquisa social. 6 ed. São Paulo: **Editora Atlas S.A**, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em: 6 mai.2021

MENEGHEL S.N, PORTELLA, A.P. **Feminicídios: conceitos, tipos e cenários**. Revista de Saúde Pública 2017;3077-3085. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002903077&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em 07 mai. 2021.

PIAUI, Secretaria de Segurança Pública. **Estatísticas Criminais**. Teresina, 2020. Disponível em: <<http://www.ssp.pi.gov.br/estatisticas/>> Acesso em: 07 de mai. 2021.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



O PIOR CEGO É O QUE NÃO QUER VER: o debate sobre população em situação de rua no serviço social

SARA PIFANO DOS SANTOS¹
RICARDO WILLIAM GUIMARÃES MACHADO²

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão, visa estudar as políticas, programas e projetos voltados para a população que vive em situação de rua, assim como sua caracterização e dificuldades vivenciadas advindas da invisibilidade e marginalização que consterna essa população, dada a partir da culpabilização destes indivíduos. Além disso, a pesquisa busca mapear materiais bibliográficos acerca dessa categoria, realizando um levantamento das discussões ocorridas nos últimos dez anos, em âmbito nacional.

O fenômeno da população em situação de rua é apreendido como uma expressão da questão social e sobretudo são acometidas por elas, nessa perspectiva, a população em situação de rua pode ser considerada, como afirma Machado:

[...] um grupo heterogêneo e complexo que, exposta às diferentes expressões da questão social, vivenciam processos de vulnerabilidade e risco social. As principais implicações enfrentadas por estas pessoas vão da dependência química, alcoolismo e transtornos mentais à problemas familiares, de violência urbana e institucional (2017, p. 157).

¹ Graduanda em Serviço Social pela UniRedentor. Email: sarapdosantos@gmail.com

² Assistente Social. Doutorando e Mestre em Serviço Social pela Puc-Rio. Professor no curso de Serviço Social da UniRedentor. Email: wpperj@gmail.com

No Brasil, em praticamente todos os municípios podemos encontrar pessoas que vivem em situação de rua. Os dados oficiais acerca dos números dessa população que vive nas ruas, são escassos, o que nos faz aceitar e observar as estimativas, que de acordo com o Ministério da Cidadania, através do monitoramento SAGI Censo Pop de Rua (2009), há um contingente de cerca de 32 mil pessoas em situação de rua equivalendo a 0,6% da população pesquisada, sendo que quatro capitais brasileiras não participaram da pesquisa, o que levou a estimativa de 45 mil moradores de rua.

Dessa forma, essa ausência de dados acomete dificuldades para a implementação de políticas públicas voltadas a essa população, além de engendrar cada vez mais o crescimento da invisibilidade da população em situação de rua (NATALINO, 2016).

Tendo em vista os pontos destacados acima, reforço que estudar o assunto se faz de extrema relevância. O tema é recorrente em todo o mundo, e debater-lo aqui no Brasil é de grande importância para reconhecermos o trabalho que é desenvolvido e como se desempenha a elaboração e prática das políticas públicas voltadas a população que vive em situação de rua, além de derrubarmos estigmas sociais que acometem essa parcela da população. Ademais, o desejo por estudar o tema se faz assíduo, tendo em vista o baixo número de discussões e dados acerca do assunto, principalmente no âmbito do Serviço Social. Portanto, nessa perspectiva, a pesquisa possui os objetivos de verificar o andamento da discussão acerca da população em situação de rua no campo do Serviço Social brasileiro, analisar qual o papel do Serviço Social nas políticas sociais voltadas à população em situação de rua, mapear os materiais científicos acerca da discussão sobre a população em situação de rua e compreender como vem sendo caracterizada a população em situação de rua no Brasil.

Palavras-chave: População em situação de rua. Serviço Social. Questão Social.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a construção desta pesquisa, será utilizado o método qualitativo de pesquisa, no qual serão utilizados como métodos levantamentos bibliográficos acerca da história, dos dados, das notícias e políticas voltadas ao atendimento à população em situação de rua. Mais precisamente, haverá um levantamento de dados acerca dessa população, através de uma observação do

arsenal de materiais acadêmicos do Serviço Social sobre a população em situação de rua e seus desdobramentos.

Dessa forma, o levantamento objetiva realizar um mapeamento dos materiais que discutem a presença da população em situação de rua no Brasil, para que seja analisada a presença do debate sobre o tema e de que maneira ele incide no campo do Serviço Social. E a partir da análise, relacioná-los com os demais dados encontrados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Fazendo alusão a população em situação de rua, é inevitável notar que sua caracterização na sociedade, pode ser dada de diferentes formas. Costa (2005), reforça a afirmativa de que não existem pesquisas e levantamentos que abordem as características dessa população em escala nacional, sendo a população em situação de rua um segmento atingido pela invisibilidade ou seja, vem se tornando cada vez mais invisível para os órgãos oficiais de contagem populacional do país.

Sobretudo, podemos mencionar que a população que vive em situação de rua é cotidianamente acometida pela culpabilização, estigmatização e criminalização. Temos como exemplos de maneiras de culpabilização e criminalização da população que vive em situação de rua, a implementação da arquitetura hostil nos desenhos das estruturas públicas, presentes nos grandes centros urbanos. Essa espécie de arquitetura é dada como um mecanismo de exclusão, que acomete de forma intensa àqueles que sofrem com a “inexistência de moradia convencional regular” (BRASIL, 2009). Instrumentos como estes, contribuem de maneira depreciativa para o crescimento dos estigmas acerca dessa população, que já é excluída socialmente de muitas formas.

Dessa forma, o Serviço Social atua e intervém diária e diretamente nas expressões da questão social, cujo o fenômeno da população em situação de rua está inserido, estabelecendo dessa maneira uma relação entre o Serviço Social e a população que vive em situação de rua. Com isso, é importante consultarmos as produções teóricas desenvolvidas pelo Serviço Social, através de suas entidades representativas, como o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro – CRESS RIO. Ao estudarmos as produções teóricas, nos deparamos com materiais que debatem o fenômeno da população em situação de

rua por meio de entrevistas, notícias, manifestações e informativos que cobram pelos direitos da população que vive em situação de rua.

CONCLUSÕES

Com a elaboração da presente pesquisa, a compreensão acerca do objeto de estudo, isto é, o fenômeno da população em situação de rua, foi de suma relevância para derrubar estigmas que a sociedade impõe e nos faz acreditar em algo que foge da realidade deste fenômeno. Nessa perspectiva, visiono que o campo do Serviço Social possa compreender de forma mais ampla as especificidades da população que vive em situação de rua, bem como compreender suas delimitações dadas pela sociedade. Sobretudo, é importante reforçar as diversas caracterizações que formulam a categoria em debate, em especial sua mais forte particularidade, como afirma Costa (2005, p. 3), este é um “grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades [...]”, por isso, devemos trazer o debate sobre a população em situação de rua de maneira cuidadosa, a fim de quebrar os estigmas que rondam essa população.

Dessa forma, concluo que apreender acerca da população que vive em situação de rua e sua heterogeneidade e complexidade, é de grande relevância para a categoria profissional, tendo em vista a sua capacidade profissional de trabalhar com e para esta categoria, bem como a necessidade de que este assunto seja mais debatido nesse espaço, sendo indispensável salientar que essa categoria populacional sofre inúmeras discriminações e pré-conceitos, devido a sua condição social, por isso, o estudo e o debate são significativos para a emancipação do respeito e dos direitos da população que vive em situação de rua.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **População em Situação de Rua: o que os dados revelam?**. Brasília, 2009.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2005.

DA COSTA, Luiza Elena; DE MESQUITA, Vânia Maria; CAMPOS, Ana Paula. Moradores de rua, quem são eles? Um estudo sobre a população de rua atendida pela Casa da Sopa “Capitão Vendramini” de Três Corações. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 13, n. 2, p. 285-297, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MACHADO, Ricardo William Guimarães. **A formulação da Política Nacional para População em Situação de Rua: Um estudo a partir do Fórum Permanente sobre População em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. f. 16-180.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Texto para discussão, 2016.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



O/A PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS EM SAÚDE MENTAL: relato de experiência

ADRIELI DE SOUSA LIMA¹
IZABEL HERIKA GOMES MATIAS CRONEMBERGER²
SÂMIA LUIZA COELHO DA SILVA³

INTRODUÇÃO

A doença causada pelo coronavírus2019 (COVID-19) foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (2019) como uma pandemia em 11 de março de 2020. No Brasil, o primeiro caso confirmado foi no estado de São Paulo, no dia 26 fevereiro. Até o dia 27 abril de 2021, de acordo com o Ministério da Saúde (2021), foram confirmados 14.370.456 e 392.204 óbitos atestados.

Com o intuito de conter o cenário pandêmico, inúmeras medidas restritivas foram adotadas, como: fechamento de comércios, escolas, Instituições; isolamento social; lockdown, entre outros. Segundo Natividade (2020), essas medidas alteraram bruscamente a rotina da população, resultando em inúmeros malefícios, como: aumento do desemprego, exclusão e/ou diminuição de espaço de lazer, distanciamento de amigos e da rede de apoio.

¹Assistente Social. Residente Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade. Especialista em Assistência Social e Saúde Pública, Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) *E-mail*: adrieli.ma@outlook.com.

²Assistente Social, CAPSi/CEIR. Especialista em Administração em Recursos Humanos Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre e Doutora em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Docente do Centro Universitário Santo Agostinho. Preceptora da categoria de Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (PRMSFC). *E-mail*: izabel_herika@hotmail.com.

³ Assistente Social, CES. Especialista em Gestão Social, Faculdade Ademar Rosado. Mestra e Doutora em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí. Docente da Faculdade São José. Preceptora da categoria de Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (PRMSFC). *E-mail*: samia luiza@hotmail.com.

A combinação do “fique em casa”; as mudanças na rotina; a suspensão temporária de alguns serviços voltados para o cuidado da saúde mental; e o pavor da contaminação resultou em um aumento e/ou agravamento dos casos de sofrimento psíquico.

Esse fenômeno é perceptível no contato dos usuários por meio dos tele-atendimentos realizados pela categoria de Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (PRMSFC).

Considerando os fatores supracitados, o presente trabalho objetiva demonstrar como a categoria atua frente essas refrações da questão social intensificadas pela pandemia que adicionou novos focos de tensionamento e estresse, sendo também responsável pelo aumento das taxas de tentativas de suicídio, em que os fatores de risco são: dificuldade no acesso a serviços de saúde mental, diminuição do acesso às redes socioafetivas, estresse econômico, aumento do desemprego, redução salarial, restrição da rotina e ao acesso de atividades de lazer e esportes (BRASIL, 2020).

Palavras-chave: Pandemia. Saúde Mental. Serviço Social.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência e tem como principal objetivo demonstrar as estratégias utilizadas pela categoria para prestar assistência às inúmeras demandas de sofrimento psíquico que surgem durante os teleatendimentos.

No intuito de contornar essa situação e reconhecendo o papel da(o) Assistente Social no processo de dialogar com os canais da rede de serviço, diante das demandas e das necessidades apresentadas, e após ter construído o Manual Serviço Social em Tempos de Pandemia⁴ (<https://bitlybr.com/TcOE>), compreendeu-se a importância de criar um material que contemplasse os dispositivos para atendimento psicológico em Teresina.

Esse material foi construído após um processo exaustivo de busca por todos os serviços de psicologia que estavam sendo ofertados no município, valendo destacar que novos serviços

⁴ O manual constitui-se como fruto de uma construção realizada a partir de informações confiáveis e atuais e objetiva disponibilizar, de maneira concisa e eficiente, os novos serviços que estão surgindo em nosso país devido ao cenário pandêmico, mais especificamente para o estado do Piauí e para o município de Teresina, no âmbito da: assistência social, previdência, questões tributárias, saúde, educação e outros.

surgem diariamente ou alteram sua forma de funcionamento, por essa razão o material está em constante atualização e disponibiliza um formulário, em que usuários e profissionais tem a opção de complementá-lo com sugestões, demais serviços, entre outros.

O material, disponível nesse link: @residentes-vii-r-98302 - AppTuts.bio, é apresentado em uma tabela dividida em 05 colunas, nas quais constam: o nome da Instituição que presta o serviço, o seu funcionamento, o perfil do público que é atendido, o endereço e, por fim, o contato. As Instituições prestam o serviço gratuitamente ou cobram uma taxa social.

Vale ressaltar que todo o material foi construído de maneira interativa com links clicáveis para facilitar o direcionamento da população, pois alguns atendimentos são agendados por site ou Instagram. Preocupou-se, também, em trazer Instituições que fizessem tanto atendimentos presenciais, como atendimentos remotos, levando em consideração o receio da população de sair de casa por conta da doença ou, em alguns casos, por falta de recurso financeiro para realizar o deslocamento até a instituição.

Salienta-se que após os esforços para materialização desse instrumento informativo as profissionais realizam o encaminhamento dos usuários para essa rede, preocupando-se em acompanhar detalhadamente todo o processo com o intuito de analisar se a demanda foi atendida e se há necessidade de outras ações, como por exemplo, existem casos de pessoas que mesmo recebendo o atendimento psicológico necessitam de um acompanhamento psiquiatra e nesse momento as Assistentes Sociais podem realizar o encaminhamento desse usuário para o outro serviço, não o desamparando no decorrer do processo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O material foi amplamente divulgado para os profissionais da saúde com o intuito que todos que constituem a Rede conhecessem essa ferramenta e fossem multiplicadores dessas informações para os demais. A categoria de Serviço Social do PRMSFC também recebeu o convite para apresentá-lo para os profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em uma reunião online, e os profissionais reconheceram a importância dessa ferramenta, levando em consideração que essas Instituições ofertam atendimentos para os casos de transtornos graves e gravíssimos necessitando, portanto, de alternativas para os usuários com casos mais leves.

Ademais, cabe ressaltar que com a elaboração do material houve uma agilização no fluxo de encaminhamentos realizados pela categoria, devido o conhecimento prévio dos serviços ofertados pelas instituições, perfil do público e contato.

Ressalta-se que as pessoas encaminhadas, na grande maioria dos casos, apresentam suas demandas supridas dentro da rede e essa constatação pode ser feita pelo processo de acompanhamento dos casos, pois além de encaminhar para os serviços as profissionais acompanham todo o processo.

Esse acompanhamento é realizado de duas formas, primeiramente com as instituições para saber se o usuário compareceu ao serviço e se está recebendo o atendimento, e, posteriormente, com os usuários, para saber se gostaram do serviço e se necessitam de outras intervenções.

CONCLUSÕES

As mudanças provocadas pela pandemia afetaram os aspectos sociais e psicológicos da população e, conseqüentemente, exigiram dos profissionais novas formas de atuar. Como afirma Sodre (2010), é necessário na atuação da(o) Assistente Social dinamizar as Redes, ativar e conhecer as dinâmicas produtivas dos territórios, pois a partir desse conhecimento é possível referenciar e contrarreferência o usuário.

Porém, é relevante frisar que a necessidade de construção do material supracitado surgiu pela escassez de serviços psicológicos ofertados pelo município, desvelando a negligência do Estado no cuidado da saúde mental, tendo em vista que ainda carecem alternativas efetivas de acompanhamento psicológico ofertado para população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lista de CAPS**. 2020a. Disponível em:

http://dados.gov.br/dataset/mspainelsage_27. Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel coronavírus**. 2020b. Disponível em: covid.saude.gov.br. Acesso em 27 de Abril de 2021.

Organização Mundial de Saúde (OMS). Coronavirusdisease (COVID 19) pandemic. Genebra OMS. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em 27 de Abril de 2021.

NATIVIDADE, Marcio dos Santos et al . Distanciamento social e condições de vida na pandemia COVID-19 em Salvador-Bahia, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 9, p. 3385-3392, Setembro. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903385&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de Abril de 2021.

SODRE, Francis. Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 103, p. 453-475, Setembro. 2010 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de Abril de 2021.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



PANDEMIA E EXCLUSÃO SOCIAL: algumas reflexões sobre a realidade brasileira

SAMARA CRISTINA SILVA PEREIRA¹

INTRODUÇÃO

Vivemos a maior pandemia global de nossa geração, causada pelo Coronavírus-COVID 19, oficialmente reconhecida pela Organização das Nações Unidas em 11 de março de 2020 (OPAS, 2020). Uma devastadora crise de saúde pública com implicações multidimensionais, que levou países de todo o mundo a paralisarem vários setores de suas economias e sistemas. Este trabalho tem como objetivo evidenciar os impactos da crise sanitária pela COVID 19 sobre aqueles que se encontram em situação de exclusão social.

A alta transmissibilidade do vírus da Covid-19, sua gravidade e letalidade, impõe medidas de segurança à saúde e diminuição do contágio com destaque para o isolamento social. Entretanto, cumprir protocolos como permanecer em casa em isolamento, exige condições mínimas de habitabilidade, entre as quais: atenção básica à saúde no território, conectividade para acesso à informação, a serviços, ao trabalho remoto e aos estudos. Trata-se de padrões básicos à uma vida digna num mundo globalizado, mas que são inacessíveis à maioria da população brasileira, excluída em nossa sociedade.

A exclusão social é compreendida de maneira sintética tomando como referência elaborações de Wanderley (2001), Sawaia (2001), dentre outros, como um processo de acumulação de desvantagens a que pessoa é submetida, com comprometimento de dimensões que podem ser de cunho material, cultural, educacional, simbólico, relacional e de participação

¹ Assistente Social do IFPI, Especialista em Educação Profissional integrada à EJA – IFPI, Mestre em Políticas Públicas PPGPP- UFPI. Gestora da Fundação Wall Ferraz/Prefeitura Municipal de Teresina entre Janeiro de 2013 a março de 2020. E-mail: samaracefetpi@gmail.com

política/poder, colocando-a em uma situação de extrema vulnerabilidade e óbice ao exercício da cidadania.

Palavras-chave: Exclusão social. Pandemia. Políticas Públicas.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho é de natureza bibliográfica. Resulta de reflexões realizadas acerca do aprofundamento da exclusão social no contexto da pandemia. Para sua construção, adotou-se uma ampla revisão de literatura sobre o tema da exclusão social e levantamento dos primeiros resultados de pesquisas que abordam a problemática do aprofundamento do quadro das desigualdades e da exclusão social no contexto da crise sanitária. As situações enfocadas abordam as condições sanitárias a que estão submetidos membros das camadas populares, população negra, crianças, adolescentes e mulheres, estudantes de escola pública, trabalhadores em situação precária no mercado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Coronavírus vivificou as desigualdades em todo o mundo. Um dos primeiros aspectos a se observar é o de que o sistema de desigualdades extremas se revelou nas sociedades totalmente despreparadas para lidar com crises sanitárias, como a atual. Conforme relatório da Oxfam (2021), intitulado O Vírus da Desigualdade “Essa extrema desigualdade significa que bilhões de pessoas já viviam no limite quando a pandemia começou. Eles não tinham nenhum recurso ou apoio para enfrentar a tempestade econômica e social criada desde então” (OXFAM, 2021, p.11). A extrema desigualdade, que atravessa várias ordens da sociabilidade humana, é tomada como sinonímia de exclusão social.

Wanderley (2001), ao tratar da noção de exclusão social destaca que a exclusão está presente entre “[...] parcelas majoritárias da população mundial seja pelas transformações impostas pelo mundo do trabalho seja por situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida (WANDERLEY, 2001, p. 17, Grifo Nosso). Já Buarque (1993) entende a exclusão a partir da ideia de apartação social, em que

o “outro” torna-se não apenas desigual, mas um “não semelhante”, alguém expulso não apenas das oportunidades de trabalho, consumo, bens e serviços, mas do próprio gênero humano. Para Sawaia (2001, p. 08) a exclusão é definida a partir da sua contraditoriedade, a inclusão. “Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do capitalista, e que não se reduz à dimensão material. Em resumo, a categoria exclusão social revela-se como um fenômeno dinâmico que se materializa como um processo, marcado por assimetrias e desvantagens acumuladas em diferentes dimensões, material, simbólica, cultural, relacional, de participação política/poder.

No contexto da pandemia, a exclusão social tem se intensificado. Desde o início da crise da COVID 19, milhares de crianças, adolescentes e jovens deixaram de frequentar as instituições educacionais, passando a ficarem reclusos em seus lares, que no caso das camadas populares trata-se de espaços revestidos de privações de ordem material. Segundo estudo realizado Neri e Osorio (2020), a análise dos estudantes por estrato de renda durante a pandemia mostra que quanto mais pobre é o indivíduo, menor é a frequência na escola, menor a quantidade de exercícios recebidos e menor o tempo dedicado aos exercícios recebidos. Segundo a pesquisa, “os alunos mais pobres são 633% mais afetados pela falta de oferta de atividades escolares que os alunos mais ricos”. Além disso, à medida em que ficam reclusos, esses grupos estão também mais vulneráveis a situações de negligência e violência, e segundo dados de organizações sociais e instituições não governamentais divulgados na mídia relatam aumento de 7,4% violência contra crianças e adolescentes na pandemia (PLATT; GUEDERT; COELHO, 2021).

O aumento da violência durante a pandemia, também é uma realidade entre as mulheres. De março a abril do ano de 2020, houve um aumento de 22% na taxa de feminicídio (CNN, 2020).

Os trabalhadores também são fortemente afetados pela pandemia, especialmente aqueles que se encontram em inclusão precária como mototaxistas, diaristas, trabalhadores autônomos em geral. Conforme destaca Costa (2000), no início da pandemia, o país contava com 37,3 milhões de pessoas na informalidade, sem direitos como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego. Pessoas que após a paralisação das atividades produtivas em decorrência do Vírus, tiveram sua renda comprometida.

As dificuldades em cumprir protocolos de isolamento social é outra dificuldade entre as camadas pobres, pela ausência de condições dignas de habitabilidade nos domicílios. Conforme

Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2019, a análise das condições de moradia aponta grave condição de inadequação domiciliar entre a população brasileira pela “ausência, no domicílio, de banheiro de uso exclusivo dos moradores – ou seja, um cômodo com instalações sanitárias e para banho, cujo uso, no cotidiano, não é compartilhado com moradores de outros domicílios”, chegando essa inadequação atingir 2,8% da população no geral e 8,5% entre a população com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50, conforme a Paridade de Poder de Compra - PPC² por dia. Outra dimensão da inadequação domiciliar é “adensamento domiciliar excessivo, em que se tem mais de três moradores para cada cômodo utilizado como dormitório”, realidade de 14,5% da população mais pobres (IBGE, 2019, p. 63).

A diferença quanto à letalidade do vírus entre pessoas brancas e negras foi constatada no levantamento realizado pelo Instituto Pólis (2020), a partir de dados sobre óbitos até o dia 31 de julho de 2020 no município de São Paulo, que revelou uma taxa de mortalidade padronizada de pessoas brancas de *115 óbitos a cada 100 mil habitantes, enquanto entre as pessoas negras esse número sobe para 172 mortes a cada 100 mil*. Entre as mulheres, também as pardas e negras tem maior mortalidade que as brancas. A comparação entre mulheres brancas e negras, com taxas que distam 55 pontos percentuais, em que as mulheres negras têm a taxa de 140 óbitos, enquanto entre as brancas esse número é de 85, a cada 100 mil. Os homens são mais atingidos pela doença, mas o fenômeno da iniquidade social diante da pandemia que se revela nesta pesquisa centra-se sobre a dimensão da cor da pele. Somado a dimensão raça/cor, está também a prevalência do vírus na população que vive nas periferias, exatamente onde se encontram concentradas a população negra e de baixa escolaridade, evidenciando que esses são grupos mais expostos à infecção.

CONCLUSÕES

As informações e análises expostas evidenciam que os impactos da Covid 19 atingem as pessoas de maneira diversa em decorrência da condição econômica, do gênero, da idade, da cor da pele, pois os sujeitos têm suas situações agravadas por outros marcadores acerca do seu lugar

² PPC é utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países, ou moedas, e é utilizada como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral varia com mudanças nos índices de preços e mesmo a volatilidade do mercado de capitais e especulação. O fator de conversão de PPC é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos (IBGE, SINTESE DE INDICADORES SOCIAIS, 2019).

dentro da sociedade. Assim, aqueles que se encontram em situação de exclusão em nossa sociedade são fortemente impactados pela pandemia do Coronavírus. Isso impõe ao Estado o urgente desenvolvimento de políticas públicas que consigam ampliar a proteção social junto aos brasileiros vitimados pelo processo de exclusão social agravado pela pandemia mundial.

REFERÊNCIAS

Buarque, Cristovam. **O que é apartação**. São Paulo, Brasiliense, 1993 (Coleção Primeiros Passos).

COSTA, Simone da Silva Costa. Pandemia e Desemprego no Brasil. **Revista De Administração Pública**, 2000, 54(4), 969-978.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Ano 2019.

Instituto Pólis. Raça e covid no município de são paulo julho 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>. Acesso em fev de 2021.

OPAS. OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. **Folha Informativa**. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=517&limitstart=396>. Acesso em abril 2020.

OXFAM. **O vírus da Desigualdade**. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1611531366bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf. Acesso em janeiro de 2021.

PLATT, Vanessa Borges; GUEDERT; Jucélia Maria; COELHO, Elza Berger Salema. **Violência contra crianças e adolescentes**: notificações e alerta em tempos de pandemia. Revista Paulista de Pediatria, vol.39, São Paulo 2021.

NERI, Marcelo; OSORIO, Manuel Camillo. **Tempo para escola na pandemia**. FGV Social, RJ, 2020. Disponível em: <<https://www.cps.fgv.br/cps/TempoParaEscola/>> . acesso em janeiro de 2021.

SAWAIA, B. Introdução: **Exclusão ou inclusão perversa?** In: _____ (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. p.7-11.

a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 19-23.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



PROTEÇÃO SOCIAL E COVID-19: desafios para a segurança de sobrevivência¹

MARIA EDUARDA LOPES DE JESUS MACÊDO¹
REBECA LOIOLA VIEIRA²
THAÍS KRISTOSCH IMPERATORI³

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 revelou desafios para a saúde pública, a economia mundial e a política social. A perda de postos de trabalho informais e o desemprego em níveis altos desvelaram o cenário de desproteção vivenciado por amplos setores da classe trabalhadora e a precarização das condições de vida devido ao comprometimento da renda. A proteção social é explorada neste trabalho como um direito social reconhecido em lei, e que, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social⁴, deve garantir, dentre outras, a segurança de sobrevivência - de rendimento e de autonomia (PNAS, 2004).

Dados de 2019 antes da pandemia assolar o país, mostram que os trabalhadores informais representavam mais de 40% da população ocupada (IBGE, 2019). A crise sanitária aprofundou dificuldades já existentes no Brasil, visto as políticas de austeridade fiscal como a Emenda Constitucional n°95/2016 e a desregulamentação do mercado de trabalho formal, principalmente com a recente Reforma Trabalhista. Destaca-se, como principal medida de

¹ Agradecemos à Universidade de Brasília (UnB) pelo apoio e financiamento do projeto “As implicações do Covid-19 para a proteção social” por meio Edital COPEI-DPI/DEX n° 01/2020 – Apoio à execução de projetos de pesquisas científicas, tecnológicas, de inovação e de extensão de combate à COVID-19, ao Grupo de Estudos e Pesquisa Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social, a qual fazemos parte e a todos nossos professores.

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é voluntária da Iniciação Científica e da Extensão Universitária na Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social (GEPEDSS).

² Universidade de Brasília.

³ Doutorado em Política Social Universidade de Brasília.

proteção social do governo brasileiro na pandemia, o Programa Auxílio Emergencial para trabalhadores informais, autônomos e desempregados. Em 2020, o mesmo foi responsável por retirar 23,7% da população da condição de pobreza (BRASIL, 2020a). A redução do valor do benefício e a reformulação do Programa em um cenário de continuidade da pandemia em 2021 trazem desafios às condições de vida da classe trabalhadora.

O objetivo deste trabalho é compreender como a pandemia de Covid-19 reverberou de forma a acentuar a problemática do desemprego e da segurança de renda no Brasil, especialmente para os trabalhadores informais.

Palavras-chave: Covid-19. Renda. Trabalhadores informais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida com base no levantamento bibliográfico e na análise de indicadores sociais de fontes secundárias, sobretudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no período de março a dezembro 2020. Analisou-se indicadores relacionados ao trabalho, à renda e à assistência social para entender expressões da questão social latentes no atual panorama brasileiro. A pesquisa qualitativa permite tecer uma análise crítica de questões de uma determinada realidade social, do “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p. 21), portanto considera-se adequada para a compreensão das particularidades de um contexto de pandemia de Covid-19 e suas implicações sanitárias e socioeconômicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O quantitativo de brasileiros alcançados pelo Programa Auxílio Emergencial em 2020, 67,8 milhões de pessoas (BRASIL, 2020b), quase $\frac{1}{3}$ da população do Brasil, mostra a situação de vulnerabilidade de renda e trabalho e reflete os limites do mercado de trabalho formal enquanto garantidor de direitos e de absorver a classe trabalhadora em sua extensão. Um dado que ilustra esse agravante é o fato de que muitos dos trabalhadores nas condições precárias da informalidade não eram vistos pelos olhos do Estado, uma vez que 56% dos beneficiários do

Auxílio Emergencial acessaram o Programa via autodeclaração ante as outras formas de acesso - beneficiários já inscritos no Programa Bolsa Família ou no Cadastro Único para Programas Sociais (FREITAS; CUSTÓDIO, 2020). A invisibilidade dessa parcela de trabalhadores revela a normalização histórica do trabalho informal no Brasil e o resultado de medidas de proteção social fragmentadas em um contexto de neoliberalismo crescente no Brasil nos últimos anos.

Dados da pesquisa PoderData realizada em abril de 2021 revelam que 68% das pessoas entrevistadas nas 27 unidades da federação tiveram seus empregos e a renda prejudicados pela pandemia (PODERDATA, 2021). Ademais, as consequências da Covid-19 no trabalho são mais marcantes nos setores vulneráveis e desprotegidos (OIT, 2020), devido à fragilidade do vínculo empregatício e da segurança de rendimentos em um contexto de crise pandêmica.

CONCLUSÕES

Verificou-se que a pandemia acentuou a relação entre pobreza, trabalho e vulnerabilidade, questões que já estavam latentes no Brasil, como o desemprego, as consequências da ausência de direitos dos trabalhadores informais, as condições de vida precárias e a desigualdade de acesso a bens e serviços básicos necessários em um cenário de crise sanitária, como alimentação, higiene e serviços de saúde. O enfoque dado a uma política focalizada de transferência de renda - o Auxílio Emergencial, em detrimento a políticas universais, como a saúde, denota a crescente reprodução da pobreza no Brasil, uma vez que as transferências de renda podem complementar ou substituir temporariamente a perda de direitos do trabalho, mas não possuem a capacidade de reduzir desigualdades no acesso à riqueza socialmente produzida, criando um ciclo de reprodução de desigualdades (BOSCHETTI; BEHRING, 2021). As iniciativas do governo brasileiro para combater os efeitos socioeconômicos da pandemia foram tímidas, uma vez que se priorizou as rendas emergenciais. Em complemento a essa medida está o incentivo governamental a ações filantrópicas e assistencialistas orientado por doações de organizações não governamentais e instituições religiosas por meio do programa Pátria Voluntária conduzido pela primeira-dama, construído em oposição à noção de direito social. Portanto, pontua-se a urgência de se ter no Brasil um fortalecimento da Seguridade Social, orientado pelo atendimento a necessidades sociais e o reconhecimento de direitos, que vá além

das medidas focalizadas do Estado que acabam transferindo responsabilidades estatais de sobrevivência à solidariedade da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. Assistência social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, 140, p. 66-83, jan/abr. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282021000100066. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **Auxílio Emergencial reduz em 23,7% a pobreza no país**. Brasília, Presidência da República, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/outubro/auxilio-emergencial-reduz-em-23-7-a-pobreza-no-pais#:~:text=O%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial%20do%20Governo,23%2C7%25%20no%20pa%C3%ADs.&text=Segundo%20a%20pesquisa%2C%20cinco%20milh%C3%B5es,R%24%20522%2C50>). Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **Governo Federal divulga calendário da extensão do Auxílio Emergencial para mais 1,2 milhão de pessoas**. Brasília, Presidência da República, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/12/governo-federal-divulga-calendario-da-extensao-do-auxilio-emergencial-para-mais-1-2-milhao-de-pessoas>. Acesso em: 1 maio 2021.

FREITAS, Raquel Maria Soares; CUSTÓDIO, Marta Basttaglia. **Perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial pela Covid-19: Quem são e onde estão?** De olho na cidadania, Brasil, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/relatorios/deolhonacidade_3_2202.pdf. Acesso em: 1 maio 2021.

IBGE, PNAD Contínua 2019. **Desemprego cai em 16 estados em 2019, mas 20 têm informalidade recorde**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>. Acesso em: 1 maio 2021.

IBGE, PNAD Covid-19, 2020. **Indicadores de trabalho**. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 1 maio 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. rev. e atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PODERDATA. **68% tiveram emprego ou renda prejudicados na pandemia.** Poder 360, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/68-tiveram-emprego-ou-renda-prejudicados-na-pandemia/>. Acesso em: 1 maio 2021.

IX JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
PANDEMIA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O
TRABALHO PROFISSIONAL

Teresina, 27 e 28 de maio de 2021
Universidade Federal do Piauí



SERVIÇO SOCIAL E A RETOMADA AO CONSERVADORISMO

LUCAS VIANA DOS SANTOS¹
RICARDO WILLIAM GUIMARÃES MACHADO²

INTRODUÇÃO

Compreender como se configura o agir profissional de uma determinada categoria profissional remete a realização de análises a respeito dos fundamentos dessa profissão, dos seus objetivos e de seus instrumentos de trabalho. Entretanto para uma melhor exatidão nesse processo de compreensão se faz necessário refletir a respeito do atual contexto histórico no qual essa profissão está inserida, pois não é anormal que certos traços da postura ideológica adotada pelo contexto político, econômico-social se espelhe na composição da atuação profissional de qualquer que seja a sua categoria.

Com o foco voltado para a categoria profissional do Serviço Social, podemos considerar que o surgimento de sua profissão se estabeleceu devido a necessidade do Estado em promover um controle da massa proletária (IAMAMOTO, 1982), na perspectiva que os assistentes sociais conseguissem moldar o perfil desse operário de acordo com as reivindicações de sua classe empregadora.

Netto (2006), expõe que o Serviço Social, é uma profissão que já nasceu fundamentada ao pensamento conservador e que se perpetuou nessa composição de pensamento por muitos anos, sendo que as primeiras configurações de existência de um pensamento crítico foi se

¹ Graduanda em Serviço Social pela UniRedentor. Email: lucasviana933@gmail.com.

² Assistente Social. Doutorando e Mestre em Serviço Social pela Puc-Rio. Professor no curso de Serviço Social da UniRedentor. Email: wpperj@gmail.com.

desenvolvendo a partir do decorrer dos anos e somente se consolidou em um ato coletivo com o Congresso da Virada de 1979, que deu origem ao Projeto Ético-Político da profissão.

Entretanto com a incidência das crises, ideologias como a do Estado mínimo, precarização e mercantilização das políticas públicas, a financeirização do capital e a reestruturação produtiva, o processo de adoção do pensamento conservador no seio da profissão recebeu um auxílio, pois esses fenômenos induzem a visão de questão da moral como fonte de todas as diversas facetas da questão social. Logo o profissional em Serviço Social que também é um indivíduo que compõe a classe trabalhadora, acaba que em momentos de tensões em seu cotidiano de trabalho, se deixando convencer do que é exposto por tais fenômenos, reatualizando práticas conservadoras (BOSCHETTI, 2015).

É a partir dessa reflexão que o presente trabalho se dispõe a esmiuçar quais são os princípios ideológicos do atual contexto histórico que porventura afetam o agir profissional dos assistentes sociais ao ponto de induzirem a adoção de práticas que reatualizam o conservadorismo.

Palavras-chave: Neoconservadorismo. Neoliberalismo. Serviço Social.

MATERIAIS E MÉTODOS

A fundamentação desse trabalho ocorreu a partir da realização de pesquisas bibliográficas, a partir da análise de artigos e capítulos de livros, onde foram expostas informações que auxiliaram na formação da reflexão crítica para poder desenvolver a linha de raciocínio no qual fora idealizada para ser exposta. O projeto se configura, como uma pesquisa qualitativa a partir do momento que se baseia em espectro de opiniões.

A pesquisa bibliográfica, segundo Lima (2007), se faz necessária, para que o pesquisador não venha acabar se respaldando em especulações ou dados oriundos de senso comum, tendo em vista que a proposta é realizar uma elucidação a partir da problemática introduzida, no qual legitima a criação desse trabalho científico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Iamamoto (1982) explica como se desenvolveu o processo de maturação no qual a profissão vivenciou desde seus períodos como prática de cunho caritativo. Nas primeiras décadas da profissão a presença de um caráter conservador era constante e fortemente reproduzido no seio da atuação do Serviço Social, devido a elevada influência da igreja para com a profissão.

Somente no clímax do movimento de Reconceituação da profissão, foi quando o Serviço Social começou a galgar seus primeiros passos para a adoção de um agir que adotaria um perfil e caráter crítico analítico e deixaria o viés conservador cada vez mais distante do núcleo da profissão. (NETTO, 1996) Elucida a importância que o movimento renomeado por ele, como um movimento de Renovação do Serviço Social, isso devido ao fato que esse movimento concedeu para a categoria profissional uma forma que se pensasse a maneira como a profissão atuava em frente às requisições do proletariado que outrora sofria com o avanço do interesse da burguesia e as investidas capitalistas.

O pensamento crítico analítico no qual o Serviço Social iniciou a introdução, teve sua base na teoria marxiana e foi durante o congresso da virada realizado em 1979 que a categoria profissional decidiu se afastar de vez do pensamento conservador em sua prática profissional, tendo como pilar para essa ação, a elaboração do Projeto Ético-Político da profissão.

Da transição dos anos no qual compuseram a década de 90 para os recentes anos 2000, o Serviço Social vivenciava uma intensa modificação no seu seio profissional. Desde as mudanças no interior do seu agir profissional, passando pela transformação de sua forma de refletir, do objetivo de sua requisição na divisão técnica do trabalho, até a definição do seu objeto de atuação no qual se consolidava na questão social. (CEOLIN, 2014) aclara sobre como as mudanças societárias e econômicas afetaram a categoria profissional do Serviço Social, de forma que justifique a urgência do Estado pela adoção do agir profissional do assistente social no núcleo da relação capital e trabalho, ou melhor, Estado e proletariado.

CONCLUSÕES

Ciente que com a reatualização do conservadorismo, a pauta da moralização dos indivíduos acaba que voltando a compor o agir profissional do assistente social, sendo esse um

fator extremamente preocupante pois, o profissional em Serviço Social deve se atentar em reconhecer e distinguir quais são as múltiplas facetas da questão social e não retornar a tratá-las como questão de moral e polícia. (BARROCO, 2015)

Logo, podemos confirmar que a o avanço da retomada de ações conservadoras no seio da atuação profissional do Serviço Social não é uma questão externa, mas que tal ideologia nunca entrou em extinção no centro da categoria profissional, mas acaba se reatualizando devido ao fortalecimento de algumas transformações societárias. (BOSCHETTI, 2015)

Dessa forma, realizar uma análise a respeito dos princípios que compõem o enredo do atual contexto político, social-econômico não é apenas um gesto de reconhecimento sobre a existência de práticas conservadoras no agir profissional, mas que há a uma ideologia que diverge do que é exposto no Código de Ética da profissão e que necessita ser refletido e enfrentada. (YAZBEK et al, 2019).

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S.. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. In: 8º SEMINÁRIO ANUAL DE SERVIÇO SOCIAL, 8., 2015, São Paulo. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2015. v. 124, p. 623-636. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional**. In: 8º SEMINÁRIO ANUAL DE SERVIÇO SOCIAL, 8., 2015, São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0637.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 118, n. 2, p. 239-264, jun. 2014. Semestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a03n118.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil Esboço de uma Interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1982. 400 p.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social**. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006

YAZBEK, Maria Carmelita; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. **Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 134, p. 7-12, abr. 2019. FapUNIFESP (SciELO).



ORGANIZAÇÃO

Sofia Laurentino Barbosa Pereira



Professora da Universidade Federal do Piauí, em regime de Dedicção Exclusiva, vinculada ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Assistente Social (CRESS/PI nº 2172/22ª região), Mestre e Doutora em Políticas Públicas (UFPI). Estágio Pós-Doutoral em andamento no Programa de estudos Pós-Graduados em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora/ líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Serviço Social e Saúde Mental (UFPI/CNPq). Conselheira na Gestão "Quando criei asas, lutei" do Conselho Regional de Serviço Social 22ª Região - CRESS/PI e Coordenadora da Comissão de Formação Profissional, no triênio 2020-2023. Exerceu a função de Coordenadora do Curso de Bacharelado em Serviço Social da UFPI e Presidente do Núcleo Docente Estruturante, no biênio 2021 - 2023. Foi Coordenadora Geral do IV Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (SINESPP), promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, no ano de 2022. Tem experiência na docência, pesquisa e extensão na área de Serviço Social, com ênfase em Políticas Públicas, desenvolvendo, principalmente, os seguintes temas: Fundamentos do Serviço Social; Trabalho e formação profissional em Serviço Social; Política de Saúde e Saúde Mental; Saúde Mental e Serviço Social.

Solange Maria Teixeira



Possui Pós-Doutorado em Serviço Social pela PUC-SP (2009), Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2006), Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998) e Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (1991). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Piauí. Foi Presidente do Conselho Regional de Serviço Social do Piauí (gestão 2014-2017), coordenadora do Programa Terceira Idade em Ação da UFPI. É Bolsista de Produtividade pelo CNPq. Membro da Rede de Pesquisa sobre Família e Políticas Sociais composta pela UFSC, UEL, UnB, UERJ, UFPI dentre outras. Constitui parte da rede de pesquisas sobre envelhecimento na perspectiva da totalidade social composta pela UNESP, UPE e UFPI. É coordenadora do GTP/ABEPSS Serviço Social, Classe e Geração (no tema do envelhecimento). É líder do diretório/Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Pública. Membro do Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social do CNPq. É coordenadora da Pós-graduação em Políticas Públicas/UFPI. Foi coordenadora geral do Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e políticas Públicas em 2018 e 2020. Atua na graduação em Serviço Social e na pós-graduação em Políticas Públicas. Tem experiência na docência, pesquisa e extensão na área de Serviço Social, com ênfase em Políticas Públicas, Envelhecimento e Família, desenvolvendo, principalmente, os seguintes temas: Família e Política de Assistência Social; Trabalho Social com Família; Sistemas de proteção social; Envelhecimento e políticas sociais para as pessoas idosas.



PROGRAMAÇÃO

IX JORNADA DE SERVIÇO SOCIAL 2021

A Jornada Científica de Serviço Social é uma iniciativa da Coordenação do Curso de Serviço Social com apoio e participação do corpo docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, visando difundir conhecimentos e oportunizar a troca de saberes sobre o Serviço Social, através da divulgação de trabalhos de pesquisa, estudos e experiências de docentes, discentes e profissionais do Serviço Social.

A IX edição, que aconteceu nos dias 27 e 28 de maio de 2021, teve como tema “Serviço Social no contexto da pandemia: desafios para a formação e o trabalho profissional”, contando com palestrantes de renome nacional e local, minicursos, mesas redondas, apresentação de trabalhos e lançamentos de livros.

Diante do contexto vivenciado pela pandemia da Covid-19, o evento aconteceu de forma online, com transmissões através do Youtube e do Google Meet.

PROGRAMAÇÃO

27 de Maio de 2021

Manhã – transmissão pelo Youtube

8:30h às 9h Mesa solene de abertura

Pró-reitora PREG, Diretora do CCHL, DSS, CSS, PPGPP, CASS, CRESS/PI, ABEPSS

9h às 12h Conferência de abertura: Serviço Social no contexto da pandemia: desafios ao trabalho e formação profissional

Palestrantes: Profa. Dra. Yolanda Guerra (UFRJ); Profa. Dra. Carmelita Yazbek (PUC-SP)

Coordenadora de mesa: Profa. Dra. Sofia Laurentino (UFPI)

Tarde – Salas do Google Meet

14h às 18h Grupos de trabalho - apresentação das comunicações orais

18h às 20h Lançamento de livros

28 de Maio de 2021

Manhã – Salas Google Meet

08h às 12h Minicursos

Tarde – Transmissão pelo Youtube

14h às 15:30h Mesa Redonda 01: Desafios para o Serviço Social no campo da assistência social no contexto da pandemia

Palestrantes: Profa. Dra. Rosilene Marques (UFPI); Profa. Jucimeire Silveira (PUC-PR)

Coordenador de mesa: Profa. Dra. Iracilda Braga (UFPI)

15:30 às 16h Debate

16 às 17:30h Mesa Redonda 02: Desafios para o Serviço Social no campo da saúde no contexto da pandemia

Palestrantes: Profa. Dra. Raquel Soares (UFPE); Profa. Dra. Marina Castro (UFJF);

Coordenador de mesa: Profa. Dra. Lucia Vilarinho (UFPI)

17:30h às 18h Debate

18h às 20h Sessão solene de encerramento: Serviço Social e formação profissional no Piauí: 45 anos do curso de Serviço Social da UFPI

Palestrantes: Profa. Dra. Simone Guimarães, Profa. Dra. Rosário Silva e Profa. D'Alva Macedo

Convidadas de honra: professoras aposentadas do departamento de Serviço Social

MINICURSOS

1. Família na atenção psicossocial Lúcia Rosa (UFPI)

2. Gestão pública e a relação de parceria entre Estado e Sociedade
- Mauriceia Carneiro (SEMCASPI) e Marfisa Mota (SEMCASPI)

3. Redação Científica Guiomar Passos (UFPI)

4. Raça, gênero e classe em tempos de pandemia no Brasil: a urgência da adoção da interseccionalidade na formação para o exercício profissional

- Elaine Nascimento (FIOCRUZ)

5. Serviço Social e Educação Samara Pereira (IFPI),

- Amanda Marques (IFPI) e Rafaella Santiago (UFPI)

6. Desafios para o Serviço social na saúde na pandemia

- Marcia Helena, Gisélia Carvalho (FMS) e Adriana Barros (HEDA/PHB)

7. Serviço social na saúde e o trabalho Interprofissional na pandemia da COVID-19

Lena, Diaponira Vitória e Alba Valéria (FMS)

8. Violência sobre mulher

Roberta Mara (CREG)

9. Políticas públicas para juventudes no Piauí: estruturas administrativas corroídas, ações esvaziadas

Lila Xavier (UFPI)

10. Políticas intersetoriais para a infância e adolescência: criança e adolescente como sujeitos de direitos em tempo de recessão dos direitos sociais

